



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

DILIGÊNCIAS SOBRE A PROPOSTA TÉCNICA
(ITEM 5.1.2.6 DO EDITAL)



CRM-DF

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 01, Lote 985, 2º Andar, Sala 202,
Brasília/DF - <https://crmdf.org.br/>

TERMO DE ESCLARECIMENTO

AO CRM-DF

UASG:389161

REFERÊNCIA: PROCESSO SEI Nº 24.7.000001990-6

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2024

DADOS DO PROPONENTE	
Razão Social	Consult Consultoria Empresarial
CNPJ	82.799.529/0001-81
Endereço	QS 411, Conjunto F, Lotes 01/02
Cidade/Estado	Brasília / DF
CEP	72.321-556
Telefone	(61) 3013-0412 ou 98147-8200
e-mail	ederaldo@erconsult.com.br

A licitante acima identificada, através de seu(a) representante legal, Ederaldo Ribeiro apresenta boa parte dos documentos solicitados na diligência. Por outro lado, informamos que nem todas as organizações os fornecem na velocidades exigida, ou com os detalhes necessários.

Esclarecimentos:

01 – Atestado da ONU - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Atesto: Realização de diagnósticos e organização das Conferências Nacionais das **Rotas do Cordeiro, do Açaí, do Leite e do Mel**, e elaboração de quatro manuais técnicos, tendo por base os diagnósticos e as conferências realizadas, **com vistas ao desenvolvimento de Planos Estratégicos de Ação.**

Em nosso entendimento, no próprio atestado é citado que a finalidade do projeto foi o desenvolvimento de **planos estratégicos de ação**. Independente disto, realizamos contato com o escritório da ONU, para responder ao questionamento referente ao número de funcionários da instituição, porém não obtivemos retorno dentro do prazo estabelecido.

Por outro lado, é importante frisar que a ONU atuou apenas como **PATROCINADOR do projeto**. Não como executor. Assim sendo ela fornece o atestado de execução, mas não atua no projeto – ela não é objeto do projeto. A organização que de fato atuou na execução foi o MDIR – Ministério do Desenvolvimento e Integração Regional (na ocasião, denominado MDR – parceiro da ONU no Brasil para este projeto).

A partir dessa contextualização é possível comprovar, ambas as informações, independente da ONU.

Quanto ao objeto do trabalho; nos documentos públicos “Bases para o Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, da Rota do Mel, da Rota do Leite e da Rota do Açaí” editados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e ONU – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

A publicação está dividida em diagnóstico do setor, planejamento de cada uma das rotas com sua visão de futuro e matriz SWOT, e, por fim, a elaboração da carteira de projetos, configurando de forma inequívoca o processo de planejamento. Anexamos a título de exemplo, o planejamento da ROTA DO CORDEIRO.

Quanto ao número de colaboradores na ocasião; nessa mesma publicação, consta logo nas primeiras páginas a listagem de colaboradores do MDR e os vários órgãos vinculados ao MDR que participaram ativamente do processo de planejamento estratégico.

Ainda se referindo ao número de colaboradores – no MDR, anexamos a página atualizada do portal da transparência onde cita a quantidade de colaboradores existentes no referido órgão (superior a Hum mil profissionais), entendendo que, por ser um órgão da administração federal, não possua variações significativas em sua estrutura de pessoal.

Então, quanto a Diligência 1: Informar número de colaboradores a época da realização do serviço e confirmar se o objeto do trabalho realizado foi de plano estratégico.

Resposta: ANEXO 1 A – página do MDR, 1 B – plano da rota do cordeiro, 1 C, 1 D e 1 E – os outros planos.

02 e 04 – Atestados COOPMASP.

Atestado COOPMASP - 2: Diagnóstico e plano estratégico da COOPMASP, onde foram utilizadas as metodologias da Matriz SWOT, BSC e carteira de projetos.

Atestado COOPMASP - 4: Consultoria em planejamento estratégico, sustentabilidade e processo de inovação junto a COOPMASP.

Então, quanto a Diligência - COOPMASP 2 e 4: Informar número de colaboradores a época da realização do serviço e comprovar que o objeto trata de planejamento estratégico.

Resposta: ANEXO 02 e 04. O Presidente da cooperativa assinou documento extra com a quantidade de profissionais da cooperativa e parceiros que fizeram parte dos trabalhos desenvolvidos, bem como, a reafirmação de que o principal trabalho realizado foi de planejamento estratégico.

03 – Atestado OCB/ES.

Atesto OCB/ES: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para elaboração de 12 (doze) Planejamentos Estratégicos.

Então, quanto a Diligência: Informar número de colaboradores a época da realização dos serviços.

Resposta: Anexo 03 Declaração Sistema OCB/ES: O gestor Valdemar dos Santos – Gerente de Desenvolvimento Cooperativista da OCB/ES, assinou o documento com a informação solicitada, conforme solicitado na diligência. Torna-se relevante informar que a OCB é o sindicato / organização que congrega as cooperativas do estado do Espírito Santo (modelo igual no restante do país). Assim, o trabalho de elaboração do planejamento estratégico com os setores agropecuários, educacionais e de transportes foi realizado diretamente com as cooperativas integrantes do sistema OCB/ES. Estas sim, com 50 colaboradores ou mais.

05 – Atestado FACMAT – Federação das Associações Empresariais do Estado do Mato Grosso.

Atesto: Realização de consultoria nas áreas de planejamento estratégico, desenvolvimento organizacional, elaboração de cenários, prospecção de mercados e desenvolvimento de novos serviços.

Então, quanto a Diligência: Informar o número de colaboradores a época da realização do serviço.

Resposta: ANEXO 05: O Presidente da federação assinou documento extra com a quantidade de profissionais que faziam parte do quadro de colaboradores do sistema FACMAT na ocasião da elaboração do plano.

06 – Atestado da Prefeitura de Belém - CODEM.

Atesto: Atuação como Moderadora na Construção do Plano Estratégico CODEM 2017/18.

Então, quanto a Diligência: Informar o período em que ocorreu o referido trabalho.

Resposta 01: Entramos em contato com o órgão que forneceu o atestado na ocasião, por telefone, e-mail e WhatsApp, porém não conseguimos contato com as pessoas que poderiam fornecer as informações. Inclusive, acessamos o portal da transparência com o respectivo número da ordem de empenho e mesmo assim o documento não foi encontrado.

Resposta 2: Independente do não contato, possuímos como comprovação o **ANEXO 6 A e 6 B**, respectivamente o Relatório do Workshop do Planejamento Estratégico de Belém – CODEM, aprovado pelo órgão contratante, onde consta na página 07 o **PERÍODO EM QUE OCORREU** o trabalho – **Período de 01/08/2017 até 04/09/2017**, e a correspondente NF N. 000087 série 2, que comprova a realização do referido serviço pela profissional Simone Cavadas, de forma inequívoca.

07 – Atestados SEBRAE.

Atesto SEBRAE - Foram entregues 5 atestados da instituição SEBRAE. O primeiro trata de planejamento com ênfase em diagnóstico empresarial. O segundo trata de instrutoria em diagnóstico e planejamento, o terceiro trata de consultoria para desenvolvimento de novos serviços, o quarto trata de consultoria com ênfase em planejamento empresarial e, por fim o quinto trata de consultoria de pesquisa de mercado com foco em viabilidade de negócios.

Então, quanto a Diligência SEBRAE: Comprovar que o objeto, trata-se de planejamento estratégico e quem foi o coordenador ou responsável pela realização do serviço.

Resposta: Não foi possível obter as informações solicitadas. A instituição e os gestores dos projetos foram contatados, porém segundo eles, trabalham com atestado padrão utilizado em licitações e situações similares, que não inclui essa tipologia de informação.

05 de julho de 2024
Brasília, DF



Ederaldo Ribeiro
CPF 533.263.699-72
Diretor ERConsult Consultoria Empresarial




CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

ATESTADO DO COOPMASP

DECLARAÇÕES

A COOPMASP, Cooperativa dos Moveleiros Artesanais de Parauapebas do Estado do Pará, inscrita no CNPJ N. 02.328.542/0001-13; declara que mais de 100 pessoas entre colaboradores, cooperados, parceiros e clientes participaram ativamente do diagnóstico organizacional, do seminário de planejamento e das reuniões de grupos de trabalho, realizados pela Consult Consultoria Empresarial para elaboração do plano estratégico da nossa cooperativa.

03 de julho de 2024
Brasília, DF

Documento assinado digitalmente
 **ELENILSON PEREIRA BARROSO**
Data: 04/07/2024 07:32:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Presidente COOPMASP
Elenilson Pereira Barroso
Telefone (94) 99100-4746



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

ATESTADO FAO



CRM-DF

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 01, Lote 985, 2º Andar, Sala 202,
Brasília/DF - <https://crmdf.org.br/>

Servidores

Publicado em 21/10/2013 18h06 | Atualizado em 11/12/2023 17h44

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [🗨️](#) [🔗](#)

Nesta seção, são divulgadas informações sobre concursos públicos de provimento de cargos e relação dos servidores públicos lotados ou em exercício no Ministério do Desenvolvimento Regional.

QUADRO DE REGIME DE TRABALHO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS EM EXERCÍCIO NO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REGIME DE TRABALHO	TOTAL
PRESENCIAL	459
PROGRAMA DE GESTÃO	355
TRABALHO REMOTO - COVID 19	148
TOTAL GERAL	962

Cordeiro

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO CORDEIRO

Resultado do Diagnóstico da Cadeia
Produtiva do Setor e da Atualização
dos Planejamentos Elaborados nos
Polos Regionais do Cordeiro





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Bases Para o Desenvolvimento da
Rota do Cordeiro

EDIÇÃO REVISADA E ATUALIZADA

Este Manual é Resultado da Atualização
dos Planejamentos Realizados nos Polos
e do Diagnóstico da Cadeia Produtiva do
Setor do Cordeiro

**BRASÍLIA-DF
MARÇO 2022**



@ 2022 Ministério do Desenvolvimento Regional.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 2. Edição – 2022 – 1.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano – SMDRU

Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – DPR

Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores - CGPI

SGAN 906, Módulo F, Bloco A, Sala 211 CEP:70.790-60 Brasília – DF Site: www.gov.br

Ouvidoria MDR: 0800 061 0021 ou (61) 2034-5598

Fotos: Octávio Morais – Pesquisador da Embrapa. ARCO – Associação Brasileira das criações de Ovinos.

Banco de Imagens

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Empresa: ERConsult Consultoria Empresarial

Coordenador do Projeto: Ederaldo Ribeiro

Consultores especialista: Carlos Henrique de Souza - Airton Spies

Ficha Catalográfica

B736	<p>Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional Urbano. Bases Para o Desenvolvimento da Rota do Cordeiro - edição revisada e atualizada – Brasília, DF: SMDRU, 2022. 128 p.: il. color.</p> <p>Incluem referências.</p> <p>ISBN: 978-65-997038-3-6</p> <p>1. Cordeiro. 2. Cordeiro – cadeia produtiva. 3. Cordeiro – indústria. I. Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Regional. II. Título.</p> <p>CDD: 636</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Regina Coelho – CRB14/651



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano e Regional

Rogério Simonetti Marinho

Ministro do Desenvolvimento Regional

Sandra Maria Ramos Holanda

Secretária Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano

Francisco Soares de Lima Junior

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues

Coordenador-Geral de Sistema Produtivos e Inovadores - CGPI

Iraides Fernandes de Carvalho

Agente Administrativo

Luiz Paulo de Oliveira Silva

EPPGG

Sabrina Ribeiro de Araújo

Auxiliar Administrativo

Samuel Castro de Meneze

Geógrafo

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues

Coordenadora Geral

EQUIPE TÉCNICA COORDENAÇÃO GERAL DE SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVADORES – CGPI:

Alex Christian Kamber

EPPGG

André Rafael Costa e Silva

EPPGG

Daniela Luciana da Silva

Jornalista

Gina Regina Palatucci

Técnico em Secretariado

EQUIPE TÉCNICA COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Alex Christian Kamber

EPPGG

Luiz Paulo de Oliveira Silva

EPPGG

Samuel Castro de Menezes

Geógrafo

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues

Coordenadora Geral



RELAÇÃO DE SIGLAS

As SIGLAS descritas a seguir representam instituições, programas ou projetos que foram citados ou entidades que participaram de uma ou mais oficinas de planejamento nas várias localidades onde se realizaram as oficinas.

INSTITUIÇÕES LOCAIS OU DE CARÁTER NACIONAL E PROGRAMAS

ABCC – Associação Brasileira de Criadores de Caprinos

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

APL – Arranjo Produtivo Local

ARCO – Associação Brasileira de Criadores de Ovinos

ATER / ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

BB – Banco do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

BRDE – Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul

CADEC - Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração

CEF – Caixa Econômica Federal

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São

Francisco e Parnaíba

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FRENTE-OVINO – Frente Parlamentar Mista de Apoio a Ovinocaprinocultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MEC – Ministério da Educação

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SMDRU – Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano e Regional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIAL – Sistemas Integrados Alimentares Localizados

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SWOT – Abreviatura das palavras Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar

INSTITUIÇÕES LOCAIS OU DE CARÁTER REGIONAL OU ESTADUAL

ACCOMCHAP – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Chapadinha

AAUC – Associação dos Agentes em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Camponesa

ACCOCOX – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola

ACCODI – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Dom Inocência

ACCOJUS – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara

ACCOMIG – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Estado de Minas Gerais

ACCOSE – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Sertânia

ACCOSSE – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Sertão do São Francisco

ACCOSSE / PMD – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Sertão do São Francisco / Prefeitura Municipal de Dormentes

ACDNE – Associação Comunitária dos



Pequenos Produtores Rurais Denominada Novo Exu

ACOPREV – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Presidente Vargas

ADEPE – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia

ADAC – Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã

ADAGRI – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará

ADAGRO – Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco

ADEAP – Agência de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária de Juazeiro

AGE – Agência Municipal do Empreendedor

AGED – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão

AGERP – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

AGRODAN – Agropecuária Roriz Dantas

ALE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

AMVS – Agência Municipal de Vigilância Sanitária

APACCO – Associação Paraibana de Criadores de Caprinos e Ovinos

APATUR – Associação Pampa Gaúcho de Turismo

APJ – Associação Aprender Produzir Juntos

APL Ovinos e Turismo – Arranjo Produtivo Local Ovinos e Turismo do Alto Camaquã.

APPJ – Associação dos Pequenos Produtores de Jabuticaba

APROES – Associação de Produtores de Ovinos de Encruzilhada do Sul

ASANFRO – Associação dos Secretários de Agricultura da Fronteira Oeste

ASCCOLE – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Lagoa da Extrema

ASCCOPETRO – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Petrolândia

Associação Lyndolfo Silva – Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Lyndolpho Silva

BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

CAAP – Cooperativa Agro Avícola de Petrolândia

CAB Paraíso – Cabanha Paraíso

CAB Salamandra – Cabanha Salamandra

CAPRIBOM – Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda.

CAPRILEITE – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Minas Gerais

CCSP – Centro Comunitário de Serviços de Pintadas

CEDAPP – Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor

CEDASB – Centro de Convivência e

Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CMSIM – Consórcio de Municípios do Sertão de Itaparica e Moxotó

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

COMAES – Comissão de Acompanhamento do Empreendimento Surubim

COOAP – Cooperativa Agroindustrial de Pintadas

COODEF – Cooperativa de Desenvolvimento da Economia Familiar da Região dos Inhamuns Ltda.

COOFITEC – Cooperativa de Trabalhadores Profissionais da Fiação

COOFRUSA – Cooperativa Agropecuária de Santana do Boa Vista

COOMAF – Cooperativa Mista de Agricultores Familiares

COOAFRA – Cooperativa de Produção Agropecuária de Afrânio

COOPADOR – Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Dormentes

COOPERCAPRI – Cooperativa dos

Criadores de Caprinos e Ovinos (PE)

COOPERCUC – Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá

COOPERGAMA – Cooperativa Mista de Produção de Gameleira – Retirolândia

COOPIRECE – Cooperativa de Irecê

COOPONTAL – Cooperativa de Desenvolvimento Agropecuário e Extrativista do Pontal

COOPROLEFO – Cooperativa dos Produtores de Leite da Fronteira Oeste

COOPSERTÃO – Cooperativa Ser do Sertão

COPERJ – Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara

CREDINORTE – Instituição Financeira ligada a Co-operativas de Crédito

COAFJUR – Cooperativa da Agricultura Familiar de Juremal

DER/MG – Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMATER / PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba

EMATER / PI – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí

EMATER/RS ASCAR – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural





EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará

FAEC/Senar – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará

FAEPB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FEIRA-MOC – Feira do Movimento Organização Comunitária

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão

FETAG-RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul

GEPOC – Grupo de Extensão da Pesquisa de Ovinos e Caprinos

IDEAU – Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai

IDENI – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

IDESA – Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental

IEF – Instituto Estadual Florestal

IF SERTÃO – Instituto Federal do Sertão Pernambucano

IF SUL – Instituto Federal Sul Riograndense

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IFCE – Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Ceará

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IFN/MG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

IFPI – Instituto Federal do Piauí

IFSUL – Instituto Federal Sul-rio-grandense

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

IPA-PE – Instituto Agrônomo de Pernambuco

ITEP – Instituto de Tecnologia de Pernambuco

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

ITERPE – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco

MCSA – Mineração Caraíba S/A

NRAN – Núcleo Regional da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Estado de Minas Gerais no Nordeste

OCEMG – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

Pintadas STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas

PM Bagé – Prefeitura Municipal de Bagé

PM Poté – Prefeitura Municipal de Poté

PM Sant’Ana Livramento – Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento

PMD – Prefeitura Municipal de Dormentes

PMDI – Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio

PMF – Prefeitura Municipal de Floresta

PMI – Prefeitura Municipal de Irecê

PMJ – Prefeitura Municipal de Jussara

PMJ / ADEAP – Prefeitura Municipal de Juazeiro – Agência de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária

PMJ / BA – Prefeitura Municipal de Juazeiro – Bahia

PMMV – Prefeitura Municipal de Manoel Vitorino

PMP – Prefeitura Municipal de Pintadas

PMT – Prefeitura Municipal de Tauá

PMTO – Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni

PMZ – Prefeitura Municipal de Zabelê

Pref. Chap. – Prefeitura Municipal de Chapadinha

Pref. PTL – Prefeitura Municipal de Petrolina

PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PVSA – Programa Viva Semiárido

RIOCON – Fazendas Reunidas Rio de Contas Ltda.

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar do Estado do Maranhão

SAGRIMA – Secretaria de Agricultura,

Pecuária e Pesca do Maranhão

SBA do Canal Boi – Sistema Brasileiro de Agronegócio do Canal do Boi

SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará

SDR Governo da Bahia – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado da Bahia

SDR QUARAÍ – Secretaria de Desenvolvimento Rural de Quaraí

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

SEAPI – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação – RS

SEDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais

SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba

SEDAP / GEDA – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca / Gerência Executiva de Defesa Agropecuária.

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais



**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Rotas: Redes de APLs e articulação de políticas públicas	22
Figura 2. Mapa: Objetivo I PNDR – Convergência de Renda Inter-Regional (Renda domiciliar per capita por Microrregiões – Censo 2010).....	23
Figura 3. Logos das Cadeias Produtivas do Programa Rotas.	27
Figura 4. Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura.....	30
Figura 5. Plataforma Tecnológica da Rota do Cordeiro	31
Figura 6. Polos da Rota do Cordeiro sobre georreferenciamento do rebanho de ovinos caprinos por municípios	33
Figura 7. Área de abrangência dos APLs	34
Figura 8. Distribuição mundial do número do rebanho de caprinos e ovinos.....	41
Figura 9. Cotações de ovinos em todo território brasileiro e caprinos na região Nordeste em dezembro de 2021 (R\$/kg de peso vivo)	52
Figura 10. Mapa do Polo Sertão de Inhamuns – CE.....	55
Figura 11. Mapa do Polo Alto Camaquã – RS.....	66
Figura 12. Mapa do Polo Fronteira Oeste - Pampa Gaúcho – RS.....	78
Figura 13. Mapa do Polo Vale do Mucuri - MG	90
Figura 14. Mapa do Polo Chapada do Jacaré - BA.....	103
Figura 15. Mapa do Polo Baía do Jacuípe - BA.....	114
Figura 16. Mapa do Polo Serra da Capivara - PI.....	126
Figura 17. Mapa do Polo Sertão Norte Baiano - BA	138
Figura 18. Mapa do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano - PE.....	150
Figura 19. Mapa do Polo Itaparica - PE.....	160
Figura 20. Mapa do Polo Integrado Paraíba - PE	175
Figura 21. Mapa do Polo Rio das Contas - BA.....	186
Figura 22. Mapa do Polo Baixo Parnaíba - MA.....	198
Figura 23. Mapa do Polo Cordeiro Potiguar - RN	208

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Evolução do rebanho Caprino no mundo.....	37
Gráfico 2. Evolução do rebanho Ovino no mundo	38
Gráfico 3. Ranking mundial da produção de cabras	39
Gráfico 4. Ranking mundial da produção de ovelhas.....	40
Gráfico 6. Evolução dos rebanhos do Polo Sertão do Inhamuns.....	57
Gráfico 7. Evolução dos rebanhos do Polo Alto Camaquã.....	67
Gráfico 8. Evolução dos rebanhos do Polo Fronteira Oeste - Pampa Gaúcho	79
Gráfico 9. Evolução dos rebanhos do Polo Vale do Mucuri.....	91
Gráfico 10. Evolução dos rebanhos do Polo Chapada do Jacaré	104
Gráfico 11. Evolução dos rebanhos do Polo Baía do Jacuípe	115
Gráfico 12. Evolução dos rebanhos do Polo Serra da Capivara	127
Gráfico 13. Evolução dos rebanhos do Polo Sertão Norte Baiano	139
Gráfico 14. Evolução dos rebanhos do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano	151
Gráfico 15. Evolução dos rebanhos do Polo Itaparica	161
Gráfico 16. Evolução dos rebanhos do Polo Integrado Paraíba.....	176
Gráfico 17. Evolução dos rebanhos do Polo Rio das Contas	187
Gráfico 18. Evolução dos rebanhos do Polo Baixo Parnaíba	199
Gráfico 19. Evolução dos rebanhos do Polo Cordeiro Potiguar	209

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Polos da Rota do Cordeiro.....	32
Tabela 2. Principais importadores de carne de caprinos (em 1.000 US\$)	42
Tabela 3. Principais importadores de carne de ovinos (em 1.000 US\$)	42
Tabela 4. Série histórica do efetivo do rebanho nacional de caprinos e ovinos (milhões de cabeças).....	45
Tabela 5. Efetivo de caprinos por estado e região no Brasil em 2020.....	46
Tabela 6. Efetivo de ovinos por estado e região no Brasil em 2020.....	48
Tabela 7. Evolução dos estabelecimentos que criam caprinos e ovinos ao longo dos 10 anos que separam os censos agropecuários de 2006 e 2017.....	50
Tabela 8. Número de animais comercializados nos anos de realização dos censos 2006 e 2017 por espécie e sua evolução.....	51

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Critérios de Recorte Setorial das Rotas	24
Quadro 2. Prospecção de Setores para Rotas – Redesist	27
Quadro 3. Matriz SWOT/FOFA do Polo Sertão de Inhamuns	59
Quadro 4. Carteira de Projetos do Polo Sertão do Inhamuns.....	62
Quadro 5. Matriz SWOT/FOFA do Polo Alto Camaquã.....	69
Quadro 6. Carteira de Projetos do Polo Alto Camaquã	72
Quadro 7. Matriz SWOT/FOFA do Polo Fronteira Oeste - Pampa Gaúcho	81
Quadro 8. Carteira de Projetos do Polo Fronteira Oeste - Pampa Gaúcho.....	84
Quadro 9. Matriz SWOT/FOFA do Polo Vale do Mucuri.....	93
Quadro 10. Carteira de Projetos do Polo Vale do Mucuri.....	96
Quadro 11. Matriz SWOT/FOFA do Polo Chapada do Jacaré.....	106
Quadro 12. Carteira de Projetos do Polo Chapada do Jacaré	108
Quadro 13. Matriz SWOT/FOFA do Polo Bacia do Jacuípe.....	118
Quadro 14. Carteira de Projetos do Polo Bacia do Jacuípe	120
Quadro 15. Matriz SWOT/FOFA do Polo Serra da Capivara.....	129
Quadro 16. Carteira de Projetos do Polo Serra da Capivara	132
Quadro 17. Matriz SWOT/FOFA do Polo Sertão Norte Baiano.....	141
Quadro 18. Carteira de Projetos do Polo Sertão Norte Baiano	144
Quadro 19. Matriz SWOT/FOFA do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano.....	153
Quadro 20. Carteira de Projetos do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano	156
Quadro 21. Matriz SWOT/FOFA do Polo Itaparica.....	163
Quadro 22. Carteira de Projetos do Polo Itaparica	166
Quadro 23. Matriz SWOT/FOFA do Polo Integrado Paraíba	178
Quadro 24. Carteira de Projetos do Polo Integrado Paraíba.....	180
Quadro 25. Matriz SWOT/FOFA do Polo Rio das Contas	189
Quadro 26. Carteira de Projetos do Polo Rio das Contas.....	192
Quadro 27. Matriz SWOT/FOFA do Polo Baixo Parnaíba.....	201
Quadro 28. Carteira de Projetos do Polo Baixo Parnaíba	204
Quadro 29. Matriz SWOT/FOFA do Polo Cordeiro Potiguar	211
Quadro 30. Carteira de Projetos do Polo Cordeiro Potiguar	214



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
AS ROTAS	21
DIAGNÓSTICO DA OVINOCAPRINOCULTURA	37
OFICINAS DOS POLOS DA ROTA DO CORDEIRO.....	55
Polo sertão dos Inhamuns - Ceará.....	55
Polo Alto Camaquã - Rio Grande do Sul.....	66
Polo Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho - Rio Grande do Sul.....	78
Polo Vale do Mucuri - Minas Gerais.....	90
Polo Chapada do Jacaré - Bahia.....	103
Polo Bacia do Jacuípe - Bahia.....	114
Polo Serra da Capivara - Piauí.....	126
Polo Sertão Norte Baiano - Bahia.....	138
Polo Sertão do São Francisco Pernambucano - Pernambuco.....	150
Polo Itaparica - Pernambuco.....	160
Polo Integrado Paraíba - Pernambuco.....	175
Polo Rio das Contas - Bahia.....	186
Polo Baixo Parnaíba - Maranhão.....	198
Polo Cordeiro Potiguar - Rio Grande do Norte.....	208
INTEGRAÇÃO VERTICAL.....	219
CARTA DO SETOR - PROGRAMA ROTAS DO CORDEIRO	227
REFERÊNCIAS	231

APRESENTAÇÃO

Após 20 meses de ações ininterruptas, o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, apresenta a publicação Bases Para o Desenvolvimento da Rota do Cordeiro em uma edição revisada e atualizada. O presente documento consolida várias ações complementares, como segue; a atualização do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro; a implantação da integração vertical em três polos que produzem e comercializam o produto e a atualização dos dados discutidos nas oficinas de planejamento estratégico onde foram elaboradas as carteiras de projetos; e por fim a elaboração da carta do setor do cordeiro com suas principais demandas.

Todas estas ações foram realizadas com a finalidade de contribuir com a missão do MDR que é de

“Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com ampliação de oportunidades, visando a redução das desigualdades regionais”

desigualdades regionais”.

Neste contexto, destaca-se o trabalho desenvolvido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (orientada pelo decreto nº. 9.810 de

30/05/2019), cujo escopo é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

No caso específico da Rota do Cordeiro, foi realizado um amplo diagnóstico da cadeia produtiva, contemplando aspectos como: Distribuição geográfica da produção; Evolução dos preços de mercado dos principais produtos e derivados; Indicadores de comércio exterior; Perfil socioeconômico dos produtores; Potencial de inclusão produtiva; Tecnologia empregada; Valor adicionado por elo da cadeia produtiva e uma comparação da realidade brasileira com padrões internacionais de competitividade

A partir deste diagnóstico, foram realizadas, na ocasião, oficinas de planejamento em polos regionais de produção e comercialização do cordeiro, com intensa mobilização de pequenos produtores rurais, participação de representantes da academia, de centros de pesquisa, dos governos, tanto federal quanto regional e local, e da sociedade organizada. Todos com uma meta em comum - fazer a cadeia produtiva dar um salto qualitativo, transformando o setor

através da inclusão produtiva.

Neste contexto, o Ministério de Desenvolvimento Regional, se destaca por apoiar as iniciativas rurais incentivando o envolvimento direto de toda a cadeia produtiva na discussão e decisão dos projetos, bem como, no compartilhamento de responsabilidades para a viabilização dos projetos selecionados, o que, por si, já denota mudança de paradigma, afinal são os produtores e produtoras quem melhor conhecem a realidade local.

Neste modelo, nossa proposta é de partilhar responsabilidades, ou seja, desenvolver e fortalecer protagonismos, através da constituição de comitês gestores locais. Conseqüentemente, torna-se necessário viabilizar redes de serviços públicos e privados orientados para a cadeia produtiva, de modo que as demandas levantadas pelos respectivos comitês tenham o tratamento apropriado – a oferta de serviços.

Nesse sentido, tanto a atualização do diagnóstico quanto as oficinas dos polos, foram momentos estratégicos para a identificação dos pontos frágeis e das

fortalezas, além de ser mais um passo para a construção de planos de ação pelas unidades executoras.

Feito estas considerações iniciais, registra-se que esta publicação apresenta a atualização dos principais resultados do diagnóstico da Rota do Cordeiro, trazendo informações capazes de jogar luz a assuntos que ainda precisam de apoio e investimento que, inclusive, devem vir de frentes diversas, como entidades privadas, órgãos públicos, organismos e empresas internacionais e forças políticas.

Para finalizar, esta publicação traz na íntegra a Carta do Setor do Cordeiro, um documento para ser compartilhado com os Governos Federal, Estaduais e Municipais e com todas as pessoas interessadas no desenvolvimento da Rota no Brasil, o que o torna capaz de orientar futuras ações para o incremento da cadeia produtiva.

Francisco Soares de Lima Junior

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano





AS ROTAS

As Rotas são redes de Arranjos Produtivos Locais – APLs¹ – setorialmente e territorialmente interligados que promovem a inovação, a diferenciação, a competitividade e a lucratividade dos empreendimentos associados, mediante o aproveitamento das sinergias coletivas e a ação convergente das agências de fomento, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme apresentado na Figura 1.

O objetivo das Rotas, conforme Portaria MI 80/2018², é promover o

desenvolvimento regional e a inclusão produtiva por meio da estruturação de cadeias produtivas estratégicas e da integração econômica das regiões menos favorecidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento, de acordo com os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

¹ - Conforme definição da Redesist, Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas, que podem ser de produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros.

² - Portaria publicada e atualizada em 28 de fevereiro de 2018, pelo extinto Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o qual estabelece as Rotas de Integração Nacional como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva.

Figura 1. Rotas: Redes de APLs e articulação de políticas públicas



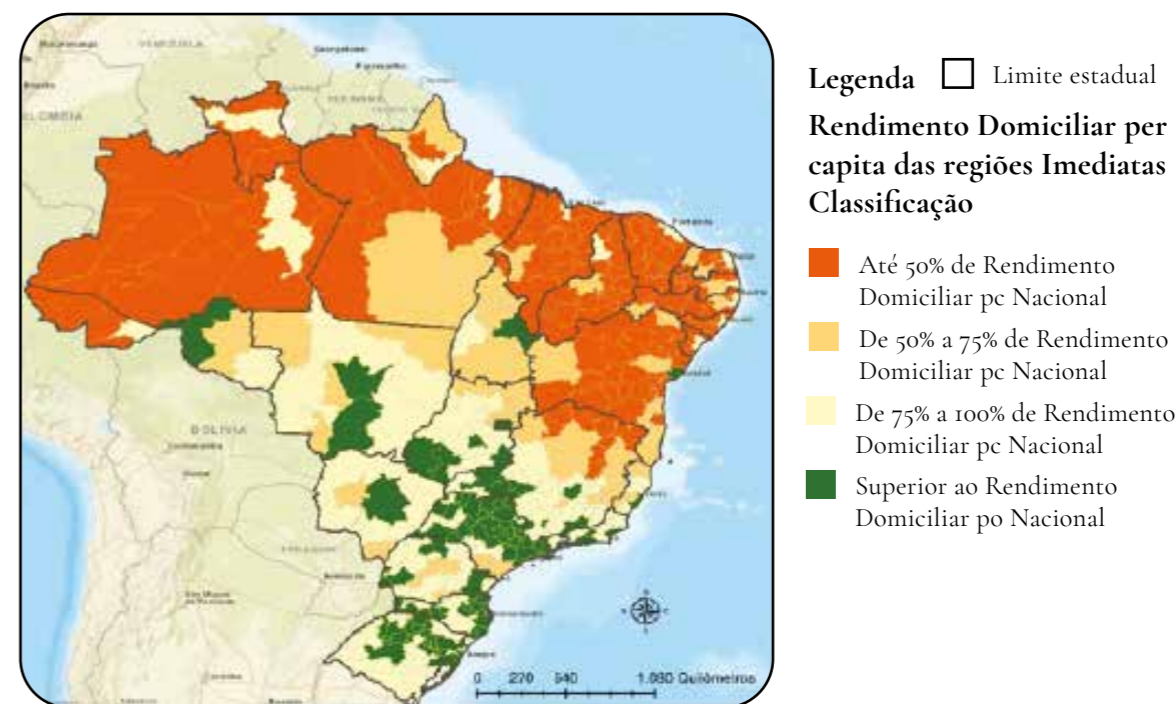
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2021)

As Rotas apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção. O recorte territorial define o espaço a ser trabalhado, de acordo com a tipologia territorial da PNDR. No mapa da **Figura 2**, as regiões em cor laranja apresentam renda familiar domiciliar per capita inferior a 50% da média nacional (áreas de extrema pobreza), tornando-se os subespaços mais relevantes para a PNDR, dentro do objetivo de convergência de renda.³

As regiões em cor marrom claro (50 a 75% da média nacional) e cor bege (entre 75 e 100% da média nacional) também são consideradas dentro do objetivo de convergência de renda da PNDR, pois encontram-se abaixo do padrão médio nacional, embora de forma menos acentuada. As áreas em verde escuro encontram-se em patamar superior à média nacional, representando as regiões mais ricas do país.

3 - A proposta da nova PNDR possui quatro objetivos principais: (i) Convergência de renda inter-regional; (ii) Competitividade regional e geração de emprego e renda; (iii) Agregação de Valor e Diversificação Econômica; (iv) Construção de uma Rede de Cidades Policêntrica. O arcabouço legal da PNDR está sendo revisado pela SDR-MDR para atualizar o Decreto 6.047/2007.

Figura 2. Mapa: Objetivo I PNDR – Convergência de Renda Inter-Regional (Renda domiciliar per capita por Microrregiões – Censo 2010).



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

Embora a PNDR não privilegie a ação direta nestes espaços, são áreas estratégicas para o beneficiamento, comercialização e serviços, além do desenvolvimento de novas tecnologias. Estas regiões são importantes para o desenvolvimento de parcerias

estratégicas no âmbito dos programas de desenvolvimento regional e inclusão produtiva associados a PNDR. O recorte setorial identifica a cadeia produtiva selecionada, conforme os critérios apresentados no **Quadro 1** a seguir:

QUADRO 1. CRITÉRIOS DE RECORTE SETORIAL DAS ROTAS

Potencial de inclusão produtiva	A atividade deve ser de fácil entrada, importando em baixos custos iniciais de investimento e reduzido valor de custeio operacional.
Afinidade com a identidade regional	Foco em atividades alinhadas com a cultura regional, explorando seu potencial de diferenciação como vantagem competitiva.
Sustentabilidade ambiental	A atividade selecionada deve apresentar baixo impacto ambiental e deverá contribuir para a preservação e/ou recuperação do seu bioma.
Organização social presente	Prioridade para setores organizados em regime de cooperativas ou associações.
Potencial de crescimento do setor	A atividade deve apresentar forte potencial de crescimento, seja em função do aproveitamento do mercado interno, seja pela exploração de um mercado exportador relevante.
Atividade intensiva em emprego	O setor deve apresentar forte coeficiente de geração de emprego direto e nos setores de beneficiamento e serviços.
Potencial de aprofundamento tecnológico	O setor deve apresentar novos produtos e negócios derivados da atividade principal.
Representatividade regional	O segmento deve ter forte representatividade física e econômica regional. Serão priorizadas atividades desenvolvidas em mais de uma UF.
Potencial de encadeamento produtivo	As ações devem contribuir para o encadeamento produtivo entre fornecedores, prestadores de serviços, produtores, processadores e consumidores, fortalecendo a malha produtiva, a logística regional e a rede de cidades dos territórios.
Setor amparado por outras iniciativas	Prioridade de convergência de ações e aproveitamento da experiência e recursos de outros projetos de desenvolvimento

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

As ações buscam criar consistência e cooperação nos APLs priorizados, por meio da aproximação com os atores relevantes, seja para identificar e equacionar os gargalos ou aproveitar as oportunidades e desenvolver o potencial da cadeia produtiva no território selecionado. São prospectados os espaços onde a produção está mais adensada (polos), o que permite a participação de um maior número de produtores, organizados em associações e cooperativas, de modo a obter resultados em escala mais expressiva, seja na propriedade individual, seja em unidades coletivas de beneficiamento e comercialização (agroindústrias familiares ou empresariais).

Sob a perspectiva das Rotas, iniciativas de fomento contextualizadas como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), qualificação profissional, financiamento, compras governamentais, entre outras, têm desdobramentos para várias Unidades da Federação, adquirindo uma abrangência regional ou mesmo nacional. No caso da Cadeia Produtiva do Cordeiro, por exemplo, linhas de crédito específicas, apoio ao melhoramento genético do rebanho ou Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) podem favorecer simultaneamente todos os criadores, de norte a sul do país.

A estratégia das Rotas incentiva a criação de redes de cooperação entre órgãos federais, estados e municípios, bem como entre produtores e empresários, os atores diretamente responsáveis pelo sucesso dos projetos. Na perspectiva do empreendedor,

a estruturação de redes de APLs enseja a troca de experiências organizativas, permitindo o compartilhamento de mercados, tecnologias e sistemas de gestão, além do acesso a uma rede inter-regional de fornecedores de serviços, equipamentos e matérias-primas.

Nas Rotas, merece especial atenção a construção de parcerias para a montagem de um sistema eficaz de governança. A coordenação de ações permite que cada agência pública ou privada se especialize em sua área de atuação, seja na gestão do financiamento, da capacitação, ou infraestrutura. Por outro lado, o enfoque setorial permite a identificação das necessidades concretas da cadeia produtiva trabalhada no território específico.

A proposta das Rotas na PNDR identifica atividades sustentáveis e inclusivas em todo território nacional, pois a atividade econômica em grande medida define o modelo de ocupação do espaço e as suas consequências. Assim, está em questão o próprio padrão de desenvolvimento econômico regional adotado no país. A introdução do progresso técnico na agricultura familiar e nos regimes extrativistas tradicionais permite explorar o magnífico potencial de nossa cultura e biodiversidade, seja no desenvolvimento de sistemas de produção de alimentos e energia solar na região semiárida, seja no desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e exploração do potencial produtivo da região amazônica.

Em tempo, é de suma importância salientar que as grandes regiões

prioritárias da PNDR, seja a Amazônia Legal ou o Nordeste Semiárido, exigem necessariamente ações inovadoras e criativas para o seu desenvolvimento. Trata-se de territórios ambientalmente sensíveis que não podem ser tratados com base apenas na exploração intensiva de commodities de base agropecuária ou mineral.

Estudos realizados pela Redesist, na ocasião, a partir de demanda realizada pelo Ministério da Integração Nacional – MI, na atualidade Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicaram cadeias produtivas estratégicas para a formação de Rotas em todo o país. As cadeias produtivas sinalizadas pela Redesist foram discutidas e consolidadas junto a todos os estados brasileiros e principais órgãos de fomento a partir de oficinas macrorregionais, realizadas em parceria com as superintendências de desenvolvimento regional (Sudene, Sudam e Sudeco), o BNDES (Macrorregião Sudeste) e o BRDE (Macrorregião Sul).

As oficinas macrorregionais contaram, na ocasião, com a cooperação dos Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴ e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e permitiram uma convergência estratégica entre os Ministérios de fomento ao desenvolvimento setorial (MDIC), regional (MI, na atualidade MDR) e territorial (MDA) com a base metodológica das Rotas da Integração Nacional.

A sinalização setorial e territorial das Rotas, apresentada no **Quadro 2**, tem facilitado o diálogo com os bancos de desenvolvimento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste), que operam os fundos constitucionais e os fundos de desenvolvimento regional, sob a responsabilidade do MDR. Atualmente estão sendo discutidas linhas de financiamento temáticas a partir dos setores priorizados, com a participação das superintendências de desenvolvimento regional (Sudene, Sudam e Sudeco) vinculadas ao MDR e corresponsáveis pela gestão dos fundos regionais.

4 - O MDA foi extinto ainda em maio de 2016 ao criar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), sendo atualmente a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo integrante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em janeiro de 2019 o MDIC deixou de existir nos moldes antigos, fazendo parte agora do Ministério da Economia como Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais – SECINT. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é resultante da Medida Provisória nº 870 de 1º/01/2019, e oficializada pelo decreto 9.666 de 2 de janeiro de 2019. O órgão foi constituído pela união do Ministério da Integração Nacional (MI) com o Ministério das Cidades (MCid).

QUADRO 2. PROSPECÇÃO DE SETORES PARA ROTAS – REDESIST

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Açaí e frutos da Amazônia	Mel e produtos das abelhas	Leite	Fruticultura	Leite e laticínios
Piscicultura e aquicultura	Ovino caprinocultura	Piscicultura	Cultura e turismo	Confecções
Biodiversidade da floresta	Cultura e turismo	Madeira e móveis	Moda	Tecnologia da informação

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovativos, trabalha onze cadeias produtivas. São elas: a Rota do Açaí, a Rota da Biodiversidade, a Rota do Cacau, a Rota do Cordeiro, a Rota da Economia Circular, a Rota da Fruticultura,

a Rota do Leite, a Rota do Mel, a Rota do Peixe, a Rota da Moda e a Rota da Tecnologia da Informação e Comunicação. A cadeia produtiva da ovinocultura e da caprinocultura foi destacada na região Nordeste, embora apresente forte expressão também nas regiões Sul e Centro-Oeste, tornando-se uma Rota de alcance nacional.

Figura 3. Logos das Cadeias Produtivas do Programa Rotas.



Fonte: Elaborado pela ERConsult, dados fornecidos pelo MDR (2022)

A Rota do Cordeiro

A estruturação da cadeia produtiva da ovinocultura e da caprinocultura é estratégica sob a perspectiva do desenvolvimento regional, haja vista o grande número de ocupações e postos de trabalho e renda gerados direta e indiretamente, especialmente para pequenos produtores rurais em regiões de baixa renda em todo o país. Contudo, o aproveitamento pleno do potencial do setor importa em um conjunto integrado de iniciativas estruturantes, públicas e privadas, que justificaram a criação do Projeto Rota do Cordeiro.

Estudos desenvolvidos pela Embrapa indicam as precárias condições tecnológicas, os baixos índices de produtividade e a falta de informações de mercado confiáveis na ovinocaprinocultura. A baixa adoção de tecnologia, aliada a escassa organização dos produtores, tem perpetuado a ovinocultura e a caprinocultura como atividades de subsistência, desperdiçando o potencial econômico dessas atividades, cuja contribuição é fundamental para a economia de diversos países, como será visto no diagnóstico apresentado na próxima sessão desta publicação.

Apesar desse potencial, é forte a incidência do abate e do processamento informal ou clandestino. Apenas uma pequena parcela do consumo – cerca de 3% – passa pelos frigoríficos legalmente instituídos e com inspeção sanitária oficial. De acordo com dados do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento – MAPA, cerca de 75% dos abates oficiais de ovinos ocorrem no Rio Grande do Sul (*apud* MDR, 2020), ainda que a Região Nordeste conte com cerca de 60% do rebanho.

O desenvolvimento do setor é comprometido graças a dificuldade de se estabelecer uma ligação mais forte entre produção, processamento e mercado. Malgrado os expressivos rebanhos de ovinos e caprinos existentes, a maioria dos frigoríficos certificados opera com capacidade ociosa, por falta de animais para abate. No segmento de carnes, a demanda insatisfeita é atendida por importações. Já no segmento de couros, a pele de ovinos e caprinos é exportada como *wet blue*, produto da fase mais poluente do curtimento, e importada com acabamento final.

As barreiras identificadas para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura são: (a) Falta de regularidade na oferta, consequência das práticas inadequadas de alimentação e dessendatação para o rebanho, que comprometem a oferta de animais; (b) Falta de padrão de produto, decorrente da prática de abate de animais de raças e idades diferentes, além de serem criados com alimentação e manejo inapropriados, o que prejudica o ganho de peso e a padronização da carcaça, essencial para a indústria; (c) Falta de integração entre produção e abate, pois há predominância de operações de compra e venda no varejo por intermediários,

com poucas estruturas contratuais ou coordenadas verticalmente.

A cadeia produtiva da ovinocaprinocultura enfrenta um problema circular e cumulativo, sendo ele:

- a. A **oferta** – de carnes, peles, leite e derivados – não é qualificada porque o produtor não é devidamente profissionalizado, capacitado, organizado e remunerado de modo a prover uma oferta uniforme e regular durante todo o ano.
- b. A **demanda** – de frigoríficos, restaurantes, laticínios, curtumes não se desenvolve graças à irregularidade da oferta. A falta de animais induz os frigoríficos a trabalhar abaixo do ponto de equilíbrio, dificultando o pagamento por qualidade e comprometendo a competitividade do produto local, face ao importado. A tabela de abates intermitentes compromete a sustentabilidade da agroindústria de processamento, que opera com alta capacidade ociosa.

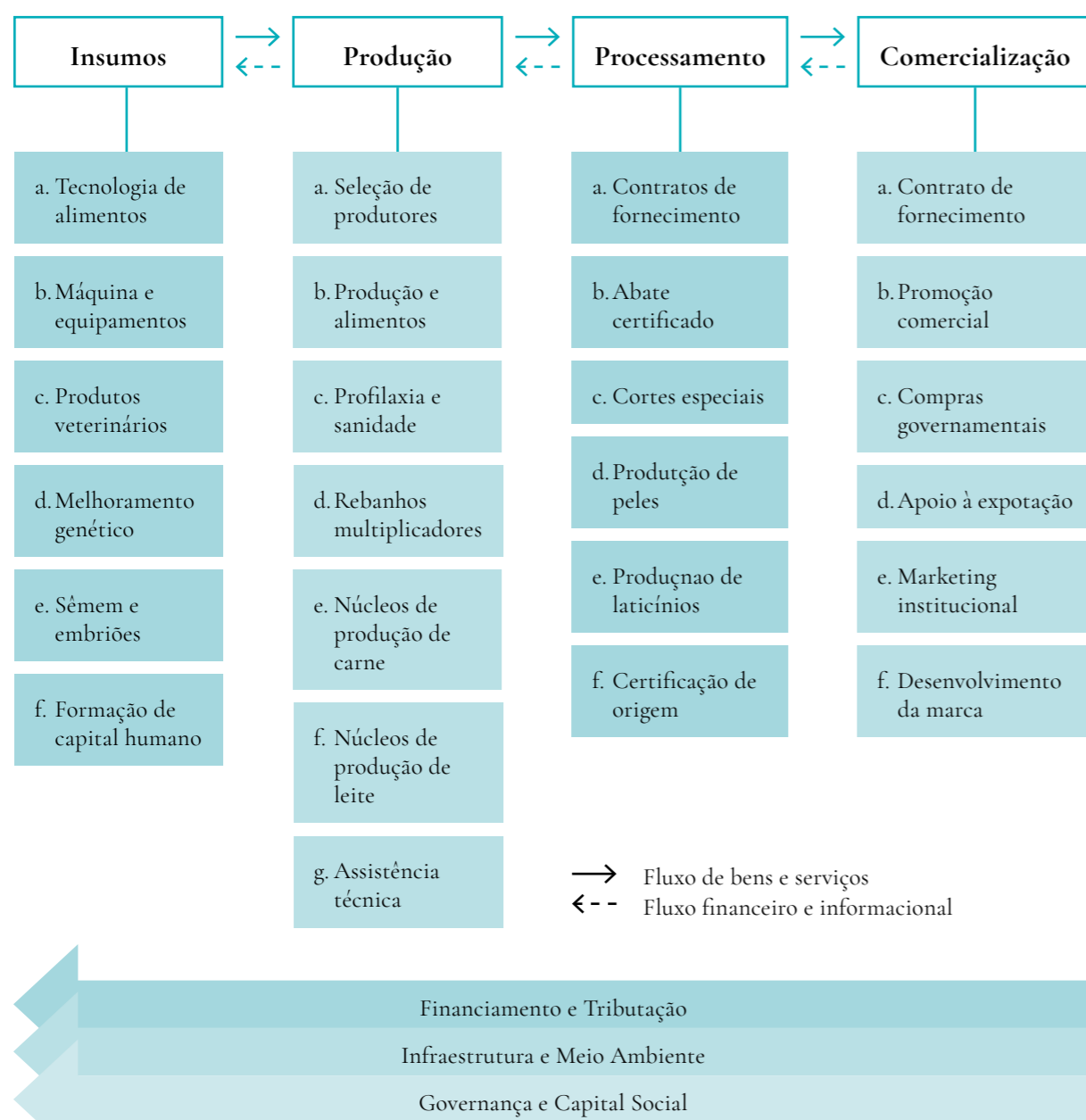
Conforme informações da CNA, o abate certificado tem caído bruscamente no Brasil, paralelamente ao aumento das importações. A capacidade ociosa dos abatedouros frigoríficos de ovinos e caprinos brasileiros encontra-se na faixa de 80% (dados de 2015). Como se vê, é necessária uma ação convergente e coordenada ao longo da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, de modo a romper esse círculo vicioso. O diagnóstico consensual do setor é que ações pontuais e fragmentadas não conseguem

romper a lógica perversa que perpetua a desorganização desta cadeia produtiva. São necessárias ações desde a capacitação e a organização dos produtores, à provisão de condições materiais – insumos e serviços – para uma oferta padronizada e regular, além do estabelecimento de conexões entre a produção, o abate, o processamento e o consumidor final.

A necessidade da construção desta governança setorial para a ovinocultura brasileira motivou a formulação da Rota do Cordeiro, a partir de um Acordo de Cooperação entre o Ministério da Integração Nacional e a Embrapa Caprinos e Ovinos iniciado em 2012. Com o tempo, o projeto obteve apoio da Arco, CNA, Sebrae e Frente-Ovino, além de diversos parceiros organizados em torno da Câmara Setorial de Ovinos e Caprinos do MAPA.

O objetivo geral da Rota do Cordeiro é promover o desenvolvimento territorial e regional por meio do fortalecimento dos APL associados à ovinocultura e à caprinocultura. Busca-se identificar e desenvolver redes de APLs e articular o apoio de agências públicas e privadas, em torno de uma agenda convergente e sinérgica na cadeia produtiva e no território, conforme representado na **Figura 4**. As ações partem do entendimento e negociação dos atores (partes interessadas) em relação a problemática do setor (local e nacional) levando à construção de um plano de ações coletivas, as quais forma as carteiras de projetos com base em oficinas locais de integração.

Figura 4. Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura



Fonte: MDR (2021)

Na lógica da verticalização e agregação de valor no APL, é incentivada a formação de sistemas agroindustriais integrados nos polos. Associações e cooperativas de agricultores familiares são incentivadas a contratualizar o fornecimento a empresas locais como frigoríficos, abatedouros, curtumes. Além disso, surge o estímulo

para desenvolver iniciativas próprias de beneficiamento de base familiar como laticínios, embutidos, artesanato em couro de alto valor comercial e cultural. A contrapartida do projeto reside no incentivo à organização social, melhoramento genético do rebanho com base em animais locais, otimização do

regime agroalimentar da propriedade, serviços de assistência técnica e extensão rural, provisão de financiamento e infraestrutura, entre outros elementos necessários à estruturação do setor. A estratégia estrutura uma plataforma tecnológica para dar suporte à Rota do Cordeiro, que visa gerar eficiência em toda cadeia produtiva. Conectando de forma lógica os elos do fornecimento de insumos, bens e serviços à montante das propriedades rurais onde ocorre a produção, com os elos a jusante, onde estão os processos de industrialização, distribuição e comercialização, com uma governança adequada de entidades públicas e privadas. Como resultado, o setor alcança a competitividade e a sustentabilidade,

conforme demonstrado na Figura 5. A Embrapa, parceira técnica da Rota do Cordeiro, recomenda o emprego da lógica dos Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial) nos polos onde há produção tradicional, consumo frequente, além de produtos diferenciados, que podem ser reconhecidos e valorizados como tais. Os Polos de Bagé (RS) e Tauá (CE) já estão sendo trabalhados desta forma. O Sial estimula o processo de resgate do valor dos produtos, da cultura e do saber fazer dos produtores locais. O estímulo às pequenas indústrias familiares, ao turismo rural, à gastronomia local e às manifestações culturais permite se estabelecer a diferenciação entre regiões.

Figura 5. Plataforma Tecnológica da Rota do Cordeiro



Fonte: Embrapa (2018)

A partir de acordo de cooperação realizado entre o MDR, a Embrapa e a Arco, identificou-se 13 polos prioritários (APLs) para o desenvolvimento de ações de fomento à ovinocultura e caprinocultura,

apresentados na **Tabela 1**. Com a evolução do projeto Rota do Cordeiro, novos polos serão identificados e trabalhados. (Hoje temos o Polo Cordeiro Potiguar como sendo o 14. que foi iniciado em 2017).

TABELA 1. POLOS DA ROTA DO CORDEIRO

Polos	Cidade Polo	Região
Cordeiro Potiguar	Mossoró – RN	Nordeste
Sertão do Inhamuns	Tauá – CE	Nordeste
Sertão Norte Baiano	Juazeiro – BA	Nordeste
Sertão do São Francisco Pernambucano	Petrolina – PE	Nordeste
Baixo Parnaíba	Chapadinha/Vargem Grande – MA	Nordeste
Rio das Contas	Manoel Vitorino – BA	Nordeste
Serra da Capivara	Dom Inocêncio – PI	Nordeste
Chapada do Jacaré	Jussará – BA	Nordeste
Bacia do Jacuípe	Pintadas – BA	Nordeste
Itaparica	Floresta – PE	Nordeste
Polo Integrado Paraíba – Pernambuco	Monteiro – PB	Nordeste
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni – MG	Sudeste
Alto Camaquã	Bagé – RS	Sul
Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho	Santana do Livramento – RS	Sul

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (2022)

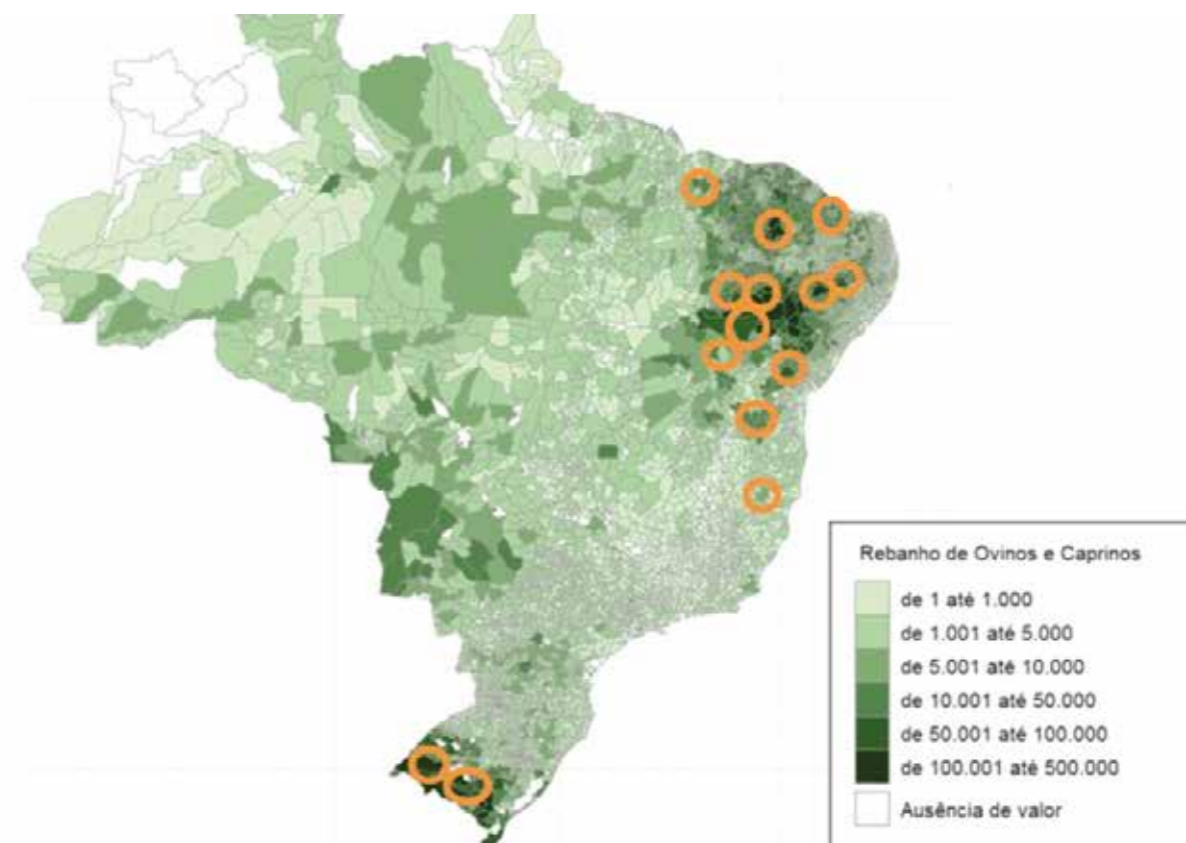
A seleção dos polos prioritários baseou-se nos seguintes critérios:

- I. **Representatividade da produção no contexto estadual e nacional** – Privilegiou-se os APLs com maior densidade produtiva.
- II. **Iniciativas públicas e privadas em andamento** – Foco nos APLs onde já existem iniciativas em andamento, de modo a otimizar os recursos já empregados na promoção do setor e garantir sua sustentabilidade e crescimento.

III. **Perfil de renda do território** – privilegiaram-se territórios com renda per capita abaixo da média nacional, em consonância com a PNDR e os objetivos nacionais de inclusão produtiva e combate à pobreza.

A maior concentração da produção de ovinos e caprinos do Brasil está na região Nordeste, seguida da região Sul. A **Figura 6** apresenta o mapa com a concentração dos rebanhos destas duas espécies, sendo que na região Sul a predominância é de ovinos, com menor participação dos caprinos quando comparada à região Nordeste.

Figura 6. Polos da Rota do Cordeiro sobre georreferenciamento do rebanho de ovinos caprinos por municípios



Fonte: MDR (2021)

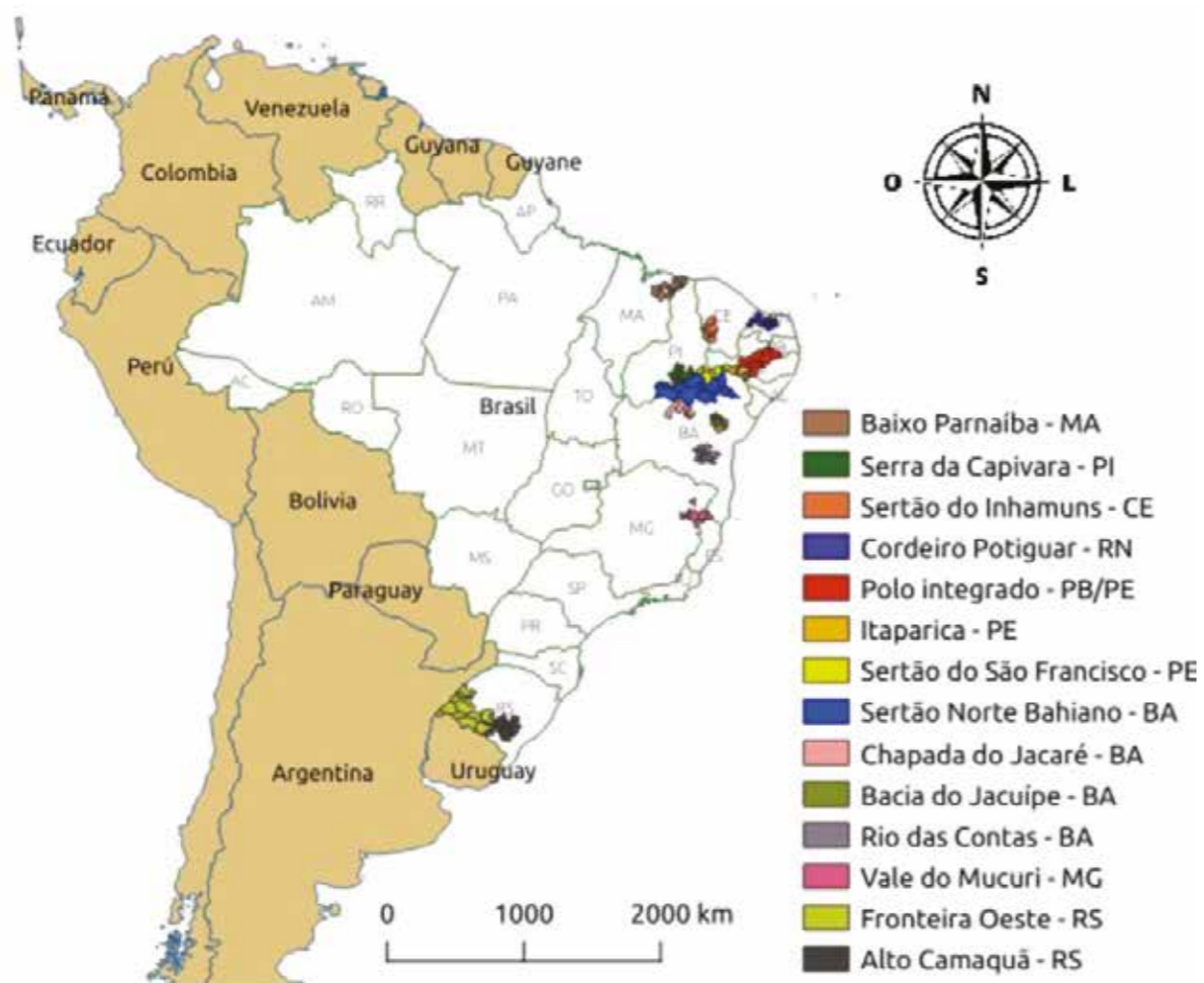
Em entendimento com a FAO, o MDR contratou consultoria com os seguintes objetivos:

- I. Produzir diagnóstico atualizado da cadeia produtiva da ovinocultura e caprinocultura no Brasil e no mundo.
- II. Realizar Rodadas de Negócios no mínimo em três polos da Rota do Cordeiro.
- III. Atualizar o documento “Bases para o Plano Nacional de Desenvolvimento da

Rota do Cordeiro” publicado em 2017.

A partir das oficinas de planejamento da Rota do Cordeiro, os polos identificados se consolidaram como territórios de referência para a ovinocaprinocultura, graças a mobilização e participação dos atores locais e regionais. Nas oficinas realizadas, as lideranças do setor definiram o nome do polo e sua visão de futuro, além dos municípios da área de abrangência de cada APL, conforme demonstrado na **Figura 7**.

Figura 7. Área de abrangência dos APLs



Fonte: MDR (2017)





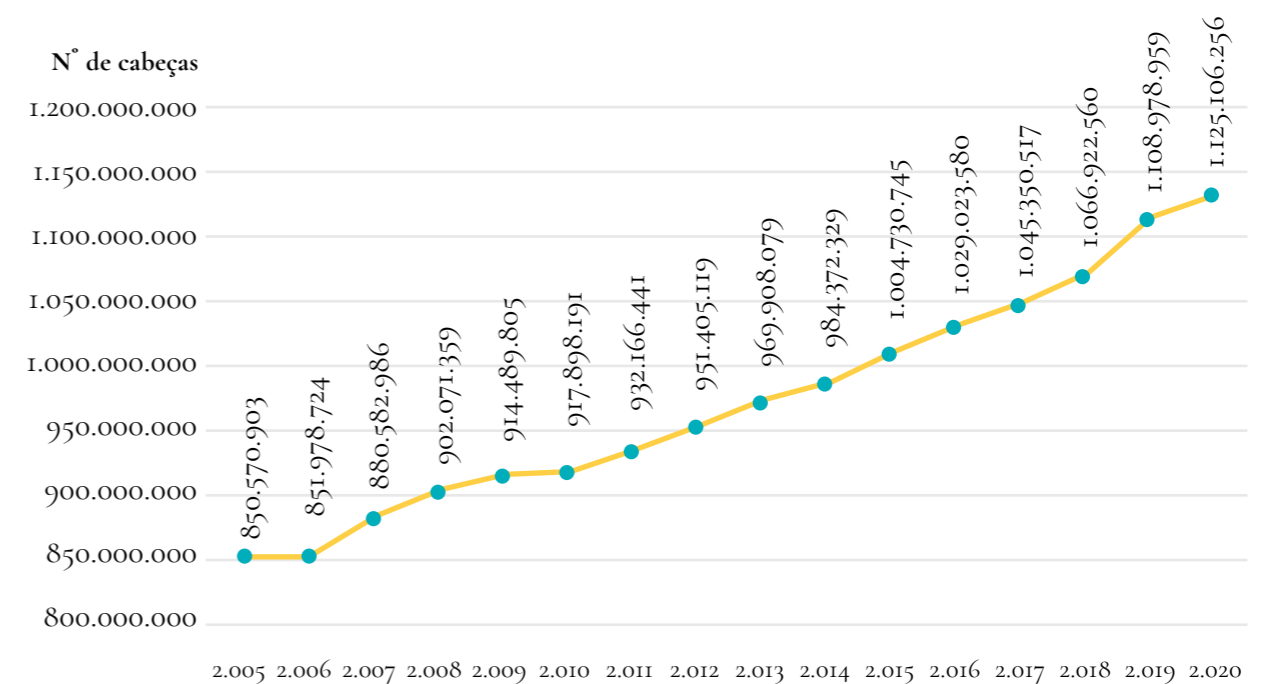
DIAGNÓSTICO DA OVINOCA-PRINOCULTURA

Contextualização da cadeia produtiva de ovinocultura e caprinocultura no mundo

Para melhor compreensão da realidade da ovinocultura e da caprinocultura no Brasil, iniciamos os trabalhos de campo com o estudo de diagnóstico apresentado a seguir. Segundo os últimos dados oficiais da FAO

(2022), a caprinocultura no mundo vem crescendo constantemente com um índice de 24,6% em 2020 quando comparado a 2005, conforme visto abaixo, no **Gráfico 1**.

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DO REBANHO CAPRINO NO MUNDO



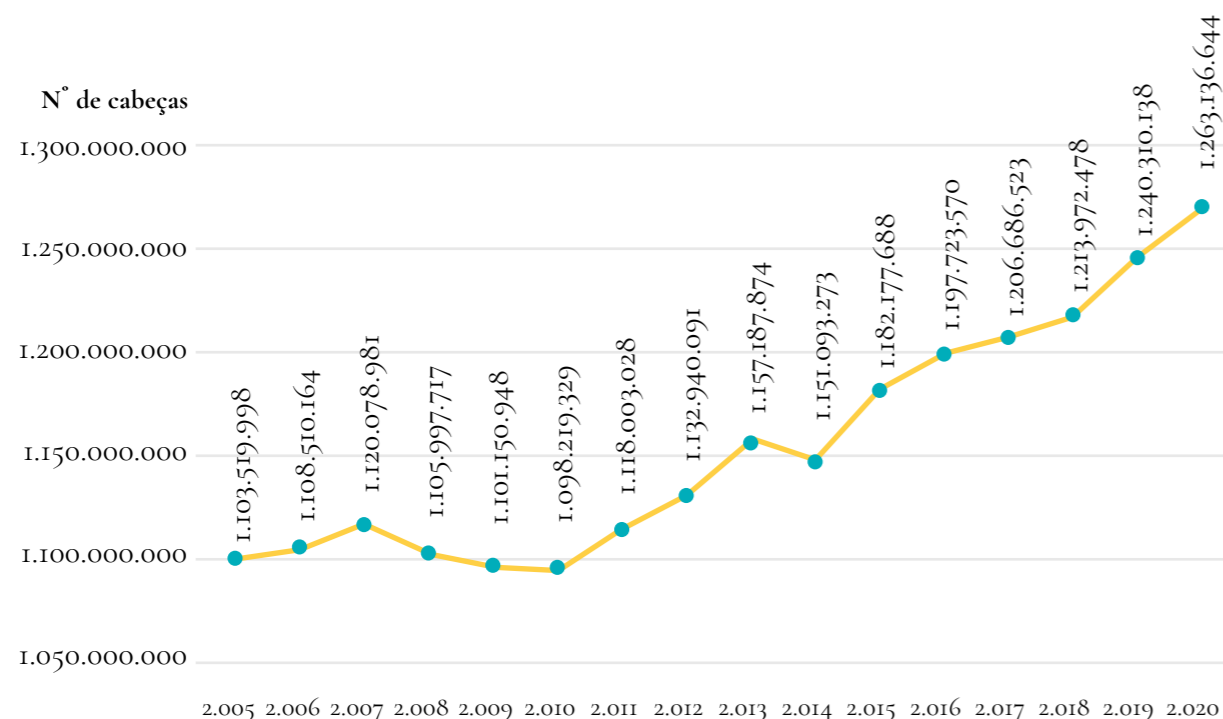
Fonte: FAO (2022)



No caso da ovinocultura, os dados da FAO (2022), revelam uma diminuição no ritmo de crescimento entre o período de 2007 a 2010 e novamente entre 2013 e 2014. Porém, no período de 2005 – 2020, como um todo, alcançou um crescimento de

12,6%, conforme detalhado no Gráfico 2. Em termos de crescimento médio anual, o índice da ovinocultura mundial ficou em 0,84%, o que representa a metade do crescimento anual da caprinocultura nos mesmos 15 anos.

GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DO REBANHO OVINO NO MUNDO

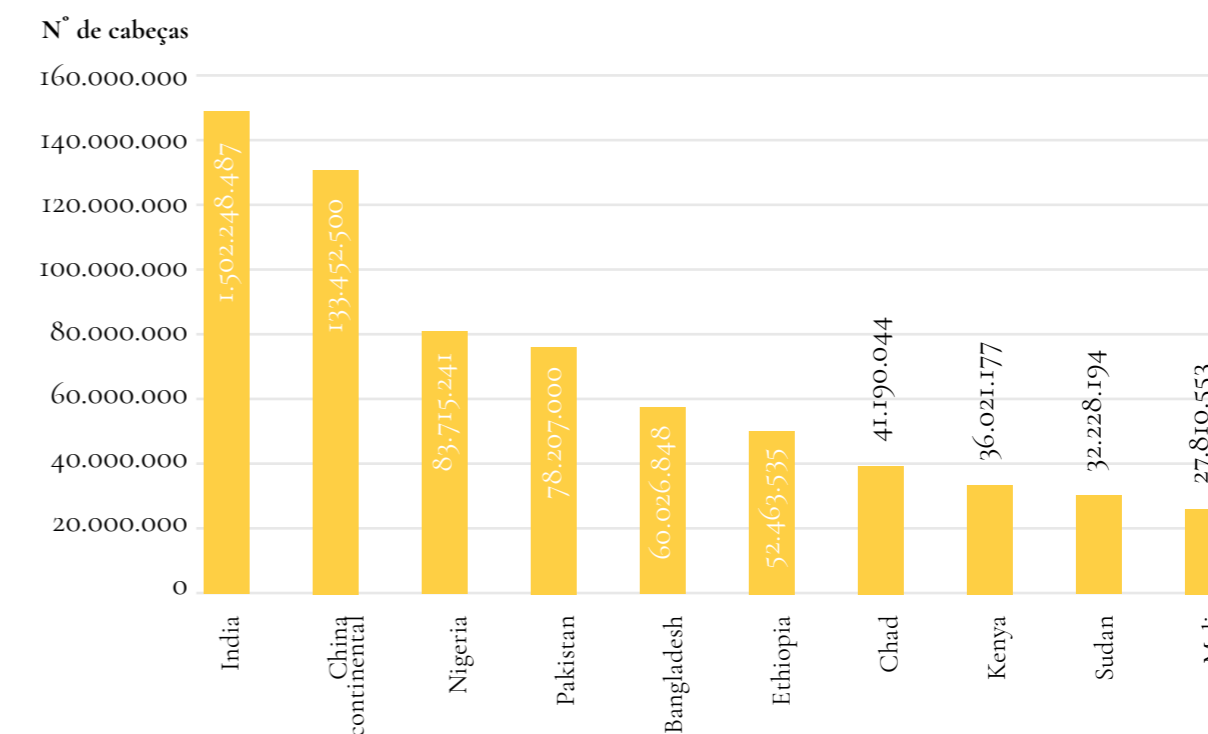


Fonte: FAO (2022)

Nos gráficos a seguir, são apresentados os dez maiores rebanhos de caprinos e ovinos no mundo, onde a Índia é líder em caprinos e a China é líder em ovinos. Em números absolutos, a Índia possui 18 milhões de cabeças de caprinos a mais que a segunda colocada, China (Gráfico 3). No rebanho ovino (Gráfico 4), a China tem mais de 2,5 vezes o número de animais a mais que a segunda colocada, a Índia (FAO, 2022).



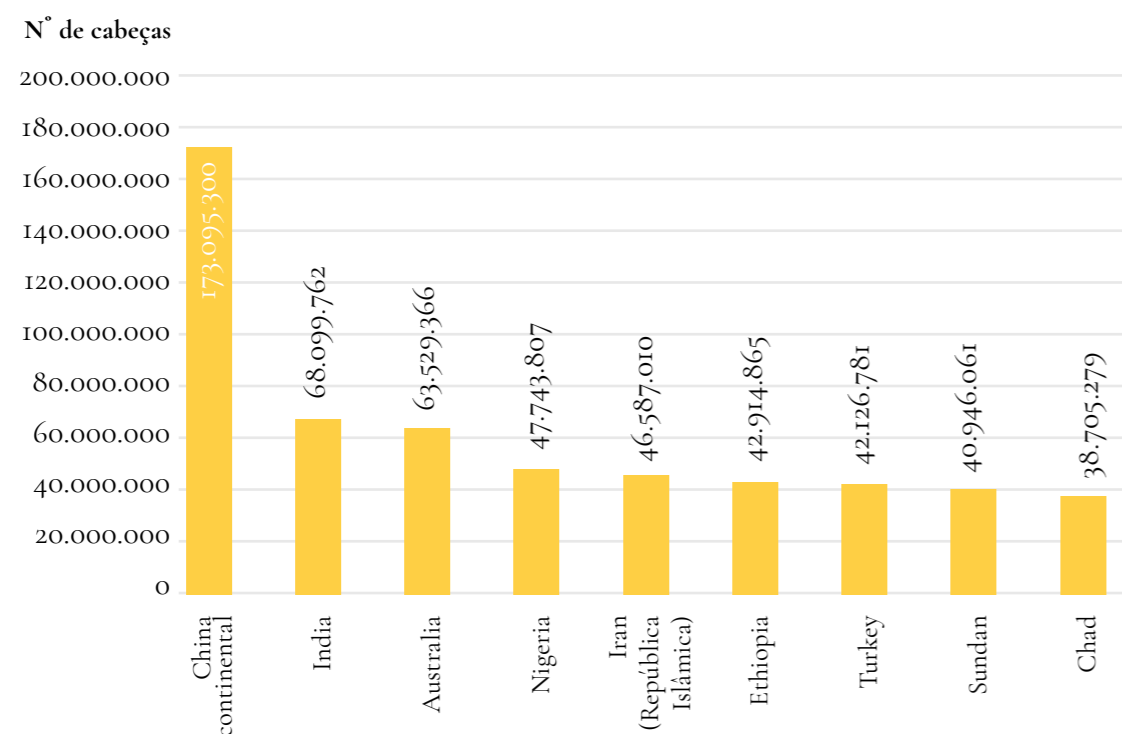
GRÁFICO 3. RANKING MUNDIAL DA PRODUÇÃO DE CABRAS



Fonte: FAO (2022)

O Brasil é o 19º no ranking global para ovinos e 20º para caprinos, demonstrando as oportunidades para o Brasil, haja vista que países como Índia, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, têm reduzido significativamente seus rebanhos enquanto a população consumidora tem aumentado, principalmente na China, que é a segunda maior importadora de carne ovina do mundo, conforme apresentado no Gráfico 4 (FAO, 2022).

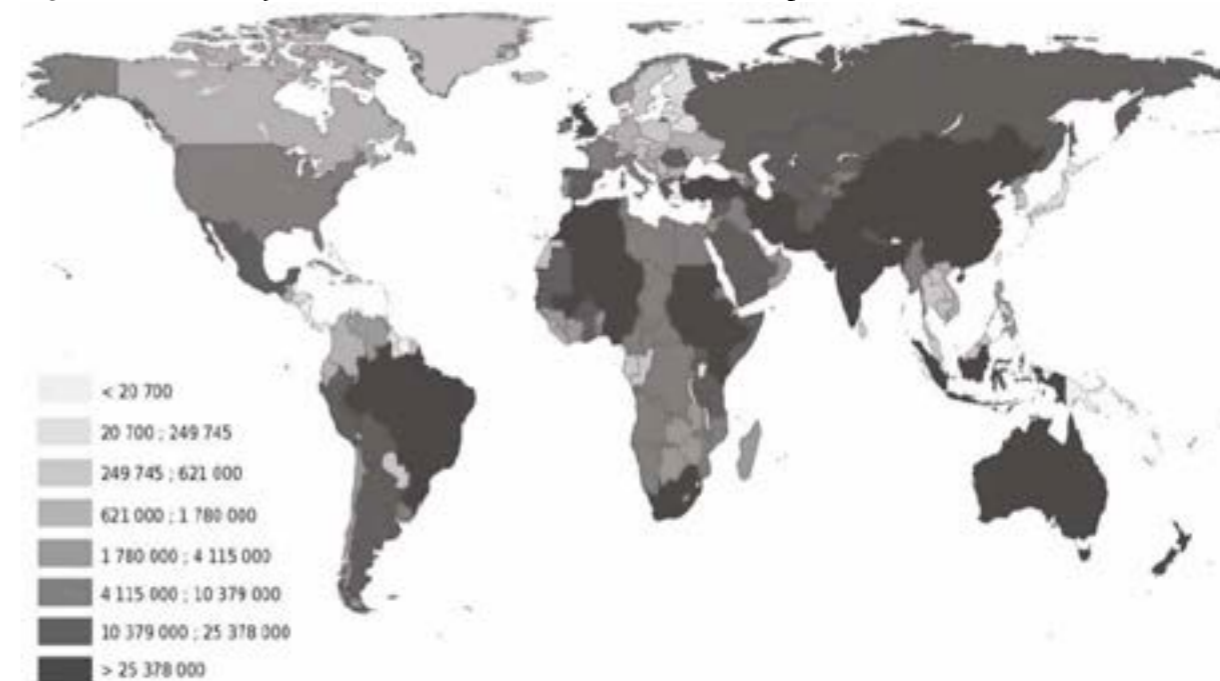
GRÁFICO 4. RANKING MUNDIAL DA PRODUÇÃO DE OVELHAS



Fonte: FAO (2022)

Os países em desenvolvimento representam o maior número de rebanho de caprinos e ovinos (FAO-STAT, 2014). Podemos observar, na **Figura 8**, que a América do Norte é a região com menor distribuição do número de rebanho de caprinos e ovinos.

Figura 8. Distribuição mundial do número do rebanho de caprinos e ovinos.



Fonte: FAO (2014)

De acordo com a **Tabela 2**, constata-se significativa evolução no valor das importações da carne de caprinos, que partiram de US\$ 284 milhões em 2010 para US\$ 317 milhões em 2020, um crescimento de 11,7%. Destaca-se que o Oriente Médio, como o maior importador de carne caprina no mundo (FAO, 2022).



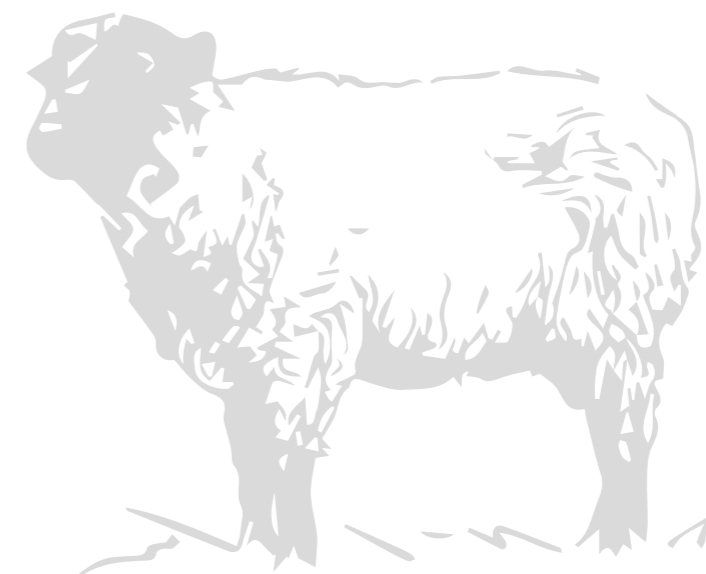
**TABELA 2. PRINCIPAIS IMPORTADORES DE CARNE DE CAPRINOS (EM 1.000 US\$)**

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Oriente Médio	115.665	168.559	149.239	155.104	148.066	147.367	123.541	134.975	129.252	128.379	113.113
Estados Unidos	61.151	85.948	72.109	72.148	94.626	95.327	107.040	147.471	99.588	138.656	78.176
União Europeia	28.961	32.862	31.368	30.505	33.222	29.291	27.845	30.584	35.264	38.644	38.635
China	43.961	50.739	49.501	70.363	66.674	44.603	53.526	66.524	51.916	39.756	43.379
Outros países	35.109	41.342	41.447	58.524	65.599	49.020	44.818	63.532	42.579	47.285	44.061
Total Geral	284.847	379.450	343.664	386.644	408.187	365.608	356.770	443.086	358.599	392.720	317.364

Fonte: Elaboração SpiesAgro, com base em FAO (2022)

Segundo os dados da FAO (2022), apresentados na **Tabela 3**, o maior importador de carne ovina do mundo é a União Europeia, com exceção de 2018 para cá, quando a China superou os demais países. As importações da China evoluíram de US\$ 453 milhões em 2010 para US\$ 3,641 bilhões em 2020, demonstrando o grande potencial de compra que a nação tem (FAO, 2022).

O Brasil também é importador de carne ovina, originada principalmente do Uruguai, com cerca de US\$ 21 milhões importados no ano de 2020 (período de pandemia). Os dados mostram que o Brasil deveria retomar a produção para atendimento ao mercado interno, que é estratégico para a agricultura familiar no Brasil (FAO-STAT, 2022).

**TABELA 3. PRINCIPAIS IMPORTADORES DE CARNE DE OVINOS (EM 1.000 US\$)**

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
União Europeia	1.934.101	2.428.481	1.984.552	1.929.599	2.050.621	1.797.966	1.788.696	2.017.625	2.245.347	1.924.645	1.878.368
China	453.505	706.387	975.329	2.009.538	2.418.025	1.574.464	1.245.859	1.891.030	2.781.858	3.869.657	3.641.472
Oriente Médio	704.285	692.047	819.548	844.671	1.063.955	1.023.007	875.247	1.027.169	1.044.737	974.455	836.896
Estados Unidos	529.992	675.549	552.378	590.769	676.218	697.951	678.756	830.864	933.129	1.010.725	932.616
Brazil	35.006	33.868	35.211	45.896	56.837	45.743	37.544	40.079	48.128	31.908	21.610
Outros países	1.665.932	1.885.105	1.739.290	1.788.431	1.996.194	1.702.091	1.511.604	1.892.549	2.086.268	1.839.127	1.851.851
Total Geral	5.322.821	6.421.437	6.106.308	7.208.904	8.261.850	6.841.222	6.137.706	7.699.316	9.139.467	9.650.517	9.162.813

Fonte: Elaboração SpiesAgro, com base em FAO (2022)

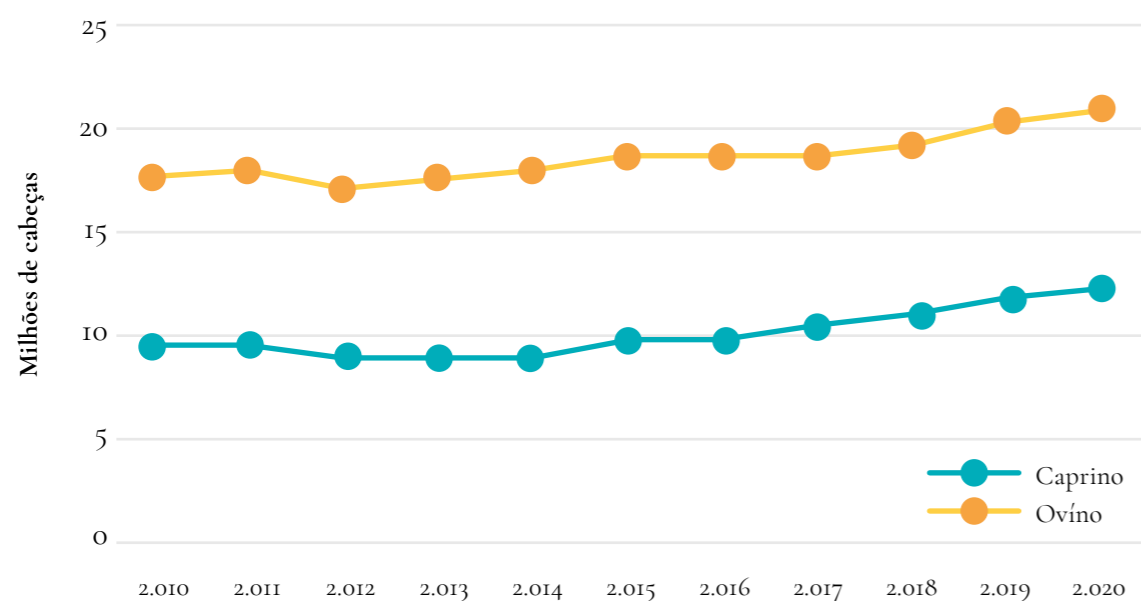


Contextualização Da Cadeia Produtiva Da Ovinocultura E Caprinocultura No Brasil

Analisando os dados do IBGE (2022) do período 2010 a 2020, observa-se que o efetivo dos rebanhos de caprinos e de ovinos no Brasil vem sofrendo alterações

ao longo do tempo, registrando aumento dos efetivos tanto para ovinos como para caprinos, conforme dados apresentados no Gráfico 5. Por outro lado, o rebanho de caprinos sofreu leve queda no período de 2012 a 2014, provavelmente ocasionado pela intensa seca que assolou a região Nordeste no período, recuperando-se nos anos seguintes e atingindo no ano de 2020 número superior a 12 milhões de cabeças.

GRÁFICO 5. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS CAPRINO E OVINO NO BRASIL



Fonte: Elaboração SpiesAgro, com base em IBGE (2022)

Tanto o rebanho de caprinos quanto de ovinos, tiveram crescimento no efetivo de cabeças, conforme detalhado na Tabela 4. Segundo a série histórica deste efetivo, entre os anos de 2010 e 2020, o efetivo do

rebanho de caprinos teve um aumento de pouco mais que 29%, enquanto o rebanho de ovinos cresceu 18% em seu efetivo nacional.

TABELA 4. SÉRIE HISTÓRICA DO EFETIVO DO REBANHO NACIONAL DE CAPRINOS E OVINOS (MILHÕES DE CABEÇAS)

Espécie	Ano										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Caprino	9.31	9.38	8.64	8.77	8.85	9.62	9.81	10.46	10.95	11.63	12.10
Ovino	17.38	17.66	16.78	17.29	17.61	18.41	18.40	18.60	18.94	19.97	20.62

Fonte: Elaboração ER Consult, com base em IBGE (2022)

Segundo dados do IBGE (2022), o Nordeste continuou sendo, no ano de 2020, a região com maior quantidade de estabelecimentos envolvidos com a caprinocultura, com quase 11,5 milhões de cabeças. Os estados brasileiros que mais se destacaram foram a Bahia e Pernambuco, cada um com mais de 3 milhões de cabeças, totalizando só com estes dois estados mais de 6,7 milhões de cabeças, conforme detalhado na Tabela 5.

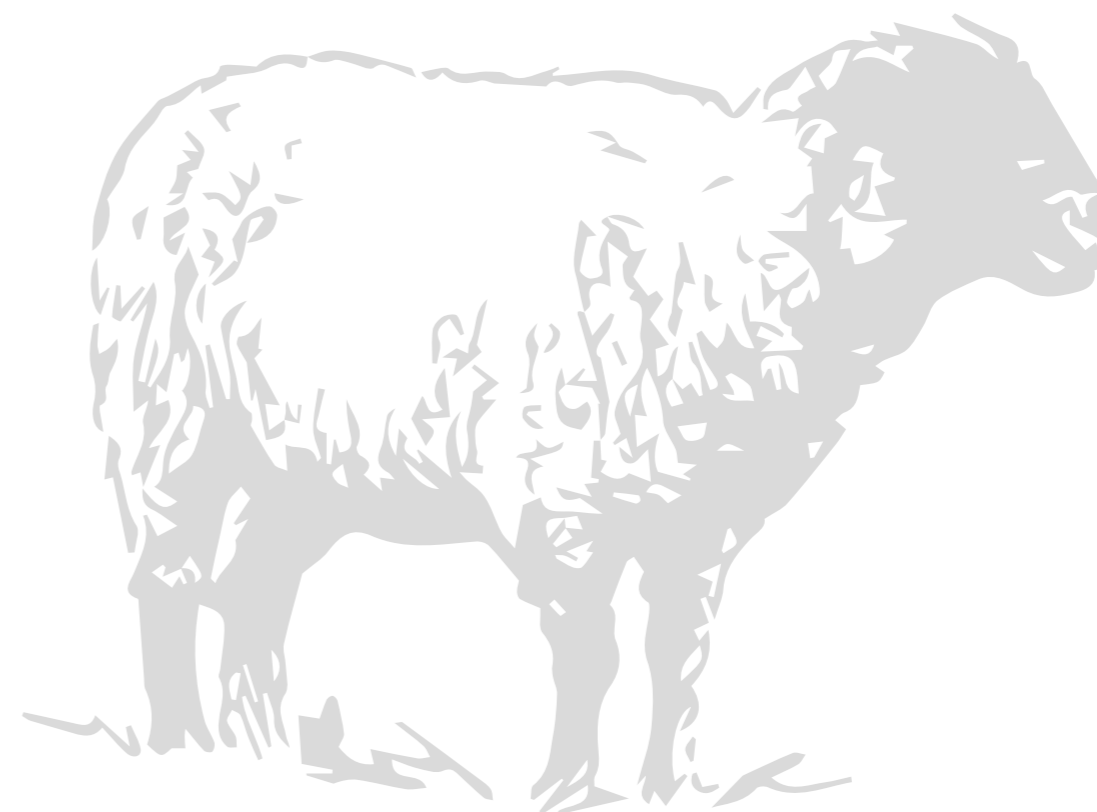


TABELA 5. EFETIVO DE CAPRINOS POR ESTADO E REGIÃO NO BRASIL EM 2020

Região/Estado	Efetivo de caprinos em cabeças
Centro-Oeste	98.726
Mato Grosso	36.242
Goiás	33.893
Mato Grosso do Sul	24.970
Distrito Federal	3.621
Nordeste	11.498.124
Bahia	3.645.234
Pernambuco	3.116.629
Piauí	1.914.146
Ceará	1.164.677
Paraíba	739.915
Rio Grande do Norte	457.276
Maranhão	361.179
Alagoas	76.627
Sergipe	22.441
Norte	161.368
Pará	98.167
Tocantins	15.379
Amazonas	15.233
Acre	12.039
Roraima	11.099
Rondônia	7.296
Amapá	2.155

Região/Estado	Efetivo de caprinos em cabeças
Sudeste	154.894
Minas Gerais	75.863
São Paulo	53.546
Rio de Janeiro	13.560
Espírito Santo	11.925
Sul	188.186
Paraná	85.845
Rio Grande do Sul	61.694
Santa Catarina	40.647
Total Geral	12.101.298

Fonte: Elaboração SpiesAgro, adaptado de IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (2021).

Em relação ao efetivo ovino, em 2020 havia 20,6 milhões de cabeças de ovinos no país, a maior parte concentrada no Nordeste, onde atualmente também se encontra o maior número de estabelecimentos produtores. Na **Tabela 6** podemos verificar que os maiores rebanhos estão no Nordeste, sendo o estado com maior total de cabeças, a Bahia com 4,7 milhões de cabeças, seguidos do estado de Pernambuco com 3,3 milhões e pelo Rio Grande do Sul, com 2,9 milhões (IBGE, 2021).



TABELA 6. EFETIVO DE OVINOS POR ESTADO E REGIÃO NO BRASIL EM 2020

Região/Estado	Efetivo de caprinos em cabeças
Centro-Oeste	1.014.619
Mato Grosso do Sul	412.551
Mato Grosso	458.621
Goiás	120.581
Distrito Federal	22.866
Nordeste	14.561.928
Bahia	4.706.437
Pernambuco	3.304.335
Ceará	2.462.224
Piauí	1.705.154
Rio Grande do Norte	886.855
Paraíba	712.632
Alagoas	322.847
Maranhão	296.058
Sergipe	165.386
Norte	571.266
Pará	228.187
Tocantins	125.148
Acre	84.552
Rondônia	62.477
Amazonas	40.732
Roraima	27.526
Amapá	2.644

Região/Estado	Efetivo de caprinos em cabeças
Sudeste	616.517
São Paulo	330.669
Minas Gerais	206.851
Espírito Santo	42.576
Rio de Janeiro	36.421
Sul	3.864.369
Rio Grande do Sul	2.950.926
Paraná	574.498
Santa Catarina	338.945
Total Geral	20.628.699

Fonte: Elaboração SpiesAgro, adaptado de IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (2021).

Comparando os censos agropecuários de 2006 e 2017, quanto a divisão dos estabelecimentos por tamanho e sua importância em números para o setor, constata-se um crescimento superior a 16% dos estabelecimentos agropecuários com atividade na caprinocultura, conforme apresentado na **Tabela 7**, e próximo a 20% de crescimento nos estabelecimentos com

atividades na ovinocultura. Observa-se que este crescimento é maior nas propriedades de até 50 hectares de área, demonstrando a importância desta atividade para os pequenos e médios criadores, especialmente na região semiárida do Nordeste do país, onde se encontra a maior parte do rebanho caprino e ovino brasileiro.

TABELA 7. EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS QUE CRIAM CAPRINOS E OVINOS AO LONGO DOS 10 ANOS QUE SEPARAM OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Caprinos		Tamanho dos estabelecimentos	Ovinos	
2006	2017		2006	2017
19.583	3.921	Produtor sem Área	15.359	3.196
89.238	112.041	< 5 ha	93.141	146.143
116.061	151.693	5 < 50 ha	193.040	246.737
54.087	58.777	50 < 500 ha	112.547	108.402
4.324	4.097	500 < 1000 ha	12.685	10.998
3.383	3.447	> 1000 ha	11.851	10.808
286.676	333.976	Total	438.623	526.284

Fonte: Elaboração ER Consult, com base em publicação do CIM – Centro de Inteligência e Mercados de Caprinos e Ovinos, Embrapa (2018).

Quando comparados os dados de comercialização de animais no ano da realização de cada censo agropecuário (2006 e 2017), constatamos um crescimento de 65,80% de cabeças de caprinos comercializados quando comparado ao censo anterior e de 47,54% em relação aos ovinos, conforme **Tabela 8**. Entretanto, o número de animais comercializados na ovinocultura foi 77% maior que a caprinocultura em números totais, no ano de 2017. Número este, que pode ser

justificado devido a maior difusão da ovinocultura em todo território brasileiro, uma vez que a caprinocultura está com maior concentração no território nordestino brasileiro, onde corresponde por mais de 90%.

Este aumento na comercialização, fortalece a importância desta atividade como fonte de renda para os estabelecimentos que possuem sua atividade, gerando desta forma renda e conseqüentemente fixação do homem na zona rural (Embrapa, 2018).

TABELA 8. NÚMERO DE ANIMAIS COMERCIALIZADOS NOS ANOS DE REALIZAÇÃO DOS CENSOS 2006 E 2017 POR ESPÉCIE E SUA EVOLUÇÃO

Animais comercializados		
2006		2017
1.146.947	Rebanho Caprino	1.901.678
2.285.983	Rebanho Ovino	3.372.707
3.432.930	Total (cap+ovi)	5.274.385

Fonte: Elaboração ER Consult, com base em publicação do CIM – Centro de Inteligência e Mercados de Caprinos e Ovinos, Embrapa (2018).

No tocante aos valores médios da venda de carcaças dos caprinos e ovinos praticado no Brasil temos uma grande variação devido as características regionais, público consumidor e, principalmente, a intensa atividade clandestina de abates, o qual interfere diretamente no valor de mercado. Esta variação de preço pode ser melhor identificada pelas cotações de preços recebidos pelos produtores por quilo de peso vivo de cada espécie (Embrapa, 2021).

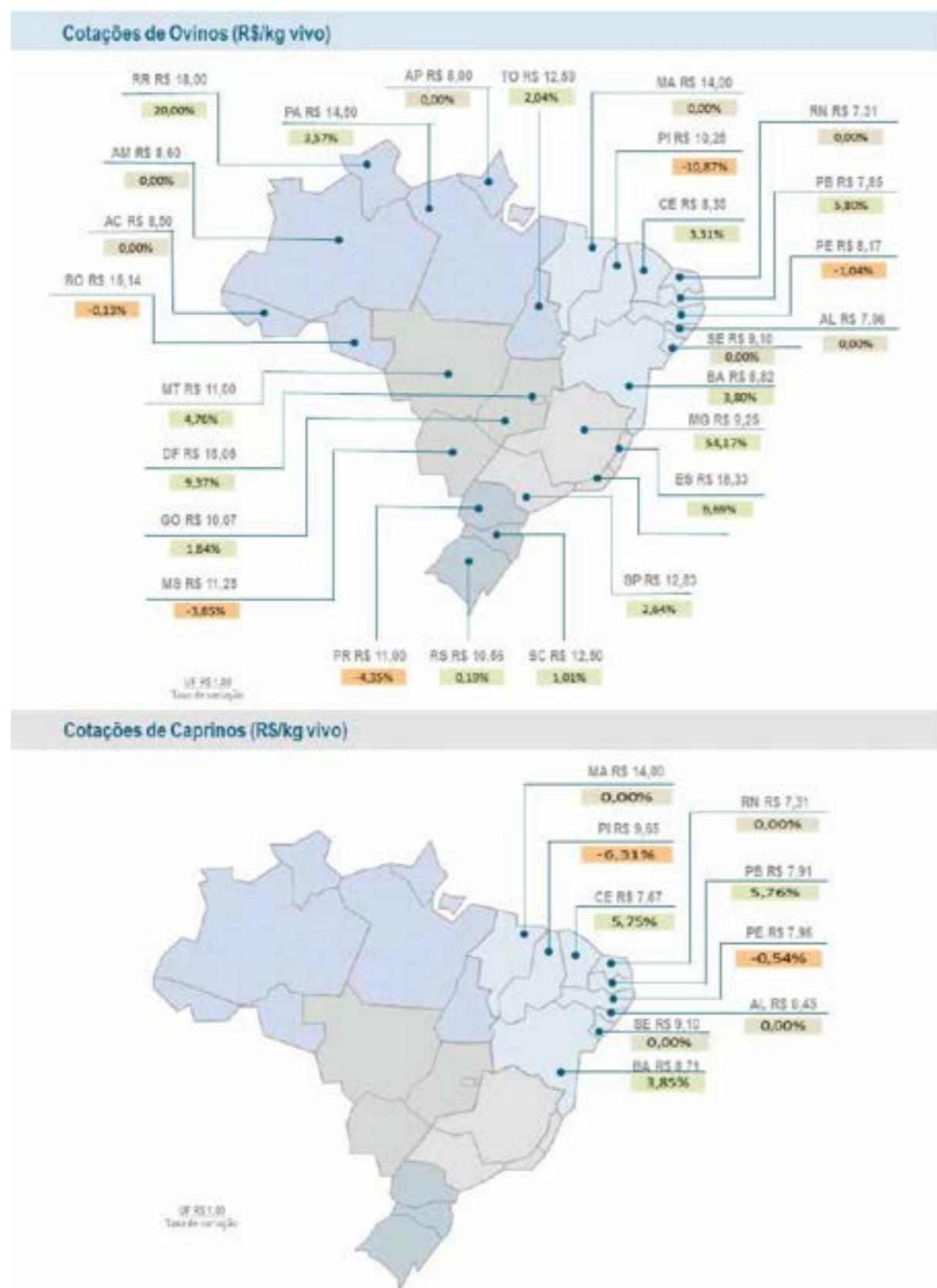
As informações da **Figura 8** são do site de cotações da Embrapa Caprinos e Ovinos disponibilizados em seu Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos (CIM). Os valores são referentes aos preços pagos aos produtores para a carne ovina em dezembro de 2021, em todos os estados brasileiros. Os valores referentes à carne caprina são exclusivos

da região Nordeste do Brasil. As variações apresentadas são um comparativo com o mês imediatamente anterior (Embrapa, 2021).

Os dados apresentados abaixo revelam ainda que a melhor valorização da carne ovina em dezembro de 2021 encontra-se nos estados do Espírito Santo, Rondônia e o Distrito Federal, possivelmente devido à baixa produção destes animais nos estados e a valorização desta culinária, principalmente no DF (Embrapa, 2021).

Já o preço da carne caprina no Nordeste, segundo dados da Embrapa (2021), apresenta pouca variação entre os estados, com exceção do estado do Maranhão, que relatou grande valorização (aproximadamente de 70%) quando comparada com as médias dos outros estados nordestinos.

Figura 9. Cotações de ovinos em todo território brasileiro e caprinos na região Nordeste em dezembro de 2021 (R\$/kg de peso vivo)



Fonte: Embrapa (2021)





OFICINAS DOS POLOS DA ROTA DO CORDEIRO

Polo sertão dos Inhamuns - Ceará

Área de Abrangência do Polo Sertão do Inhamuns

A **Figura 10** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Sertão do Inhamuns, no estado do Ceará. O Polo abrange uma área da região Oeste, na fronteira com o estado do Piauí, conforme

indicado na área destacada em vermelho no mapa. As siglas das entidades constantes na coluna “Partes Interessadas” da Carteira de Projetos deste polo e de todos os demais polos estão descritas na lista apresentada no início deste documento.

Figura 10. Mapa do Polo Sertão de Inhamuns – CE



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO POLO

O programa Rota do Cordeiro, parceria do Ministério do Desenvolvimento Regional e Embrapa Caprinos e Ovinos, atua no município de Tauá (CE) desde 2012. O município foi piloto para o programa, hoje estendido para o Sertão dos Inhamuns, polo composto por seis municípios: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá e Independência. O município de Independência, embora não pertença geograficamente aos que forma a região de Inhamuns, foi incluído por sua importância e semelhança com os demais no contexto da produção de ovinos e caprinos e interação com Tauá e Quiterianópolis.

Um aspecto forte no Polo é a cultura local, as expressões culturais e historicidade em eventos e gastronomia, a densidade significativa de rebanhos caprino e ovino, representatividade do setor produtivo na produção de produtos diferenciados, iniciativas e apoio de programas governamentais e privados. Tauá, a cidade de referência do Polo, é famosa pela *manta de carneiro*, uma espécie de carne de sol ovina, específica e tradicional da região, que busca a certificação de origem para diferenciação e agregação de valor.

Tauá é o principal município do estado do Ceará em volume de produção e apresenta também uma estrutura institucional de ensino, pesquisa e extensão para apoio, como o Instituto Federal do Ceará (IFCE), a Ematerce e as escolas profissionalizantes. Semelhante aos outros municípios do

polo, Tauá apresenta um grande número de pequenos estabelecimentos rurais, beneficiamento informal, comércio de produtos tradicionais de caprinos e ovinos e também um alto consumo dessas carnes. Na caprinocultura leiteira, Tauá tem avançado por meio de programas de iniciativa do governo do estado, havendo um pequeno volume de produção e venda para programas governamentais.

Na tentativa de fortalecer a rede institucional e de entidades ligadas aos produtores, a iniciativa da Rota do Cordeiro incentivou a formação de um grupo gestor local. A ideia foi encampada pela administração do município e hoje Tauá tem a primeira Câmara Setorial Municipal da Ovinocaprinocultura do país. A câmara foi estabelecida por decreto municipal, após articulações com a prefeitura, câmara dos vereadores, entidades públicas e privadas, associações, sindicatos e cooperativas de produtores e trabalhadores.

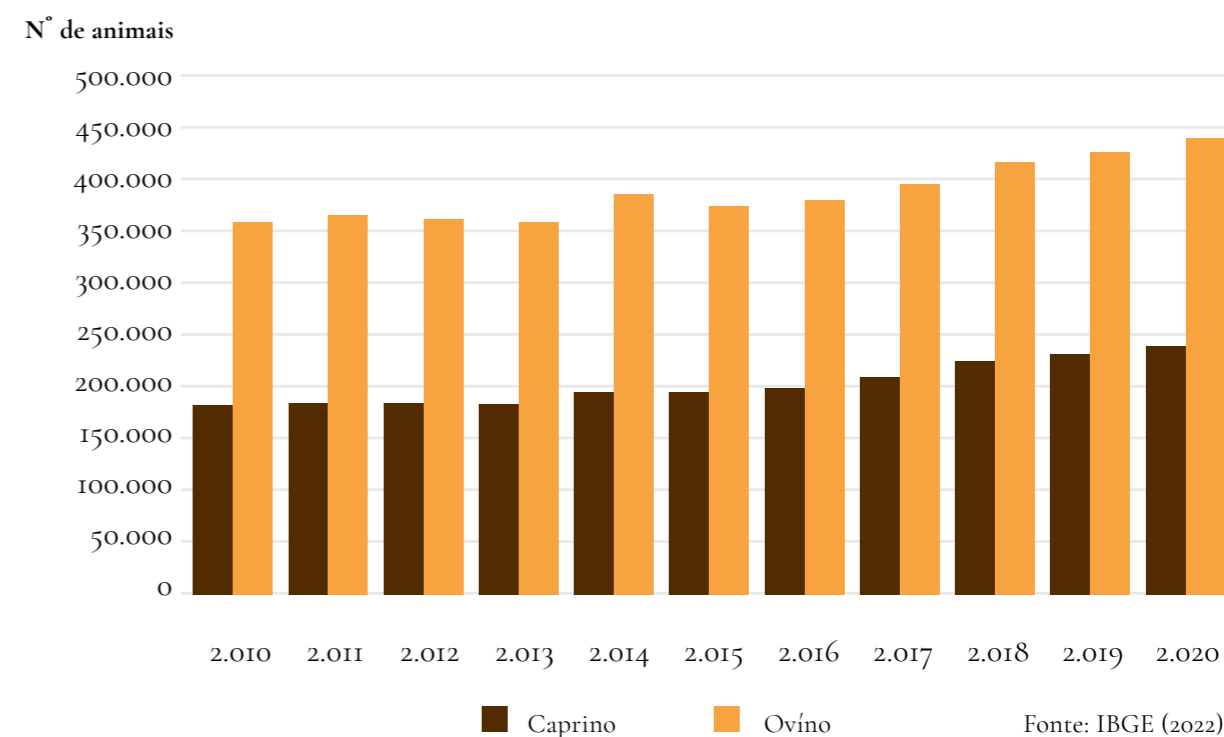
Em Tauá, projeto piloto da Rota do Cordeiro, realizou-se a primeira oficina de planejamento, também visando consolidar uma carteira de projetos construída junto com os produtores. Essa carteira de projetos funciona como guia para um programa de desenvolvimento regional, onde os projetos componentes são definidos de acordo com as necessidades e as possibilidades de superar entraves à produção, beneficiamento e comercialização, e aproveitar oportunidades que possam alavancar a economia local e regional, tendo a caprinocultura e a ovinocultura

como elementos de grande importância.

O Polo Sertão do Inhamuns, conforme apresentado no **Gráfico 6**, tem predominância em número de ovinos e com escala crescente nos últimos cinco anos

para ambas as espécies, merecendo destaque o número superior a 400 mil ovinos após o ano de 2018 e os caprinos alcançando o expressivo número de 240 mil cabeças em 2020.

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO SERTÃO DO INHAMUNS



Após o lançamento da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017, os procedimentos foram aprimorados. Nas oficinas subsequentes, realizadas pela coordenação do polo, há elementos que não aparecem nos resultados da Oficina de Tauá, como é o caso da “Visão de Futuro

do Polo” e outras ações de corte territorial, inspiradas nos princípios do Sial.

O nome do polo também não foi definido na oficina, mas a nomenclatura do “Sertão do Inhamuns” já era utilizada e bem aceita pelos produtores e outros parceiros. Neste momento as ações em andamento, são:

- Abatedouro: em fase de licitação dos equipamentos pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do Governo do Estado do Ceará (SDA/CE);
- Prodeter: Foi instalado nos municípios pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB);
- Selo Arte: Estão em discussão pela Emater;
- Projeto de Capacitação: Em elaboração/viabilização pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE).

MATRIZ SWOT / FOFA

Apresentamos a seguir o diagnóstico local participativo do polo, onde listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim, -podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do Polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 3**, a matriz deste polo.



QUADRO 3. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO SERTÃO DE INHAMUNS

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Ambiente próprio (Bioma Caatinga rico em forrageiras);</p> <p>Produtores bem capacitados a produzir e conservar alimentos;</p> <p>Produtores já capacitados por diversos projetos;</p> <p>Diversidades de raças;</p> <p>Cultura: Familiar, Gastronomia;</p> <p>Animais adaptados às condições de produção da região;</p> <p>Bons rebanhos, com animais puros, cruzados ou mestiços;</p> <p>Criação semiextensiva – característica da criação na região;</p> <p>Disposição para melhorar;</p> <p>Projetos de diversas instituições;</p> <p>Rebanho sadio;</p> <p>Instituições de ensino, pesquisa, e extensão presentes;</p> <p>Rede de bancos: BB, BNB, CEF;</p> <p>Cooperativas, sindicatos e associações.</p>	<p>Sazonalidade da produção;</p> <p>Falta de informações e conhecimentos;</p> <p>Produtores desacreditados;</p> <p>Falta de organização dos produtores;</p> <p>Programas governamentais sem interação;</p> <p>Ausência de Marketing: da carne de carneiro e de outros produtos;</p> <p>Deficiência na gestão da propriedade, organização produtiva e comercialização;</p> <p>Inexistência de controle de custos;</p> <p>Comércio informal;</p> <p>Ausência da capacitação de mão de obra;</p> <p>Ausência da identificação de oportunidades dentro do sistema produtivo e fora;</p> <p>Sanidade animal (falta programas de controle; uso indiscriminado de produtos);</p> <p>Falta de prevenção para o período de seca;</p> <p>Ater insuficiente e descontinuada;</p> <p>Falha na distribuição de sementes e mudas;</p> <p>Técnicos desqualificados;</p> <p>Falta de comunicação entre os técnicos e os criadores (lideranças);</p> <p>Falta de tecnologias adaptadas e validadas;</p> <p>Falta de financiamento para perfuração de poços profundos acima de 60 metros;</p> <p>Falta de conhecimento para melhorar o manejo da caatinga utilizando as árvores nativas;</p> <p>Problemas com a nutrição animal;</p> <p>Dificuldades de as tecnologias chegarem ao campo;</p> <p>Falta fortalecer e integrar as instituições locais para prestar serviços aos produtores rurais;</p> <p>Preços dos insumos elevados.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Demanda crescente: produção, produtos; Melhorar a compra organizada; Central de negócios; Identificação geográfica; Criação de marca coletiva; Criação de rede territorial relacionada ao produto; Compra de insumos em central de compras pela cooperativa; Turismo; Melhorar consumo de carnes caprina e ovina; Políticas públicas direcionadas para a caprinocultura e ovinocultura; Demanda por novos produtos; Inserção dos produtos, carne de caprinos e ovinos na merenda escolar; Subsídio da energia pela empresa prestados no estado do Ceará para a propriedade rural; Ampliar o escopo da feira local para a comercialização de animais; Especialização da feira de caprinos e ovinos; Organização de centrais de terminação para baratear custos e facilitar a logística de negócios com frigoríficos; Possibilidade de intercâmbio das instituições de ensino com as propriedades rurais – estágios e novas tecnologias; União dos produtores pensando na atividade como empresa; Necessidade de se criar feiras livres para o comércio de animais; Novos hábitos de consumo; Qualificação de produtos de caprinos e ovinos, além do queijo de leite de vaca; Valorizar os aspectos regionais na agregação de valor dos produtos; Fortalecer as associações com inclusão de novos associados; Rede de multiplicadores de material genético; Núcleo de melhoramento genético; Valorização do local pela raça e os tipos; Criar uma governança local para que as ações de forma geral sejam alinhadas, aplicadas, acompanhadas e monitoradas; Integração entre produção, centro de terminação, transporte e abatedouros; Necessidade de estruturação de produtores em cooperativas e associações fortalecidas; Mais investimentos dos bancos para a agricultura familiar.</p>	<p>Roubo em propriedade rural; Presença de predadores; Problema da seca e questões hídricas; Muitos casos de má formação em crias; Custo de Produção (insumos com preço elevado); Tributação elevada; Mercado instável e pouco organizado, volatilidade de preço de compra ao longo do ano; Desorganização da cadeia – falta dos elos (produtores, frigorífico/ Ater); Falta de condições de abate – local; Degradação da caatinga; Degradação dos solos; Infraestrutura viária inadequada; Políticas públicas desatualizadas; Ausência da segurança pública; Sistema de inspeção inexistente – fiscalização; Jovens desinteressados no campo; Burocracia no crédito; Infraestrutura inadequada: luz elétrica monofásica; Frigoríficos (legalização do abate).</p>

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em novembro 2015, junto a integrantes do Polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, foi dado início a etapa “mais operacional da oficina”, pois nesta etapa foi discutido os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Sertão do Inhamuns, apresentada no **Quadro 4**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático; componente; projeto; e, partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 4. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO SERTÃO DO INHAMUNS

Eixo	Componente	Escopo do Projeto	Partes Interessadas
Insumos	Alimentação: reserva estratégica	Implantação de palma forrageira: fazer levantamento dos produtores interessados em participar das oficinas de palma oferecidas pela FAEC.	Prefeitura Municipal, Ematerce, FAEC/Senar-CE.
		Implantação de palma forrageira: disponibilização de raquetes por produtor.	SDA-CE, Prefeitura Municipal de Tauá, Ematerce.
		Ampliação do programa Reserva Estratégica, Hora de Plantar (beneficiários, equipamentos, infraestrutura).	SDA-CE, Prefeitura Municipal de Tauá.
Produção	Assistência técnica	Criação de Fórum Territorial de Ater e alinhamento das instituições (programas e tecnologias).	Colegiado do Território Inhamuns/ Crateús.
		Reciclagem de técnicos por meio de capacitações (Residência Zootécnica): Manejo pastoril na caatinga; Programa de melhoramento genético; Estudos de causas de má formação de crias; Estação de monta; Descarte orientado do rebanho; Programa de controle integrado de verminose; Desenvolvimento de novos produtos (almôndegas, quibes, embutidos, kaftas, etc.).	Embrapa, SDA-CE, Prefeitura Municipal de Tauá, IFCE, Ematerce.
	Programa de retenção de matrizes	Implantação de programa estadual de incentivo a retenção de matrizes.	MDR, BNB, Embrapa, SDA-CE.
Beneficiamento	Abate e processamento: carência de abatedouros certificados	Providenciar plano de negócios do Frigorífico de Tauá, com previsão de funcionamento, necessidade de apoio técnico e Sistema de Inspeção Municipal (SIM).	Prefeitura Municipal de Tauá, Adagri-CE.
Comercialização	Criação de novos canais e mecanismos de comercialização	Inserção da carne ovina na merenda escolar.	Prefeitura Municipal de Tauá.
		Criação de calendário de feiras de animais.	Prefeitura Municipal de Tauá.

Eixo	Componente	Escopo do Projeto	Partes Interessadas
Infraestrutura	Infraestrutura hídrica: planejamento de recursos hídricos na propriedade e no território	Tecnologias de captação e reserva de água com estudos geológicos: verificar junto aos órgãos competentes a outorga das águas e viabilidade técnica.	MDR, Prefeitura Municipal de Tauá.
		Plano de manejo sustentável da água para a ovinocultura e caprinocultura no semiárido.	MDR, Embrapa, SRH-CE.
		Acordos com bancos e fundos (BNB/FNE): financiamento obras de infraestrutura hídrica e fontes de energia alternativas.	MDR, BNB, Embrapa.
	Energia elétrica	Desenvolvimento de fontes alternativas de energia (solar, eólica, biocombustível)	MDR, BNB, Embrapa.
Capital social	Associativismo e cooperativismo	Formalização da Câmara Setorial de Ovinos e Caprinos de Tauá.	
		Capacitação dos produtores em associativismo e cooperativismo: Sensibilização e capacitação em Associativismo e Cooperativismo; Desenvolvimento de Central de Negócios: aquisição de insumos barateados pela compra em escala (alimentos e produtos veterinários); Bolsa de ovinos e caprinos: sistema de comunicação comercial, com definição de preço mínimo de venda da carne; Realização de Pesquisa de mercado: Sondagem de Mercados. A Central de Negócios precisa ser negociada com o Sebrae para retomar a capacitação dos produtores e para disponibilizar consultor para acompanhamento.	
		Estudar estratégias de fortalecimento da COOMANTA.	
		Utilização de animais (ovinos e caprinos) como garantia para aquisição de financiamento.	
Financiamento	Crédito	Inclusão de ovinos e caprinos nas condições favorecidas do Plano Safra.	
		Incentivo creditício (BB, BNB) aos produtores para produção e comercialização de forragens.	
	Tributos	Isenção e diferimento tributário (ICMS e guias de transporte) para a ovinocultura e caprinocultura.	

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em novembro 2015, junto a integrantes do Polo. Atualizado em 2022.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Polo Alto Camaquã - Rio Grande do Sul

Área de Abrangência do Polo Alto Camaquã

A **Figura 11** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Alto Camaquã, no estado do Rio Grande do Sul.

O polo abrange uma área da região Sudeste, chegando até fronteira com Uruguai por meio do município de Bagé, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 11. Figura 10. Mapa do Polo Alto Camaquã – RS



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

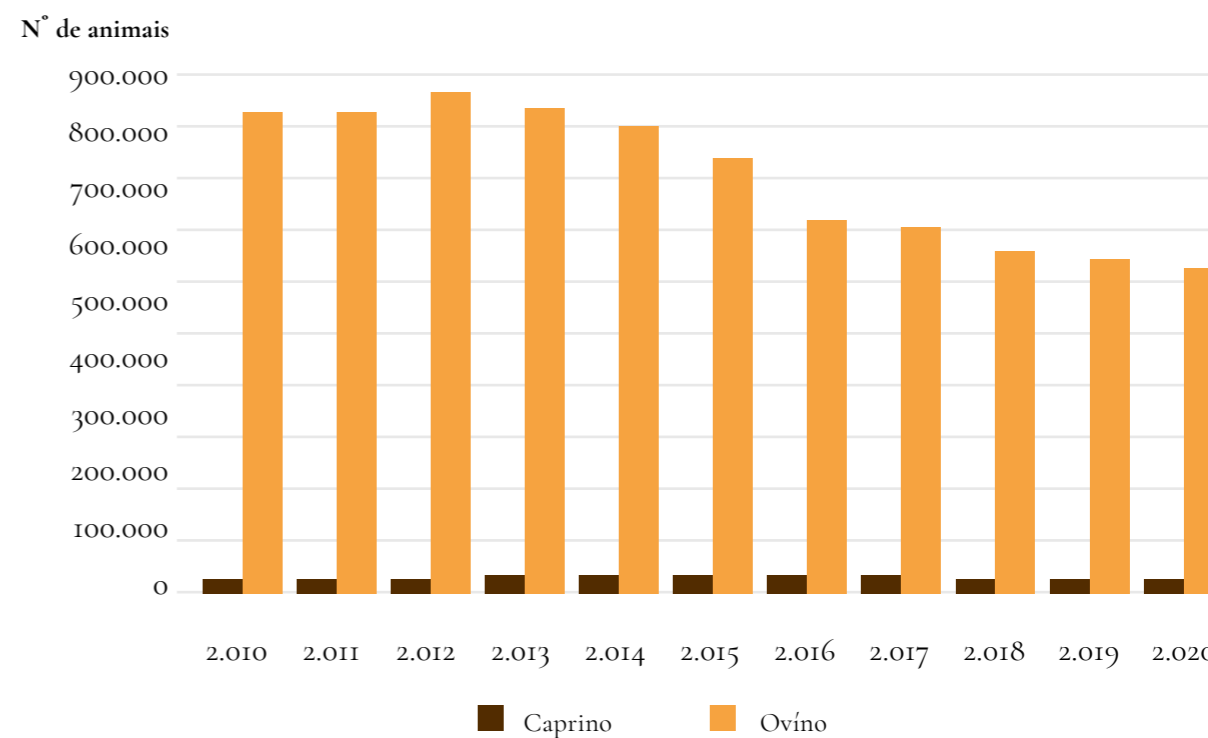
APRESENTAÇÃO

O Polo Alto Camaquã abrange oito municípios: Bagé, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Caçapava do Sul, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado. O Comitê Gestor do polo está associado ao APL do Alto Camaquã, iniciativa desenvolvida em parceria com o governo do estado do Rio Grande do Sul. O polo já conta com um trabalho de mobilização e organização social de mais de 10 anos e é uma referência de sucesso na

valorização da produção ovina consorciada ao turismo e a cultura local.

No **Gráfico 7** podemos ver que há, no Polo Alto Camaquã, predominância de ovinos. Sendo o rebanho de caprinos correspondendo a menos de 5%, quando comparado a soma das espécies em 2020. Apesar da grande superioridade em números absolutos de ovinos, a espécie apresentou uma queda de mais de 259 mil cabeças nos últimos 10 anos, uma redução superior a 30%.

GRÁFICO 7. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO ALTO CAMAQUÃ



Fonte: IBGE (2022)

Durante a construção desta publicação não foi possível obter retorno quanto as ações que já foram e/ou estão sendo desenvolvidas pelo referido polo. Sendo assim, abaixo apresentamos os documentos construídos junto ao comitê gestor em encontros nos anos de 2016 e 2017.

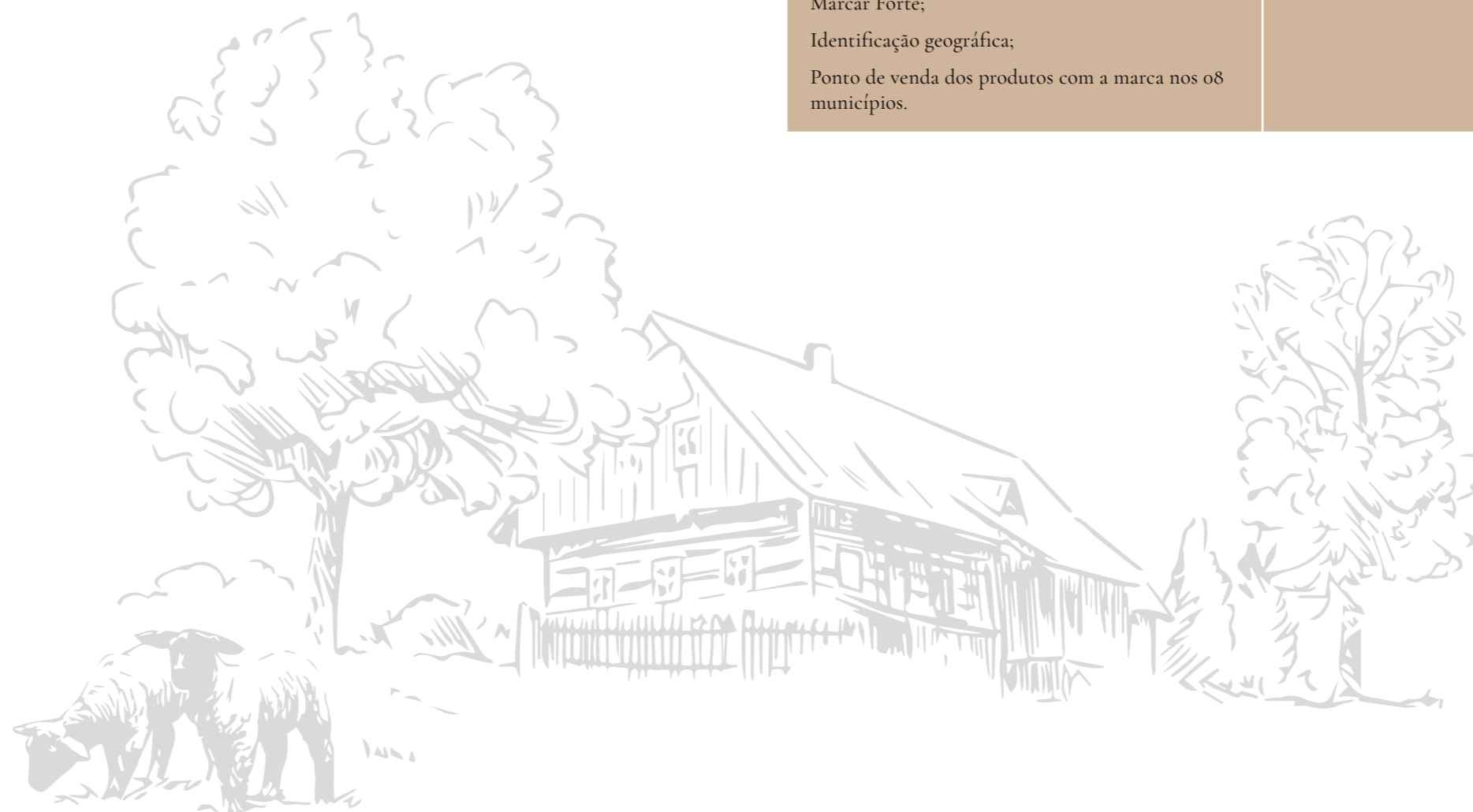
VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”. Sendo a visão deste polo:

“Ser referência em produção e comercialização ovina e caprina diferenciada, promovendo a valorização do produtor rural, a organização e o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 5**, a matriz deste polo.



QUADRO 5. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO ALTO CAMAQUÃ

FORÇAS	FRAQUEZAS
Ambiente próprio (Bioma Pampa); Tradição na ovinocultura; Diversidades de raças; Cultura: familiar – hospitalidade rural, gastronomia (churrasco), lã – artesanato; Disponibilidade de recursos hídricos; Aspecto visual – beleza do campo / natureza / paisagem; Criação extensiva – característica da criação (bem-estar animal); Feiras tradicionais e nacionalmente reconhecidas e visitadas; Presença do trabalho local coletivo (cooperativismo); Disposição para melhorar; Região única; Natureza com valor agregado dos produtos; Sustentabilidade; Marcar Forte; Identificação geográfica; Ponto de venda dos produtos com a marca nos 08 municípios.	Sazonalidade da produção; Ausência de marketing: da carne do cordeiro e lã; Falha na comunicação (interna e externa); Deficiência na gestão da propriedade e comercialização; Falta de organização produtiva, falta do controle de custos, comércio eventual; Ausência da capacitação de mão de obra e qualificação; Desunião dos criadores; Ausência da identificação de oportunidades dentro do sistema produtivo (poderíamos fazer mais); Segurança dentro da porteira; Sanidade animal (uso indiscriminado de produtos); Técnicos desqualificados; Falta de comunicação entre os técnicos e os criadores (lideranças).



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Demanda crescente: turismo, carne, artesanato e produtos associados;</p> <p>Políticas públicas direcionadas para a ovinocultura;</p> <p>Demanda por novos produtos;</p> <p>Existência de feiras no estado, onde é possível comercializar;</p> <p>Possibilidade de intercâmbio das instituições de ensino com as propriedades rurais – estágios e novas tecnologias;</p> <p>Existência da feira no cassino (Feira da agricultura familiar de Torres);</p> <p>Novos hábitos de consumo;</p> <p>Diferenças de raças.</p>	<p>Abigeano (roubo em propriedade rural);</p> <p>Presença de predadores;</p> <p>Contaminação ambiental;</p> <p>Custo de produção (insumos – preço elevado);</p> <p>Tributação elevada;</p> <p>Desorganização da cadeia – falta dos elos (frigorífico/ Ater);</p> <p>Falta de condições de abate – local;</p> <p>Degradação do campo nativo;</p> <p>Degradação dos solos para cultivo exógenos;</p> <p>Concorrência dos outros modelos de produção;</p> <p>Infraestrutura viária inadequada;</p> <p>Políticas públicas desatualizadas;</p> <p>Ausência da segurança pública;</p> <p>Sistema de inspeção inexistente – fiscalização;</p> <p>Jovens desinteressados no campo;</p> <p>Florestamento de eucaliptos;</p> <p>Reforma agrária desorganizada;</p> <p>Burocracia no crédito;</p> <p>Infraestrutura inadequada: luz elétrica, estradas;</p> <p>Frigoríficos (legalização do abate);</p> <p>Assistência técnica insuficiente.</p>

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do Polo.



CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, foi dado início a etapa “mais operacional da oficina”, pois é nesta etapa que foi discutido os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Alto Camaquã, apresentada no **Quadro 6**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático; componente; projeto; e, partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 6. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO ALTO CAMAQUÃ

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Programa do manejo sustentável dos recursos naturais.	Embrapa, Emater-RS, UNIPAMPA.
		Irrigação do campo nativo.	Emater-RS, Embrapa.
		Difusão da tecnologia da fenação.	Embrapa.
		Implantação de um programa de sementes e mudas forrageiras locais.	Embrapa, Emater-RS.
		Difusão da técnica de suplementação com grãos (para períodos críticos).	Embrapa.
	Saúde animal	Montagem de diretoria técnica para levantar diretrizes de trabalho para saúde animal e capacitação e padronização do corpo técnico que realizara o trabalho de campo.	URCAMP, Embrapa.
		Criar uma central de compras ou similar.	Cooperativa do Alto Camaquã, Adac.
		Apoio laboratorial para diagnóstico de doenças.	URCAMP.
	Melhoramento genético	Programa de melhoria dos reprodutores e matrizes.	Arco; Emater-RS.
	Ater	Ampliação da assistência técnica.	Arco; Emater-RS.
		Aprimorar a qualificação da assistência técnica.	Arco; APL Alto Camaquã.
		Planejar a reprodução (reduzir estacionalidade).	Emater-RS; Embrapa; Arco.
	Benfeitorias equipamentos	Promover a estruturação de cercas, banheiros, mangueiras, galpão de parição.	Adac; Cooperativa do Alto Camaquã.
		Aquisição de máquinas de tosquia, ultrassom, balança.	Adac; Cooperativa do Alto Camaquã.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Analisar a possibilidade de adquirir um frigorífico (compra cessão da Embrapa).	Adac; Cooperativa do Alto Camaquã.
		Construir uma planta frigorífica nova (elaborar plano de negócio ou de viabilidade).	Adac; Cooperativa do Alto Camaquã.
	Novos produtos	Viabilizar a comercialização de produtos oriundos de outras categorias (carne de cordeiro, ovelhas e animais adultos).	Embrapa; Sebrae.
		Apropriação da tecnologia em termos de novos produtos.	Embrapa; Sebrae.
	Lã e pele	Fidelização dos produtores em relação ao projeto	Arco; Ovelha Urbana.
		Organização da cadeia da lã e pele	Arco; Ovelha Urbana.
		Qualificação e padronização do beneficiamento da lã.	Arco; Ovelha Urbana.
		Beneficiamento da lã – Implantação do lanifício.	Arco; Ovelha Urbana.
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização. Desenvolvimento de sinais distintivos	Acesso ao mercado	Disseminar e posicionar a marca (Alto do Camaquã)	Adac; Sebrae.
	Feiras e mercados	Elaborar um calendário de participação em feiras.	Adac; Senac; Núcleo de criadores de ovinos de Pinheiro Machado.
		Melhorar a infraestrutura do APL para participação em feiras.	APL Alto Camaquã.
	Turismo e gastronomia	Formatação dos roteiros turísticos.	Senac; Emater-RS.
		Plano de desenvolvimento da gastronomia regional.	Senac; Emater-RS; Embrapa.
	Centrais de comercialização	Criação de central de negócios (aquisição de insumos e comercialização).	Cooperativa do Alto Camaquã; Adac.
INFRAESTRUTURA Serviços públicos para o desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Armazenamento e distribuição de água	APL Alto Camaquã; Adac.
	Energia elétrica	Identificar e apoiar a implantação de energias alternativas nas propriedades	UNIPAMPA.
		Ampliar a capacidade disponível.	APL Alto Camaquã; Adac.
		Identificar produtores que ainda não possuem acesso à energia.	Emater-RS; Adac.
	Telecomunicações	Melhorar as telecomunicações (canal do Google).	Adac; APL Alto Camaquã.
	Meio ambiente	Adequar a legislação ambiental ao território Alto Camaquã e cobrar fiscalização.	Adac.
		Fortalecimento da rede em defesa ambiental do território.	Adac.
Estradas e pavimentação	Reestruturação dos parques de máquinas dos municípios.	Consórcio intermunicipal.	

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Apoiar a organização das associações.	Adac.
	Planos de negócios	Elaboração do plano de negócios para o lanifício e frigorífico.	APL Alto Camaquã.
	Gestão das propriedades	Diagnosticar e estruturar as unidades produtivas dos membros da rede do Alto Camaquã.	Emater-RS.
	Governança do polo e do território	Definir a estratégia quanto a predadores (javali e cachorro doméstico).	AGRUPA.
		Criar assessoria jurídica de apoio ao território	Ideau.
	Formação de capacidades locais	Promover o intercâmbio das universidades e escolas técnicas com as associações dos produtores	APL Alto Camaquã.
		Desenvolvimento e capacitação contínua de novas lideranças.	Fetag-RS
	Políticas públicas	Formação de consórcio Alto Camaquã (Revisão).	Adac; Arco.
		Projeto de lei estadual instituindo a Rota do Cordeiro no RS.	Adac.
		Plano territorial de segurança pública (GGI).	Adac; STR Pinheiro Machado.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento especiais	Financiamento bancário	Facilitar o acesso e reduzir os custos ao crédito.	Fetag-RS; Arco.
		Viabilizar Crédito assistido.	Arco; Emater-RS.
		Linhas específicas de créditos para cooperativas (priorizar sistema cooperativos).	Arco; Fetag-RS.
	Diferimento tributário	Discutir isenção do ICMS para produtos da agricultura familiar.	Arco; Fetag-RS.
	Créditos especiais	Agilidade do crédito fundiário.	Fetag-RS.
		Alterar a legislação e elaborar projetos de utilização do FUNDOVINOS.	Arco.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do Polo.

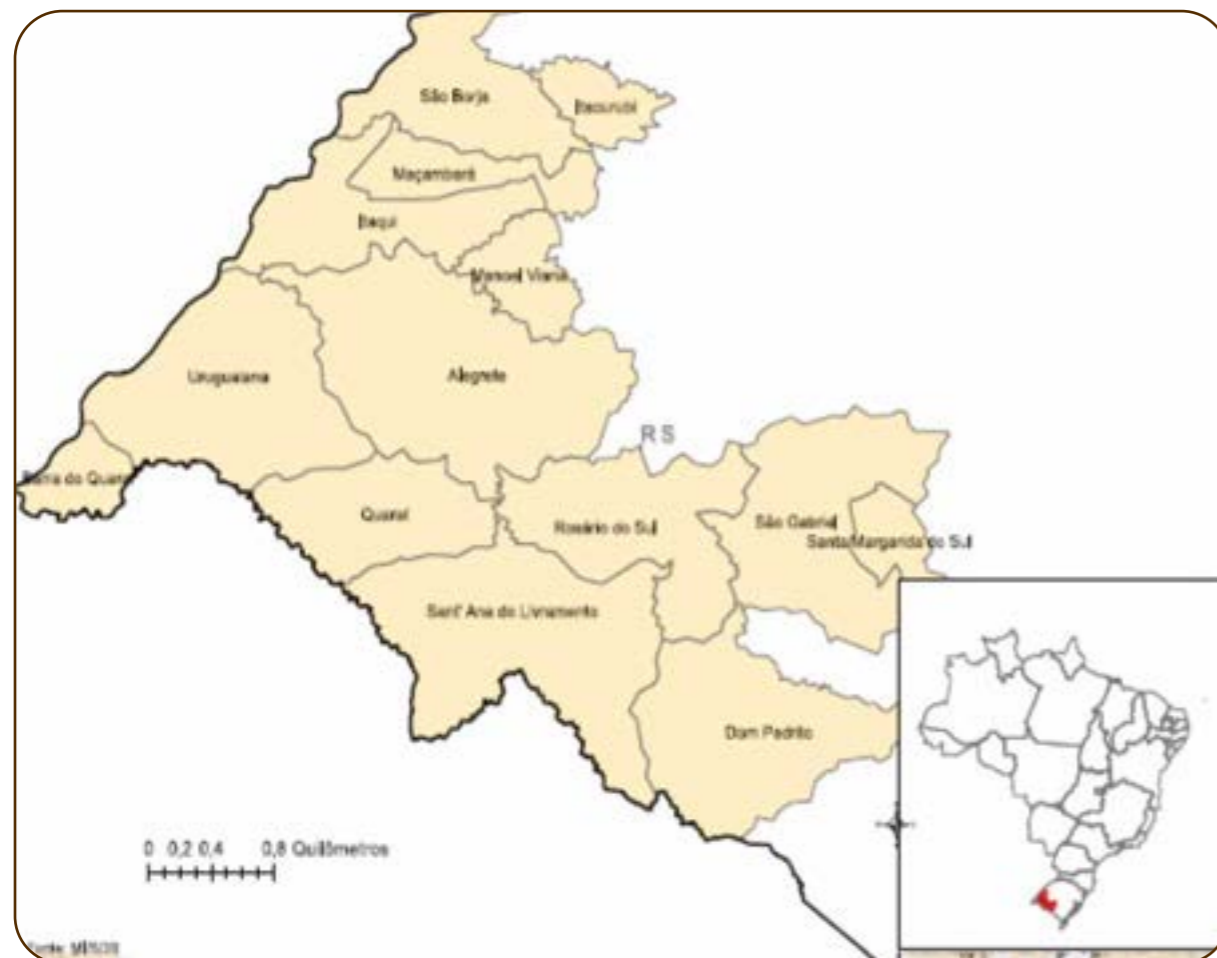
Polo Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho - Rio Grande do Sul

Área de Abrangência do Polo Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho

A **Figura 12** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Fronteira Oeste - Pampa Gaúcho, no estado do Rio

Grande do Sul. O polo abrange uma área da região Sudoeste, na fronteira com o Uruguai e a Argentina, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 12. Mapa do Polo Fronteira Oeste - Pampa Gaúcho – RS



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

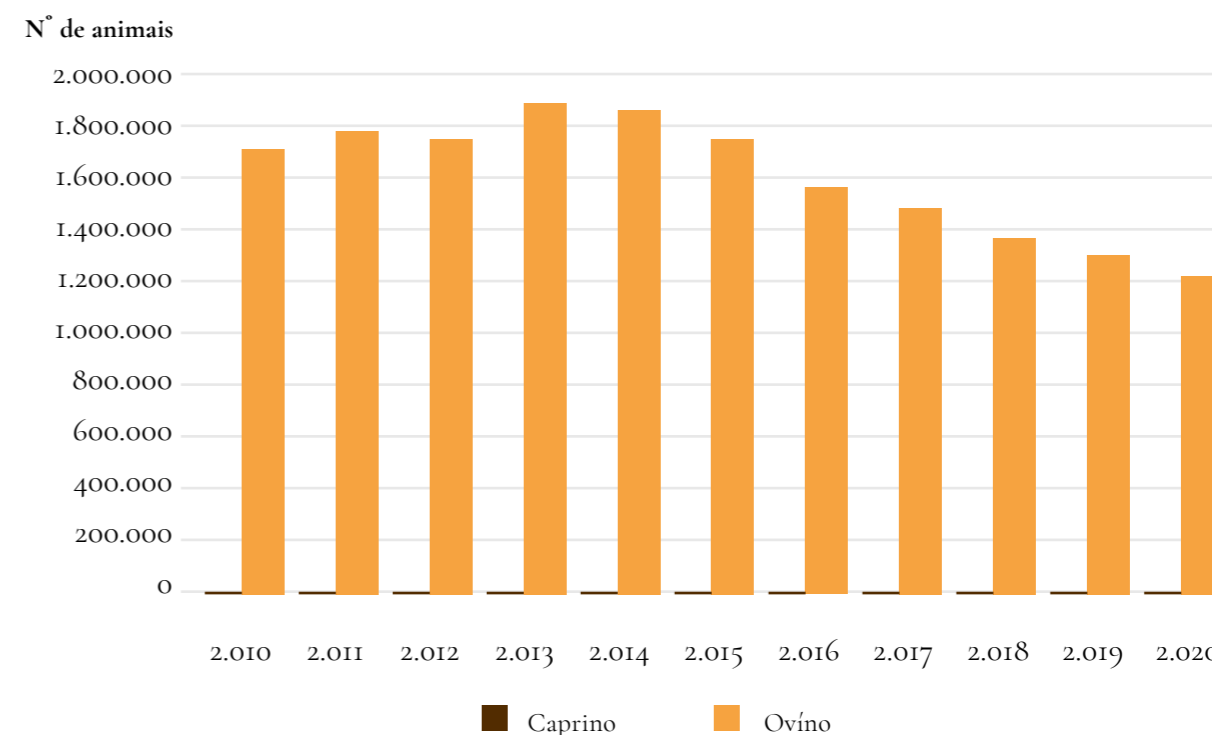
O Polo Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho abrange quatorze municípios: Santa Margarida do Sul, São Gabriel, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Quaraí, Alegrete, Manoel Viana, Itacuru- bi, São Borja, Maçambará, Itaqui, Uruguaiana, Barra do Quaraí e Dom Pedrito.

A região já foi muito próspera com a lã, e tenta se reposicionar com a melhoria dos sistemas de produção de carne ovina. O polo tem a vantagem da proximidade com a fronteira aberta do Uruguai (Rivera – Santana do Livramento), e aproveitar o circuito turístico de cassinos e *freeshops*

da região para o circuito gastronômico de ovinos. O polo também faz fronteira com a Argentina, e pode se valer dessa vantagem para explorar novos canais de comercialização.

Assim como o outro polo da região sul, o rebanho do Polo Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho, é predominante de ovinos, sendo irrelevante a atividade caprina neste polo. Apesar da queda no número de animais ovinos nos últimos seis anos (2014-2020), conforme demonstra o **Gráfico 8**, o polo mantém-se com um rebanho ovino superior a 1 milhão de cabeças. Demonstrando a importância desta atividade na região sul do País.

GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO FRONTEIRA OESTE - PAMPA GAÚCHO



Fonte: IBGE (2022)

Segundo informações da coordenação, em contato feito em dezembro de 2021, não ocorreram alterações significativas, no referido polo, desde o lançamento da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017. Sendo descritos novamente abaixo.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”. Sendo a visão deste polo:

“Promover a ovinocultura sustentável no Bioma Pampa, tornando-se referência na valorização da cultura regional.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 7**, a matriz deste polo.



QUADRO 7. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO FRONTEIRA OESTE - PAMPA GAÚCHO

FORÇAS	FRAQUEZAS
Presença significativa da ovinocultura na maioria das propriedades do território; Qualidade na genética animal; Fertilidade da espécie ovina; Fazer parte do Bioma Pampa; Produção de carne de qualidade a pasto; Interação com demais culturas rurais; Cultura ovelheira: tradição, experiência e conhecimento na atividade; Aproveitamento do campo nativo (Carne Verde).	Dificuldades na gestão do empreendimento; Escassez da mão de obra especializada; Mercado consumidor desconhecido; Desunião da classe produtora; Sazonalidade na produção; Ausência de Marketing na atividade.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Presença de instituições de ensino, pesquisa, fomento, Ater, Associações e Cooperativas; Existência do SISBI; Função social e econômica da ovinocultura; Presença de agroindústrias: instaladas e em instalação; Interação com países ovinocultores (turística, gastronômica e técnica); Interação com demais atividades rurais e urbanas: (turismo, gastronomia, beneficiamento, logística, comercialização, serviços, design, marca regional); Estar no Bioma Pampa; Existência de um mercado regional e nacional; Presença da agricultura e pecuária familiar e de novos investidores (expansão da ovinocultura); Possibilidade da melhoria dos índices produtivos; Fortalecimento da Ater; Exploração da gastronomia e turismo; Explorar a ovinocultura de forma empresarial; Ampliar a diversidade de cortes e novas alternativas de apresentação; Identificação e valorização do produto; Diversidade de produtos (lã, pele, carne e leite).	Abigeato (roubo em propriedade rural); Presença de predadores; Distanciamento geográfico do mercado (grandes centros); Ausência da indústria de lã; Ausência de abatedouros específicos em algumas regiões; Baixa taxa de abate formal nos municípios do polo; Ausência de bonificação por qualidade; Desestruturação da cadeia (lã, leite, carne e peles); Ausência de marketing na atividade; Falta de políticas públicas específicas; Desestruturação das inspetorias veterinárias zootécnicas (DDA) estaduais; Sazonalidade na produção; Incertezas na comercialização; Diminuição da área da pecuária em detrimento de outras culturas; Complexidade para abertura de novos negócios; Alta carga tributária do segmento industrial (frigorífico, lanifícios); Infraestrutura de logística de transporte deficitária; Invasão de plantas exóticas não desejáveis; Falta de crédito específico para o setor.

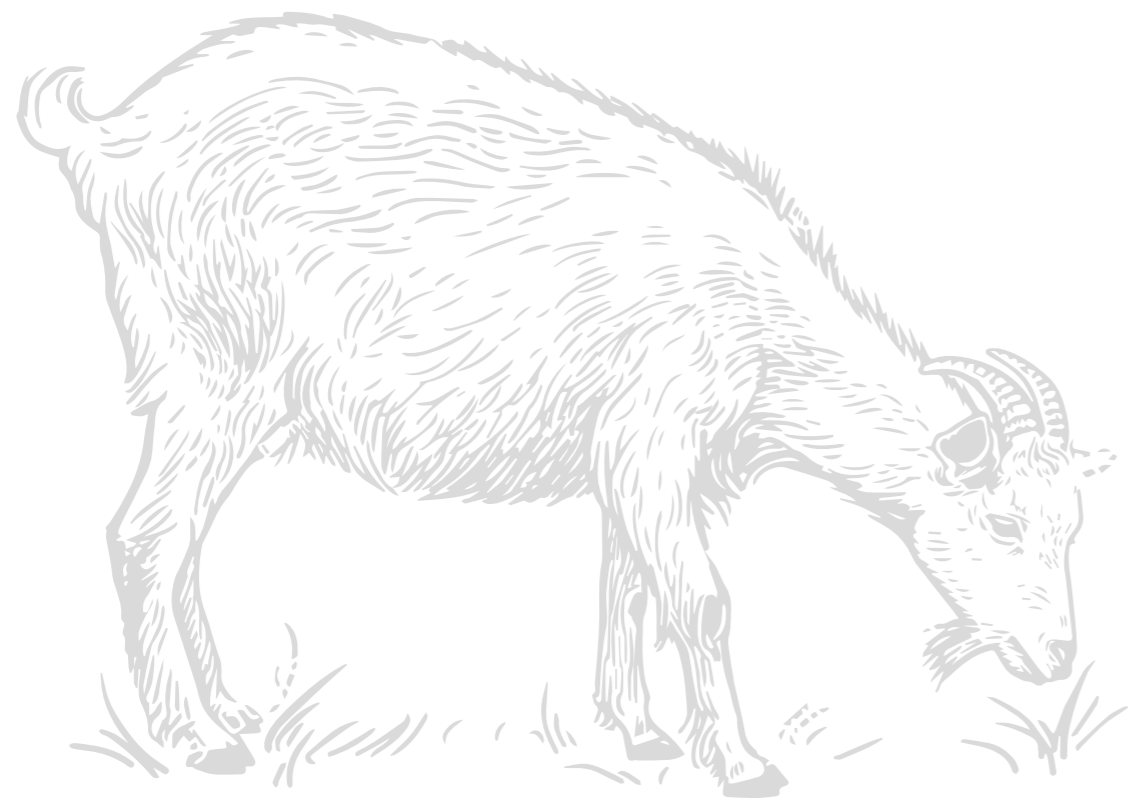
Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do Polo. Atualizado em 2021.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem

aproveitar as oportunidades que surgem ou nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do polo, apresentada no **Quadro 8**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 8. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO FRONTEIRA OESTE - PAMPA GAÚCHO

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Melhoria das opções de alimentação: campo nativo (introdução de espécies, adubação e calagem) e outras.	SEAPA, UERGS, Emater, UNIPAMPA, UFRGS.
		Suplementação para alimentação animal (resíduos e reservas).	UNIPAMPA.
	Saúde animal	Programa em saúde animal.	UERGS, UNIPAMPA, Embrapa.
	Melhoramento genético	Banco de reprodutores.	Arco, Cooperativas, SEAPA, SDR de Santana do Livramento, UNIPAMPA.
		Ampliação do programa de qualidade da lã.	SEAPA, Arco, Cooperativa de Quaraí.
	Ater	Ampliação de unidades móveis de apoio zootécnico e veterinário.	SEAPA, Senar, Arco, UERGS, UNIPAMPA, Sebrae, SDR Quaraí.
		Formação e estruturação de multiplicadores em Ater.	Juntos para Competir, Arco, EMA- TER, SDR Quaraí.
	Benfeitorias equipamentos	Patrulhas Agrícolas.	Consórcio dos Municípios do Pampa Gaúcho, SDR Quaraí.
		Estrutura para apoio logístico (logística).	Prefeituras Municipais
		Centro de treinamento regional (Santana do Livramento).	Prefeituras Municipais e Consórcio dos Municípios do Pampa Gaúcho.
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Fortalecer e implantar o Serviço de Inspeção Sanitária Municipal.	Asanfro.
		Qualificar as plantas Agroindustriais da região.	Juntos para competir (Sebrae, Senar, Farsul), UFRGS, SDR Quaraí.
	Novos produtos	Programa de inovação do setor agroindustrial da ovino- cultura (embutidos, turismo rural, leite, etc.).	Arco, SEAPA, Embrapa, UNIPAMPA, Associação Santanense de Produtores, SDR Quaraí.
		Programa de inovação do setor agroindustrial da ovino- cultura (embutidos, turismo rural, leite, etc.).	Arco, SEAPA, Embrapa, UNIPAMPA, Associação Santanense de Produtores, SDR Quaraí.
	Lã e pele	Incentivar a formação de pequenas empresas de tecelagem.	Secretaria de Desenvolvimento de Santana do Livramento.
		Lanifício COOFITEC.	Sebrae (Santana do Livramento).

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização. Desenvolvimento de sinais distintivos	Denominação de origem e indicação geográfica	Criação da marca coletiva.	Sindicato Rural e Associação Santanense de ovinocultores.
	Feiras e mercados	Fortalecimento da Feira de Ovinos.	Sindicato Rural e Secretaria municipal de agricultura e turismo, Associação Santanense de ovinocultores.
		Estruturação da feira da agricultura familiar.	Sindicato e Secretaria de agricultura e turismo, Associação Santanense de ovinocultores.
	Centrais de comercialização	Entrepasto de comercialização de animais.	Sindicato e Secretaria de agricultura e turismo, Associação Santanense de ovinocultores.
INFRAESTRUTURA Serviços públicos para o desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Programa de irrigação no território.	Asanfro.
	Energia elétrica	Incentivo a utilização de energias alternativas renováveis (eólica, solar etc.).	SEAPA, IFSUL.
	Telecomunicações	Ampliação e melhoria de cobertura dos sistemas de telecomunicações (telefone e internet).	Farsul, Asanfro.
	Meio ambiente	Programa de Contenção do Capim Annoni.	SEAPA, Embrapa, Sindicatos Rurais, Eletrosul.
	Estradas e pavimentação	Programa de melhoria de estradas vicinais no território.	Sindicato Rural de Santana, ASAN-FRO, Arco, Consorcio do Pampa Gaúcho.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Diagnóstico e fortalecimento das cooperativas do território.	Arco, Embrapa e cooperativas.
	Planos de negócios	Elaboração do plano de negócios para o lanifício e frigorífico.	APL.
		Plano Lanifício COOFITEC.	COOFITEC, SEAPA e Secretaria de Desenvolvimento – RS, UFRGS.
	Gestão das propriedades	Identificar as unidades produtivas interessadas em participar da rede do polo Pampa Gaúcho.	Emater, Asanfro, SDR Quaraí, UNIPAMPA, Uruguaiana.
	Governança do polo e do território	Formalização do APL.	SEAPA, Secretaria de desenvolvimento de Santana do Livramento, Arco, Sindicatos Rurais, SDR-Quaraí.
	Formação de capacidades locais	Promover o intercâmbio das universidades e escolas técnicas com as associações dos produtores.	APL, Comissão Jovens de Quaraí.
		Desenvolvimento e capacitação contínua de novas lideranças.	Sindicatos da Região, Arco, Emater, Comissão Jovens de Quaraí.
	Políticas públicas	Projeto de lei estadual instituindo a Rota do Cordeiro no RS.	APL.
		Plano territorial de segurança pública (GGI).	APL.
		Sistema de informações estatísticas da ovinocultura.	UFRGS.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Facilitar o acesso e reduzir o custo ao crédito.	Arco, APL.
		Viabilizar crédito assistido.	Emater, Arco.
		Linhas específicas de créditos para cooperativas (priorizar sistema cooperativo).	APL, SEAPA.
	Diferenciamento tributário	Discutir isenção do ICMS para produtos da agricultura familiar.	Sindicatos da Região.
	Créditos especiais	Agilidade do crédito fundiário.	Arco e APL.
Alterar a legislação e elaborar projetos de utilização do FUNDOVINOS.		Arco e APL.	

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do Polo. Atualizado em 2021.

Polo Vale do Mucuri - Minas Gerais

Área de Abrangência do Polo Vale do Mucuri

A **Figura 13** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Vale do Mucuri, no estado de Minas Gerais. O

polo abrange uma área da região Leste, nas fronteiras com os estados do Espírito Santo e da Bahia, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 13. Mapa do Polo Vale do Mucuri - MG



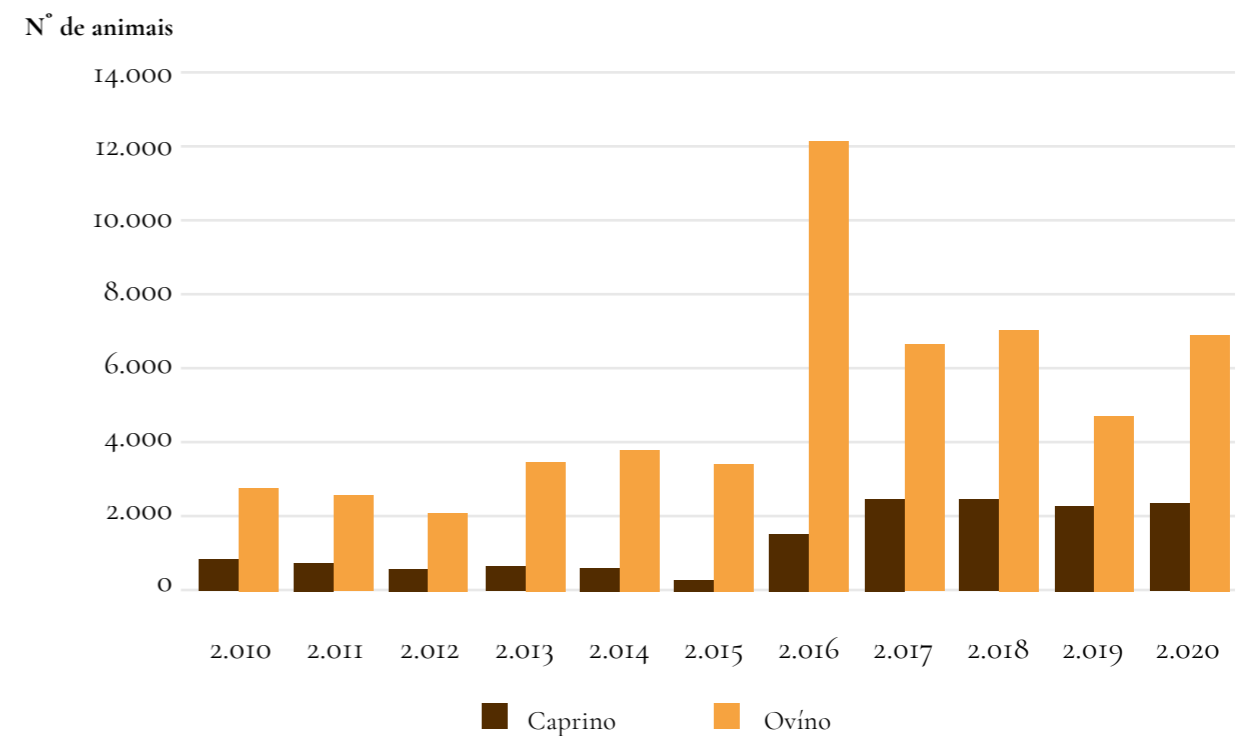
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Vale do Mucuri abrange dez municípios: Ladainha, Itaípe, Ataléia, Malacacheta, Setubinha, Nanuque, Carlos Chagas, Ponto dos Volantes, Teófilo Otoni e Poté. O polo conta com o apoio e participação direta da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Estado de Minas Gerais – CAPRILEITE/ ACCOMIG, que atua na gestão das ações vinculadas a cadeia produtiva da ovinocultura e caprinocultura na região. A região possui uma gama de instituições públicas e privadas com grandes interesses

no desenvolvimento da cadeia produtiva. Conforme o **Gráfico 9**, ao longo de dez anos o Polo Vale do Mucuri aumentou o número de animais caprinos e ovinos, com destaque para ovino que, no ano de 2016, superou 12 mil animais. Pode-se identificar um crescimento do rebanho caprino de 187% e de 146, 27% para rebanho ovino. O polo se apresenta com grande potencial de produção, principalmente para ovinos, sendo necessário a continuidade dos trabalhos que envolvem as instituições e associação na cadeia produtiva desses rebanhos.

GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO VALE DO MUCURI



Fonte: IBGE (2022)

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Ser referência na produção sustentável de ovinos e caprinos com tecnologias apropriadas para obtenção de produtos especiais.”



MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 9**, a matriz deste polo.

QUADRO 9. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO VALE DO MUCURI

FORÇAS	FRAQUEZAS
Vocação da pecuária a pasto; Isenção ICMS; Condições climáticas; Representação integrada da ACCOMIG/ parcerias existentes; Localização Regional (comunicação, logística); Linhas de crédito específicas; Frigorífico na região; Exposição Agropecuária; Consórcio com outras atividades pecuárias; Bom material genético da região; Tradição regional; Apoio das entidades.	Ausência de órgãos governamentais para fomentar atividade; Falta assistência técnica especializada e continuada; Baixa produção de forragens; Falta matrizes; Falta padronização para cordeiros; Problemas sanitários; Dificuldades de cercamento; Dificuldade para logística; Mão de obra qualificada; Alto custo dos insumos; Falta de profissionalismo na atividade; Falta divulgação; Falta de organização da cadeia (produção, compra de insumos, comercialização de animais e produtos); Assoreamento de áreas/degradação; Baixo preço para comercialização; Pouca informação (tecnologia/ manejo); Faltam informações específicas sobre a região; Falta oferta regular de matéria-prima de forma padronizada; Endividamento da classe produtiva.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Mercado além do polo/mercado comprador; Geração de emprego e renda; Abertura de novos mercados; Trabalho cooperativo; Fornecimento de matrizes; Fazenda experimental do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG; Cursos e capacitações oferecidos pelo IFMG; Pesquisas para transferência de tecnologia; Unidade demonstrativa para transferência de tecnologia; Gastronomia específica; Ampliação do mercado regional.	Animais predadores (cães, animais silvestres); Alto preço dos insumos produzidos na região; Longo período de estiagem; Falta de regularização fundiária; Roubo nas propriedades; Incertezas de disponibilidade de recursos.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do Polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Vale do Mucuri, apresentada no **Quadro 10**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 10. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO VALE DO MUCURI

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Garantir segurança hídrica (saneamento ambiental das propriedades rurais e dos criatórios; construção de pequenas barragens; conservação de solo e nascentes).	IFNMG; IEF; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Suzano Celulose; Senar.
	Energia elétrica	Estudo de tecnologias alternativas de fontes de energia (biodigestor, solar, etc.).	Embrapa (instrumentação); BNB; IFNMG.
		Promover a universalização do acesso à eletrificação rural.	Cemig.
		Promover redimensionamento da voltagem dos transformadores.	Cemig.
	Telecomunicações	Aquisição de software específico de gestão e capacitação.	Embrapa; MCTI; MC.
		Ampliar a telefonia móvel no meio rural e acesso à internet.	Gov. de Estado MG.
	Estradas e pavimentação	Revitalização de estradas vicinais (pontes, drenagens, cascalhamento).	Prefeituras municipais; MDR; Dnit; DER.
		Pavimentação de pontos críticos.	Prefeituras municipais; MDR; Dnit; DER.
		Abertura de novas estradas.	Prefeituras municipais; MDR; Dnit; DER; Emater; Ideni.
		Implantar estradas ecológicas (pequenas barragens).	Prefeituras; MDR; Dnit; DER; Embrapa; Emater; Ideni.
	Infraestrutura edificações	Ampliação e adequação das edificações do IFNMG Campus Teófilo Otoni para ovinocaprinocultura.	Reitoria do IFNMG; MEC; MPDG; MDR; Mapa.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Fortalecer e expandir o Polo Vale do Mucuri (reuniões regionais de mobilização).	Senar, Prefeituras, Emater; Sebrae; Ocemg; Gov. de Estado MG; UFVJM.
	Planos de negócios	Elaborar Plano de Negócio do setor ovinocaprino (diagnóstico das propriedades, do rebanho, da produção e público envolvido com a atividade).	UFVJM; IFNMG; Sebrae.
		Organizar uma central de compra e venda;	Sebrae.
	Governança do polo e do território	Criação de um cadastro de produtores, fornecedores de insumos, compradores e técnicos.	IMA; ACCOMIG; Câmara técnica estadual e interestadual.
		Criação de sede estruturada (urbana e rural).	Mapa; MPDG.
		Articulação para captação de recursos (para mobilização, capacitação, Ater, estruturação e custeio do Polo).	ACCOMIG.
Capacitação	Capacitação para técnicos e produtores em produção e gestão.	UFVJM; IFNMG; Sebrae; Embrapa.	
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Frigorífico	Adequação das instalações do frigorífico Boi da Terra de Teófilo Otoni e Grupo 2 Irmãos/Fricadi de Poté para abate para ovinos e caprinos.	Prefeitura; Secretaria de agricultura e abastecimento; Iniciativa privada.
	Saúde animal	Orientação técnica para controle sanitário dos rebanhos (verminoses; vacinas específicas; calendário vacinal).	Secretaria de Agricultura, Lojas agropecuárias; Laboratórios.
	Melhoramento genético	Capacitação técnica local para executar tecnologias para seleção e descarte de matrizes (programada, diagnóstico de gestação).	Embrapa; ACCOMIG; IFNMG.
		Aquisição de reprodutores.	ACCOMIG; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário.
	Alimentação	Capacitações técnicas de manejo e pastagem (rotação de piquetes, adubações, etc.).	Emater; Embrapa; Senar; IFNMG.
		Desenvolvimento de sistemas integrados (ILPF, integração bovino-ovino).	Embrapa; BID; ACCOMIG.
	Cercas e equipamentos	Aquisição de materiais específicos (bebedouros, arames, telas).	Iniciativa privada; ACCOMIG.
		Estudo de implantação de cerca viva.	IEE.
Pesquisa	Desenvolvimento de pesquisa e transferência de tecnologias em genética, sanidade animal e produção de forragens.	IFNMG; Embrapa.	

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Novos produtos	Estudo de novos produtos (oficinas para estimular).	Embrapa.
	Feiras	Promover feiras específicas de ovinos e caprinos (gastronômica).	Senar; IMA; ACCOMIG; Secretaria Municipal
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Mercado	Estudo do mercado de maneira geral.	Secretaria de Agricultura, Sebrae; Sindicato Rural.
		Definir a estratégia de comercialização do Vale do Mucuri; Padronização de carcaça.	Secretaria de Agricultura, Sebrae; Sindicato Rural.
		Buscar facilitação da documentação necessária para comércio e transporte (obtenção de GTA, etc.).	Secretaria de Agricultura, Sebrae; Sindicato Rural.
		Desenvolver modelos de contrato com segurança para ambas as partes (comprador e vendedor).	Secretaria de Agricultura, Sebrae; Sindicato Rural.
		Criar metas de futuro buscando exportação e exploração do mercado nacional.	Secretaria de Agricultura, Sebrae; Sindicato Rural.
		Estabelecer normativos para regular as importações.	Secretaria de Agricultura, Sebrae; Sindicato Rural.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do Polo. Atualizado em 2022.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.



Após o lançamento da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017, ocorreram algumas mudanças, sendo elas:

- **Ação Desenvolvida:** Projeto de Estruturação da Governança, Logística e Comercialização do Polo da Rota do Cordeiro em MG.
- **O que é o projeto:** Este projeto preconiza:
 - I. A organização do escritório territorial de apoio a governança, conectividade dos APLs, estruturação e manutenção de uma central de vendas coletivas de cordeiros para abate em indústrias âncora e de central de compras coletivas de insumos no âmbito da rota do cordeiro dos Vales.
 - II. Estruturação da logística da Rota do Cordeiro dos Vales pela aquisição de veículo utilitário para o deslocamento de animais e de insumos.
 - III. Desenvolvimento de sistema informatizado (em nuvem), para estruturar, integrar, promover a conectividade e gestão técnica em REDE dos APLS e dos dados individuais dos

animais que compõem o rebanho total da Rota do Cordeiro dos Vales e

- IV. Mobilização, cadastro, seleção e capacitação para ação coletiva de agricultores familiares no âmbito da Rota do Cordeiro dos Vales.
- **Situação do projeto:** Projeto neste momento paralisado, mesmo sendo fundamental para a viabilização de ações nos eixos temáticos de Insumos e Produção; Beneficiamento e Agregação de Valor; Capital Social e Governança; Infraestrutura e Financiamento e Meio Ambiente e Regularização Fundiária.
 - **Parceiros do projeto:** Embrapa Caprinos, IFN/MG, Prefeituras Municipais da Região, ACCOMIG, ACCOMIG/NRAN, GEPOG/UFMG, Escola de Veterinária UFMG, Emater / MG, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, além de várias organizações como associações de produtores, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais.



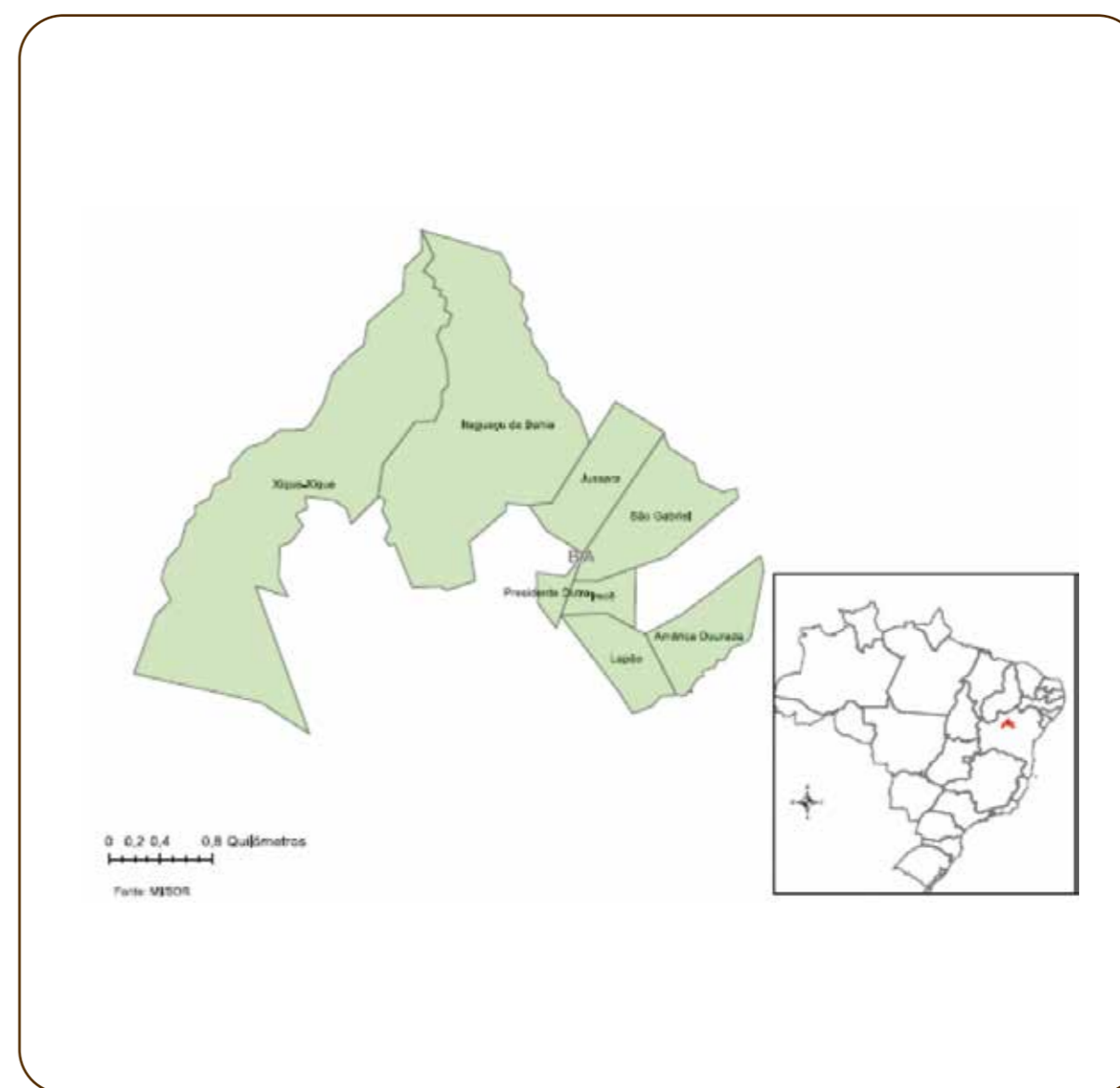
Polo Chapada do Jacaré - Bahia

Área de Abrangência do Polo Chapada do Jacaré

Jacaré, no estado da Bahia. O polo abrange uma área da região Norte, porém sem fazer fronteira com o estado do Piauí, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

A **Figura 14** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Chapada do

Figura 14. Mapa do Polo Chapada do Jacaré - BA



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

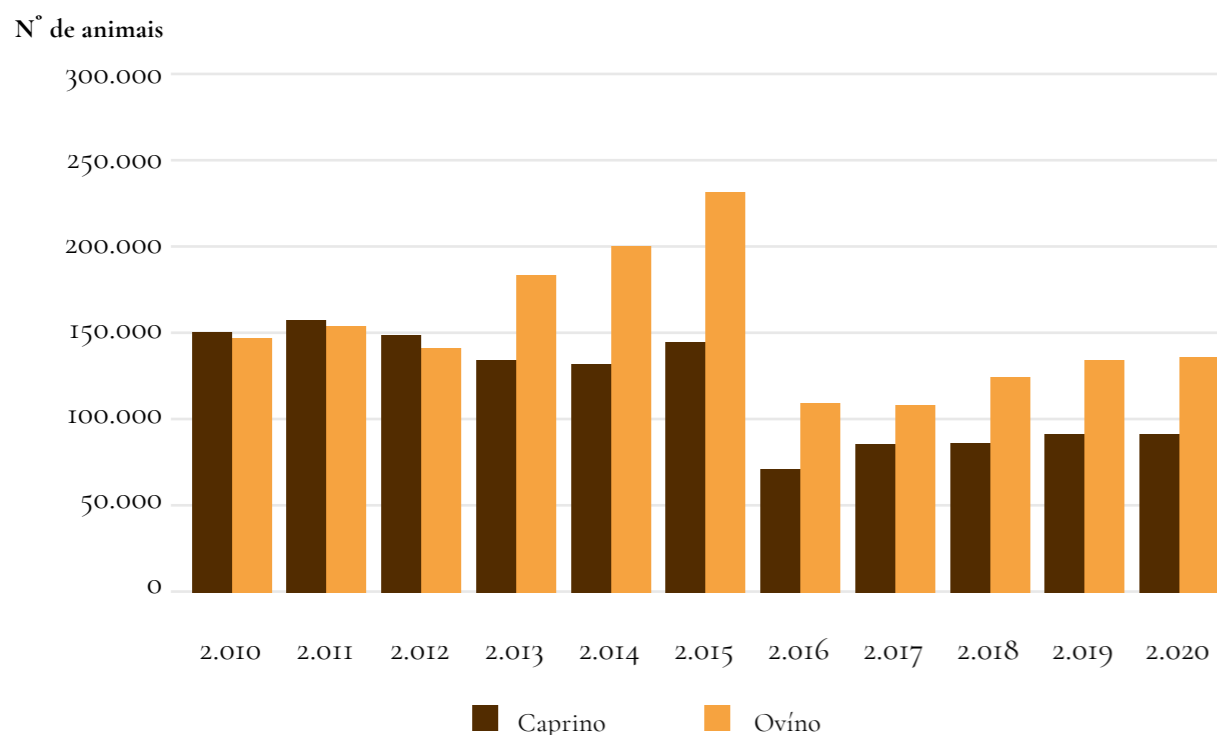
APRESENTAÇÃO

O Polo Chapada do Jacaré abrange oito municípios: Jussara, Irecê, Xique-Xique, São Gabriel, Lapão, Presidente Dutra, América Dourada e Itaguaçu da Bahia. O território do polo conta com uma das maiores infraestruturas para a caprinocultura e ovinocultura do nordeste brasileiro, dispondo de abatedouro para caprinos e ovinos, laticínio, curtume e equipamentos para escola de artesanato de pele/couro de caprinos e ovinos. O polo conta, também, com um trabalho de mobilização

e organização social estruturado, dispondo de associações e cooperativas com foco no desenvolvimento do setor produtivo caprino e ovino da região.

Localizado no estado da Bahia, com uma das maiores concentrações de ovinos e caprinos, o Polo Chapada do Jacaré é detentor de boa infraestrutura para abate e comercialização. Porém, apresentou redução do seu rebanho nos últimos cinco anos. Tendo seu maior destaque nos anos de 2015, conforme apresentado no **Gráfico 10**, quando superou os 244 mil ovinos e mais de 150 mil caprinos.

GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO CHAPADA DO JACARÉ



Fonte: IBGE (2022)

Segundo informações da coordenação, em contato feito em dezembro de 2021, não ocorreram alterações significativas, no referido polo, desde o lançamento da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017. Sendo descrito novamente abaixo.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Ser referência na produção, industrialização e comercialização dos produtos de origens caprina e ovina de forma sustentável.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 11**, a matriz deste polo.



QUADRO 11. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO CHAPADA DO JACARÉ

FORÇAS	FRAQUEZAS
Resiliência do produtor; Tradição na atividade; Rebanho; Complexo agroindustrial (abatedouro, laticínio, curtume); Cooperativas; Grandes números de associações; Colegiado territorial; Áreas disponíveis; Carne agroecológica.	Falta organização do produtor; Falta profissionalismo nas propriedades; Resistência a utilização de tecnologias/mudanças; Distância dos grandes centros consumidores; Falta capital de giro; Dificuldade de gestão da infraestrutura, do complexo e das propriedades; Cadeia de produção desorganizada; Falta de planejamento; Falta padronização e sazonalidade da produção; Marketing negativo; Falta transparência das organizações; Baixa autoestima do produtor (dificuldade sucessão).
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Clima favorável; Solo/água ricos em minerais (qualidade e quantidade de água subterrânea); Ambiente sadio; Forrageiras nativas; Parcerias com instituições; Mercado comprador crescente; Qualidade do produto; Crédito.	Abate informal; Falta de conhecimento; Falta de estrutura social dos povoados; Descontinuidade dos incentivos governamentais; Falta de Ater; Longo período de estiagem; Energia elétrica insuficiente e de má qualidade (não atende a todos e não atende as necessidades dos produtores); Uso irracional da água; Possibilidade de desertificação (manejo inadequado); Dependência dos programas governamentais.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Chapada do Jacaré, apresentada no **Quadro 12**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 12. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO CHAPADA DO JACARÉ

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação/ saúde animal	Divulgação das informações sobre forrageiras da região.	Codevasf; Embrapa; IFBA; Bahiater; BNB.
		Formação de grupo de produtores de referência para adoção de tecnologias adequadas (inovação).	Comitê gestor.
		Estimular os produtores a formação de reserva estratégica e bancos de proteínas, divisão de pastagens e plantio de culturas irrigadas.	Produtores; Coperj.
		Obedecer a protocolo de vacinação, vermifugação e mineralização.	Produtores; Coperj.
		Formulação de sal mineral próprio para a região.	Embrapa; IFBA.
	Melhoramento genético	Pesquisa para valorização do rebanho existente na região e melhoramento.	Embrapa; IFBA.
		Formação de um centro móvel de inseminação e exames laboratoriais (bode móvel de Chapada do Jacaré).	Codevasf.
	Ater	Acompanhamento técnico de forma contínua e com número limitado de produtores (20).	Bahiater; Anater.
		Ater concursada.	Bahiater; Anater.
	Agroecologia	Formação de um Plano Piloto na agroecologia da cadeia produtiva de caprinos e ovinos para futura certificação.	Embrapa; IFBA; Produtores; GT colegiado.
	Diagnóstico	Levantamento do rebanho de caprinos e ovinos do Polo.	Adab; Coperj; Secretarias municipais de agricultura.
	Pesquisa/TT	Validação de tecnologias em propriedades com experiências exitosas.	Embrapa; IFBA.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate	Construção de centros de recepção, triagem e terminação regionais de animais.	Gov. de Estado; MDR; Frente Ovinos; Codevasf.
		Construção de entrepostos regionais para distribuição de carcaças e cortes.	Gov. de Estado; MDR; Frente Ovinos; Codevasf.
		Adequação dos abatedouros já existentes em multifuncionais.	Gov. de Estado; MDR; Frente Ovinos; Codevasf.
		Prestação de serviços de abate para os distribuidores (açougues, mercados e produtores).	Frigoríficos; Coperj.
		Fortalecer a vigilância sanitária e fiscalização (Adab).	Ministério Público; Prefeituras e Gov. Estado.
	Novos produtos	Capacitação para beneficiamento de artefatos de couro, mini fábricas familiares com geração de empregos.	Sindicato; Senar; Senai.
		Instalação da escola de artesanato de couro (instalação das máquinas já existentes).	Prefeitura; Coperj.
		Criação de novos cortes e preparados com característica regional.	Embrapa; IFBA.
		Desenvolvimento de queijos, bebidas lácteas e iogurte regionais.	Embrapa; IFBA.
	COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização. Desenvolvimento de sinais distintivos	Compras governamentais	Fomentar vendas institucionais aos órgãos governamentais (ex.: alimentação penitenciária, exército, PNAE e PAA).
Preparar para atender editais de vendas para grupos de risco alimentar: merenda escolar, quilombolas, indígenas e creches (temporário).			Coperj.
Feiras e mercados		Desenvolver estratégia para alcance do mercado regional, territorial, estadual e federal.	Sebrae; Coperj.
		Criação do festival dos produtos da caprinovinocultura.	Coperj; Prefeituras; Sebrae.
		Oficializar calendário de feira de animais	Coperj; Prefeituras; Sebrae; Adab; Bancos.
		Marketing territorial/nacional positivo – Divulgação em meios de comunicação (TV e rádio oficiais e abertas)	Sebrae; MDR; MDIC; Prefeituras.
Pesquisa		Buscar parceria com indústria de alimentação Pet com aproveitamento das aparas e sobras	Coperj.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Identificação dos corredores de água e construção de grandes reservatórios para águas de chuvas	Codevasf; Gov. Estado; MDR; Comitê de Bacia; Coperj.
		Recuperação de margens e nascentes de rios da região	Codevasf; Gov. Estado; MDR; Comitê de Bacia; Coperj.
	Energia elétrica	Substituição de cabeamento	Coelba; MME; MDR.
		Ligação de energia trifásica	Coelba; MME; MDR.
		Ampliação do programa de tarifa rural	Coelba; MME; MDR.
		Utilização de energia solar	BNB; MME; MDR.
		Reduzir burocracia para solicitação da dupla tarifa	Coelba; MME; MDR.
	Telecomunicações	Ampliação e distribuição de sinais de telefonia e internet	MCTI; MDR; Anatel.
	Estradas e pavimentação	Recuperação e manutenção de estradas vicinais	Prefeituras; Codevasf; Frente Ovinos; MDR.
		Construção da estrada Jussara-Sento Sé e Jussara-Baixio (Xique-xique)	Dnit; Gov. Estado; MT; MDR.
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capa- citação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Resgate das associações e cooperativas ligadas a caprinovinocultura	Colegiado Territorial; Sebrae; OCB; Unicafe; COPIRECE.
	Planos de negócios	Incubação das empresas da cooperativa	UFOB; MDR.
		Obtenção de capital de giro	MDR.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Cobrança do BB sobre a regulamentação da Lei 13.340 (Federal)	BB; MDR; Frente Ovinos.
		Renegociação/recálculo/anistia das dívidas (resolução 2471 -BC)	MDR; Frente Ovinos.
	Incentivos fiscais	Manutenção dos incentivos fiscais para cadeia de produção de caprino e ovinos (ICMS)	Gov. de Estado; MDR; Frente Ovinos.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

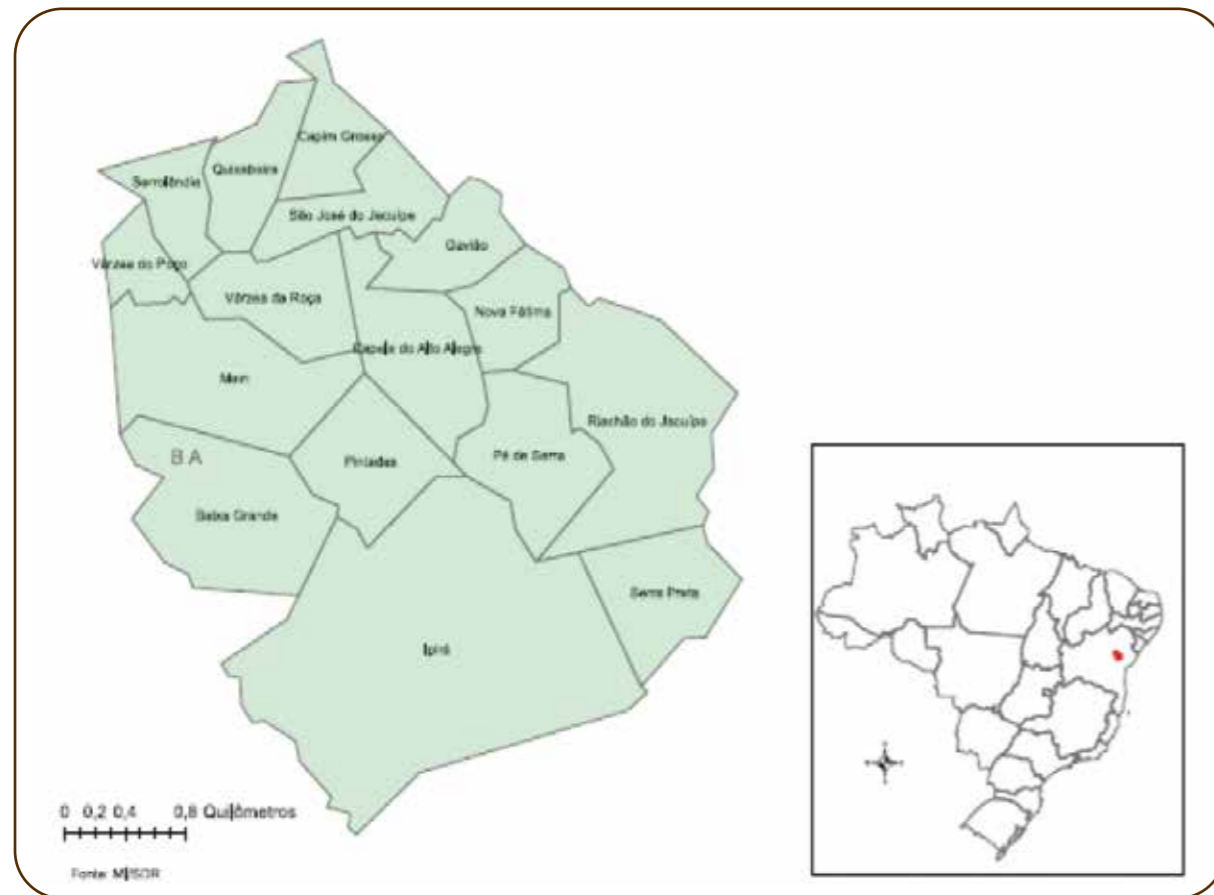
Polo Bacia do Jacuípe - Bahia

Área de Abrangência do Polo Bacia do Jacuípe

A **Figura 15** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Bacia

do Jacuípe, no estado da Bahia. O polo abrange uma área da região Leste do estado, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 15. Mapa do Polo Bacia do Jacuípe - BA



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Bacia do Jacuípe abrange dezesseis municípios: Pintadas, Baixa Grande, Mairi, Ipirá, Pé de Serra, Nova Fátima, Várzea do Poço, Várzea da Roça, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Gavião, Capim Grosso, Serrolândia e

Capela do Alto Alegre.

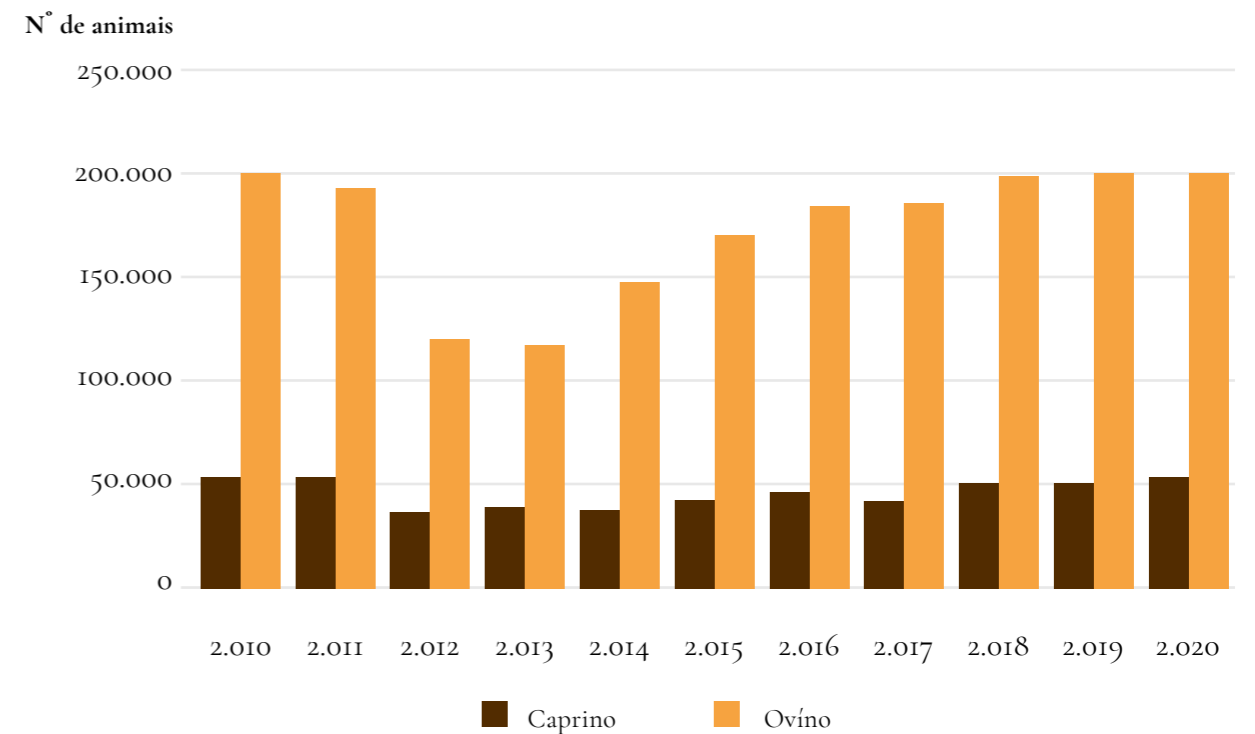
A região do polo conta com oportunidades em termos de rebanho e infraestrutura, dispondo de abatedouro para caprinos e ovinos. O território está representado por um comitê gestor estruturado e composto por representantes de associações

e entidades governamentais e não governamentais ligadas ao setor.

O Polo Bacia do Jacuípe é predominantemente ovino, que apesar de uma redução entre os anos 2012 e 2014 recuperou seu desenvolvimento,

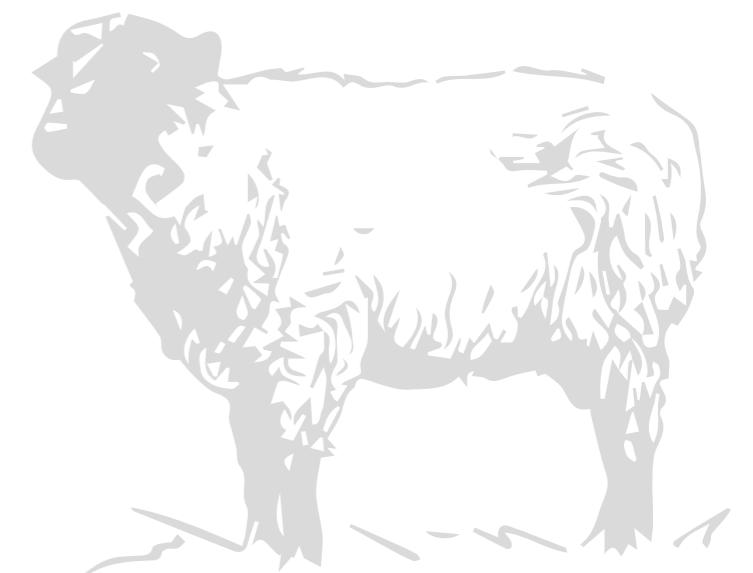
terminando o ano de 2020 com o número superior ao de 2010, ultrapassando mais de 214 mil cabeças, detalhado no **Gráfico 11**. Já o rebanho caprino apresentou pouca variação durante o período, chegando com quase 60 mil cabeças no ano de 2020.

GRÁFICO 11. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO BACIA DO JACUÍPE



Fonte: IBGE (2022)

Segundo informações da coordenação, em contato feito em dezembro de 2021, não ocorreram alterações significativas, no referido polo, desde o lançamento da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017. Sendo descrito novamente abaixo.





VISÃO DE FUTURO

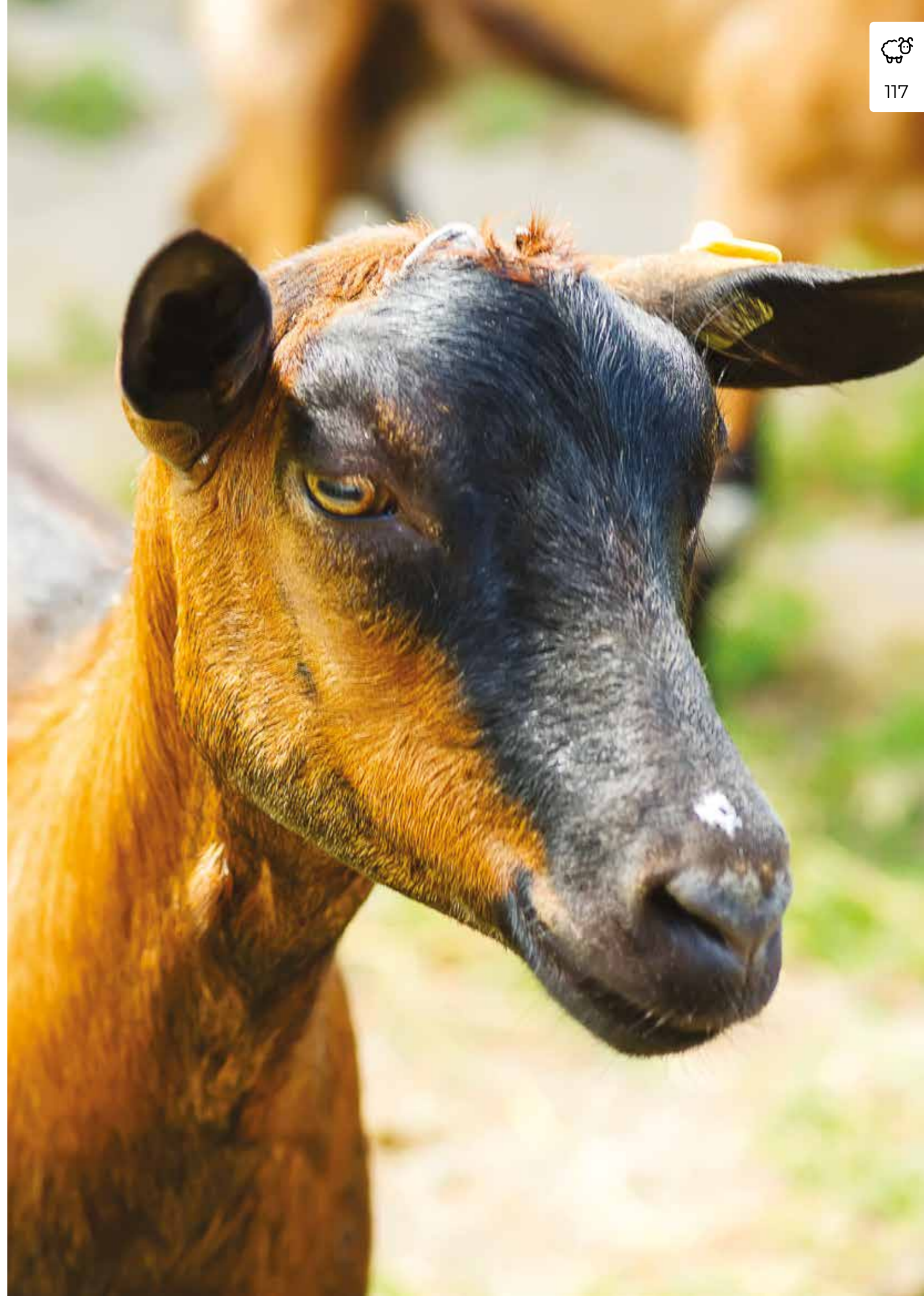
Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”. Sendo a visão do polo:

“Produção organizada da ovinocaprinocultura empreendedora, rentável e ambientalmente sustentável. Com oferta de animais padronizados com qualidade e quantidade a preços acessíveis para mercados diferenciados.”



MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 13**, a matriz deste polo.



QUADRO 13. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO BACIA DO JACUÍPE

FORÇAS	FRAQUEZAS
Indústria – existência do frigorífico certificado; Adaptabilidade dos animais; Cultura de criação – tradição; Cultura de consumo elevado; Quantitativo e qualidade do rebanho; Fácil manejo; Ciclo curto de Produção – manejos e tecnologias; Instituições de Ater e de apoio; Tradição de cooperativismo; Marca do produto registrada.	Baixa sinergia entre as instituições; Insuficiência de infraestrutura hídrica; Atividade produtiva extrativista; Baixa produção de insumos; Cadeia produtiva secundária; Ausência de empreendedorismo; Desvio da finalidade do crédito; Resistência a novas tecnologias; Falta de unidades regulamentadas de beneficiamento da pele; Falta de procura por emissão da CAF em algumas localidades; Deficiência de assistência veterinária nas chamadas de Ater, nas prefeituras e instituições; Gestão cooperativista frágil; Comércio informal da carne; Estradas ruins; Deficiência de reserva alimentar para os animais; Descrença e descontinuidade de projetos de Ater; Desmotivação dos agricultores familiares; Falta de mão de obra qualificada na produção, beneficiamento e comercialização; Falta de padronização da produção.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Apoio entidades governamentais; Ensino técnico; Políticas públicas disponíveis; Redes sociais, rádios comunitárias; Tecnologias de convivência com o semiárido; Segurança alimentar e nutricional; Valorização da cadeia (chamadas públicas); Demanda do consumo de carne; Mercado institucional; Crescimento da economia local; Redução de impactos ambientais com utilização do frigorífico; Cadeia produtiva tecnificada; Fácil escoamento da produção/ próximo aos grandes centros; Inclusão da educação no campo e cooperativismo na grade curricular; Mais cuidado do produtor com o meio ambiente.	Deficiência logística; Seca; Desvalorização da pele do animal; Descontinuidade do Ater; Ataque de animais predadores; Furtos; Abate clandestino; Falta de políticas públicas para segurança hídrica; Ater desqualificada em gestão da propriedade; Descaracterização do bioma; Mudanças climáticas.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Bacia do Jacuípe, apresentada no **Quadro 14**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.

QUADRO 14. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO BACIA DO JACUÍPE

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS	
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Reserva estratégica (silagem, feno, aumento do plantio de palma, etc.).	Instituições de Ater, produtores líderes, EMBRA- PA, universidades e secretaria de agricultura.	
		Disponibilização de mudas de palma.	Consórcio público da Bacia do Jacuípe (secretarias de agricultura) e Coop.	
		Implantação da cultura do sorgo.	Consórcio público da Bacia do Jacuípe (secretarias de agricultura) e Coop.	
		Bancos de sementes forrageiras.	Instituições de Ater, produtores líderes, EMBRA- PA, universidades e secretaria de agricultura.	
		Implantação de capim e de corte e palma irrigado.	Instituições de Ater, produtores líderes, EMBRA- PA, universidades e secretaria de agricultura	
	Saúde animal	Capacitação para plano preventivo de doenças.	Cooperativas, produtores, Adab, universidades, Ministério da Agricultura.	
		Resolução da carência de suplementos minerais.	Cooperativas, produtores, Adab, universidades, Ministério da Agricultura.	
		Compra coletiva de insumos veterinários.	Cooperativas, produtores, Adab, universidades, Ministério da Agricultura, Sebrae, Conab.	
	Melhoramento genético	Reprodutores compartilhados.	Produtores e instituições de Ater.	
		Conclusão de projeto financiado pelo MDR.	MDR, CAR e Coop.	
		Seleção das matrizes.	Produtores e instituições de Ater.	
	Ater	Capacitação de técnicos e produtores.	Instituições de Ater, produtores, Senar, Embrapa e Sebrae.	
		Continuidade do Ater.	Instituições de Ater, produtores, Senar e Sebrae.	
		Realizar estudos sobre outros modelos de financiamento Ater.	Produtores, cooperativas e instituições de Ater.	
		Melhoria da gestão da propriedade.	Instituições de Ater, produtores, Senar e Sebrae.	
		Assistência técnica voltada a cadeia produtiva.	Instituições de Ater, produtores, Senar e Sebrae.	
	BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Rastreabilidade do produto.	Coop, Frigbahia, Entidades de Ater, Mais Cordeiro, Bahiater, Embrapa, MDR, Associações de produtores, secretarias de agricultura e STR's.
		Novos produtos	Desenvolver linha de produtos embutidos (linguiça, hambúrguer, mortadela) e manta salgada.	Embrapa, Senai alimentos, Universidades, Coop/ Frigbahia, governos, empresas privadas, Abrasel.
			Estabelecer parcerias com indústrias do território que utilizam o couro.	Coop, Frigbahia, Associações de curtume de Ipirá, fábricas de processamento de couro e STR's.
			Lançamento da marca Fino Sertão.	Coop, Frigbahia, Adab e Governo do Estado.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Feiras e mercados	Fortalecer os pontos de comercialização da ovinocaprinocultura nas feiras livres dos municípios.	Prefeituras municipais, cooperativas de produtores, STR's, Sicoob, Consórcio Bacia do Jacuípe, Adapta Sertão e Codeter.
		Realização de feira de caprinos e ovinos anual com abrangência territorial.	Cooap, Consórcio Bacia do Jacuípe, prefeituras, Frigbahia, MDR, Governo do Estado (CAR e SDR), Embrapa, Codeter, Sebrae, Sicoob, BNB e Banco do Brasil.
	Compras governamentais	Fomentar compra institucional junto aos órgãos governamentais.	Cooap, Frigbahia, Consórcio Bacia do Jacuípe, Prefeituras (escolas e hospitais), associações e cooperativas de produção e o conselho de alimentação escolar.
	Produtos regionais	Realização de oficinas nos municípios visando a valorização dos produtos da região (mostra e degustação).	Sociedade civil, Sebrae, Senai, Rede Pintadas/ CESOL, Produtores, Cooap e Consórcio Bacia do Jacuípe.
	Centrais de comercialização	Criar central de comercialização.	Cooap, Frigbahia, Consórcio Bacia do Jacuípe, Codeter e Abrasel.
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Limpeza e ampliação de aguada.	Secretaria de agricultura e instituições de crédito.
		Ações de preservação de recursos hídricos.	Secretaria de agricultura e instituições de crédito.
		Construção de aguada de grande porte.	Secretaria de agricultura e instituições de crédito.
		Disseminar a prática de barramento no rio.	Governo estadual e prefeituras, MDR.
		Implantar mais tecnologias hídricas.	Secretaria de agricultura, MDR e instituições de crédito.
	Energia elétrica	Continuar a implantação da rede elétrica.	Governo estadual e prefeituras.
		Reforçar as redes de transmissão de energia elétrica no campo para produção.	Coelba, Ministério das Minas e Energia.
		Captação de energia solar.	Governo estadual, Coelba e prefeituras.
	Telecomunicações	Ampliação e melhoria da qualidade do sinal de telefone e internet.	Empresas de telefonia, ANATEL e produtores.
	Tecnologias	Desenvolvimento de aplicativo para produtores de carneiro.	FAPESB, MDR, Embrapa, SECT, MCTI.
Estradas e pavimentação	Manutenção e preservação das vias principais e vicinais.	Secretaria da infraestrutura, Consórcio Público da Bacia do Jacuípe e governo estadual.	

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Fomentar a atuação integrada das instituições de forma a gerar sinergia.	Instituições e cooperativas, SESCOOP, UNICA- FES.
		Realizar capacitação para uma atuação Inter cooperativista.	SESCOOP, UNICAFES, Rede Pintadas/CESOL
	Governança do polo e do território	Realizar planejamento do comitê gestor dentro de 60 dias.	Comitê gestor.
		Realizar reunião bimensal do comitê gestor.	Comitê gestor.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Atualização de planilha de custo de itens financiáveis.	Embrapa, CNA e universidades.
		Linha de crédito para tecnologias de sistema de irrigações por gotejamento e pequenos equipamentos.	Instituições financeiras (BNB, Banco do Brasil).
		Linha de crédito para plantio.	Instituições financeiras (BNB, Banco do Brasil).
		Realizar plano de viabilidade financeira para indústria de carne e ração (ver possibilidade de plano de negócio).	Sebrae e Universidades.
	Incentivos fiscais	Linha de crédito para aquisição de equipamentos para as indústrias (Plano de Negócio).	Sebrae e Universidades.
		Isenção de ICMS na aquisição de equipamentos e tecnologias para ovinocaprinocultura.	Governo do Estado e Câmara setorial de ovino/caprino.
		Isenção de 20 anos de impostos para indústrias de ração e beneficiamento ovinocaprinocultura.	Governo do Estado e Câmara setorial de ovino/caprino, SDR.



O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.



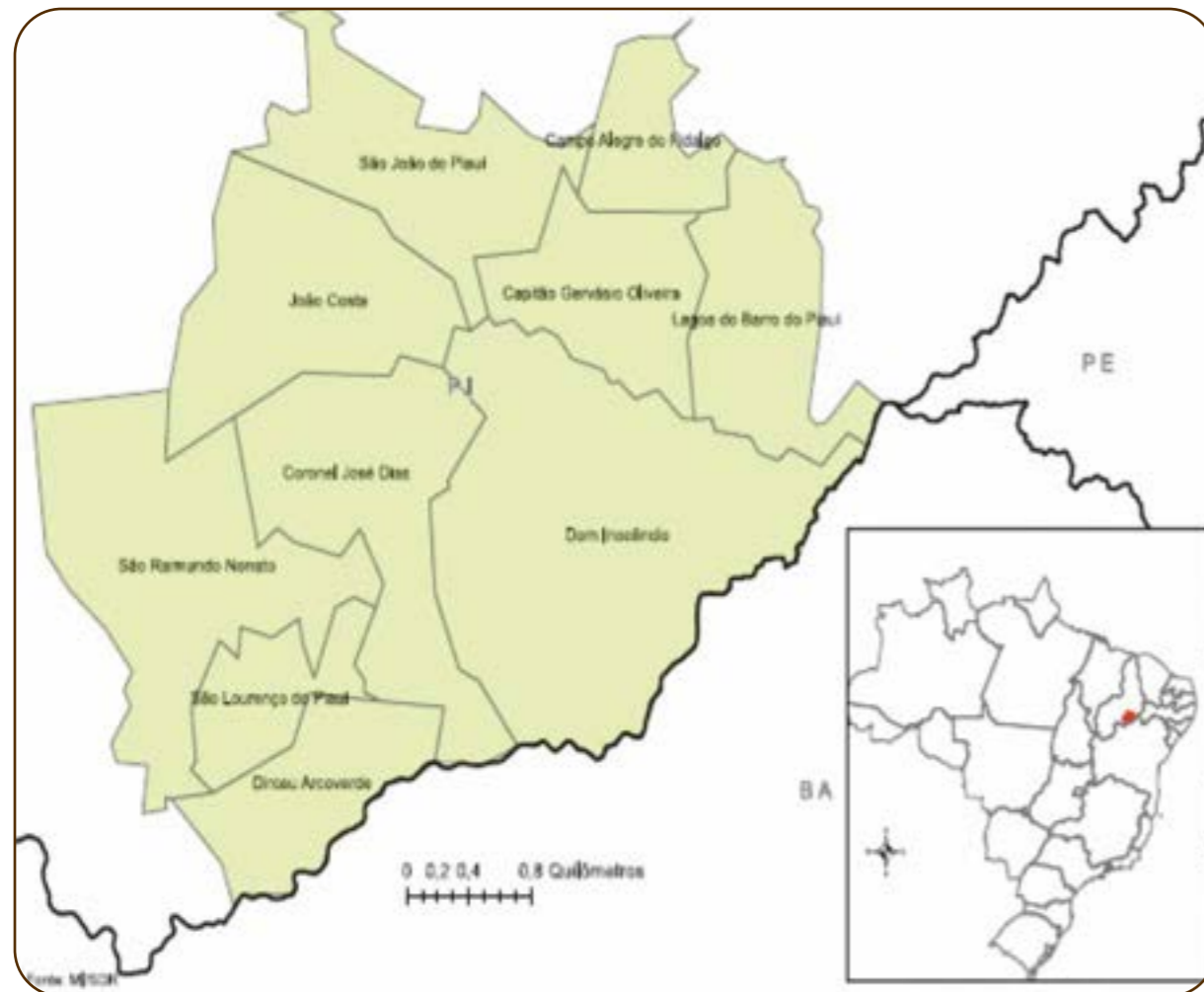
Polo Serra da Capivara - Piauí

Área de Abrangência do Polo Serra da Capivara

A **Figura 16** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Serra da

Capivara, no estado do Piauí. O polo abrange uma área da região Sudeste, na fronteira com o estado da Bahia, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 16. Mapa do Polo Serra da Capivara - PI



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

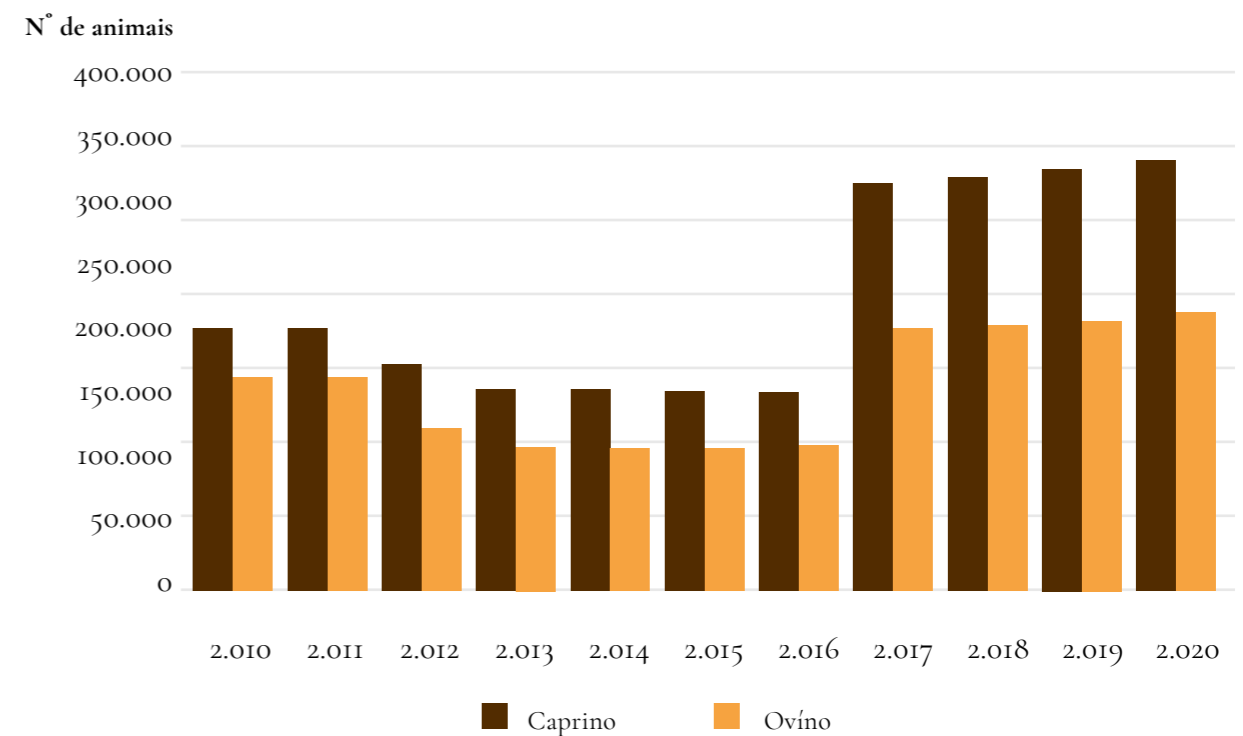
O Polo Serra da Capivara abrange dez municípios: Dom Inocêncio, São Raimundo Nonato, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão

Gervásio de Oliveira, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, João Costa, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí e São Lourenço do Piauí.

O APL conta com o apoio e participação direta de diversas associações de criadores de caprinos e ovinos, o que favorece a gestão das ações vinculadas à cadeia produtiva da ovinocultura e caprinocultura na região. O território dispõe de aeroporto de pequeno porte (voos particulares) e de centro de terminação de caprinos e ovinos, além de experiências bem-sucedidas na produção de volumosos (alimentação animal), através da irrigação por gotejamento.

Conforme o **Gráfico 12**, entre 2010 e 2020 pode-se observar um aumento no número de rebanho ovino e caprino, apesar disso, houve uma redução no número desses animais nos anos de 2011 a 2016. Nos quatro anos seguintes ao 2016, o rebanho caprino e ovino do Polo Serra da Capivara apresentou um aumento expressivo, com destaque para o rebanho caprino, que finalizou o ano de 2020 com mais de 340 mil cabeças.

GRÁFICO 12. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO SERRA DA CAPIVARA



Fonte: IBGE (2022)

Segundo informações da coordenação, em contato feito em dezembro de 2021, não ocorreram alterações significativas, no referido polo, desde o lançamento

da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017. Sendo descrito novamente abaixo.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Ser referência na produção, beneficiamento e exportação de carne caprina e ovina de forma sustentável.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 15**, a matriz deste polo.



QUADRO 15. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO SERRA DA CAPIVARA

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Grande quantidade de animais adaptados as condições locais;</p> <p>Forragem nativa diversificada e de qualidade;</p> <p>Grande vocação local para criar caprinos e ovinos;</p> <p>Elevado número da população de ovinos e caprinos;</p> <p>Existência de parcerias;</p> <p>Boa qualidade do sabor da carne;</p> <p>Espaço territorial para ampliar o rebanho;</p> <p>Mão de obra intensiva;</p> <p>Grande número de associações (familiares).</p>	<p>Falta de estrutura para água;</p> <p>Deficiência na pastagem cultivada para alimentação no período da seca;</p> <p>Grande número de associações, mas falta organização dos produtores;</p> <p>Informalidade na posse da terra;</p> <p>Baixa qualidade do produto;</p> <p>Dificuldade de acesso a frigoríficos e ao mercado consumidor;</p> <p>Falta de reserva alimentar para o rebanho;</p> <p>Deficiência nas informações;</p> <p>Alto índice de linfadenites;</p> <p>Baixa capitalização dos produtores;</p> <p>Ausência de certificação;</p> <p>Resistência cultural a adesão de novas tecnologias;</p> <p>Oferta irregular e despachonizada;</p> <p>Ausência de compras coletivas;</p> <p>Deficiência na gestão da propriedade;</p> <p>Má distribuição de energia elétrica na zona rural.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Disponibilidade de crédito aos caprinovinocultores;</p> <p>Crescente demanda no consumo de carne de caprinos e ovinos (busca por alimentação saudável);</p> <p>Existência do Projeto Viva o Semiárido com apoio ao investimento na cadeia de caprinos e ovinos;</p> <p>Escola de formação de Técnicos em Agropecuária na região;</p> <p>Geração de empregos;</p> <p>Apoio de instituições (Embrapa, Sebrae, Codevasf);</p> <p>Pleno funcionamento do centro de terminação;</p> <p>Possibilidade de políticas públicas específicas para a região (semiárido);</p> <p>Grande potencial para exploração econômica do leite de cabras (PAA e PNAE);</p> <p>Possibilidade de criação de Empresa Júnior.</p>	<p>Alto preço da ração;</p> <p>Períodos de seca prolongados;</p> <p>Poucas fontes d'água;</p> <p>Falta de infraestrutura para escoamento da produção (estradas);</p> <p>Atravessadores;</p> <p>Oferta deficiente de Assistência Técnica abrangente e continuada;</p> <p>Pastagem nativa nociva (Papaconha);</p> <p>Crise financeira;</p> <p>Irregularidade no fornecimento elétrico.</p>

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Serra da Capivara, apresentada no **Quadro 16**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 16. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO SERRA DA CAPIVARA

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Formação Palmar e outras pastagens e conservação de pastagens nativas.	Governo do Estadual, Codevasf.
		Compra coletiva de ração.	Codevasf e Associações.
		Compra milho Conab.	Codevasf e Associações.
		Capacitação de técnicos e produtores.	Emater, Embrapa, Sebrae.
		Compra de equipamentos (fornageiras, ensiladeiras, etc.).	Codevasf e Associações.
	Sanidade	Capacitação de produtores (boas práticas).	Emater, Senar, Codevasf.
		Aquisição de kits sanitários.	Prefeituras.
		Estudo de viabilidade.	Sebrae.
	Melhoramento genético	Aquisição de reprodutores e matrizes.	Associações; Embrapa.
		Aquisição de Sêmen.	Associações; Embrapa.
	Frigorífico (pequeno porte)	Capacitação dos produtores.	Sebrae, Embrapa.
		Implantação da Estrutura com equipamentos.	Associações (Asccole) Comitê Gestor.
	Pesquisa	Fornageiras.	Embrapa, Codevasf e Univasf.
		Genética.	Embrapa e Univasf.
		Mercado.	Univasf, Sebrae e Semagri.
	Equipamentos	Kit de Irrigação (gotejamento).	Associações, Semagri, BNB, Emater, Codevasf.
		Máquinas Fornageiras e ensiladeiras.	Associações, Semagri, BNB, Emater, Codevasf.
		Caminhões (carga seca e refrigerada).	Associações, Semagri, BNB, Emater, Codevasf.
		Trator c/ implementos (grade aradora, grade niveladora, distribuidor de calcário, carreta, pipa, roçadeira, lâmina frontal, ensiladeira, trado etc.) e capacitação.	Prefeituras, Emater, Viva Semiárido.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Certificação (SIF)	Implementar a Lei do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).	Prefeituras.
		Articular com a SDR para aquisição dos produtos caprinos e ovinos.	Sebrae e Comitê Gestor.
	Novos produtos (lácteos, defumados, couro etc.)	Implantação de estrutura (pequeno porte), equipamentos e capacitação.	Viva o Semiárido, Prefeituras Municipais, Sebrae, Embrapa, Mapa – SFA/PI.
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Acesso ao mercado	Central de Comercialização.	Sebrae, Associações, Prefeitura Municipal.
	Criação de marca	Desenvolver a marca “Serra da Capivara” (produtos e subprodutos).	Sebrae, prefeituras municipais e associações.
		Realização de feiras, exposições e festas temáticas.	Prefeituras e associações.
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Passagens molhadas.	Secretarias Agricultura e Meio Ambiente; Senar.
		Construção de barragens (grande porte).	Secretarias Agricultura e Meio Ambiente; Senar.
		Construção de poços artesianos nas comunidades que não possuem.	Secretarias Agricultura e Meio Ambiente; Senar.
		Construção de cisternas calçadão.	Secretarias Agricultura e Meio Ambiente; Senar.
	Energia elétrica	Tecnologias alternativas de fontes de energia (solar, eólica) – pequeno porte.	Prefeitura Municipal.
		Universalização do acesso a eletrificação rural (continuidade do programa Luz para Todos).	Eletrobrás, Associações de Produtores e Prefeitura Municipal.
	Telecomunicações	Aquisição de software específico de gestão e capacitação.	Embrapa, Sebrae.
		Telefonia móvel no meio rural e acesso à internet através da criação de telecentro nas principais comunidades.	Governo do Estadual e Municipal.
	Estradas e pavimentação	Revitalização de estradas vicinais (pontes, drenagens, cascalhamento) e recuperação de pontos críticos.	Prefeituras Municipais.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Revitalização das associações existentes e criação de encontros mensais para alinhamento de estratégias.	
	Planos de negócios	Elaborar Plano de Negócio do setor ovinocaprino cultura do polo (Diagnóstico das propriedades, do rebanho, da produção, de produtores, fornecedores de insumos, compradores e técnicos).	
		Reuniões de conscientização dos produtores (Fortalecer as Associações para o abate formal).	Sebrae, Associações, Prefeitura Municipal, Viva Semiárido.
		Funcionamento do centro de terminação.	Sebrae, Codevasf.
	Governança do polo e do território	Utilização do Centro de Terminação como núcleo de comercialização coletiva.	
	Capacitação	Capacitação para técnicos e produtores em produção e gestão.	
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Estrutura da propriedade	Elaboração de projetos individuais (Cercas, Apriscos, Silos etc.).	
		Reuniões específicas sobre crédito.	Associações, BNB.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em fevereiro de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

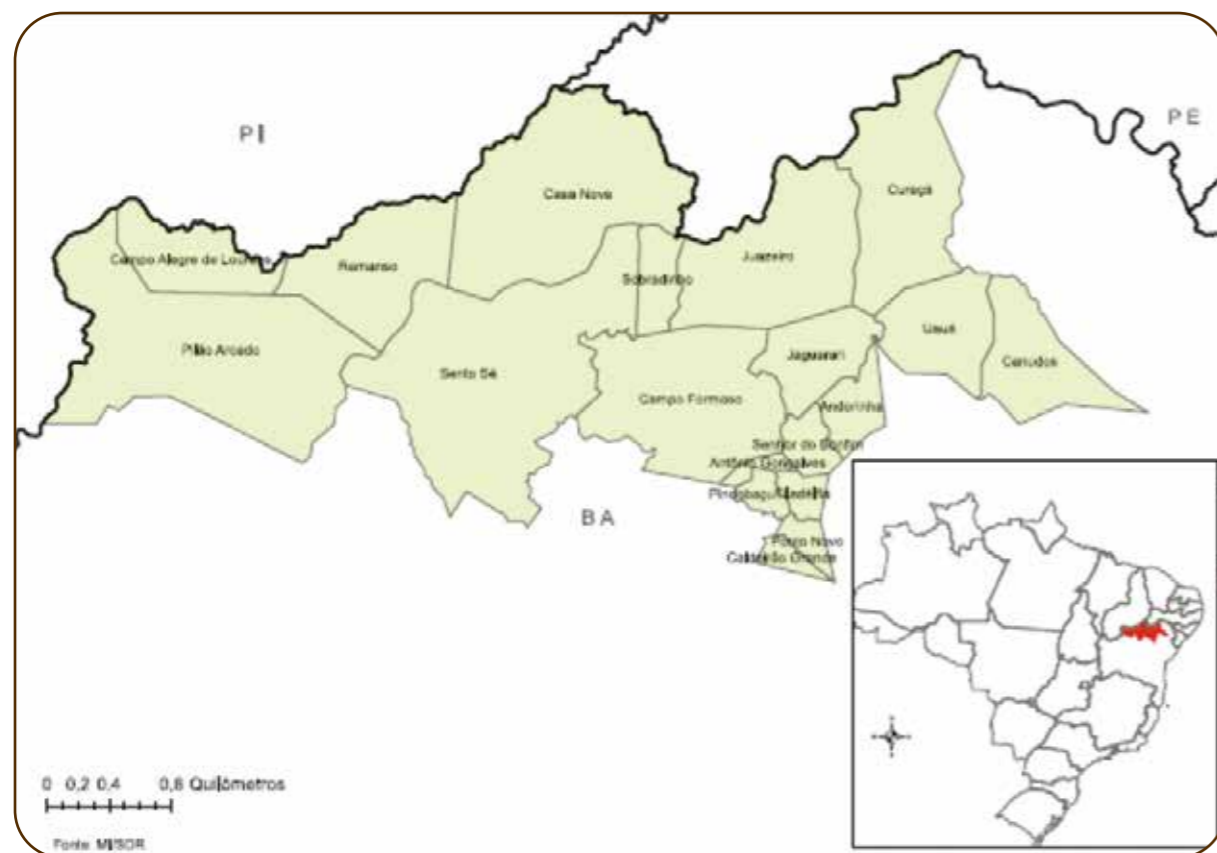
Polo Sertão Norte Baiano - Bahia

Área de Abrangência do Polo Sertão Norte Baiano

A **Figura 17** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Sertão

Norte Baiano, no estado da Bahia. O polo abrange uma área da região Norte, na fronteira com o estado do Piauí e Pernambuco, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 17. Figura 16. Mapa do Polo Sertão Norte Baiano - BA



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Sertão Norte Baiano abrange treze municípios, que compreendem os territórios do Piemonte Norte do Itapicuru e Sertão do São Francisco: Campo Formoso, Jaguarari, Senhor do Bonfim, Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso,

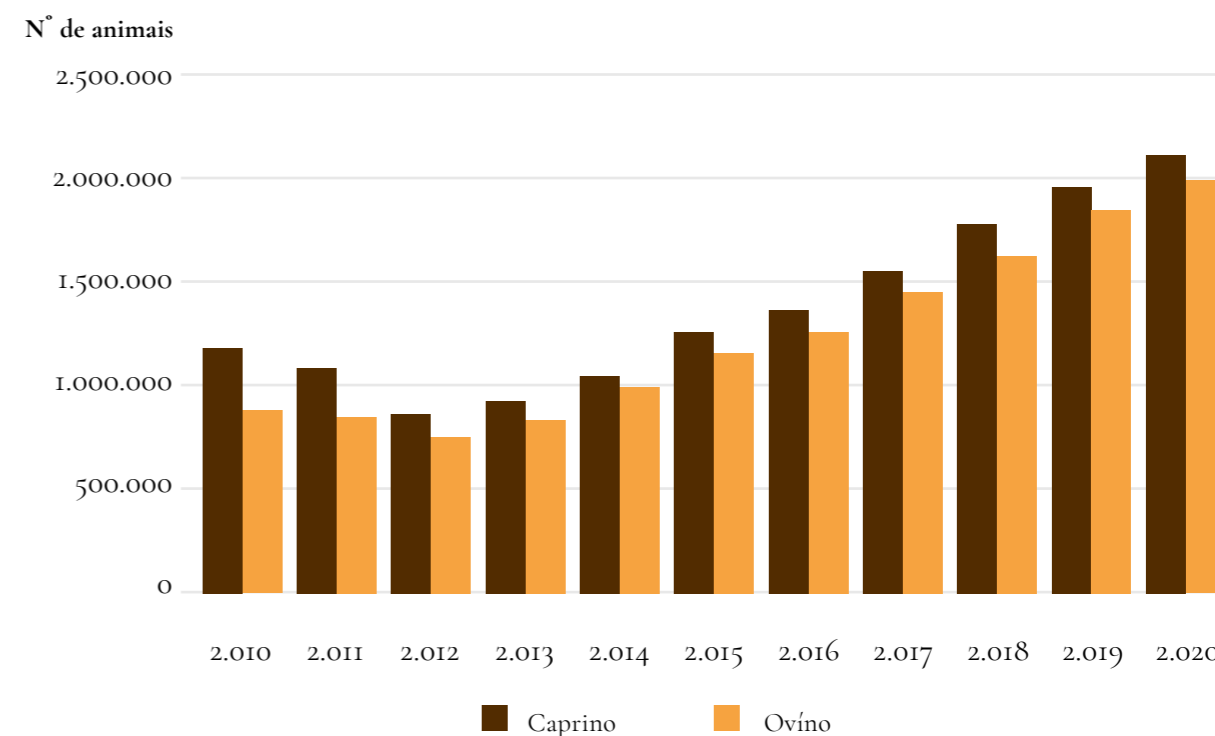
Sento Sé e Sobradinho.

O polo Sertão Norte Baiano destaca-se pelo bom nível de desenvolvimento do setor em virtude das instituições e da infraestrutura adquirida no território. Trata-se de uma das maiores concentrações do rebanho de ovinos e caprinos do país.

Este polo apresentou evolução crescente que merece destaque nos últimos seis anos, apresentado no **Gráfico 13**, que em números absolutos dobrou suas populações nas duas espécies, superando 1 milhão de cabeças nas espécies trabalhadas no ano de 2014, e os 2 milhões no ano de 2020.

O excelente desempenho dos rebanhos caprinos e ovinos, atualmente no Polo Sertão Norte Baiano, é resultado de trabalho dos envolvidos no setor que vem recebendo apoio necessário para execução dos trabalhos.

GRÁFICO 13. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO SERTÃO NORTE BAIANO



Fonte: IBGE (2022)

Durante a construção desta publicação não foi possível obter retorno quanto às ações que já foram e/ou estão sendo desenvolvidas pelo referido polo. Sendo apresentados aqui os documentos construídos, junto aos atores envolvidos do Polo Sertão Norte Baiano, nos anos de 2016 e 2017.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”. Sendo a visão do polo:

“Ser uma cadeia produtiva integrada, reconhecida como referência na caprinocultura e ovinocultura, em harmonia com o bioma caatinga.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 17**, a matriz deste polo.

QUADRO 17. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO SERTÃO NORTE BAIANO

FORÇAS	FRAQUEZAS
Localização geográfica;	Resistência do produtor a mudanças;
Infraestrutura de abate;	Comodismo;
Tamanho do rebanho;	Alto custo de produção com insumos e seca;
Tradição;	Baixa infraestrutura da propriedade;
Aptidão;	Baixa qualidade do rebanho;
Melhoramento genético;	Baixa capacidade empreendedora;
Tamanho do rebanho existente;	Tamanho da propriedade insuficiente;
Rusticidade do rebanho;	Baixa capacidade de capital;
Vocação para atividade;	Alto índice de verminose;
Bom potencial genético para cruzamento;	Falta de reserva estratégica;
Rio São Francisco;	Falta de capacitação;
Clima favorável.	Baixo índice de cooperativismo;
	Falta de pesquisa de mercado;
	Falta de publicidade dos produtores;
	Falta de logística para levar animais para o abatedouro;
	Reduzido número de unidades de abate certificado;
	Falta de valor agregado no produto;
	Baixa capacidade gerencial;
	Baixo nível de organização social do produtor;
	Falta de organização da cadeia;
	Falta de valorização local;
	Falta de conhecimento do negócio (gerencial/tecnológico);
	Falta e descontinuidade da assistência técnica (gerencial e tecnológica);
	Falta de mão de obra especializada;
	Clandestinidadade.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Apoio institucional – fonte de tecnologias;	Energia;
Alto consumo local/mercado interno crescente;	Seca/falta de água;
Marketing gratuito;	Predadores (raposas, gato do mato, carcará e cão);
Localização: livre de aftosa e com abatedouro;	Segurança/ladrão;
Bioma caatinga – carne diferenciada;	Baixa qualidade de assistência técnica;
PAA e PNAE;	Assistência técnica insuficiente;
Clima propício a atividade;	Demora da aprovação das linhas de crédito;
Crescente no consumo de produtos orgânicos;	Dificuldade de acesso ao crédito;
Existência de perímetros irrigados;	Degradação do bioma da caatinga;
Tecnologia já existente;	Falta de política de regularização fundiária;
Baixo índice de umidade;	Excessiva tolerância ao abate informal;
Forte aparato institucional para apoio;	Desarticulação dos diversos segmentos da cadeia produtiva;
Proximidade com projetos irrigados, frigoríferos e curture;	Grande número de atravessadores;
Mercado nacional e regional crescente e insatisfeito;	Longos períodos de estiagem;
Nível tecnológico alto;	Falta de Ater;
Entrepósitos de comercialização;	Alto custo dos produtores sem certificação;
Cortes especiais;	Baixa fiscalização do abate clandestino;
Demanda mercado externo/mercado interno;	Falta de armazém da Conab;
Número de empresários interessados na caprinocultura;	Legalização: custos e burocracia;
Melhoramento genético;	Insumos/tecnologia;
Sistema de inspeção municipal;	Hábito alimentar;
Existência de frigoríficos (SIF, SISBS);	Pragas;
Selos de certificação;	Frigoríficos (legalização do abate);
Integração lavoura irrigada/pecuária.	Assistência técnica insuficiente.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo.



QUADRO 18. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO SERTÃO NORTE BAIANO

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Formação de Banco de Reserva Alimentar.	ACCOSSE, Embrapa e Secretarias da Agricultura.
		Construção/disponibilização de galpão para armazenamento de milho.	Idesa, Sebrae e Secretarias de Agricultura de Juazeiro.
	Saúde animal	Aprovação do Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos.	Adab, Mapa, Embrapa Caprinos.
		Implantação de Unidades Móveis para exames de OPG.	Secretario Agricultura Juazeiro, Adab, Mapa e Idesa.
		Campanhas de Vacinação.	Adab, Mapa, Secretaria de Agricultura Senhor do Bonfim.
	Melhoramento genético	Reestruturação dos Bancos Genéticos extintos pela EBDA.	ACCOSSE, Seagri e Codevasf.
		Programa de distribuição/integração de reprodutores melhorados geneticamente (nativas e exóticas).	ACCOSSE, Codevasf e Seagri.
		Unidade Móvel para andrológico e Inseminação Artificial.	ACCOSSE, Codevasf e Seagri.
	Ater	Assistência Técnica e Gerencial – Propriedades.	Codevasf.
	BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Apoio logístico para viabilização de abate. Formação da ROTA de CORDEIROS/Animais Vivos.
Programa de Educação Sanitária. Carne Legal. Conscientização sobre o risco de consumo dos produtos de caprinos e ovinos não certificados.			Adab e Secretarias da Agricultura.
Apoio logístico para viabilização de distribuição de carcaças certificadas nos municípios. Formação da ROTA de CORDEIROS/Carcaças.			ACCOSSE, Codevasf, Seagri, Mapa E BNB.
Adesão ao SISB e Implantação do SIE nos Municípios.			Adab, Codevasf, Secretarias da Agricultura.
Novos produtos		Entrepósitos para beneficiamento de carcaça e fabricação de embutidos.	ACCOSSE, Adab, Senai, Secretarias da Agricultura de Senhor do Bonfim e Juazeiro.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Denominação de origem e identificação geográfica	Criação do Selo Cordeiro do Polo Sertão Norte Baiano.	Sebrae, ACCOSSF e Secretaria da Agricultura de Senhor do Bonfim.
	Feiras e mercados	Organização de Feiras e Eventos.	Secretarias da Agricultura de Senhor do Bonfim e Juazeiro.
	Compras governamentais	Comercialização com PAA.	ACCOSSF, Conab, Secretarias da Agricultura.
		Comercialização com PNAE.	ACCOSSF e Secretarias da Agricultura.
	Centrais de comercialização	Criação de entreposto no espaço no CEASA.	ACCOSSF, Secretarias da Agricultura do Bonfim e Juazeiro.
		Criação de ambiente específico para comercialização dos produtos da caprinocultura.	ACCOSSF, Sebrae e Secretaria da Agricultura de Senhor do Bonfim.
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Abertura e instalação de poços.	Codevasf e Comitê Gestor.
		Construção e revitalização de adutoras.	Codevasf e Comitê Gestor.
		Implantação de programas de armazenamento de água (Reservatórios).	Codevasf e Comitê Gestor.
		Construção e limpeza de barragens.	Codevasf, Idesa, Seagri e Comitê Gestor.
	Energia elétrica	Expandir a implantação de Energia Elétrica.	Secretarias da Agricultura de Senhor do Bonfim e Juazeiro, Programa Luz para Todos e Comitê Gestor.
		Expandir a implantação de Energia Solar.	BNB, Programa Luz para Todos e Comitê Gestor.
	Telecomunicações	Ampliação de Sistema de Telecomunicações.	Assembleia Legislativa e Comitê Gestor.
	Estradas e pavimentação	Construção e pavimentação de estradas.	Assembleia legislativa e Comitê Gestor.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Curso de elaboração de projetos.	ACCOSSE, Sebrae, Senar e Comitê Gestor.
		Treinamento para captação de recursos.	ACCOSSE, Sebrae, Senar e Comitê Gestor.
		Treinamento e consultoria gerencial.	ACCOSSE, Sebrae e Senar.
	Planos de negócios	Elaboração do plano de negócio para a caprinocultura e ovinocultura.	ACCOSSE, Sebrae e Senar.
	Governança do polo e do território	Gerenciamento das ações a serem definidas pelo comitê gestor.	Comitê Gestor.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Financiamento para estruturação da propriedade e produção de insumos.	BNB, BB, CEF e Comitê Gestor.
		Linhas específicas de financiamento para criadores de raças nativas.	BNB, BB, CEF e Comitê Gestor.
		Linhas de crédito para financiamento da produção.	BNB, BB, CEF e Comitê Gestor.
	Diferimento tributário	Política de isenção de impostos para os produtos da caprinocultura.	Cooperativa, e Comitê Gestor.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo.



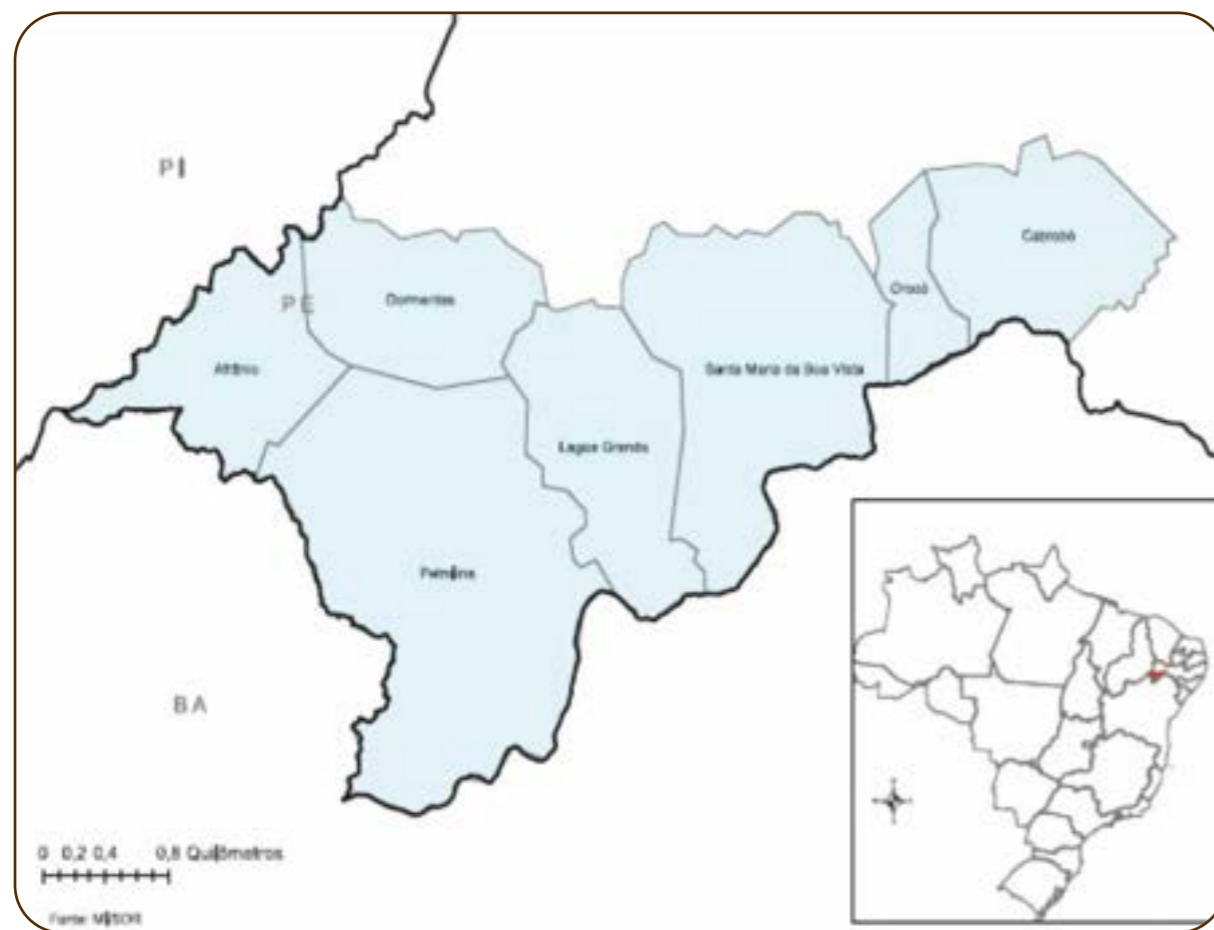
Polo Sertão do São Francisco Pernambucano - Pernambuco

Área de Abrangência do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano

A **Figura 18** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano, no estado

de Pernambuco. O polo abrange uma área da região Sudoeste, na fronteira com os estados do Piauí e da Bahia, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 18. Mapa do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano - PE



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Sertão do São Francisco Pernambucano abrange sete municípios: Petrolina, Dormentes, Afrânio, Lagoa

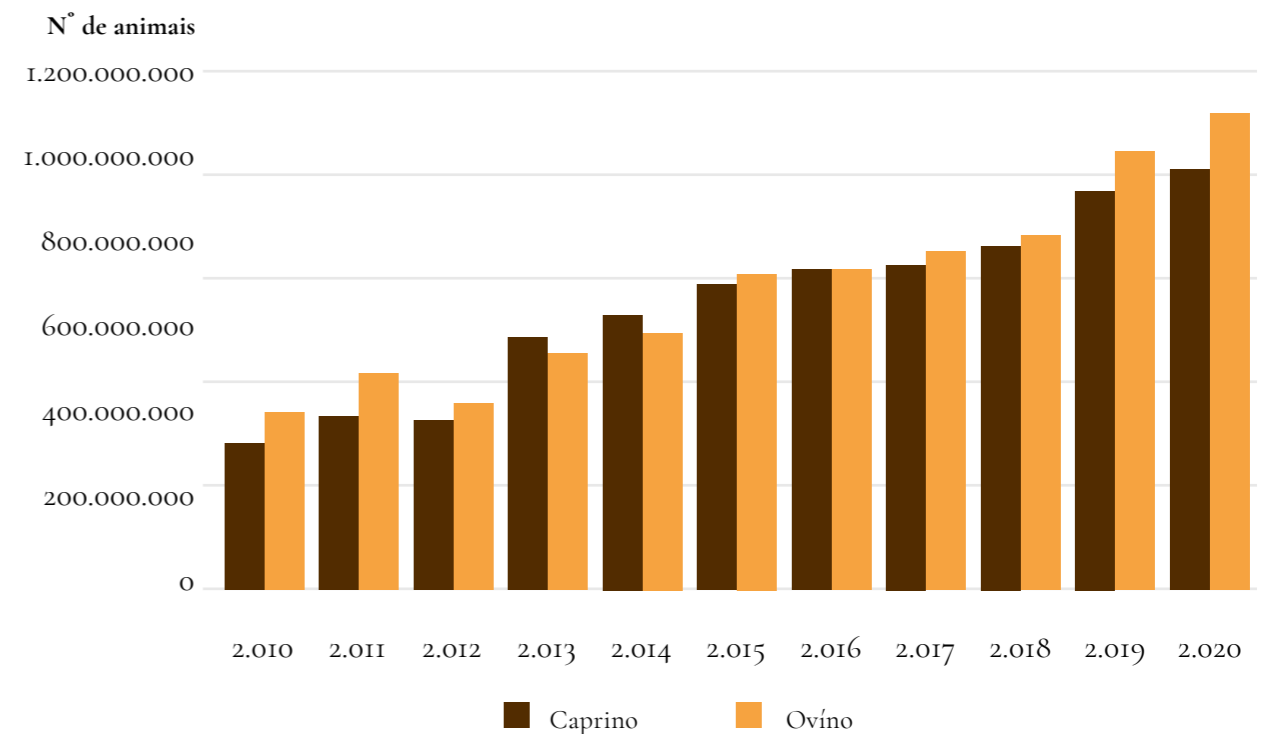
Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Cabrobó. A localização geográfica estratégica favorece o escoamento da produção, seja para o mercado interno ou externo.

O consumo local, já intensivo, é beneficiado pela presença do Bodódromo – polo gastronômico onde o consumo da carne de caprinos e ovinos é incentivada, tanto pela oferta de variados pratos de qualidade, como pelo ambiente pitoresco do local, que representa atrativo turístico, tornando o consumo desse tipo de carne ainda mais conhecida para os visitantes de outros estados e países.

Esta região, que apresenta reputação

no país pela gastronomia com foco principal na carne de ovino e caprino, possui um polo que vem apresentando resultados favoráveis em relação ao número de animais caprinos e ovinos, com exceção do ano 2012, garantindo assim a permanência da reputação local. Pode-se observar, no **Gráfico 14**, que o ano de 2020 apresentou quase o triplo de animais de 2010, demonstrando que é um polo com características adequadas para criação dessas espécies.

GRÁFICO 14. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO



Fonte: IBGE (2022)

Em 2021 este polo, da rota do cordeiro, integrou o projeto de implantação da Integração Vertical promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e Organização das Nações Unidas para Alimentação e

Agricultura. Mais à frente, nesta publicação, explicamos em mais detalhes sobre Integração Vertical. Há também, no canal do Youtube, disponível a palestra do Dr. Thiago Carvalho, no link: <https://youtu.be/XGpIpDk5ou4>.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”. Sendo a visão do polo:

“Ser referência nacional como polo de produção sustentável de caprinos e ovinos numa cadeia consolidada, com volume, padronização e qualidade.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 19**, a matriz deste polo.

QUADRO 19. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO

FORÇAS	FRAQUEZAS
Tradição/vocação na atividade; Rio São Francisco (potencial de recursos hídricos – produção de forragem – e turismo); Plantas Nativas (disponibilidade de alimento adaptado a escassez hídrica – diferenciação da qualidade da carne); Rebanho geneticamente adaptado ao clima; Localização geográfica (700 km de 9 capitais, escoamento); Existência de muito Cooperativismo e Associativismo; Existência do Polo Gastronômico (Bodódromo); Plantel (grande número de animais); Existência de cooperativas de crédito; Quantidade expressiva de criadores; Existência de instituições de apoio à atividade (IPA, Prorural, Mapa, etc.).	Falta de controle sanitário; Baixa capacidade de gerenciamento dentro da propriedade; Escassez (alimentos); Baixa adoção de tecnologias pelo produtor; Falta de estruturação / gestão / objetividade das Entidades Associativas / Cooperativas; Falta de Abatedouro (inspecionado); Carência de Ater; Oferta irregular – falta de padronização (abate / carcaças); Sazonalidade da Oferta; Resistência as novas tecnologias; Infraestrutura hídrica na propriedade deficiente / inexistente; Existência de abate clandestino; Predominância de pequenas propriedades (estrutura fundiária); Baixa eficiência produtiva.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Mercado consumidor garantido e em expansão; Existência de interação e consorciação entre fruticultura e caprinocultura/ovinocultura (turismo – queijos, carne, vinho); Existência do abatedouro de Rajada (ainda em não funcionamento); Área livre de aftosa; Existência de tecnologia de produção para a atividade; Disponibilidade de logística para escoamento da produção; Existência de programas de apoio e incentivo à produção em expansão.	Atuação deficiente da Conab; Ações não sinérgicas; Períodos prolongados de seca; Surgimento de outros polos de produção (competição); Forte presença de intermediários; Competição das outras carnes (bovina); Existência de programas inadequados à atividade local (garantia da safra, programa estadual de distribuição de sementes de milho e feijão, que são culturas que não vingam localmente); Falta de Ater; Fiscalização sanitária deficiente e burocrática; Insuficiência de unidades de abate e processamento.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Sertão do São Francisco Pernambucano, apresentada no **Quadro 20**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 20. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Programa de produção de forragem perene de sequeiro.	IPA e Embrapa.
		Integração com áreas irrigadas.	Codevasf e comitê gestor.
		Programa de uso racional da caatinga e recuperação de áreas degradadas.	IPA e Embrapa.
		Produção de forragem com suplementação hídrica – pulmões verdes individuais/coletivos.	IPA e Embrapa, Coopontal e comitê gestor.
	Saúde animal	Criação de programa de prevenção de doenças existentes.	Adagro e comitê gestor.
	Melhoramento genético	Preservação do material genético local.	Embrapa e comitê gestor.
Ater	Prestação de Ater focado na caprinovinocultura.	IPA – PE, comitê gestor e Coopontal.	
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Reforma, modernização e reabertura dos abatedouros municipais.	Adagro e Secretarias de Agricultura locais.
	Novos produtos	Programa de marketing para difusão de cortes especiais.	Bodódromo e Secretarias de Agricultura locais.
		Curso para padronização de produtos acabados e boas práticas.	Comitê gestor e Sebrae
		Difusão e acesso ao SEBRAETEC – consultoria para beneficiamento.	Sebrae e Coopontal.
Infraestrutura ociosa	Reabertura dos laticínios fechados em Santa Maria da Boa Vista e Petrolina.	Codevasf, Aprisco do Vale, ASCOOPER.	
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Denominação de origem e identificação geográfica	Certificação de IP / DO dos produtos de caprinos e ovinos (leite, pele, etc.).	Coopontal, Sebrae, INPI e comitê gestor.
	Feiras e mercados	Organização das feiras de caprino e ovinocultura.	Secretarias de agricultura e associações dos municípios integrantes do polo.
	Compras governamentais	Fortalecimento das infraestruturas municipais para atendimento aos programas PAA / PNAE.	Secretarias de agricultura, Coopontal e comitê gestor.
		Realizar seminários para compras institucionais.	Sebrae, Coopontal e Coopador.
		Seminário estadual para conhecimento da legislação de comercialização entre estados.	Adagro, Sebrae, Senar, comitê gestor.
Centrais de comercialização	Divulgar a consultoria para criação de centrais de comercialização.	Sebrae, comitê gestor e cooperativas.	



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Fortalecimento dos Programas de perfuração de poços e formação de aguadas (açudes, barreiros, etc.).	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Governo do Estado, comitê gestor e Codevasf.
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Capacitação em gestão empresarial.	Coopador, Sebrae e comitê gestor.
		Capacitação em gestão de empreendimentos coletivos.	Coopador, Sebrae e comitê gestor.
	Plano de negócios	Capacitação em elaboração de planos de negócio e projetos de captação de recursos	Associação de Desenvolvimento Rural de Rajada – ADRJ, Sebrae e comitê gestor.
	Governança do polo e do território	Consolidação de banco de dados, contemplando atores, instituições, lideranças, potencialidades locais	Polo Sertão do São Francisco Pernambucano irá decidir.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Criação do seguro garantia bode (criação do seguro para ovinocaprinocultura nos moldes da garantia de safra).	MDSA e comitê gestor do polo.
		Realização de rodadas de crédito (Sebrae) – Encontro de negócios.	Coopontal, Coopador, Sebrae e comitê gestor.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.



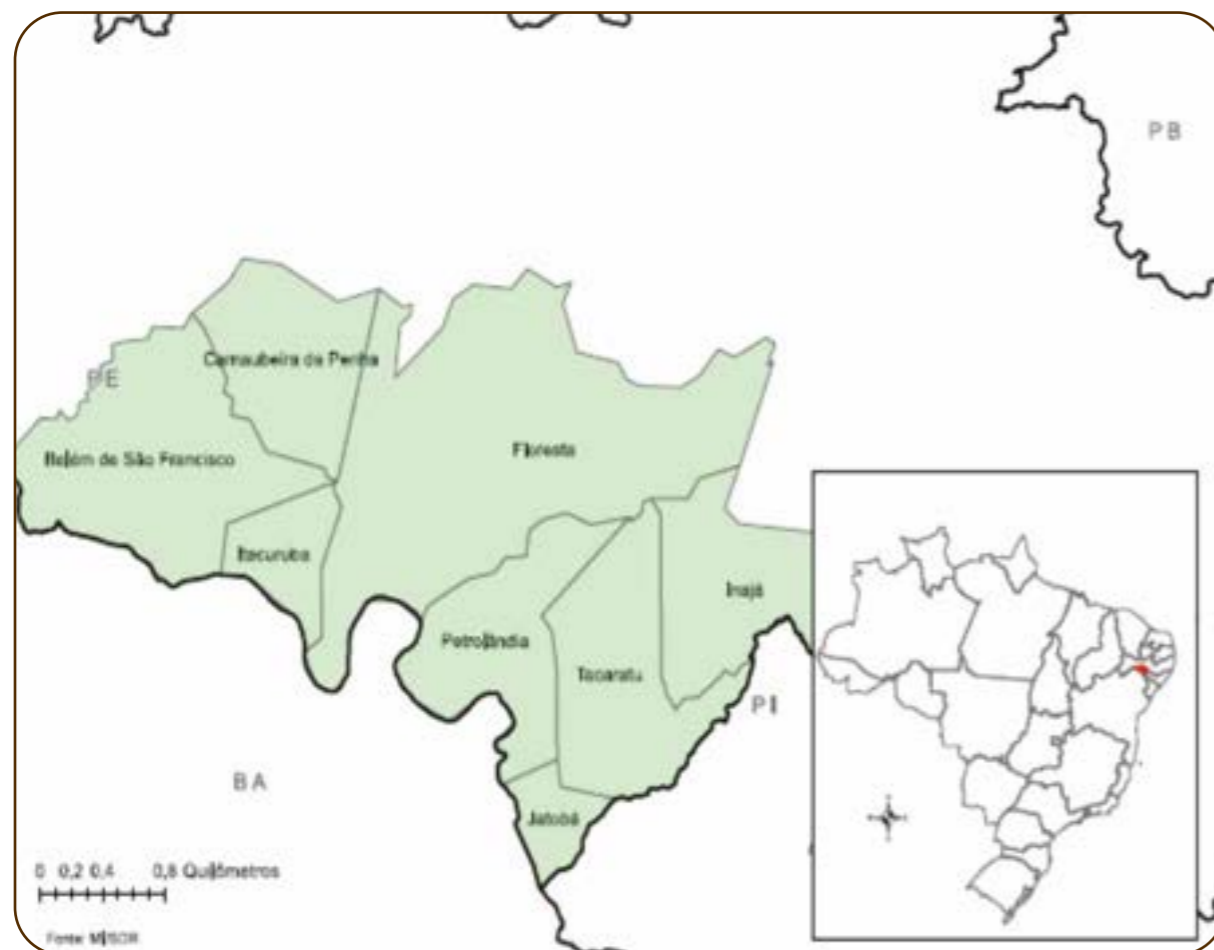
Polo Itaparica - Pernambuco

Área de Abrangência do Polo Itaparica

A **Figura 19** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Itaparica, no estado de Pernambuco. O polo abrange

uma área da região Sul, na fronteira com o estado da Bahia, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 19. Mapa do Polo Itaparica - PE



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Itaparica abrange oito municípios: Floresta, Itacuruba, Petrolândia, Belém do São Francisco, Tacaratu, Jatobá, Carnaubeira da Penha e Inajá. O Comitê

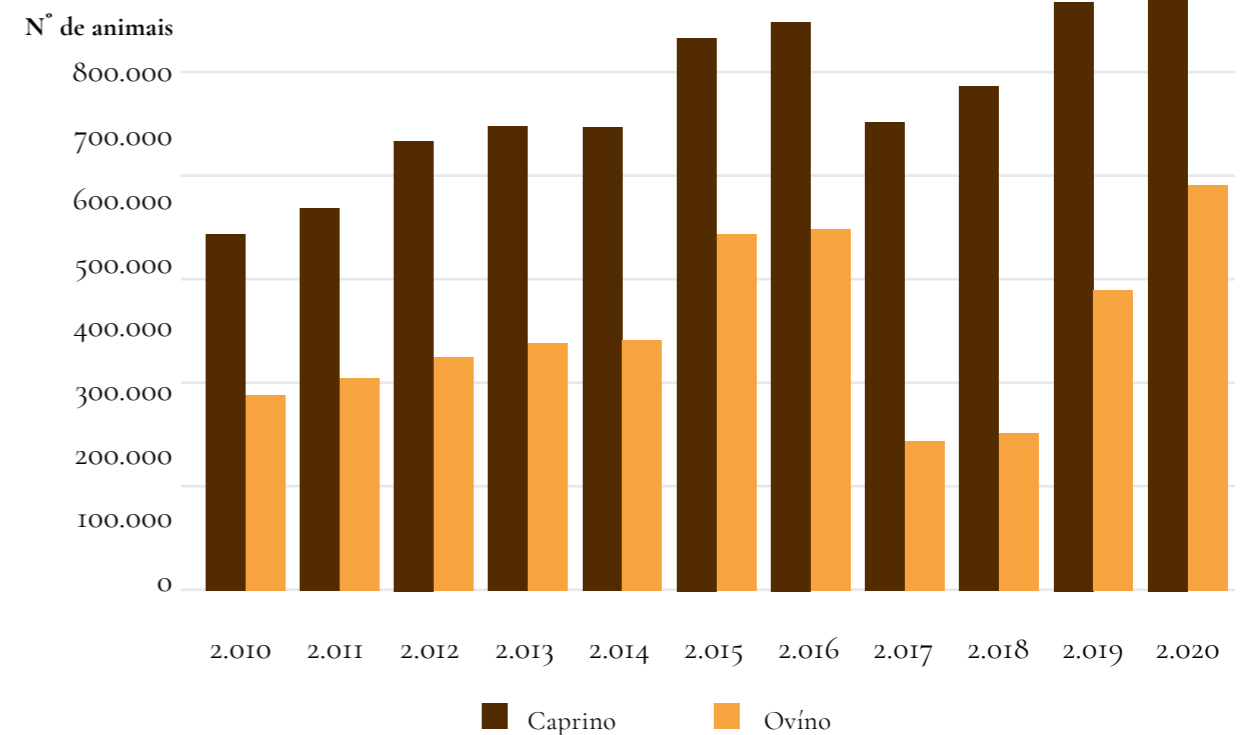
Gestor conta com 19 instituições representativas do polo, tanto do setor privado quanto do setor público. Destaque para o papel de liderança exercido pela cooperativa local de ovinocaprinocultores.

Além disso, o polo conta com um dos maiores rebanhos de ovinos e caprinos do Nordeste. O rebanho supera 600 mil cabeças de caprinos e 400 mil cabeças de ovinos. Está instalado na região um dos maiores curtumes de peles ovinas e caprinas do país.

A evolução do rebanho caprino e ovino no Polo Itaparica apresentou crescimento

nos últimos dez anos, apesar disso, pode-se verificar redução do número nos anos de 2017 e 2018. Neste polo o rebanho caprino se destaca com números bem superiores quando comparados ao de ovino e quando somados os rebanhos caprinos e ovinos, conforme detalhado no **Gráfico 15**, ultrapassando 1,1 milhão cabeças.

GRÁFICO 15. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO ITAPARICA



Fonte: IBGE (2022)

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Ser referência de credibilidade e inovação da ovinocaprinocultura, baseada na inclusão social, com qualidade e sustentabilidade.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 21**, a matriz deste polo.

QUADRO 21. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO ITAPARICA

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Presença dos órgãos de apoio a ovinocaprinocultura localizado na região (ex: Prorural, BNB, IPA, Sebrae);</p> <p>Apoio dos municípios as associações e cooperativas de criadores;</p> <p>Quantidade expressiva de rebanhos na região;</p> <p>Atividade tradicional na região;</p> <p>Existência de um potencial de integração com áreas irrigadas na produção de forragem;</p> <p>Caatinga rica para produção de caprinos e ovinos;</p> <p>Presença de um curtume no município de Floresta/PE;</p> <p>Existência de tecnologias voltadas para produção de caprinos e ovinos;</p> <p>Existência de profissionais na área;</p> <p>Localização geográfica favorável a distribuição da produção de ovinos e caprinos;</p> <p>Grande consumo de carne e derivados de ovinos e caprinos na região;</p> <p>Existência de um banco de proteína em Petrolândia;</p> <p>Presença de animais adaptados ao clima da região.</p>	<p>Falta de organização dos produtores / individualidade;</p> <p>Falta de interesse e iniciativa dos produtores na adequação do manejo;</p> <p>Dificuldade na gestão dos recursos hídricos, forrageiros e financeiros;</p> <p>Manejo produtivo inadequado as condições da propriedade ao mercado;</p> <p>Baixo aproveitamento dos subprodutos (pele, esterco, etc.);</p> <p>Falta de continuidade na produção (escala de produção);</p> <p>Limitação escolar e técnica dos produtores;</p> <p>Pouco controle sanitário do rebanho;</p> <p>Dificuldade no transporte dos animais e sua padronização para comercialização;</p> <p>Má utilização da pastagem nativa;</p> <p>Dificuldade de comercialização pela falta de abatedouro frigorífico;</p> <p>Falta de organização dos elos da cadeia;</p> <p>Falta de marketing da carne e derivados dos ovinos e caprinos;</p> <p>Falta de Ater contínua e específica;</p> <p>Ausência do armazenamento de forragem pelos criadores;</p> <p>Ausência da certificação da produção;</p> <p>Falta de dados atualizados da Adagro;</p> <p>Falta de políticas públicas na região;</p> <p>Falta de acessibilidade das estradas vicinais entre os municípios e as propriedades.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Acesso ao mercado institucional (merenda escolar);</p> <p>Possibilidade de acesso ao mercado exterior;</p> <p>Implantação de tecnologias no melhoramento genético;</p> <p>Produção de produtos orgânicos e/ou agroecológicos;</p> <p>Implantação de uma indústria de calçados (devido a existência de um curtume);</p> <p>Infraestrutura rodoviária de boa qualidade (bem conservada);</p> <p>Melhorias nas capacitações de manejo dos animais.</p>	<p>Predadores naturais;</p> <p>Questões tributárias;</p> <p>Ausência de um polo da Conab (alto valor dos insumos);</p> <p>Baixo índices pluviométricos.</p>

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Itaparica, apresentada no **Quadro 22**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 22. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO ITAPARICA

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Fomento à implantação e distribuição de suporte forrageiro (palma, banco de proteínas e conservação de forragens).	IPA, Coopercapri, Asccopetro, Secretarias Municipais, Prorural.
		Organizar centro de compras coletivas de rações e insumos para produção.	Coopercapri, Asccopetro, CMDRS e Sebrae.
	Saúde animal	Organizar centro de compras coletivas para aquisição de insumos (medicamentos e vacinas).	Coopercapri, Asccopetro, CMDRS e Sebrae.
		Criação de campanhas de controle e prevenção de doenças.	Secretarias de agricultura do polo; IF-Sertão; IPA; Itep.
		Cadastro do Produtor e Plantel na Adagro.	Adagro.
	Melhoramento genético	Implantação de Programa de Melhoramento Genético com reprodutores certificados e adaptados ao Sertão.	Secretarias de agricultura do polo; IF-Sertão PE; Prorural; Embrapa; IPA.
	Ater	Ampliação e qualificação da assistência técnica multidisciplinar.	Mapa; IPA; Secretarias dos Municípios do polo; Caap; Coopercapri; Sementes.
		Cursos e capacitações para produtores rurais.	IF-Sertão; Sementes; Itep; IPA; FUNAI.
		Criação de Fórum Permanente de Ater – Polo Itaparica para alinhamento de programas.	Secretarias de agricultura do polo; IF-Sertão/PE; IPA.
	Benfeitorias equipamentos	Aquisição e gestão de patrulhas mecanizadas.	Secretarias de agricultura do polo; Prorural e IPA.
		Perfuração e instalações de poços.	Secretarias de agricultura do polo; Prorural e IPA.
		Aquisição de kits de irrigação para produção de forragens.	Secretarias de agricultura do polo; Prorural e IPA.
		Incentivar a melhoria das instalações rurais de produção de ovinocaprinocultura.	Prorural; IPA; Secretaria de Agricultura; Banco do Nordeste.
	BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Implantação de abatedouro/frigorífico com certificação.
Lã e pele		Criação e fomento de indústria e artesanatos que utilizem peles.	Produtores, artesãos locais, associações.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Acesso ao mercado	Elaboração do estudo do mercado (plano de negócio).	Sebrae; IF-SERTÃO; Embrapa.
	Feiras e mercados	Organização da Festa do Bode (itinerante).	Secretarias de agricultura do polo; Secretarias de Cultura e de Turismo do polo; Sebrae; Associações de Produtores; BNB.
		Organização de feiras municipais de comercialização de animais.	Secretarias de agricultura do polo; Secretarias de Cultura e de Turismo do polo; Sebrae; Associações de Produtores; BNB.
	Turismo e gastronomia	Organização de um festival gastronômico com pratos feitos à base de carne caprina e ovina.	Secretarias de agricultura do polo; Secretarias de Cultura e de Turismo do polo; Sebrae; Associações de Produtores; BNB.
		Certificação da carne orgânica do bode.	Embrapa; Mapa.
		Criação de selo com identidade regional, destacando o sabor diferenciado da carne.	Embrapa; Mapa.
	Centrais de comercialização	Criação do centro de comercialização do bode (ex.: centro da agricultura familiar, orgânico).	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo.
		Criação de um entreposto na CEASA-Recife e Caruaru.	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS	
INFRAESTRUTURA	Infraestrutura hídrica	Aquisição de perfuratriz para poços profundos.	COMSIM – Consórcio dos Municípios do Sertão de Itaparica e Moxotó.	
		Perenização do Riacho do Navio.	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo; Governo do Estado de PE.	
		Concessão de outorgas para adutoras de propriedades próximas as barragens.	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo; Governo do Estado de PE.	
		Construção de barragem no Riacho de São Pedro.	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo; Governo do Estado de PE.	
		Construir adutoras em áreas produtoras próximas a fontes de água superficiais.	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo; Governo do Estado de PE.	
		Implantação do Projeto de Irrigação Serra Negra.	Secretarias de agricultura do polo; Cooperativas e Associações do polo; Governo do Estado de PE.	
	Energia elétrica	Solicitar a CELPE que seja ofertada energia trifásica às áreas produtoras.	Cooperativas e Associações.	
		Implantar energia solar como fonte energética alternativa aos pequenos produtores.	Cooperativas e Associações.	
	Telecomunicações	Cobrar a implantação da internet 3G para o polo.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.	
		Ampliação do acesso à internet nas áreas rurais.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.	
		Solicitar cobertura de outras operadoras de telecomunicações (OI).	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.	
	Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Meio ambiente	Exigir que os municípios cumpram a lei de resíduos sólidos (Fim do Lixão). Problemas de intoxicação animal com lixo.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
			Criar programas de recolhimento de lixo na área rural.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
			Reflorestamento da mata nativa (Caatinga).	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
			Preservar e recuperar mananciais e grandes reservatórios do Polo.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
			Implantação de unidades do programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
			Programa de saneamento básico rural.	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
			Conclusão do Cadastro Ambiental Rural (SICAR).	Prefeituras do polo; Cooperativas e Associações.
		Estradas e pavimentação	Conclusão da BR-110 (Petrolândia /Ibimirim) e conclusão da PE-425 (Floresta-Carnaubeira).	Prefeituras do polo; Secretarias de Agricultura do polo; Governo do Estado.
			Pavimentação/melhoria das estradas vicinais das áreas produtoras.	Prefeituras do polo; Secretarias de Agricultura do polo; Governo do Estado.
			Pavimentação da estrada Agrovila-Coité (Itacuruba).	Prefeituras do polo; Secretarias de Agricultura do polo; Governo do Estado.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Realizar cursos para fortalecer as associações e cooperativas que compõem o polo.	Sebrae, Senar, IF Sertão-PE, Embrapa, Codevasf.
		Buscar estratégias de fortalecimento das cooperativas e associações.	Sebrae, Senar, IF, Embrapa, MDR.
		Realizar diagnóstico do perfil das associações do território.	Sebrae, Senar, IF, Embrapa, Codevasf.
	Planos de negócios	Elaborar um plano de negócios para a ovinocaprinopecuária para o polo.	BNB, IPA, CERRADO, Semente, Cooperativa, Sebrae.
	Governança do polo e do território	Criar comitê gestor para articular e captar recursos.	Comitê Gestor.
	Formação de capacidades locais	Fortalecer e estruturar o núcleo de capacitação, pesquisa e extensão no IF Sertão-PE, Campus Floresta, para dar suporte ao polo.	IF-Sertão; IPA; Embrapa.
	Políticas públicas	Articulação com as instituições de fomento com o intuito de otimizar recursos para a cadeia da caprinovinocultura.	Prorural; Codevasf e ADDIPER.
		Articulação junto aos municípios para criação do fundo de aval.	Secretarias de agricultura do polo.
		Regularização fundiária.	Secretaria de Agricultura, Iterpe, Incra.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Divulgar e viabilizar financiamentos específicos (PRONAF/FNE) através de agência itinerante.	BNB, BB, CMDRS.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.



Após o lançamento da publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro, em junho de 2017, ocorreram algumas mudanças, sendo elas:

- Ingresso de novos municípios como Mirandiba, Arco Verde e Serra Talhada;
- Distribuição de Palma (500 mil unidades) em parceria com Universidade Federal de Serra Talhada, IF Sertão;
- Novos integrantes no comitê gestor; Embrapa Semiárido, a Universidade Federal de Serra Talhada, a Prefeitura de Serra Talhada e Prefeitura de Mirandiba e de Arco Verde. Também incluímos a Agência de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Adepe);
- Projeto de distribuição de Palma com Codevasf, Instituto Federal e Prefeituras onde será montada uma área mecanizada para este fim de aproximadamente 2 hectares para dar suporte a outros criadores;
- Inclusão de 3 centros de manejo reprodutivo em convênio com a Codevasf via MDR, para a Rota do Cordeiro que será implantado na Universidade Federal de Serra Talhada e um no Instituto Federal de Floresta. Os beneficiários serão os criadores da região dos respectivos polos. Os

parceiros serão as próprias associações de criadores e Prefeituras locais. O Terceiro centro será em outra rota;

- Foi priorizado também a viabilização de ensiladeiras com o kit de irrigação para que as próprias associações consigam viabilizar o próprio alimento e talvez até comercializar. Os promotores são Codevasf via MDR e Rota do Cordeiro com participação de Prefeituras e Associações;
- Quanto a inovação e tecnologia incluímos projeto com a SECTI com participação de Prefeituras, Instituto Federal, Codevasf e Embrapa;
- Parceria com AGRODAN – Agropecuária Roriz Dantas. A proposta é apoiar associações e criadores com os aspectos da gestão, alimentos e melhoramento genético;
- Iniciar Projeto Superbel do Sebrae com recursos do Banco do Nordeste e do Agronordeste e da Adepe que irá trabalhar toda a gestão da propriedade, banco de proteínas, e alimentos, controle de animais, de doenças e de custos;
- Por fim, temos o projeto de melhoramento genético (barriga de aluguel). Já temos criadores em Belém do São Francisco, Floresta e Petrolândia com vistas a melhoria da carcaça do animal.

Polo Integrado Paraíba - Pernambuco

Área de Abrangência do Polo Integrado Paraíba

A **Figura 19** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Integrado

Paraíba, no estado de Pernambuco. O polo abrange uma área da região Central, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

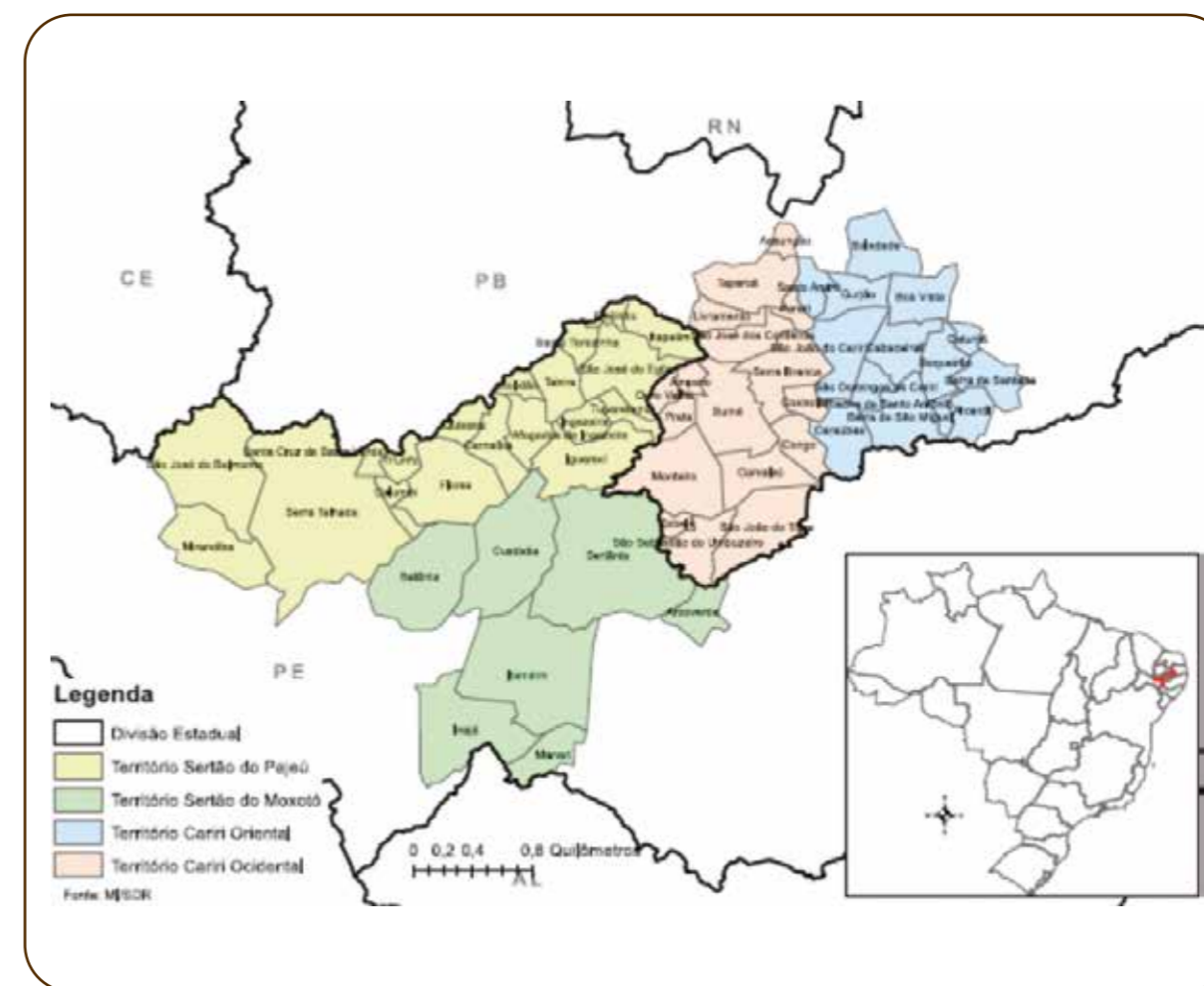


Figura 20. Mapa do Polo Integrado Paraíba - PE

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

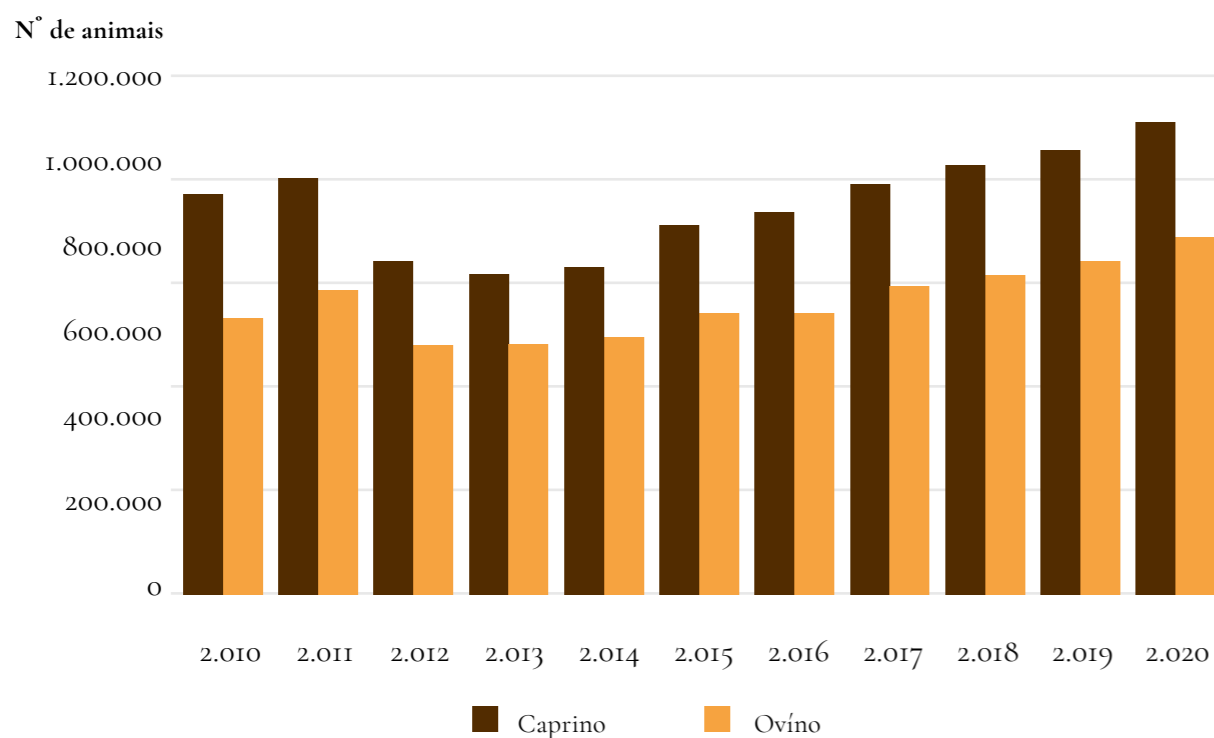
APRESENTAÇÃO

O Polo Integrado Paraíba tem uma abrangência superior a todos os outros (quase 60 municípios), inicialmente pelo fato de agir numa fronteira estadual. Composto de todo o conjunto do Cariri Paraibano que inclui Cariri Ocidental e Oriental, agregando ainda dois territórios pernambucanos: o Sertão do Pajeú e o Sertão de Moxotó. A região possui importante volume de produção

de leite caprino, que pode impulsionar o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva caprina e ovina na região.

Com predominância no rebanho caprino, que nos últimos dois anos de análise (2019-2020) superou 1 milhão cabeças e um rebanho ovino que ultrapassou os 800 mil, conforme detalhado no **Gráfico 16**. O Polo Integrado Paraíba apresenta crescimento contínuo, desde 2013, tanto para caprinos, como para ovinos.

GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO INTEGRADO PARAÍBA



Fonte: IBGE (2022)

Segundo informações da coordenação, em contato feito em dezembro de 2021, o polo está desmobilizado neste momento. Alguns

municípios estão solicitando a migração para outros polos da Rota do Cordeiro, localizados em regiões próximas.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Ser referência nacional na produção integrada e sustentável de caprinos e ovinos.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 23**, a matriz deste polo.



QUADRO 23. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO INTEGRADO PARAÍBA

FORÇAS	FRAQUEZAS
Tradição e experiência; Presença de instituições de pesquisa, ensino e extensão, sistema “S”, instituições de apoio e fomento a cadeia; Boa e ativa organização, representação/ associação; Qualidade do rebanho; Existência de laticínios; Grande quantidade de produtores na atividade; Representação do polo na câmara técnica de caprinos e ovinos do Mapa.	Tradição da cultura extensiva; Preconceito sobre o produto (leite) no próprio território do polo; Má organização empresarial (gestão administrativa, financeira e produtiva); Dependência de insumos externos (volume e preço); Distância entre as soluções tecnológicas e o produtor; Deficiência no acesso à informação tecnológica; Ensino técnico inadequado para atender a necessidade do produtor; Deficiência no acesso a recurso hídrico; Ausência de escrituração zootécnica e contábil por parte do produtor; Falta de gestão nos empreendimentos que beneficiam a carne caprina e ovina; Controle sanitário deficitário por parte do produtor.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Existência de mercados institucionais e privados ociosos; Possibilidade de integração entre Pernambuco e Paraíba visando ampliar a produção, a qualidade, a produtividade para os mercados; Possibilidade de formalização do selo de identificação geográfica; Existência de linhas de crédito reembolsáveis e não reembolsáveis; Existência de eventos agropecuários; Existência de infraestrutura física, equipada e paralisada; Existência da Conab no polo.	Políticas públicas inadequadas e pontuais para o setor; Falta de industrialização dos produtos do setor para mercados globalizados; Assistência técnica descontinuada; Presença atuante do mercado informal no APL; Controle sanitário deficitário por parte das instituições; Mudança frequente da legislação sanitária; Falta de segurança pública nas propriedades; Condições edafoclimáticas permanentes e sem planejamento para convivência no setor.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Integrado Paraíba, apresentada no **Quadro 24**, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 24. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO INTEGRADO PARAÍBA

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS	
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Armazenamento de Forragem.	IPA, Emater e Secretarias de Agricultura.	
		Manejo de pastagem natural.	Sedap, Emater, IPA e Secretarias de Agricultura.	
		Produção de forragem adaptada a região.	Embrapa, IPA e Faepa.	
	Saúde animal	Criar calendário de vacinação obrigatória pela defesa sanitária.	Emater, Embrapa e Produtores.	
		Disponibilidade de serviços laboratoriais (móvel ou fixo).	Emater, Secretarias de Agricultura, Produtores.	
		Implantação de laboratórios de referência em leite caprino na região.	Secretarias de Agricultura e Embrapa.	
	Melhoramento genético	Melhoramento genético participativo (instituição – produtor).	Produtores, Embrapa e UFPB.	
	Ater	Capacitação continuada de gestão financeira, administrativa e produtiva de técnicos e produtores.	Emater, Sebrae, Senar.	
		Aumento do contingente de técnicos em campo.	Emater, IPA e Produtores.	
		Elaboração em parceria com produtores do projeto pedagógico do curso técnico para ovinocaprino no município de Serra Branca.	SETDE e Prefeitura de Serra Branca.	
		Maior integração entre instituições de C&T e produtores dos APLs para desenvolvimento de soluções tecnológicas adequadas.	Embrapa, UFPB/PLADES, Emater, IPA e Produtores.	
		Inserir disciplinas técnicas agropecuárias na grade curricular de escolas de ensino fundamental e profissionalizante.	Secretarias de Agricultura e UFPB/PLADES.	
		Assessoramento nutricional remoto para pequenos ruminantes.	Emater e Cooperativa.	
		Organização e construção de central de distribuição de insumos em cooperativa.	Cooperativa e Emater.	
		BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Novos produtos	Instalação de laboratórios para avaliação das peles em processo.
	Desenvolvimento de produtos derivados lácteos.			UFPB, Embrapa e Cooperativa.
Desenvolvimento de produtos de pele.	UFPB, Embrapa e Cooperativa.			
Desenvolvimento de produtos cárneos.	UFPB, Embrapa e Cooperativa.			



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Denominação de origem e identificação geográfica	Elaboração de um plano de negócios da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura (criação de selo).	Apacco, Sebrae, INPI e Mapa.
	Feiras e mercados	Elaboração de um calendário anual de divulgação (com a realização de eventos mais técnicos com capacitações, palestras e treinamentos voltados para o produtor; e incentivo para participação em feiras nacionais).	Secretarias de Agricultura, Sedap, EMEPA-PB e Emater.
	Compras governamentais	Conscientizar diretores de escolas, instituições, escolas superiores, merendeiras, dos benefícios dos produtos de origem caprina.	Escritórios locais da Emater, Sedap, Secretaria da Educação, Apacco, AMCAP e Prefeituras.
		Sensibilizar nutricionistas a montar cardápios com produtos locais.	Secretaria de Agricultura de São Sebastião do Umbuzeiro, São José do Cordeiro e UFPB.
		Elaborar editais de aquisição de alimentos compatíveis com a realidade da produção local (carne, leite e derivados).	Secretarias de Educação e AM- CAP.
	Centrais de comercialização	Formalizar parcerias com Centros de Distribuição (ex.: CECAF).	Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agropecuário (SEAFDS e SEDAP).
		Realizar parceria com EMPASA para centros de distribuição e comercialização.	Sedap e EMPASA.
INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Incentivo para construções de poços, barragens subterrâneas e cisternas.	Sedap, SEAFDS e Emater.
	Energia elétrica	Incentivar o uso de energias renováveis.	Emater.
		Fomentar aquisição de equipamentos de energia solar.	Apacco.
	Telecomunicações	Ampliar rede de telefonia e internet rural.	Sedap e comitê gestor.
	Regularização fundiária	Incentivar o processo de regularização fundiária.	Comitê gestor.
	Legislação ambiental	Solicitar apoio das instituições para realização do SICAR.	Sedap, Emater e comitê gestor.
	Abatedouros	Conclusão do abatedouro de Monteiro.	Sedap e comitê gestor.
Peles caprinas	Programa de capacitação para produção de derivados da pele caprina e ovina.	Comitê gestor.	

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Identificação de novas lideranças.	Sebrae, Apacco e Associações.
		Capacitação gerencial: em gestão empresarial; em empreendimentos coletivos.	Sebrae, Faepa, OCB e Senar.
		Implantação de cooperativas central e singular.	FAEPA, OCB, Senar e Sebrae.
	Planos de negócios	Capacitação na elaboração de planos de negócios.	Senar e Sebrae.
	Governança do polo e do território	Gerenciamento dos recursos públicos existentes para a atividade por meio da criação de câmara setorial.	Comitê gestor.
		Criar um comitê gestor local com parceiros institucionais do setor, organizações sociais	Comitê gestor.
	Inteligência territorial	Mapeamento dos APLs do território do polo.	Secretaria Estadual de Educação, Instituto Federal da Paraíba e SETDE.
		Mapeamentos das oportunidades de investimento para os APLs.	Secretaria Estadual de Educação, Instituto Federal da Paraíba e SETDE.
		Mapeamentos das políticas públicas (federais, estaduais e municipais) para APLs.	Secretaria Estadual de Educação, Instituto Federal da Paraíba e SETDE.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Incentivos Fiscais	Isenção de impostos para os produtos da caprinovinocultura.	Comitê gestor.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo.



Polo Rio das Contas - Bahia

Área de Abrangência do Polo Rio das Contas
A **Figura 21** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Rio das Contas, no estado da Bahia. O polo abrange

uma área da região Central, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 21. Mapa do Polo Rio das Contas - BA



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo abrange dez municípios: Manoel Vitorino, Caetanos, Mirante, Tanhaçu, Maracás, Iramaia, Boa Nova, Barra da Estiva, Jequié e Contendas

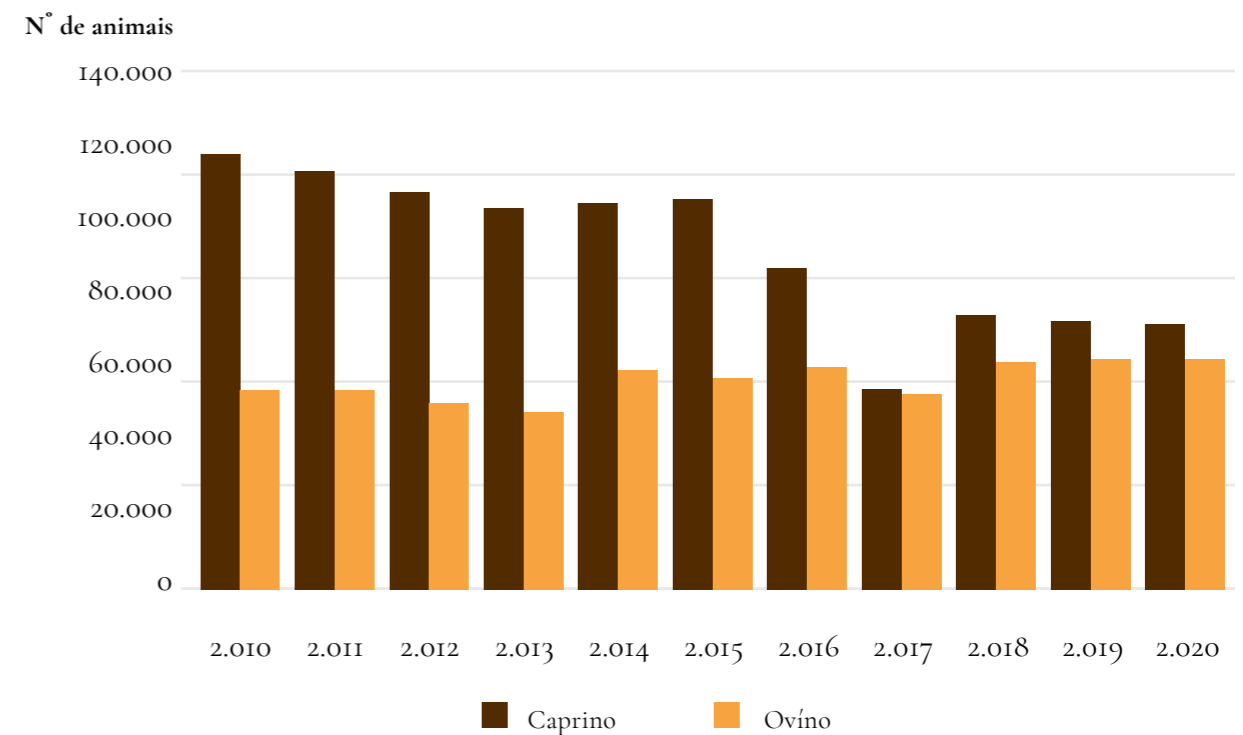
do Sincorá. O Comitê Gestor conta com 8 representantes do polo, com predominância das instituições privadas. Verificou-se, durante a oficina, uma grande participação do poder público

local com interesse em colaborar para o avanço do Polo Rio das Contas.

O ano de 2017 é de grande importância para este polo, tendo em vista que os produtores passaram a trabalhar com maior autonomia em razão da extinção da parceria com a empresa RioCon. Desta forma, este é um momento de recomeço e exige empenho e participação de todos os produtores para o sucesso do polo.

O Polo Rio das Contas apresentou queda do rebanho caprino em mais de 50 mil cabeças quando comparado nos últimos dez anos, apresentando menos de 80 mil cabeças em 2020. Já o rebanho ovino apresentou um crescimento de quase 10 mil cabeças no mesmo período. Outro fator importante a ser observado no **Gráfico 17** é que no ano de 2010 o rebanho caprino era mais que o dobro que o rebanho ovino e em que 2020 esta superioridade não ultrapassa os 13%.

GRÁFICO 17. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO RIO DAS CONTAS



Fonte: IBGE (2022)

Em 2021 este polo, da rota do cordeiro, integrou o projeto de implantação da Integração Vertical promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Mais à frente, nesta publicação, explicamos em mais detalhes sobre Integração Vertical. Há também, no canal do Youtube, disponível a palestra do Dr. Thiago Carvalho, no link: <https://youtu.be/svD3PkvenGc>.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Promover a sustentabilidade do polo, por meio da qualidade diferenciada dos produtos da ovinocultura, garantindo renda, resgatando a cultura regional, valorização do produto e fixação do homem no campo.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 25**, a matriz deste polo.

QUADRO 25. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO RIO DAS CONTAS

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Modelo de melhoramento genético;</p> <p>Existência de apoio da associação Unirio (insumos, trator, transporte, CRIAR);</p> <p>Existência de produtores capacitados;</p> <p>Tradição, clima e conhecimento da caprinovinocultura;</p> <p>Existência de canal de comercialização (frigorífico);</p> <p>Armazenamento de alimentação para os animais;</p> <p>Resiliência;</p> <p>Existência de associações e cooperativas no polo.</p>	<p>Descontinuidade do programa de melhoramento genético;</p> <p>Desorganização social dos produtores;</p> <p>Fraca reserva estratégica de alimentação e planejamento nutricional;</p> <p>Manejo sanitário deficiente;</p> <p>Falta de mão de obra qualificada;</p> <p>Enfraquecimento da cultura da caprinovinocultura;</p> <p>Cultura da inadimplência consciente;</p> <p>Falta de consciência ambiental do produtor;</p> <p>Fraca comercialização dos animais.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Potencial hídrico para irrigação;</p> <p>Apoio institucional (BNB, Prefeituras, Governo do Estado da Bahia e da União);</p> <p>Proximidade com a BR 116, com a finalidade em expor e comercializar a carne de caprinos com maior valor agregado;</p> <p>Projetos socioambientais da mineradora atuante na região.</p>	<p>Falta de políticas públicas específicas para a cadeia produtiva de caprinos e ovinos (ex.: não há agenda de vacinação, não há dados nem programas);</p> <p>Existência de carne importada, do Uruguai e Sul do Brasil, com baixo preço);</p> <p>Altas taxas de tributos;</p> <p>Falta de recursos hídricos (existem barragens inacabadas);</p> <p>Desmatamento descontrolado da caatinga;</p> <p>Risco de acidente com barragens de rejeitos da mineradora atuante na região;</p> <p>Prejuízos ambientais territoriais da Ferrovia Leste-Oeste;</p> <p>Existência de atravessadores;</p> <p>Irregularidade climática;</p> <p>Alto preço dos insumos;</p> <p>Existência de predadores;</p> <p>Falta de hábito de consumo de carne de caprino e ovino;</p> <p>Infraestrutura ineficiente;</p> <p>Falta apoio do poder público (falta reservatórios, estradas, etc.);</p> <p>Falta de linha de crédito específica e desburocratizada para a cadeia de caprinos e ovinos.</p>

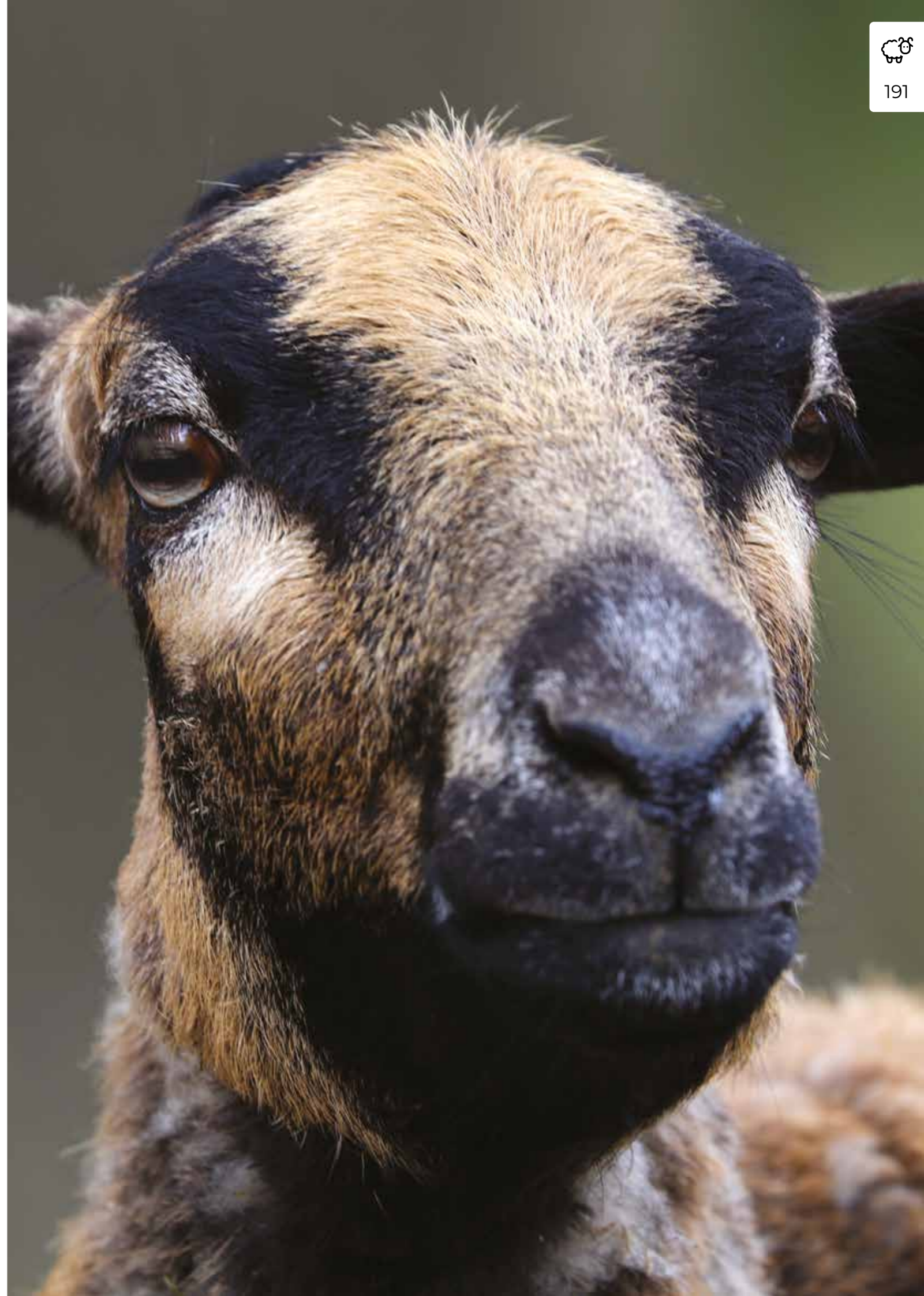
Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Rio das

Contas é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal. A carteira de projetos foi atualizada, no ano de 2021, no qual foram incluídos alguns componentes e escopo de projetos no **Quadro 26**, a seguir:



QUADRO 26. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO RIO DAS CONTAS

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Implantação de centrais de confinamento em todos os municípios que compõem o polo. Projeto piloto em Manoel Vitorino.	ABM Projetos; Unirio; Prefeitura de Manoel Vitorino.
		Implantação de 0,5 ha de palma para todos os produtores inseridos no projeto (capacitação, preparo do solo, cerca, adubação, etc.).	SUAF-BA; Unirio.
		Fornecimento de sementes (plantas adaptadas ao semiárido) e capacitação para plantio.	SUAF-BA; Prefeituras; Bio-fábrica (Estado da Bahia); Cedasb.
	Melhoramento genético	Apoio de pesquisadores da Embrapa e UESB para estudar e identificar outros cruzamentos industriais para não retroceder a genética existente.	Unirio; Embrapa; UESB.
		Ampliação da distribuição da genética existente no polo. Construção de infraestrutura para multiplicação de reprodutores com boa genética.	Unirio; Embrapa.
	Ater	Acompanhamento (Ater): médico veterinário, agrônomos, zootecnista e técnicos de nível médio.	Prefeitura de Manoel Vitorino; ABM Projetos; UNIRIO; Secretaria de Agricultura de Boa Nova.
	Benfeitorias e equipamentos	Uma Patrulha mecanizada (kit forrageiro e implementos agrícolas para cada município do polo).	Prefeituras envolvidas; ABM Projetos; Unirio.
		Um caminhão para transporte de animais.	Prefeituras envolvidas; ABM Projetos; Unirio.
		Um trator agrícola com todos os implementos e uma retroescavadeira	Cooperativas e associações locais, produtores, Secretarias de Agricultura e ou de Obras dos municípios e o MDR (a depender da presença na região envolver Codevasf). Agricultura e ou de Obras dos municípios e o MDR (a depender da presença na região envolver Codevasf).
	BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Construção da sala de corte, beneficiamento e embalagem com veículo refrigerado.
Buscar novas parcerias para abate.			Prefeitura de Caetanos.
Novos produtos		Cortes especiais (capacitação).	Sindicato de Pequenos Produtores Rurais. de Manoel Vitorino.
		Defumados e embutidos (capacitação).	Sindicato de Pequenos Produtores Rurais.
		Artesanato de couro (capacitação).	Sindicato de Pequenos Produtores Rurais.
Leite		Leite e derivados (capacitação).	Sindicato de Pequenos Produtores Rurais.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Denominação de origem e identificação geográfica	Criação de uma marca coletiva do “Polo Rio das Contas” que represente a agricultura familiar e o semiárido.	Prefeitura de Manoel Vitorino; Prefeitura de Boa Nova; Unirio.
		Criação de website e marketing digital para divulgação e comercialização dos produtos via internet.	Prefeitura de Manoel Vitorino; Prefeitura de Boa Nova; Unirio.
	Feiras e mercados	Criar uma unidade de referência para consumo e comercialização dos produtos derivados da ovinocaprino- cultura a margem da BR 116 no município de Manoel Vitorino/Boa Nova.	Prefeitura de Manoel Vitorino; Prefeitura de Boa Nova; Unirio.
		Criar calendários de feiras de animais e eventos gastronômicos.	Prefeitura de Manoel Vitorino; Unirio.
	Compras governamentais	Realizar parceria com frigorífico Babybode com a finalidade de atender normas dos programas de aquisição de alimentos.	Unirio.
		Realizar intercâmbio para conhecer a experiência de Pintadas (Cooap) e estabelecer diálogo com outros frigoríficos.	MDR; Prefeituras de Caetanos; Unirio.
	Centrais de comercialização	Implantação de novas centrais de compras de insumos para todos os municípios do polo, com capital de giro e isenção tributária (experiência Unirio).	Unirio; Secretarias de Agricultura Municipais; Prefeitura de Mirantes.
	INFRAESTRUTURA Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Construção da Barragem do Rio Sincorá.
Regularizar a vazão da água da Barragem de Pedra.			Prefeitura de Mirante; Manoel Vitorino; Unirio.
Construção e ampliação de aguadas: barreiro trincheira, barragens subterrâneas, barragens de médio e grande porte, poços tubulares e artesianos com sistemas de distribuição, cisternas calçadão.			Prefeituras; Associações; Sindicato.
Energia elétrica		Energia Alternativa Renovável.	BNB.
		Estender rede de energia para todo o polo.	Prefeituras envolvidas; sindicatos; Unirio.
		Alteração de rede monofásica para trifásica.	Prefeituras envolvidas; sindicatos; Unirio.
Telecomunicações		Aumento de potência de cobertura do sinal telefônico dos operadores para todo o polo.	Prefeituras envolvidas; sindicatos; Unirio.
Estradas e pavimentação		Construir e reformar estradas e vicinais para acesso e escoamento da produção.	MDR; Prefeitura Manoel Vitorino e Maracás; Prefeitura de Tanhaçu; Prefeitura de Caetanos; Unirio.
		Construção de ponte de acesso sobre o Rio de Contas entre os municípios de Manoel Vitorino e Maracás.	MDR; Prefeitura Manoel Vitorino e Maracás; Prefeitura de Tanhaçu; Prefeitura de Caetanos; Unirio.
		Construção de ponte de acesso sobre o Rio Gavião entre os municípios de Caetanos e Tanhaçu.	MDR; Prefeitura Manoel Vitorino e Maracás; Prefeitura de Tanhaçu; Prefeitura de Caetanos; Unirio.
Equipamentos e implementos		Aquisição de trator agrícola com os respectivos implementos e uma retroescavadeira.	Cooperativas, associações, produtores, Secretaria de Agricultura e/ou de Obras dos municípios, Codevasf e MDR.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL E GOVERNANÇA Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Ampliar o quadro de associados da Unirio visando o fortalecimento da entidade através do comprometimento do associado e elevar arrecadação.	Unirio.
		Buscar parcerias para manutenção da estrutura física e remuneração do quadro de pessoal da Unirio.	Unirio.
	Planos de negócios	Elaborar um plano de negócio para o polo.	MDR; Unirio; Prefeitura Manoel Vitorino.
	Governança do polo e do território	Identificação, fortalecimento e estreitamento das relações com as demais associações do polo.	Unirio.
		Elaborar convênio de cooperação técnica Embrapa – Unirio.	Embrapa e Unirio.
		Oferta de cursos, palestras, dias de campo, visando ampliar o conhecimento dos produtores para consolidação da ovinocaprinocultura no polo.	Unirio.
		Elaboração e validação da cartilha da atividade da ovinocaprinocultura com apoio da Embrapa, UESB e Bahiater/SUAF/SDR.	Unirio; Embrapa.
	FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Tratamento diferenciado para o bom pagador.
Linha de crédito especial para a ovinocaprinocultura (prazos, carência, juros, etc.).			MDR, Embrapa, Unirio (MDR estava em negociação com o BNB para solução dos problemas citados).
Garantia de custeio para o cliente com projeto de investimento.			MDR, Embrapa, Unirio (MDR estava em negociação com o BNB para solução dos problemas citados).
Maior agilidade na contratação e liberação de recursos.			MDR, Embrapa, Unirio (MDR estava em negociação com o BNB para solução dos problemas citados).
Criação de um núcleo de assistência técnica e elaboração de projetos de financiamento (disponibilização de técnico especializado).			ABM Projetos.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo. Atualizado em 2022.

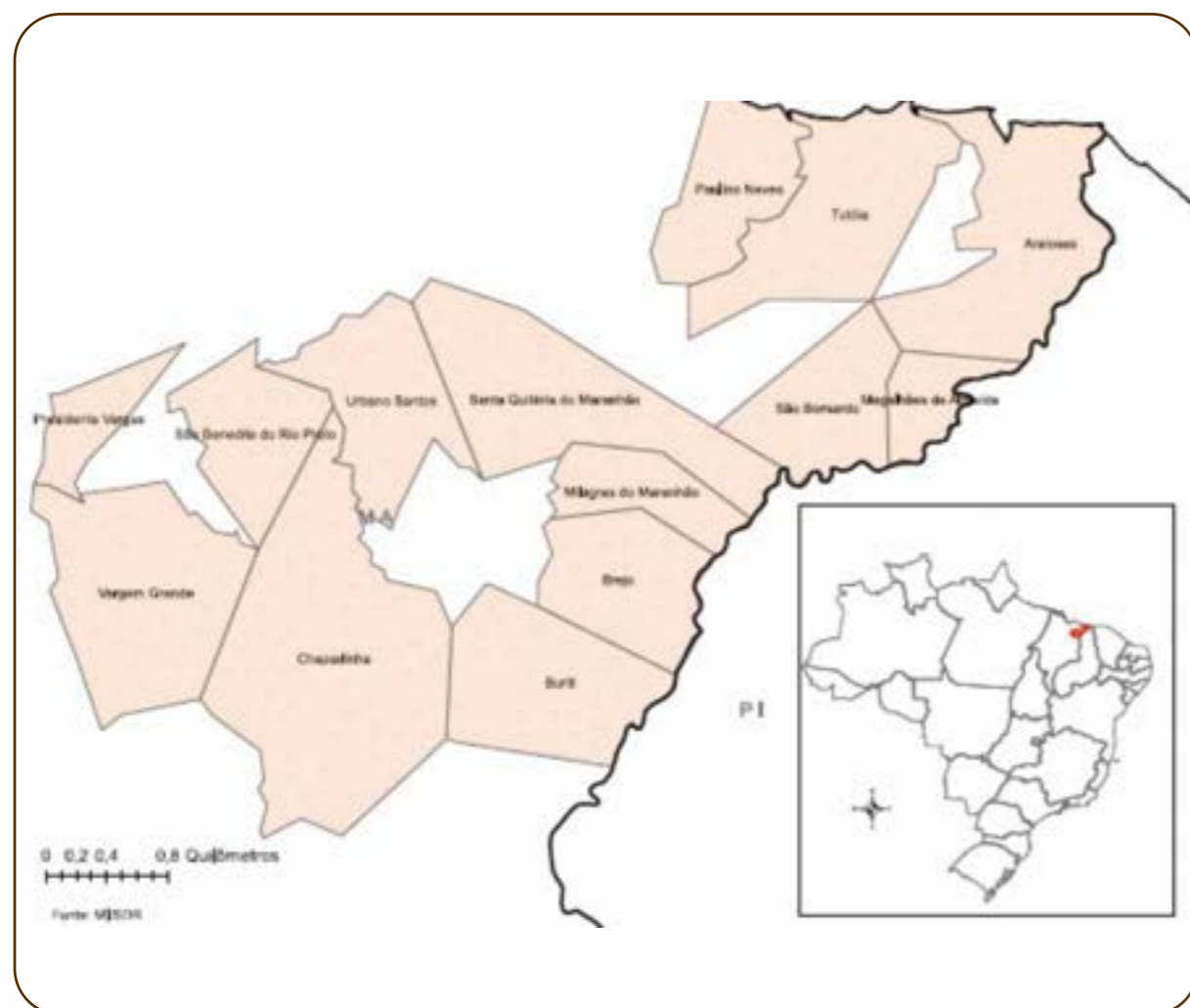
Polo Baixo Parnaíba - Maranhão

Área de Abrangência do Polo Baixo Parnaíba

A **Figura 21** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Baixo Parnaíba, no estado do Maranhão. O polo

abrange uma área da região Nordeste do estado, na fronteira com o estado do Piauí, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 22. Figura 21. Mapa do Polo Baixo Parnaíba - MA



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Baixo Parnaíba abrange quatorze municípios: Araiões, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida,

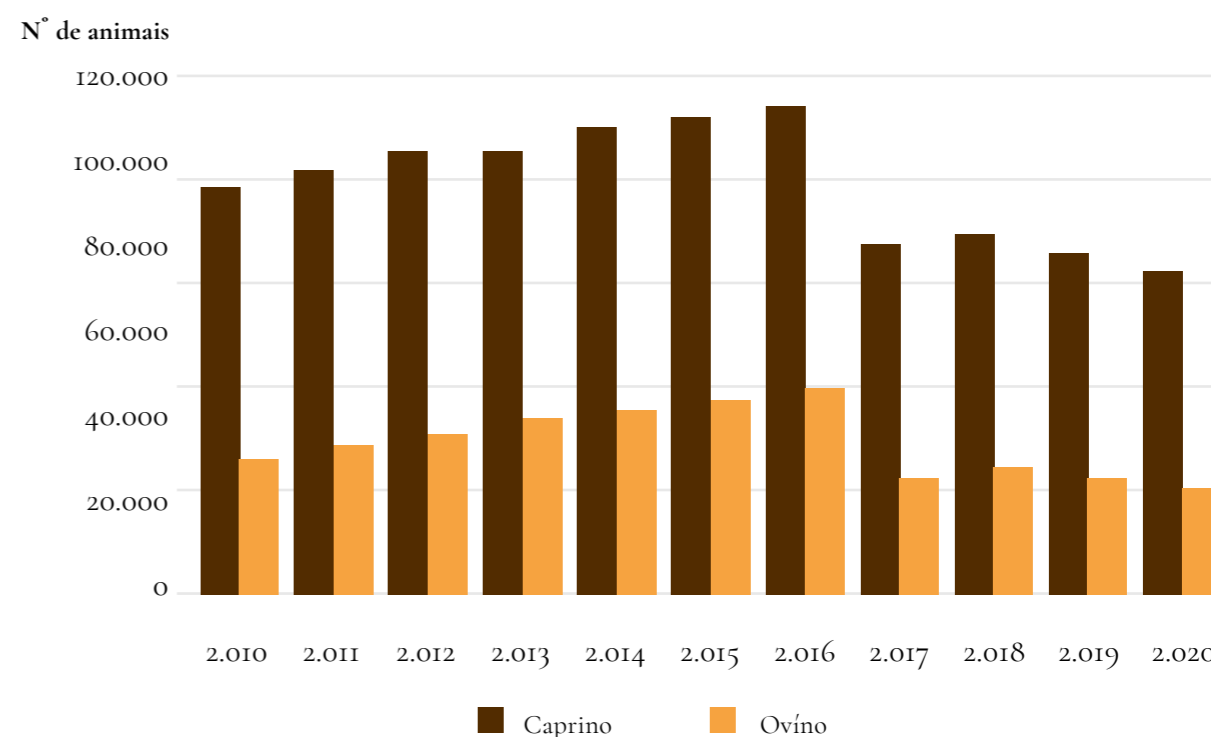
Santa Quitéria do Maranhão, Milagres do Maranhão, Vargem Grande, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Presidente Vargas, São Bernardo, Tutóia e Paulino Neves. A região do polo apresenta

oportunidades em termos de rebanho, solos e água para o crescimento da ovinocultura e caprinocultura.

Dentre os polos existentes, o Polo Baixo Parnaíba apresenta maior diferença proporcional ao longo dos últimos dez anos, isto quando comparado as espécies de caprinos e ovinos. No último ano (2020),

podemos observar, no **Gráfico 18**, uma diferença superior a quase três vezes o número de rebanho de caprinos em relação ao rebanho de ovinos. Quando analisamos os últimos 5 (cinco) anos, constatamos uma queda em números totais – somados as duas espécies, alcançando pela primeira vez, em 2020, um rebanho inferior a 100 mil cabeças.

GRÁFICO 18. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO BAIXO PARNAÍBA



Fonte: IBGE (2022)

Segundo informações da coordenação, em contato feito em dezembro de 2021, há o plano de revisar a carteira de projetos, do referido polo, no primeiro trimestre do ano de 2022.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste

momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”.

“Ser referência em produtividade na ovinocaprinocultura gerando produtos com alto padrão de qualidade e sustentabilidade.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no **Quadro 27**, a matriz deste polo.

QUADRO 27. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO BAIXO PARNAÍBA

FORÇAS	FRAQUEZAS
Presença da Ufma (alimentação animal/ pesquisa em alimentação); Presença da Agerp (Ater e pesquisa); Presença da Aged (sanidade animal); Presença do Sebrae (capacitação); Presença de Instituições Financeiras com crédito acessível (BNB, BB e CAIXA); Espécies nativas que podem ser usadas como fontes alternativas de alimento; Disponibilidade de água; Proximidade ao grande mercado consumidor; Proximidade com as fontes de proteínas e carboidratos (o estado é produtor de soja e milho); Aptidão para a atividade (a região tem tradição na criação de caprino/ovino); Grande quantidade de pequenos produtores com interesse na atividade; Presença do Grupo GBOI na região (frigorífico de grande porte – 150 km de distância); Existência de feiras locais e regionais; Existência de uma agroindústria do leite no território.	Falta de assistência técnica e extensão rural contínua e especializada; Má gestão da propriedade; Predominância do sistema extensivo na região; Falta de acesso a políticas públicas municipais e estaduais; Dificuldade de acesso a água (ausência de sistemas de reservas de água); Resistência as mudanças (questões culturais); Manejo sanitário inadequado (controle da verminose); Burocracia no acesso ao crédito; Ausência do SIM (Sistema Inspeção Municipal); Ausência da conservação de forragem – manejo nutricional (feno/silagem); Ausência de parcerias entre as instituições; Falta de comprometimento do produtor rural; Falta do espírito de cooperação entre os produtores – ex.: compra de ração (compra conjunta); Falta de mão de obra qualificada; Falta de profissionalização.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Parceria com a Embrapa (pesquisa); Mercado consumidor crescente; Parcerias com instituições que atuam no território (Agerp, Embrapa, SECRETARIAS, Sebrae, BANCOS; Ufma, ONGS, STTR); Acesso a políticas públicas (do Governo Federal, estadual e Municipal – PAA, PNAE, PRONAF, Garantia Safra, Segunda Água, Cisternão); Parcerias Intermunicipais (Secretarias, Prefeituras e entidades); Projeto rota do cordeiro; Projeto cadeias produtivas do governo estadual.	Falta de segurança no campo (ameaça); Fatores climáticos; Ausência de estradas de qualidade; Presença de predadores e ladrões de animais; Energia elétrica deficiente (monofásica); Fatores burocráticos para exportação; Entrada de animais sem procedência na região (animais sem rastreabilidade).

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em março de 2017, junto a integrantes do polo.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Baixo Parnaíba, apresentada no Quadro 28, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 28. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO BAIXO PARNAÍBA

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Implantação e distribuição de suporte forrageiro (pasto nativo – banco de proteínas, conservação de forrageiras – Pasto cultivado).	Ufma, Agerp, Sec. de Agricultura, Senar, Fapema.
		Organização coletiva dos produtores para compra de insumos.	Associação dos produtores e Comitê Gestor.
	Saúde animal	Melhoria no cadastro dos produtores e do plantel na Aged.	Aged e Associação dos produtores.
		Implementar um programa de controle sanitário.	Ufma, Aged, Uema.
	Melhoramento genético	Implementar um programa de melhoramento genético do rebanho.	Aged, Associação dos produtores rurais e Uema.
Ater	Melhoria da assistência técnica multidisciplinar de maneira contínua e especializada.	Agerp, Associação dos produtores rurais, Secretarias de Agricultura Municipal e Estadual.	
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Adequação do matadouro e/ou construção de matadouro específico para caprinos e ovinos.	Agerp, Associação de produtores rurais, Secretarias de Agricultura.
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Organização para comercialização	Criar Associação/Cooperativa para o território (unificar toda região).	Associação dos produtores, Agerp, Fetaema, Sebrae.
	Feiras e mercados	Estabelecer uma feira regional para o desenvolvimento do polo Baixo do Parnaíba.	Associação dos produtores, Agerp, Secretaria de Agricultura e Sebrae, STTR.
	Gastronomia e comercialização	Promover na região o produto “Bode no leite de coco babaçu”.	Associação dos produtores, Agerp, Secretaria de Agricultura e Sebrae.
	Centrais de comercialização	Estabelecer formas de comercialização junto a abatedouros e mercados municipais.	Associação dos produtores, Agerp, Secretaria de Agricultura e Sebrae.
		Divulgação através de propaganda dos produtos da região.	Associação dos produtores do polo.

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA Serviços públicos para o desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Armazenamento de água (cisternas, açudes, barragens, poço semiartesiano até 60 metros).	Comitê da Bacia do Rio Munim, Agerp e SAF.
	Energia elétrica	Ampliação da rede elétrica de monofásica para trifásica.	Associação dos Produtores e Comitê Gestor.
		Energia renovável (energia solar e energia eólica nas áreas litorâneas).	Associação dos Produtores e Comitê Gestor.
	Telecomunicações	Ampliação e melhoria da telefonia rural (celular com antena).	Secretaria de Agricultura Municipais.
		Ampliação e melhoria de acesso à Internet nas áreas rurais.	Secretaria de Agricultura Municipais.
	Meio ambiente	Esclarecer e cadastrar os produtores no SICAR – Cadastro Ambiental Rural.	Comitê Gestor e Agerp e Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
		Os Municípios devem cumprir a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) e acabar com os lixões.	Associação dos Produtores e Comitê Gestor, Secretaria de Meio Ambiente.
		Descarte ambientalmente correto do lixo rural (coleta de embalagens de produtos químicos).	Associação dos Produtores e Comitê Gestor, Secretaria de Meio Ambiente.
		Recuperação de mananciais (matas ciliares).	Comitê Gestor, Secretaria de Meio Ambiente, Comitê Gestor da Bacia do Rio Munim, Ufma.
		Aderir ao Programa ABC (agricultura de baixo carbono)	Associação dos Produtores e Comitê Gestor e STTR.
Estradas e pavimentação	Construir e reformar estradas vicinais e pontes para acesso e escoamento da produção.	Governo do Estado (Agerp), Municípios, Secretarias de Agricultura.	
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Realização de capacitações para o fortalecimento das associações/cooperativas.	Sebrae, Senar, Codevasf, Ufma e Agerp.
		Buscar o fortalecimento das associações/cooperativas.	Sebrae, Senar, Ufma, Agerp e Sindicato/Fetaema
		Realizar o diagnóstico da situação das associações/cooperativas.	Ufma, Agerp e Sindicato / Fetaema.
	Plano de negócios	Elaborar um Plano de Negócios para a cadeia produtiva.	BNB, BB, Sebrae, Ufma, Agerp e CEF.
	Gestão da propriedade	Capacitação em gestão de propriedades rurais (agricultores e técnicos).	Sebrae, Sindicatos em geral/Fetaema, Agerp.
	Governança do polo e do território	Criação do Comitê.	Comitê Gestor.
	Formação e compactação local	Criar e estruturar um núcleo de capacitação para os atores envolvidos na cadeia produtiva.	Embrapa, Ufma, Sebrae, Agerp, Sindicato.
	Políticas públicas	Fortalecer a cadeia produtiva do ovinocaprino através da liberação do fomento pelo governo do estado a agricultores que servirão como unidades de referências para os demais produtores.	Sagrima, SAF, Secretarias de Agricultura, Iterma, Incra.
Regularização fundiária do território.		Iterma, Incra, Agerp, Sindicatos/Fetaema.	
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Divulgar as linhas de crédito aos agricultores, das agências presentes na regional.	Associação dos Criadores, BNB, Agerp, Sindicatos/Fetaema.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento março de 2017, junto a integrantes do polo.

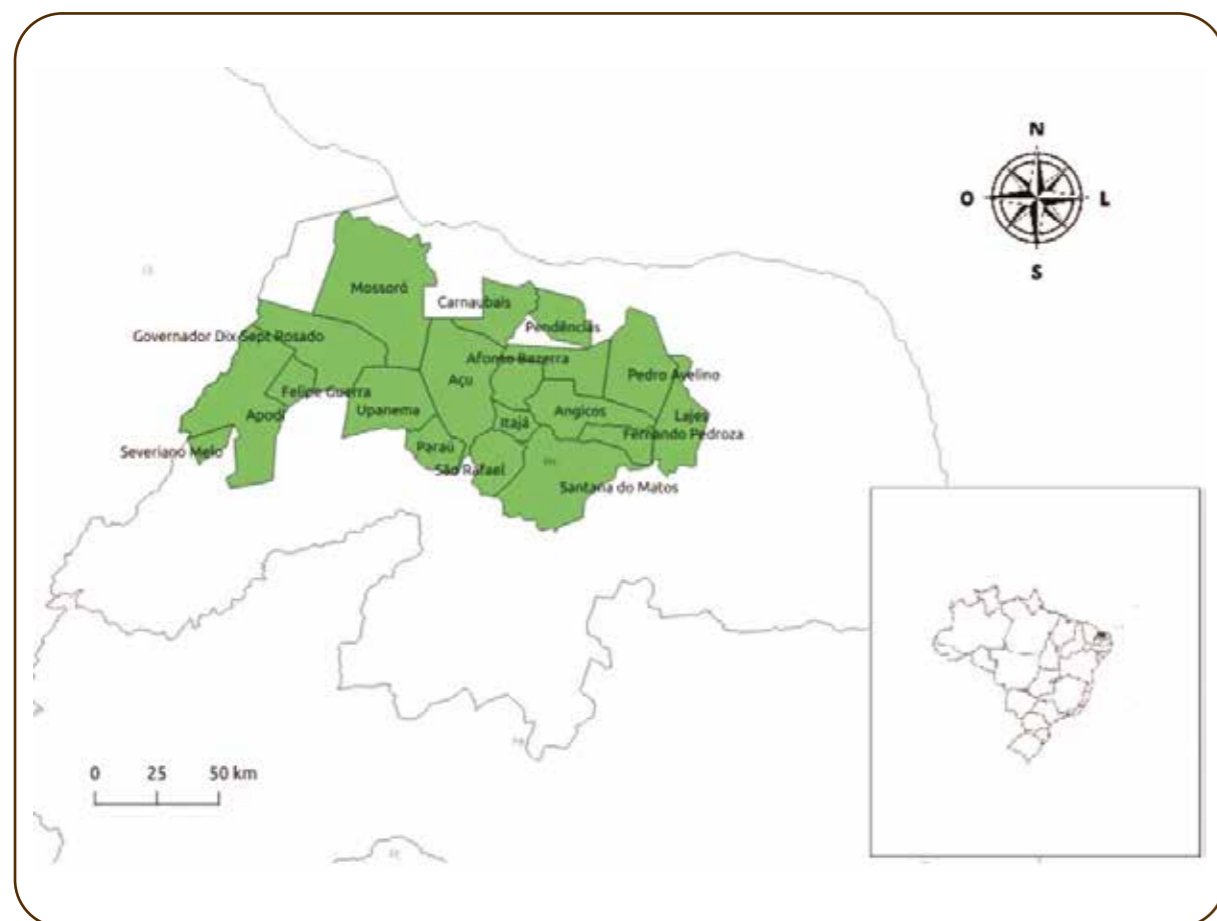
Polo Cordeiro Potiguar - Rio Grande do Norte

Área de Abrangência do Polo Cordeiro Potiguar

A **Figura 23** apresenta o mapa com delimitação geográfica do Polo Potiguar,

no estado do Rio Grande do Norte. O polo abrange uma área da região Noroeste, conforme indicado na área destacada em vermelho no mapa.

Figura 23. Mapa do Polo Cordeiro Potiguar - RN



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Cordeiro Potiguar abrange dezenove municípios: Lajes, Pedro Avelino, Afonso Bezerra, Angicos, Fernando Pedroza, Santana do Matos, Itajá, São Rafael, Parau, Assú, Ipanguaçu, Pendências, Carnaubais, Upanema, Mossoró,

Governador Dix-Sept Rosado, Felipe Guerra, Apodi e Severiano Melo.

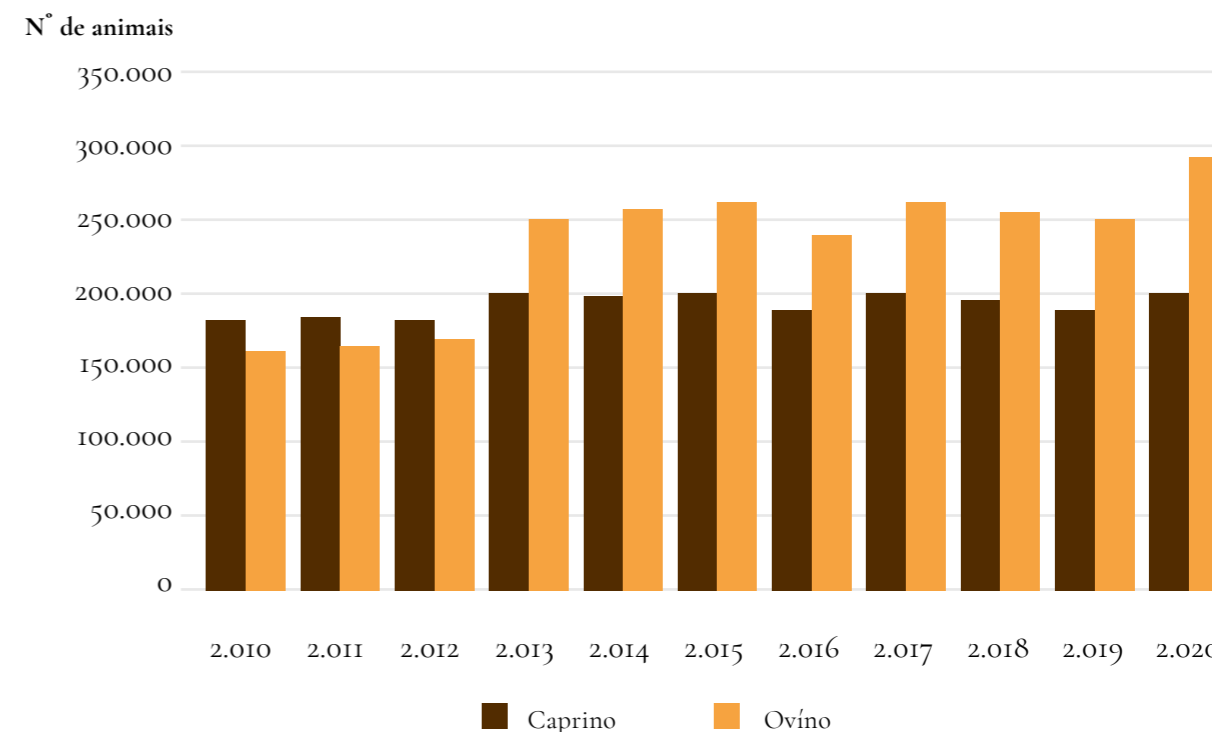
A região do polo apresenta oportunidades em termos de rebanho, solos e água para o crescimento da ovinocultura e caprinocultura. O território iniciou seus trabalhos no ano de 2018 e está

representado por um comitê gestor estruturado e composto por representantes de associações, técnicos, entidades governamentais e não governamentais. Além de uma gama de instituições públicas e privadas com interesse no desenvolvimento da cadeia da ovinocultura e caprinocultura.

O Polo Cordeiro Potiguar tem potencial

para desenvolvimento nas duas espécies, que apesar da seca nos últimos anos, continua com rebanho em leve crescimento, quando observados os anos de 2019 e 2020 no **Gráfico 19**, abaixo. Comparando os últimos dez anos da espécie ovina, podemos observar um aumento superior a 130 mil cabeças do rebanho (2010 – 2020), espécie que atualmente é predominante no polo.

GRÁFICO 19. EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DO POLO CORDEIRO POTIGUAR



Fonte: IBGE (2022)

Atualmente a região do polo conta com frigorífico específico para ovinos e caprinos e com infraestrutura para regularização de novos abatedouros municipais com SIM (Serviço de Inspeção Municipal).

Em 2021 este polo, da rota do cordeiro,

integrou o projeto de implantação da Integração Vertical promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Mais à frente, nesta publicação, explicamos em mais

detalhes sobre Integração Vertical. Há também, no canal do Youtube, disponível a palestra do Dr. Thiago Carvalho, o qual foi realizada junto a integrantes do polo e agentes de interesse da cadeia produtiva do cordeiro, tendo acesso pelo link: <https://youtu.be/wv8bSrdTsSU>.

VISÃO DE FUTURO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do cordeiro, os participantes da oficina foram convidados a elaborar de forma conjunta uma visão de futuro para o polo. Neste momento a proposta é discutir onde desejamos chegar num determinado período de tempo (de modo geral entre 3 e 5 anos). Quais os nossos sonhos? Pelo que vale a pena batalhar? Alguns especialistas em administração dizem que a visão é o nosso “passaporte pra o futuro”. Sendo a visão do polo:

“Ser referência na produção de cordeiros e cabritos no Brasil.”

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e, na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir no **Quadro 29**, a matriz deste polo.

QUADRO 29. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO CORDEIRO POTIGUAR

FORÇAS	FRAQUEZAS
Rebanho com numeroso plantel, com boa diversidade e adaptabilidade; Disponibilidade de recursos hídricos em algumas regiões, em especial na região do Vale do Açu; Disposição e persistência dos criadores para com a atividade; Solo fértil que favorece a resiliência da vegetação nativa; Existência de malha viária adequada; Existência de diversos abatedouros (abatedouro frigorífico específico para Ovinos e Caprinos em Lajes; Feiras agropecuárias fazem parte da agenda cultural local; Presença de diversas entidades de apoio na região (Sebrae, Senar, SAPE, EMPARN, IF's, UFRN, UFERSA, Emater, Prefeituras, Associações, Embrapa, MDR, Sindicatos, etc.); Demanda local pelos produtos (carne); Clima adequado para o desenvolvimento da atividade (sanidade).	Falta de acesso a novas tecnologias; Resistência dos produtores às novas tecnologias; Escassez de alimentos; Falta de infraestrutura e equipamentos para a produção e armazenamento de forragens; Falta de clareza e divulgação sobre a padronização do animal mais apropriado para o abate (compra do animal pelo frigorífico); Informalidade do abate e comercialização; Falta de continuidade na assistência técnica e extensão rural; Desorganização da Cadeia Produtiva; Falta de Plano de Gestão / Modelo de Negócio; Baixa integração dos produtores; Comunicação precária / inexistência de um canal de comunicação entre os produtores; Falta de um programa instituído para o melhoramento genético; Falta de capacitação da mão de obra que lida diretamente com os animais; Falta de capacitação sobre o manejo / gestão da propriedade rural (planejamento, sustentabilidade e conservação ambiental); Falta interação / parceria entre produtores e indústrias; Escassez de água em algumas regiões.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Reuso de água (rural e urbano); Maior ênfase na divulgação das atividades relacionadas à cadeia dos caprinos e ovinos nas feiras agropecuárias da região; Ampliação do uso de técnicas de convivência com o semiárido (palma, feno e silagem); Aproveitamento dos animais mais velhos do rebanho (pesquisa / busca por cases de sucesso); Celebração de novas parcerias; Qualificação das demandas do polo (melhora na taxa de sucesso para pleitos de acesso a crédito); Fortalecimento do associativismo e cooperativismo; Ampliação de programa de Ater (qualidade e continuidade).	Violência e furtos no meio rural; Presença de predadores no meio rural (cães, raposas, urubus e carcarás); Secas prolongadas – escassez de águas em algumas regiões; Ausência de uma política definida para o setor ovino; Burocracia dificulta a comercialização com o governo; Importação de carne de ovinos e caprinos; Variação de custos nos insumos (insumos em geral, inclusive veterinários); Desarticulação de políticas e ações pelas instituições de apoio; Falta regularização dos frigoríficos regionais (com exceção para o de Lajes).

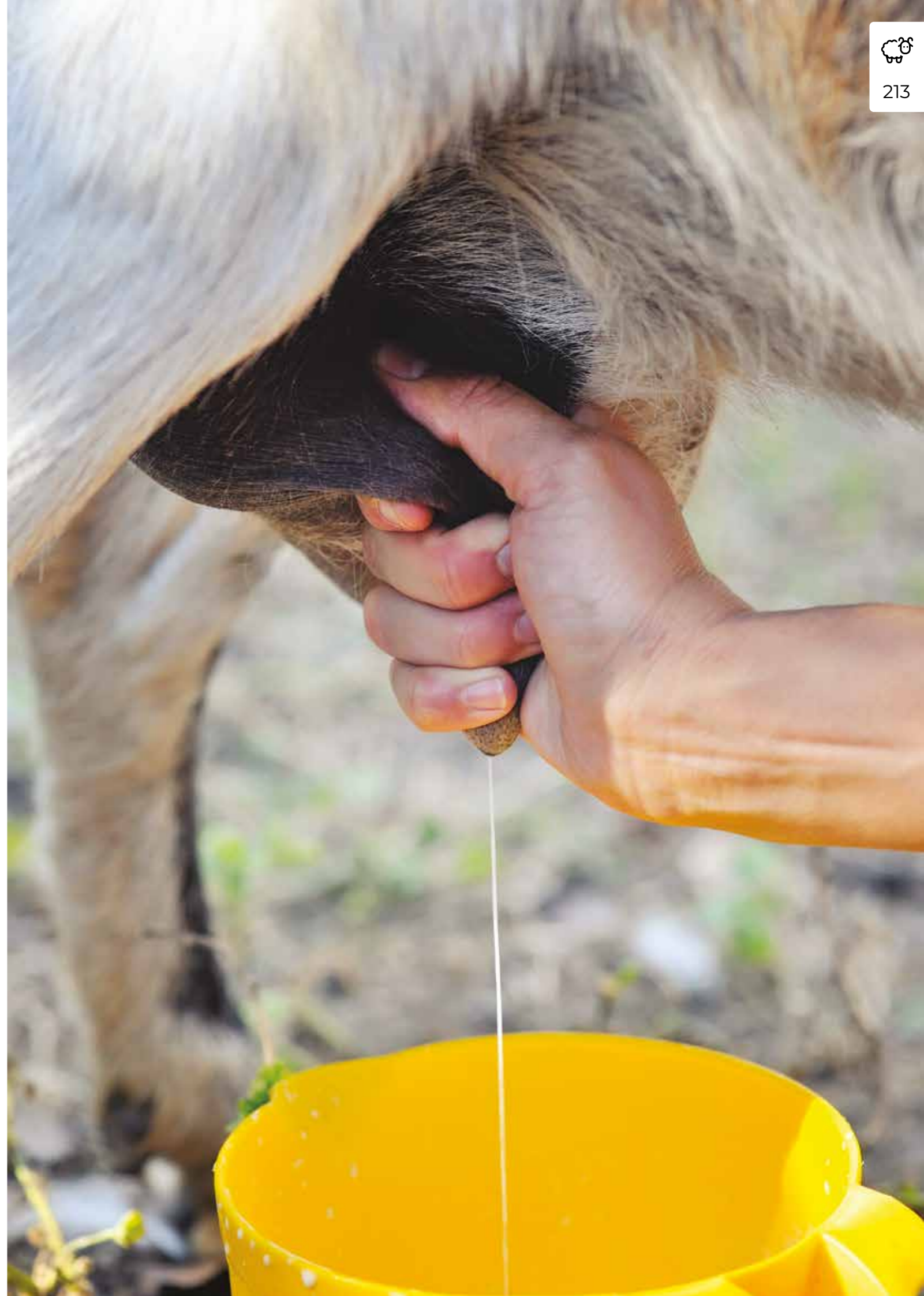
Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em abril de 2019, junto a integrantes do polo.

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico, validado pelos participantes da oficina de planejamento realizada em 2019, o comitê deu início a etapa “mais operacional da oficina”, pois nela foram discutidos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem

aproveitar as oportunidades que surgem ou nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do Polo Cordeiro Potiguar, apresentada no Quadro 30, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 30. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO CORDEIRO POTIGUAR

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	Alimentação	Aquisição de patrulha mecanizada específica para produção e armazenamento de forragem que fique à disposição do polo.	IFRN e Associações (Acosc, ASCOM e Asfoco).
		Organização de compras coletivas (insumos).	Comitê Gestor do polo.
		Recuperação e ampliação do suporte.	Comitê Gestor do polo, EMPARN e Emater.
	Saúde animal	Programas de manejo sanitário (prevenção e treinamento dos criadores).	Comitê Gestor do polo e UFERSA.
		Pesquisas de fitoterápicos na criação de caprinos e ovinos.	IFRN – Ipanguaçu.
	Melhoramento genético	Aquisição de reprodutores em consórcio entre produtores e associações.	Produtores e Associações (Acosc, ASCOM e Asfoco).
		Programa de inseminação artificial.	Produtores e Associações (Acosc, ASCOM e Asfoco).
	Ater	Ater com ênfase na convivência com o semiárido e na produção de caprinos e ovinos.	Associações (Acosc, ASCOM e Asfoco) / Emater.
		Capacitação e treinamento dos multiplicadores.	Produtores e Associações (Acosc, ASCOM e Asfoco).
	BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	Abate certificado	Regularização dos abatedouros existentes (SIM/SEIPOA).
Novos produtos		Estudo de viabilidade de subprodutos e animais mais velhos.	Comitê Gestor do polo, Sebrae.
		Marketing e propaganda dos produtos da caprino e ovinocultura.	Comitê Gestor do polo / Sebrae / Associações.
Infraestrutura ociosa	Levantamento de frigoríficos ociosos e a infraestrutura existente.	Emater.	
COMERCIALIZAÇÃO Fortalecimento de redes e canais de comercialização e desenvolvimento de sinais distintivos	Feiras e mercados	Inclusão de festival gastronômicos de cabritos e cordeiros nas exposições agropecuárias.	Comitê Gestor do polo.
		Criação da exposição de caprinos e ovinos do Vale do Assú	Secretarias de agricultura do Vale do Assú.
	Compras governamentais	Criar projeto para aquisição de 30% da carne de cordeiro e cabrito nas compras governamentais.	Comitê Gestor do polo e Associações.
	Centrais de comercialização	Implantação de box de comercialização de cortes especiais de cabritos e cordeiro.	Comitê Gestor do polo, associações e produtores.
		Desenvolver canais de distribuição de carne de ovinos e caprinos.	Comitê Gestor do polo, associações e produtores.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA Serviços públicos para o desenvolvimento territorial	Infraestrutura hídrica	Viabilizar a perfuração e instalações de poços no polo e projetos de reuso das águas nas propriedades e de águas urbanas.	Comitê Gestor do polo, Associações e Produtores.
	Energia elétrica	Estudo da viabilidade econômica do uso de energias renováveis (políticas públicas para o campo).	Acosc.
		Implantação e ampliação da rede trifásica nas propriedades.	Associações (Asfoco, Asccom e Acosc).
		Ajuste do horário da tarifa reduzida para a atividade no campo.	Associações (Asfoco, Asccom e Acosc).
	Estradas e pavimentação	Melhoria das estradas vicinais.	Produtores e prefeituras.
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	Associativismo e cooperativismo	Trabalho de conscientização e fortalecimento das associações e criação de uma cooperativa.	Associações (Asfoco, Asccom e Acosc).
	Plano de negócios	Melhoria de comunicação social / melhoria da divulgação de informações em eventos / feiras relativas à atividade produtiva.	Comitê Gestor do polo e Associações.
	Governança do polo e do território	Elaborar projeto que viabilize / evidencie unidades de referência (cases de Sucesso) - São Tomé	Comitê Gestor do polo.
FINANCIAMENTO Crédito assistido e programas de fomento	Financiamento bancário	Tratamentos igualitários para todos os produtores.	Associações (Asfoco, Asccom e Acosc).
		Capacitação continuada para uso de crédito rural junto aos criadores e aumento do número de projetistas credenciado.	Associações (Asfoco, Asccom e Acosc).
	Financiamento bancário	Sobretaxa aos produtos importados	Associações (Asfoco, Asccom e Acosc).

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento em abril de 2019, junto a integrantes do polo.



INTEGRAÇÃO VERTICAL: UMA ALTERNATIVA PARA A COMERCIALIZAÇÃO

A integração vertical envolve a ligação através de contrato ou compra dos diferentes níveis do processo de comercialização, sendo geralmente usada para corrigir certas ineficiências existentes no processo de comercialização de algum produto. Neste contexto ela substitui o sistema de preços como o mecanismo

A integração vertical envolve a ligação através de contrato ou compra dos diferentes níveis do processo de comercialização, sendo geralmente usada para corrigir certas ineficiências existentes no processo de comercialização de algum produto. Neste contexto ela substitui o sistema de preços como o mecanismo “*coordenador interfirmas*” (MENDES, 2006). No Brasil, a Lei 13.288/2016 trata sobre a regulação da integração vertical e de seus institutos.

Segundo o art. 2º, I, da Lei 13.288/2016, conceitua-se a integração vertical da seguinte forma:

- Para os efeitos desta Lei, entende-se por: I - integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores

que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração.

Segundo a Lei 13.288/2016, a integração vertical é caracterizada por quatro elementos: a) planejar; b) realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final; c) responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração; d) esteja presente a figura do integrado e da integradora (CARVALHO, 2020).

Segundo Carvalho (2020, p.26), o planejamento “está relacionado com determinação dos seus padrões técnicos relevantes para os bens que devem ser produzidos e definir as atividades para que estes padrões selecionados sejam atendidos”. Segundo o autor (2020, p.27) “o planejamento é uma atividade exclusiva da integradora (agroindústria), realizada observando o “core” (o cerne) dos seus objetivos econômicos”.

O segundo elemento, a realização de produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, trata da materialização, da operacionalização deste planejamento com o intuito de produzir um bem, momento em que o integrado exerce a sua atividade (CARVALHO, 2020, p.27).

Já o terceiro item trata das responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração, no caso, segundo a Lei 13.288/2016, “firmado entre o produtor integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato”. Entre estes deveres está o de obrigação recíproca entre as partes de troca de bens e/ou serviços (por exemplo, a integradora fornece bens, insumos/serviços e recebendo do integrado matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial) para a produção agrossilvipastoril, conforme incisos II e III do artigo 2º da Lei.

No quarto elemento, a Lei trata dos agentes de direitos e deveres, ou seja, as partes que irão fazer parte da operacionalização da relação de integração, no caso, a integradora (geralmente, agroindústria) e o integrado (o produtor rural).

Referente aos benefícios da integração vertical, sob um prisma econômico, as para agroindústria são:

- a. Controle na qualidade dos bens produzidos;
- b. Controle na quantidade dos bens produzidos;
- c. Organização da cadeia produtiva;
- d. Planejamento estratégico perante o mercado e concorrentes;
- e. Aumento do poder de negociação entre os fornecedores e os clientes;
- f. Afastamento do reconhecimento da relação empregatícia;
- g. Diminuição de custos de transação;
- h. Maior eficiência na produção dos bens;
- i. Ganhos em escala de produção;
- j. A não necessidade de investimentos em estrutura de produção;
- k. Garantias e obtenção de financiamento por parte do integrado;
- l. Obrigações ambientais do integrado;
- m. Obrigações trabalhistas do integrado;
- n. Custo de produção otimizado, e com total ciência da integradora (no spot o comprador não sabe a margem de lucro).

Para o produtor rural, a integração permite que haja:

- a) Profissionalização e sistematização da atividade agropecuária;
- b. Delimitação dos custos de produção e transação;
- c. Segurança de venda dos produtos;
- d. Menor dificuldade na obtenção de financiamentos;

- e. Assistência técnica garantida, quando prevista no contrato de integração;
- f. Possibilidade de especialização;
- g. Utilização de mão de obra familiar, elevando a renda da família;
- h. Outro fator que deve ser levado em conta, os mecanismos mais eficientes de barganha (por exemplo, a Cadec), possibilitando estipular melhores preços e condições das atividades;
- i. Capital de giro reduzido.

Já para o Estado brasileiro e as demais Unidades da Federação (estados e municípios) as vantagens da relação de integração vertical em uma localidade são:

- a) Promoção de desenvolvimento social e econômico em uma localidade/região;
- b. Aumento da qualidade da mão de obra local;
- c. Possibilidade de maior volume de arrecadação;
- d. Possibilidade de criação de empregos diretos e indiretos na atividade desenvolvida;
- e. Estabelecimento de entidades representativas dos produtores rurais e da integradora, facilitando a comunicação entre as categorias e o poder público; e
- f. Organização das cadeias produtivas.

Em relação aos institutos previstos em Lei necessários para a organização e o devido

arranjo são: Contrato de Integração; Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC); Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI); Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO); e Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec).

O contrato de integração é o documento que vincula o produtor rural em uma relação de integração com uma agroindústria (integradora), devendo produzir, segundo determinação, quantidade, qualidade, firmado em contrato e troca de bens e serviços (por exemplo, a integradora fornece bens, insumos/serviços e recebendo do integrado matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial).

A Cadec é uma espécie de comitê gestor que visa gerir a relação de integração por meio de representantes dos produtores integrados e da integradora. Entre as suas atribuições está a fiscalização dos acordos realizados e a solução dos conflitos existentes. O DIPC é um documento que visa apresentar ao produtor interessado em ingressar na relação de integração as condições, riscos e obrigações existentes na relação de integração de uma determinada unidade produtiva. O RIPI é o documento entregue ao produtor rural dispendo sobre a eficiência de sua atuação, remuneração e descontos que devem ocorrer. Em algumas localidades é chamado de borderô, relatório, demonstrativo ou resultado. Já o FONIAGRO é uma espécie de “comissão

nacional” em que cada setor produtivo ou cadeia produtiva regido por esta Lei deverão constituir, de composição paritária, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores, sem personalidade jurídica, com a atribuição de definir diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e de promover o fortalecimento das relações entre o produtor integrado e o integrador, conforme o artigo 5º da Lei 13.288/2016.

Segundo a literatura, os grandes desafios na produção de caprinos no Brasil são (Holanda Júnior, Sá e Araújo, 2003, p. 5):

- a) A má qualidade das carnes decorrente do abate de animais com idade avançada e mal terminados, que é resultado do manejo deficiente dos rebanhos; da péssima forma de estocagem e comercialização e do baixo nível de higiene nas operações de abate e comercialização, tendo-se verificado que no varejo a maior parte da carne é comercializada sem o uso de embalagem apropriada;
- b. A inexistência ou precariedade de inspeção no local de vendas desses produtos coloca em risco a saúde da população;
- c. A falta de padronização de carcaças e de apresentação apropriada dos cortes;
- d. A irregularidade no fornecimento de carne e derivados ao mercado;
- e. Os elevados preços praticados para o consumidor, impossibilitando a

abertura de mercado e reduzindo a competitividade com os produtos concorrentes.

Para Guimarães Filho (2009.), os grandes gargalos observados na ovinocaprinocultura são:

- a. Tamanho limitado da propriedade;
- b. Baixa eficiência tecnológica e econômica dos sistemas de exploração;
- c. Acesso limitado à assistência técnica qualificada e ao crédito apropriado;
- d. Baixo nível de capacitação técnica e gerencial do ovinocaprinocultor;
- e. Baixo nível de organização dos produtores e desarticulação entre os segmentos da cadeia produtiva.

Para devida implementação da integração vertical, foi necessário fazer um levantamento dos gargalos existentes, sendo identificados os seguintes problemas:

- I. Ausência de arranjos formais entre comprador e vendedor;
- II. Ausência de logística de armazenamento apropriada;
- III. Ausência de transporte adequado;
- IV. Ausência de financiamento bancário específico e adequado;
- V. Ausência de planejamento por meio de projetos técnicos;
- VI. Pobreza;
- VII. Ausência de conhecimentos de manejos e de equipamentos de equipamentos de proteção individual (EPIs) mais modernos.

Estes aspectos impactam na necessidade da implementação da integração vertical, sendo um mecanismo de organização da cadeia e de planejamento para produção em escala. Com o intuito de identificar as necessidades do setor e realizar a análise sobre implementação da integração vertical, foi realizada três palestras de sensibilização, uma na Bahia, em Pernambuco e outra no Rio Grande do Norte, tendo se identificado as entidades representativas dos produtores, a agroindústria integradora, a instituição financeira (BNB) e o auxílio do Senar.

A palestra foi realizada de forma tele presencial ao vivo, em estúdio localizado em Brasília – DF, com duração média de 3 (três) horas consecutivas (09:00-12:00). À ocasião, foram apresentados os institutos da integração vertical; em tempo, houve espaço específico de debate e resposta a dúvidas. Ao fim, houve levantamento de dados sobre a perspectiva dos produtores rurais. Estas palestras estão disponíveis no canal do **Youtube** nos links:

- Rodada de Negócios com o Polo Cordeiro Potiguar: <https://youtu.be/wv8bS1dTsSU>;
- Rodada de Negócios com o Polo Sertão do São Francisco: <https://youtu.be/XGpIpDk5ou4>;
- Rodada de Negócios com os Polos Bacia do Jacuípe e Rio das Contas: <https://youtu.be/svD3PkvenGc?t=28>.

Após a realização da palestra as entidades que quiseram participar podem enviar manifestações de interesse do projeto, auxiliando no levantamento de dados para análise da implementação e a formulação dos contratos de integração.

Segundo os atores a integração vertical possibilitaria:

- a. a) A organização da cadeia produtiva;
- b. b) Permitiria maiores financiamentos;
- c. c) Maior produção de animais;
- d. d) Maior oferta de carne no mercado;
- e. e) Melhor organização logística de produção, principalmente na produção de alimentos para os animais;
- f. f) Formalização das relações comerciais entre cooperativas de produção com a agroindústria.

Estes aspectos impactam na expectativa de resultados na implementação da integração vertical na ovinocaprinocultura. No caso, a agroindústria integradora planejou e consolidou as relações de compra e processamento da carne de ovinos e caprinos entre cooperativas e produtores rurais. Dessa forma, seu objetivo é implementar a integração vertical para estabilizar o fornecimento de ovinos e caprinos e criar mecanismo eficientes de precificação do quilo via Cadec.

Sobre a realização da comercialização de matéria-prima, são comercializados os ovinos e caprinos de até 11 meses de idade com o peso de sua faixa etária. Já responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração, seriam voltados à compra e à venda dos animais, dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos em contrato de integração, orientado sobre alimentação, peso e sanidade do animal, via assessoria técnica própria.

A integração vertical permitirá com que se dê estabilidade nas relações entre as partes, principalmente na continuidade dos arranjos verticais, na capacidade de absorver impactos externos quanto ao aumento ou diminuição de demanda por animal e quanto à capacidade para resolver disputas, principalmente de preços, mediados pela CadeC. Os atores percebem que a partir da estabilidade do arranjo organizacional é possível planejar a sua expansão.

Por fim, o projeto entregou os contratos de integração e seus documentos assessórios permitindo com que cada polo pudesse estabilizar o recebimento de ovinos e caprinos, na quantidade,

qualidade e frequência pré-determinadas, além de auxiliar na estabilização dos preços das carcaças.





CARTA DO SETOR PROGRAMA ROTAS DO CORDEIRO

Brasília, 18 de janeiro de 2022.

Para que seja possível fortalecer a Rota do Cordeiro torna-se necessário uma série de investimentos no setor que nem sempre são possíveis viabilizar localmente, pelo elevado volume de recursos necessários.

Considerando essa realidade foi necessário listar e selecionar, quais os investimentos necessários ao desenvolvimento da cadeia produtiva.

Assim, foi desenvolvida nossa estratégia; Compilamos as carteiras de projetos elaboradas de forma participativa nos 14 Polos Regionais e os consolidamos em documento único. De posse desta lista relacionamos quais destes projetos eram comuns a mais do que um polo regional e poderiam requerer uma atuação estadual ou nacional.

Num segundo momento, convidamos e realizamos uma reunião com os coordenadores dos comitês gestores e disponibilizamos a listagem aos mesmos para que, se necessário, agregassem ou excluíssem itens.

Por fim, discutimos com os respectivos coordenadores dos comitês gestores

suas prioridades, sendo assim possível obter um documento que oriente instituições público e privadas sobre quais investimentos são necessários a partir das discussões com as pessoas que integram a cadeia produtiva e suas rotas.

A seguir, apresentamos as conclusões deste processo de trabalho que culminou com a elaboração e validação deste documento que identificou as principais demandas do setor para um desenvolvimento sustentável e competitivo da cadeia produtiva do Cordeiro.

EIXO INSUMOS E PRODUÇÃO

- Crédito para aquisição de máquinas e equipamentos para produção de silagem e fenação, tanto para produtores individuais como para patrulhas mecanizadas.
- Apoio para a contratação de mais técnicos, bem como, ampliação dos Serviços de Assistência Técnica e

- Extensão Rural, tanto públicos como privados.
- Estabelecimento de um calendário de vacinação, identificação da epidemiologia das principais doenças no rebanho ovino e caprino e fatores de risco sanitário que afetam a produção, em especial a verminose.
 - Disponibilizar recursos e meios para melhoria genética dos rebanhos, com padrões raciais que tenham características mais adequadas às condições ambientais de cada região do país.
 - Incentivar a melhoria dos sistemas de produção de leite de caprinos e ovinos, principalmente nas regiões de clima tropical, com melhoramento genético, manejo e alimentação adequada para estas espécies.
 - Treinamento e cursos sobre gestão da propriedade específicas para o setor de ovinos e caprinos e a importância do cooperativismo e /ou associativismo no desenvolvimento da cadeia.
- o consumo e ampliar as compras institucionais da agricultura familiar via programas como PNAE e PAA.
- Criar um programa de formalização e fidelização das relações entre produtores e indústrias por meio da adoção de contratos de parceria, fomento e fornecimento de matéria prima, visando reduzir a volatilidade e aumentar a previsibilidade dos preços pagos ao produtor.
 - Viabilizar selos de indicação geográfica ou similares, com vistas a gerar agregação de valor ou possibilitar a rastreabilidade dos produtos, como as matas de cordeiros.
 - Discutir e difundir legislação específica para produtos artesanais.
 - Regularização de abatedouros existentes e criação de abatedouros regionalizados estruturados para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi), favorecendo desta forma a comercialização nos programas governamentais já existentes, a integração vertical entre criador e indústria, diminuição do abate clandestino e maior incentivo a criação especializada na produção de cordeiros.

EIXO: COMERCIALIZAÇÃO, BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR

- Desenvolver uma campanha institucional para conscientizar a população em geral sobre a importância da carne ovina e caprina, incentivar

EIXO: INFRAESTRUTURA E FINANCIAMENTO

- Recursos para implantação de sistemas

O CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que foi prorrogada até 30/06/2022. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em 12/2021. Nota de Rodapé 2: O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

de irrigação, cisternas, perfuração de poços tubulares e instalação de sistemas de tratamento e armazenamento de água nas propriedades rurais.

- Investimentos em infraestrutura no meio rural, com melhoria de estradas, energia elétrica trifásica, energia fotovoltaica e ampliação da cobertura de Internet e comunicação por telefonia celular.
- Criar incentivos por meio de crédito e orientação técnica para melhorar a produção das pastagens e forrageiras, com o objetivo de aumentar a produtividade e a qualidade da biomassa disponível para alimentar os animais em todas as estações do ano.
- Programas de distribuição de reprodutores e matrizes para melhoramento genético dos rebanhos de agricultores familiares.

EIXO CAPITAL SOCIAL

- Recursos para capacitação de técnicos e produtores em boas práticas agropecuárias (BPA) em conservação de alimentos para os animais, pastejo rotacionado, gestão de propriedades rurais, sanidade, qualidade e tratamento de água.
- Desenvolver projetos para estimular a inclusão e a permanência dos jovens no campo e o protagonismo feminino, bem como, viabilizar programas educacionais com foco no empreendedorismo, e cooperativismo.

- Viabilizar projetos com ênfase na formação de lideranças para associações e cooperativas, bem como, na gestão profissionalizada de entidades associativas.
- Criação de um seguro cordeiro ou bode “semelhante à garantia safra” sendo destinados a produção de forragem aos criadores de ovinos e caprinos, com regras específicas e semelhantes aos agricultores familiares que produzem atualmente milho, sorgo e feijão.

EIXO: MEIO AMBIENTE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MARCO LEGAL

- Desenvolver projetos para ganhar eficiência e agilidade nos processos de licenciamento ambiental (desburocratizar processos, capacitar envolvidos, descentralizar).
- Desenvolver projetos de educação ambiental (no meio rural).
- Agilizar projetos de regularização fundiária (titulação de terras em áreas rurais).

É importante ressaltar que o setor continua em crescimento, possibilitando a geração de emprego e renda para os atores envolvidos na cadeia produtiva. Estamos certos de que projetos com foco nestas demandas, poderá contribuir de forma decisiva para o fortalecimento do setor em todo país, resultando no tão desejado desenvolvimento sustentável.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Resolução nº 4, de 26 de janeiro de 2016. Incorpora as Resoluções nº 52/15, 53/15, 54/15 e 55/15 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico brasileiro. Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, 2016a. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/1599-resolucao-n-4-de-26-de-janeiro-de-2016>.

BRASIL. Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Brasília, 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13288.htm.

CARVALHO, T. M. Contrato de Integração Agroindustrial -Comentários sobre a Lei 13.288/2016. 1. ed. São Paulo:

Fontenele Publicações, 2020.

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Novo Censo Agropecuário mostra crescimento de efetivo de caprinos e ovinos no Nordeste. Fortaleza, CE, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/busca-de-noticias/-/noticia/36365362/novo-censo-agropecuario-mostra-crescimento-de-efetivo-de-caprinos-e-ovinos-no-nordeste>. Acesso em: janeiro de 2022.

_____. Boletim de Cotações. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/cotacoes>. Acesso em: janeiro de 2022.

FAO (FAO-STAT) Estatísticas da Organização para a Alimentação e Agricultura FAO-STAT, 2022. Disponível em: www.faostat.fao.org. Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acesso em:

setembro de 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa da Pecuária Municipal, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2020>>. Acesso em março de 2022.

_____. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=25757&t=resultados>. Acesso em: janeiro de 2022.

_____. Pesquisa Pecuária Municipal. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em: dezembro de 2021.

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional. Rotas de Integração Nacional. Brasília, DF, 2021. https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosJPG/Rotas/Mapa-APLs_Sinergia_Rotas_edited.jpg. Acesso em: novembro de 2022.

_____. Desenvolvimento Regional e a Faixa de Fronteira. Seminário sobre Desenvolvimento da Região Fronteiriça do Mercosul. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/images/2019/>

Outubro/Mercosul/Apresentacao_CGGT.pdf. Acesso em: outubro de 2021.

_____. Rotas de Integração Nacional: Rota do Cordeiro. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://portalRotas.avaliacao.org.br/rota/rota-do-cordeiro/4>. Acesso em: outubro de 2021.

MI – Ministério da Integração Nacional. Bases para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Rota-do-Cordeiro-web.pdf>.





Execução



Realização



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

A

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

Ç

BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO AÇAÍ

Resultado do Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Setor,
das Oficinas de Planejamento Realizadas nos Polos
Regionais e da 1. Conferência Nacional das Rotas do Açaí

A

Í



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Bases Para o Desenvolvimento da Rota do Açaí

Este Manual é Resultado de 04 Oficinas
Participativas de Planejamento, 01
Conferência Nacional e do Diagnóstico
da Cadeia Produtiva do Setor

BRASÍLIA-DF
FEVEREIRO / 2022

@ 2022 Ministério do Desenvolvimento Regional.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 1. Edição – 2022 – 1.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano – SMDRU

Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – DPR

Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores - CGPI

SGAN 906, Módulo F, Bloco A, Sala 211 CEP:70.790-60 Brasília – DF

Site: www.gov.br/mdr

Ouvidoria MDR: **0800 061 0021 ou (61) 2034-5598**

Fotos: Banco de Imagens, Belle Époque Filmes e João Ramid

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Empresa contratada: ERConsult Consultoria Empresarial

Coordenador do projeto: Ederaldo Ribeiro

Consultora especialista: Amanda Paiva Quaresma

Ficha Catalográfica

B736	<p>Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional Urbano. Bases para o desenvolvimento da rota do açaí – Brasília, DF: SMDRU, 2022.</p> <p>63 p.: il. color.</p> <p>Incluem referências.</p> <p>ISBN: 978-65-997038-2-9</p> <p>1. Açaí. 2. Açaí — cadeia produtiva. 3. Açaí — indústria. I. Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Regional Urbano. II. Título.</p> <p>CDD: 634</p>
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Regina Coelho – CRB14/651

Ministério do Desenvolvimento Regional

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano e Regional

Rogério Simonetti Marinho
Ministro do Desenvolvimento Regional

Sandra Maria Ramos Holanda

Secretária Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano

Francisco Soares de Lima Junior
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues
Coordenador-Geral de Sistema Produtivos e Inovadores - CGPI

Técnico em Secretariado

Iraides Fernandes de Carvalho
Agente Administrativo

Luiz Paulo de Oliveira Silva
EPPGG

Sabrina Ribeiro de Araujo
Auxiliar Administrativo

Samuel Castro de Menezes
Geógrafo

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues
Coordenadora Geral

EQUIPE TÉCNICA COORDENAÇÃO GERAL DE SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVADORES – CGPI:

Alex Christian Kamber
EPPGG

André Rafael Costa e Silva
EPPGG

Daniela Luciana da Silva
Jornalista

Gina Regina Palatucci

EQUIPE TÉCNICA COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Alex Christian Kamber
EPPGG

Luiz Paulo de Oliveira Silva
EPPGG

Samuel Castro de Menezes
Geógrafo

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues
Coordenadora Geral



Relação de siglas

As SIGLAS descritas a seguir representam instituições, programas ou projetos que foram citados ou entidades que participaram de uma ou mais oficinas de planejamento nas várias localidades onde se realizaram as oficinas.

INSTITUIÇÕES E SIGLAS DE ÂMBITO E/OU RECONHECIMENTO NACIONAL

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

SICAR¹ – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural que anteriormente era denominado CAR.

CEF – Caixa Econômica Federal

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DAP² – Declaração de Aptidão ao

PRONAF

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará

ECOCERT – Empresa Certificadora de Produtos Orgânicos

FBB – Fundação Banco do Brasil

RURAP – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LAR – Licenciamento Ambiental Rural

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDR – Ministério de Desenvolvimento Regional

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

PAS – Programa Alimento Seguro

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Sistema Agroflorestal

SMDRU – Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano e Regional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SDR-PPI – Secretaria de Desenvolvimento Rural – Programa de Produção Integrada

TED – Termo de Execução Descentralizada

SPU – Superintendência do Patrimônio da União

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

INSTITUIÇÕES E SIGLAS DE ÂMBITO E/OU RECONHECIMENTO LOCAL / REGIONAL

ACTB – Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique

ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará

AMAZONBAI – Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique

AMAM – Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

AMPPRJP – Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos

Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha São João Pilatos

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá

BANPARÁ – Banco do Estado do Pará

CAEPIM – Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé Miri

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

COOPAC – Cooperativa Agroextrativista Campinense

COOPAVEM – Cooperativa Agroextrativista da Veneza do Marajó

COOPMAR – Cooperativa dos Produtores Extrativistas de Madeira do Município de Almeirim e Região

DIAGRO – Agência de Defesa e Inspeção

¹ - O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

² - A DAP foi prorrogada até 30/06/2022 e após essa data novos cadastros deverão ser realizados apenas pelo CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em Dezembro de 2021.

Agropecuária do Estado do Amapá
FAEPA – Federação da Agricultura do Estado do Pará
FAPESPA – Fundação Amazona de Amparo a Estudos e Pesquisas
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
FSC BRASIL – Conselho de Manejo Florestal
IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IFs – Institutos Federais
IFPA – Instituto Federal do Pará
IHA – Instituto Humanitário da Amazônia
IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCUBITEC – Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
INTERELOS – Instituto especializado em planejamento e promoção de empreendimentos sociais
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OCB/PA – Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará
PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
RITU – Rede de Incubadoras de Empresas da UEPA
SECTET – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

SEDAP – Secretária de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca/PA
SEDEME – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia/PA
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
SEDUC – Secretaria de Estado da Educação
SEMUPA – Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Ananindeua.
SEDOP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas/PA
SEMAS – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Belém
TECSOCIAL – Programa de Tecnologia Social e Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SINDIFRUTAS – Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará
PROEJA – Cursos Técnicos Integrados na Modalidade Educação pra Jovens e Adultos
UCAMEPASIPA – União de Centros Comunitários Cooperativos e Associativos, Associação de Moradores, Entidades Populares e Ambientalistas
UEAP – Universidade do Estado do Amapá
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
ROTAS	13
DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ	
Contextualizando o Açaí: da Amazônia para o Mundo	23
Produção de açaí	26
Comercialização do açaí	29
OFICINAS DOS POLOS DA ROTA DO AÇAÍ	41
Polo Nordeste Paraense	42
Polo Marajó	58
Polo Baixo Tocantins	70
Polo Tucuju	82
INTEGRAÇÃO VERTICAL	95
1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA ROTA DO AÇAÍ	101
CARTA DA CONFERÊNCIA NACIONAL - PROGRAMA ROTAS DO AÇAÍ	110
REFERÊNCIAS	115

Apresentação

Após 20 meses de ações ininterruptas o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, apresenta a publicação Bases Para o Desenvolvimento da Rota do Açaí. O presente documento consolida várias ações complementares: elaboração do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do açaí; implantação da integração vertical em três polos que produzem e comercializam o produto; realização de oficinas de planejamento estratégico onde foram elaboradas as carteiras de projetos; e, por fim, a organização da I Conferência Nacional das Rotas do Açaí, realizada em agosto de 2021, onde foi possível trocar informações, agregar conhecimentos acerca do tema e finalizar com a elaboração da carta do setor do açaí com suas principais demandas.

Todas estas ações foram realizadas com a finalidade de contribuir com a missão do MDR que é de

“Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com ampliação de oportunidades, visando a redução das desigualdades regionais”

Neste contexto, destaca-se o trabalho desenvolvido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (orientada pelo decreto nº. 9.810 de 30/05/2019), cujo escopo é reduzir as

desigualdades econômicas e sociais, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

No caso específico da Rota do Açaí, foi realizado um amplo diagnóstico da cadeia produtiva, contemplando aspectos como: distribuição geográfica da produção; evolução dos preços de mercado dos principais produtos e derivados; indicadores de comércio exterior; perfil socioeconômico dos produtores; potencial de inclusão produtiva; tecnologias empregadas; valor adicionado por elo da cadeia produtiva; e uma comparação da realidade brasileira com padrões internacionais de competitividade.

A partir deste diagnóstico foram realizadas quatro oficinas de planejamento em polos regionais de produção e comercialização do açaí, com intensa mobilização de pequenos produtores rurais, participação de representantes da academia, de centros de pesquisa, dos governos, tanto federal quanto regional/local, e por fim da sociedade organizada. Todos com uma meta em comum de fazer a cadeia produtiva dar um salto qualitativo, transformando através da inclusão produtiva. Importante ressaltar que uma das Oficinas de Planejamento resultou na implantação do Polo Tucuju no Estado do Amapá - único polo fora do Estado do Pará.

O Ministério de Desenvolvimento Regional, se destaca por apoiar as iniciativas rurais incentivando o envolvimento direto de toda a cadeia produtiva na discussão e decisão dos projetos, bem como, no compartilhamento de responsabilidades para a viabilização dos projetos selecionados, o que, por si, já denota mudança de paradigma, afinal são os produtores e produtoras quem melhor conhecem a realidade local.

Neste modelo, nossa proposta é de partilhar responsabilidades, ou seja, desenvolver e fortalecer protagonismos, através da constituição de comitês gestores locais. Consequentemente, torna-se necessário viabilizar redes de serviços públicos e privados orientados para a cadeia produtiva, de modo que as demandas levantadas pelos respectivos comitês tenham o tratamento apropriado – a oferta de serviços.

Nesse sentido, tanto o diagnóstico realizado sobre a Rota do Açaí, quanto as oficinas realizadas nos quatro polos, são momentos estratégicos para a identificação dos pontos frágeis e das fortalezas, além de ser um passo inicial para a construção de planos de ação pelas unidades executoras. Feito estas considerações iniciais, registra-se que esta publicação apresenta os principais resultados do diagnóstico da Rota do Açaí,

trazendo informações capazes de jogar luz a assuntos que ainda precisam de apoio e investimento, que inclusive devem vir de frentes diversas, como entidades privadas, órgãos públicos, organismos e empresas internacionais e forças políticas.

A publicação aborda desde o cenário atual da Cadeia Produtiva do Açaí, passando por Comercialização, Assistência Técnica, Meio Ambiente e com o panorama das oficinas de planejamento e o relatório da Primeira Conferência Nacional da Rota do Açaí, realizada pelo MDR em 2021 (inclusive foi produzido um vídeo em um dos polos da Rota do Açaí, onde é possível apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido nos polos e territórios priorizados dentro da Rota do Açaí que está disponível no link: <https://youtu.be/-MzorxzWQ-M>), e por fim traz na íntegra a Carta do Setor, um instrumento produzido durante a Conferência para ser compartilhada com os Governos Federal, Estaduais e Municipais e com todas as pessoas interessadas no desenvolvimento da Rota no Brasil, o que torna esta publicação um instrumento capaz de orientar futuras ações para o incremento da Cadeia Produtiva do Açaí.

Francisco Soares de Lima Junior

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano



AS ROTAS DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

As Rotas são redes de Arranjos Produtivos Locais – APLs³ – setorialmente e territorialmente interligados que promovem a inovação, a diferenciação, a competitividade e a lucratividade dos empreendimentos associados, mediante o aproveitamento das sinergias coletivas e a ação convergente das agências de fomento, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme apresentado na Figura 1.

O objetivo das Rotas, conforme Portaria MI 80/2018⁴, é *promover o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva por meio da estruturação de cadeias produtivas estratégicas e da integração econômica das regiões menos favorecidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento, de acordo com os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).*

3 - Conforme definição da REDESIST, Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas, que podem ser de produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros.

4 - Portaria publicada e atualizada em 28 de fevereiro de 2018, pelo extinto Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o qual estabelece as Rotas como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva.

Figura 1. Rotas: Redes de APLs e articulação de políticas públicas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2021)

Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovativos, trabalha onze cadeias produtivas, são elas: a Rota do Açaí, a Rota da Biodiversidade, a Rota do Cacao, a Rota

do Cordeiro, a Rota da Economia Circular, a Rota da Fruticultura, a Rota do Leite, a Rota do Mel, a Rota do Peixe, a Rota da Tecnologia da Informação e Comunicação e a Rota da Moda.

Figura 2. Logos das Cadeias Produtivas do Programa Rotas.



Fonte: Elaborado pela ERConsult, dados fornecidos pelo MDR (2022)

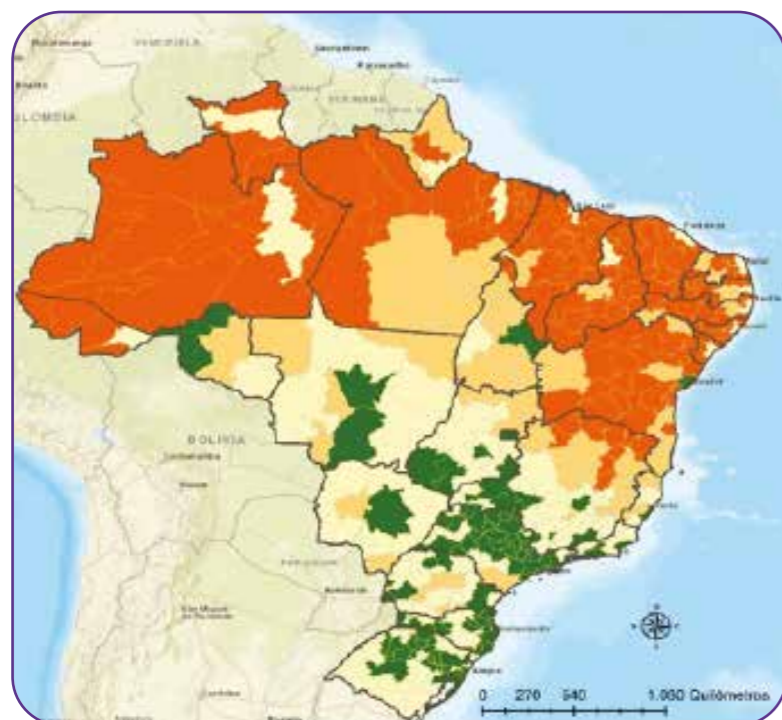
As Rotas apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção. O recorte territorial define o espaço a ser trabalhado, de acordo com a tipologia territorial da PNDR. No mapa da Figura 2, as regiões em vermelho apresentam renda familiar domiciliar per capita inferior a 50% da média nacional (áreas de extrema pobreza), tornando-se os subespaços mais relevantes para a PNDR,

dentro do objetivo de convergência de renda.⁵

As regiões em laranja (50 a 75% da média nacional) e verde claro (entre 75 e 100% da média nacional) também são consideradas dentro do objetivo de convergência de renda da PNDR, pois encontram-se abaixo do padrão médio nacional, embora de forma menos acentuada.

5 - Os princípios, objetivos e estratégias da PNDR foram revisadas e atualizados pela SMDRU-MDR e estão descritas no Decreto 9.810 de 30 de maio de 2019.

Figura 3. Mapa: Objetivo I PNDR – Convergência de Renda Inter-Regional (Renda domiciliar per capita por microrregiões – Censo 2010).



BRASIL - RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA NAS REGIÕES IMEDIATAS EM RELAÇÃO A MÉDIA NACIONAL 2010

Legenda

□ Limite estadual

Rendimento Domiciliar per capita das regiões Imediatas Classificação

- Até 50% de Rendimento Domiciliar pc Nacional
- De 50% a 75% de Rendimento Domiciliar pc Nacional
- De 75% a 100% de Rendimento Domiciliar pc Nacional
- Superior ao Rendimento Domiciliar pc Nacional

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

As áreas em **verde escuro** encontram-se em nível superior à média nacional, representando as regiões mais ricas do país. Embora a PNDR não privilegie a ação direta nestes espaços, são áreas estratégicas para o beneficiamento, comercialização e serviços, além do desenvolvimento de novas tecnologias. Estas regiões são importantes

para o desenvolvimento de parcerias estratégicas no âmbito dos programas de desenvolvimento regional e inclusão produtiva associados a PNDR. O recorte setorial identifica a cadeia produtiva selecionada, conforme os critérios apresentados no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1. CRITÉRIOS DE RECORTE SETORIAL DAS ROTAS

Potencial de inclusão produtiva	A atividade deve ser de fácil entrada, importando em baixos custos iniciais de investimento e reduzido valor de custeio operacional.
Afinidade com a identidade regional	Foco em atividades alinhadas com a cultura regional, explorando seu potencial de diferenciação como vantagem competitiva.
Sustentabilidade ambiental	A atividade selecionada deve apresentar baixo impacto ambiental e deverá contribuir para a preservação e/ou recuperação do seu bioma.
Organização social presente	Prioridade para setores organizados em regime de cooperativas ou associações.
Potencial de crescimento do setor	A atividade deve apresentar forte potencial de crescimento, seja em função do aproveitamento do mercado interno, seja pela exploração de um mercado exportador relevante.
Atividade intensiva em emprego	O setor deve apresentar forte coeficiente de geração de emprego direto e nos setores de beneficiamento e serviços.
Potencial de aprofundamento tecnológico	O setor deve apresentar novos produtos e negócios derivados da atividade principal.
Representatividade regional	O segmento deve ter forte representatividade física e econômica regional. Serão priorizadas atividades desenvolvidas em mais de uma UF.
Potencial de encadeamento produtivo	As ações devem contribuir para o encadeamento produtivo entre fornecedores, prestadores de serviços, produtores, processadores e consumidores, fortalecendo a malha produtiva, a logística regional e a rede de cidades dos territórios.
Setor amparado por outras iniciativas	Prioridade de convergência de ações e aproveitamento da experiência e recursos de outros projetos de desenvolvimento

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

As ações buscam criar consistência e cooperação nos APLs priorizados, por meio da aproximação com os atores relevantes, seja para identificar e equacionar os gargalos ou aproveitar as oportunidades e desenvolver o potencial da cadeia produtiva no território selecionado. São prospectados os espaços onde a produção está mais adensada (polos), o que permite a participação de um maior número de produtores, organizados em associações e cooperativas, de modo a obter resultados em escala mais expressiva, seja na propriedade individual, seja em unidades coletivas de beneficiamento e comercialização (agroindústrias familiares ou empresariais).

Sob a perspectiva das Rotas, iniciativas de fomento contextualizadas (P&D, qualificação profissional, financiamento, compras governamentais etc.) têm desdobramentos para várias unidades da federação, adquirindo uma abrangência regional ou mesmo nacional. Ao pensar na cadeia produtiva do açaí, linhas de crédito específicas, apoio à comercialização, logística e ATER podem favorecer todos os polos do norte país.

A estratégia das Rotas incentiva a criação de redes de cooperação entre órgãos federais, estados e municípios, bem como, entre Produtores / as, Empresários / as, Técnicos / as de instituições, Agricultores / as e Lideranças Comunitárias, que são na verdade os grandes responsáveis pelo sucesso nos projetos desta natureza.

Na perspectiva do empreendedor, a estruturação de redes de APLs enseja

a troca de experiências organizativas, permitindo o compartilhamento de mercados, tecnologias e sistemas de gestão, além do acesso a uma rede inter-regional de fornecedores de serviços, equipamentos e matérias-primas.

Nas Rotas, merece especial atenção a construção de parcerias para a montagem de um sistema eficaz de governança. A coordenação de ações permite que cada agência pública ou privada se especialize em sua área de atuação, seja na gestão do financiamento, da capacitação, ou infraestrutura. Por outro lado, o enfoque setorial permite a identificação das necessidades concretas da cadeia produtiva trabalhada no território específico.

A proposta das Rotas na PNDR identifica atividades sustentáveis e inclusivas em todo território nacional, pois a atividade econômica em grande medida define o modelo de ocupação do espaço e as suas consequências. Assim, está em questão o próprio padrão de desenvolvimento econômico regional adotado no país.

A introdução do progresso técnico na agricultura familiar e nos regimes extrativistas tradicionais permite explorar o magnífico potencial de nossa biodiversidade, seja no desenvolvimento de sistemas de produção de alimentos e energia solar na região semiárida, seja no desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e exploração do potencial produtivo da região amazônica.

Em tempo, é de suma importância salienta

que as grandes regiões prioritárias da PNDR, seja a Amazônia Legal ou o Nordeste Semiárido, exigem necessariamente ações inovadoras e criativas para o seu desenvolvimento. Trata-se de territórios ambientalmente sensíveis que não podem ser tratados com base na exploração intensiva de commodities de base agropecuária ou mineral.

Estudos realizados pela Redesist, a partir de demanda realizada na ocasião pelo MI (atual MDR), junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicaram cadeias produtivas estratégicas para a formação de Rotas em todo o país. As cadeias produtivas sinalizadas pela REDESIST foram discutidas e consolidadas junto a todos os estados brasileiros e principais órgãos de fomento a partir de oficinas macrorregionais, realizadas em parceria com as superintendências de desenvolvimento regional (Sudene, Sudam e Sudeco), o BNDES (Macrorregião Sudeste) e o BRDE (Macrorregião Sul).

As oficinas macrorregionais contaram,

6 - O MDA foi extinto ainda em maio de 2016 ao criar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), sendo atualmente a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo integrante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em janeiro de 2019 o MDIC deixou de existir nos moldes antigos, fazendo parte agora do Ministério da Economia como Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais – SECINT. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é resultante da Medida Provisória nº 870 de 1º/01/2019, e oficializada pelo decreto 9.666 de 2 de janeiro de 2019. O órgão foi constituído pela união do Ministério da Integração Nacional (MI) com o Ministério das Cidades (MCid).



QUADRO 2. PROSPECÇÃO DE SETORES PARA ROTAS – REDESIST

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Açaí e Frutos da Amazônia	Mel e Produtos das Abelhas	Leite	Fruticultura	Leite e Laticínios
Piscicultura e Aquicultura	Ovinocaprinocultura	Piscicultura	Cultura e Turismo	Confecções
Biodiversidade da Floresta	Cultura e Turismo	Madeira e Móveis	Moda	Tecnologia da Informação

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)





DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ

Da Amazônia para o Mundo

Os produtos florestais não madeireiros, ou produtos da socio biodiversidade, vêm conquistando cada dia mais espaço nos mercados nacional e internacional, apresentando a diversidade de possibilidades que a floresta em pé pode oferecer. Serviços, produtos e subprodutos provenientes de espécies da Amazônia estão movimentando diferentes setores, desde produtores e extrativistas até indústria e comércio internacional, passando pelas instituições financeiras, de pesquisa, e com capacidade de impactar a economia local, regional e nacional. E nesse novo cenário, destacamos o *açaí* como um forte representante da chamada *bioeconomia*.

Destaca-se nesta publicação o panorama atual do fruto Açaí, da sua produção e comercialização, considerando realizar um diagnóstico sobre os pontos fortes e a necessidade de apoio para o melhoramento de toda a cadeia produtiva, para que sirva como ponto de partida para ações que impulsionem o segmento de forma sustentável.

O AÇAÍ DE TOUCEIRA (EUTERPE OLERACEA MART.)

O açaí de touceira (*Euterpe oleracea* Mart.) – Figura 1, e o açaí solteiro (*Euterpe precatória* Mart.) são palmeiras da família *Arecaceae* que ocorrem de forma espontânea no Brasil. Espécies de clima tropical, quente e úmido, comuns na região amazônica que compõem a diversidade florística das matas de várzea, mas que também são encontradas nas matas de terra firme e nos igapós, e que além de tanto enriquecerem nossa flora tropical, ainda propiciam segurança alimentar para a população da região.

Figura 4. Fotos de *Euterpe oleracea* Mart.


Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, 2018

O *açai de touceira* (*Euterpe oleracea* Mart.), pode ter até 25 troncos (estipes) por árvore que podem alcançar mais de 25 metros, cada um dos quais de 9 a 16 centímetros de diâmetro, formando uma touceira, daí o nome pelo qual é mais conhecido. Ele está presente nos estados do Amapá, Maranhão, Pará, Tocantins e o Mato Grosso, conforme apresentado na Figura 2. Mas rompe as

fronteiras brasileiras apresentando-se também na Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela (Calzavara, 1972; Roosmalen, 1985; Cavalcante, 1991) e Colômbia (Balick, 1986b), inclusive uma distribuição mais ampla, descrita por Henderson & Galeano (1996) que assinalam a presença desta espécie também no Panamá, Equador e Trindade.

 Figura 5. Distribuição geográfica de *Euterpe oleracea* Mart. no território brasileiro.


Fonte: Flora do Brasil - Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2020)

Apesar de apresentar uma distribuição geográfica abrangente, a espécie de *açai de touceira* (*Euterpe oleracea* Mart.), encontra na Amazônia Oriental Brasileira suas maiores áreas ocupadas naturalmente, em especial a região do estuário do Rio Amazonas, o maior rio de água doce do

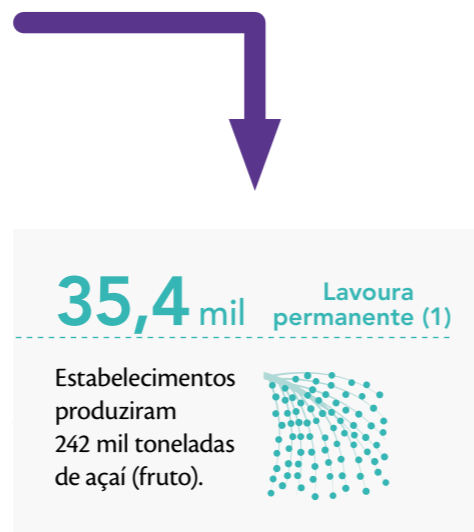
planeta. Essa região é considerada como seu centro de origem e onde se encontram densas e diversificadas populações, ocupando, com maior frequência, terrenos que, em função do fluxo e refluxo das marés, estão submetidos a inundações periódicas (Oliveira et al., 2000).

DIAGNÓSTICO SOBRE A PRODUÇÃO DE AÇAÍ

O último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2017 e publicado

em 2019, aponta o estado do Pará como responsável pela produção de 242 mil toneladas de açaí em 35,4 mil estabelecimentos rurais, ou seja, o maior produtor nacional do fruto.

Figura 6. Resultados Definitivos



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006/2017)

No Pará, os 10 principais municípios produtores de açaí, descritos na Tabela 1, mostra o número de estabelecimentos rurais e o volume em toneladas da produção do fruto. Sendo o estado do

Pará responsável pela extração vegetal de mais de 397 mil toneladas e o município de Curralinho é o maior produtor no estado, representando 29% na quantidade produzida na extração vegetal.

TABELA 1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUTOS DA EXTRAÇÃO VEGETAL E QUANTIDADE PRODUZIDA NA EXTRAÇÃO VEGETAL (TONELADAS).

AÇAÍ (FRUTO)		
Unidade da Federação e Município	Número de estabelecimentos agropecuários com produtos da extração vegetal (Unidades)	Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas)
Curralinho (PA)	2.382	115.724
Cametá (PA)	8.386	44.967
Afuá (PA)	3.701	39.923
Limoeiro do Ajuru (PA)	3.732	22.691
Muaná (PA)	2.094	17.802
Breves (PA)	2.697	17.722
Barcarena (PA)	907	16.144
Ponta de Pedras (PA)	2.085	15.491
Abaetetuba (PA)	2.923	15.316
São Sebastião da Boa Vista (PA)	2.054	13.087
Total no Pará	45.630	397.076

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2017)



Em 2017 foram comercializados, pelo estado do Pará, mais de R\$593,8 milhões em produtos originados do beneficiamento do açaí. Destinados aos mercados nacional e internacional, que consumiram, segundo Pesquisa Agrícola Municipal (PAM, 2017), 136.694 toneladas de polpa, mixes e açaí liofilizado, proporcionando um acréscimo de 14,6% no volume em relação ao ano anterior.

“Como produtos de pesquisa nós temos o CHÁ DE AÇAÍ, uma bebida aromática, PRODUTOS DE HIGIENE, sabonetes de açaí, LICOR DE AÇAÍ e BRIQUETE DE AÇAÍ, utilizando os caroços do açaí para fazer carvão vegetal”

(Tatiana Pará, Professora do IFPA, Campus Castanhal. Coordenadora da equipe de pesquisadores sobre o açaí.)

Considerando que a principal área de ocorrência da espécie está ligada às áreas inundáveis, que sofrem diretamente a influência das marés, o princípio fundiário da atividade extrativista do açaí, que representa a maior parte da produção que chega ao mercado, está ligado ao Art. 20, Título III, Capítulo II da Constituição Federal de 1988, ao declarar que “são bens da União: IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes”. Destaca-se a Instrução Normativa nº. 2 de 27 de julho de 2018 que dispõe sobre os conceitos e os critérios para identificação das áreas de domínio da União, de gestão da SPU, relacionadas justamente aos incisos III, IV, VI e VII do Art. 20 da Constituição Federal supracitada.

Ainda existe muita insegurança jurídica na Amazônia e muito se deve avançar para o conhecimento, georreferenciamento e cadastramento de famílias ribeirinhas para acelerar o processo de regularização fundiária na região. A falta de direitos possessórios sobre a terra é um dos principais fatores excludentes de pequenos produtores e extrativistas não conseguirem acessar políticas públicas como, crédito e fomento para sua produção. No caso do açaí, é comum identificar essa situação.

Devido ao maior volume de produção ser proveniente do extrativismo, presume-se que o principal perfil é do pequeno produtor e extrativista do açaí e está enraizado nos rios e igarapés da Amazônia. Povos ribeirinhos são os habitantes tradicionais das margens dos rios. Vivem com as condições oferecidas pela própria natureza, adaptando-se aos períodos das chuvas, tendo a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência, mas cultivam também pequenos roçados para subsistência, ou seja, consumo próprio, e também podem praticar atividades extrativistas.

DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ

(perfil do produtor, programas de fomento, tecnologias empregadas e evolução dos preços)

PERFIL DO PRODUTOR

Considerando que devido ao maior volume de produção de açaí ser proveniente do extrativismo, presume-se que o principal perfil relacionado é do pequeno produtor

e extrativista enraizado nos rios e igarapés da Amazônia. As populações tradicionais, entre elas os ribeirinhos, foram reconhecidas pelo Decreto Presidencial nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, onde o Governo Federal reconheceu a existência formal dessas populações. No decreto, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, o governo ampliou o reconhecimento que havia sido feito parcialmente, na Constituição de 1988, aos indígenas e aos quilombolas.

Infelizmente, as populações ribeirinhas da Amazônia ainda representam a parcela da população com os menores índices de desenvolvimento, escolaridade, infraestrutura, renda, saneamento, ou seja, são as mais desassistidas no cenário nacional. O território do Marajó, por exemplo, um dos maiores polos produtores de açaí do Brasil, é um dos piores em termos sociais e, segundo dados oficiais, por apresentar o IDH médio de 0,63 de acordo com o IBGE (2010).

Isso significa que para desenvolver a cadeia de valor do açaí, não é suficiente investir em políticas públicas voltadas apenas para questões produtivas, tecnológicas ou comerciais, é imprescindível propor e executar políticas sociais que permitam que essa população, que desempenha papel fundamental no manejo da floresta, também possa alcançar qualidade de vida e ser valorizada por seu trabalho.

PROGRAMAS DE FOMENTO

Com o objetivo de estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva do açaí, criaram-se diversos programas de fomento nas diferentes esferas governamentais. Desde a capacitação e organização de produtores/extrativistas, até o emprego de tecnologias visando a melhoria da qualidade do açaí e seus produtos derivados. O próprio programa Rotas de Integração Nacional – Rota do Açaí, é exemplo da estratégia de promoção de redes de arranjos produtivos locais que incentivam a inovação, competitividade e lucratividade, dentro das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O Banco do Brasil possui uma estratégia comercial que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o banco está presente. A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS que, por meio da mobilização de agentes, presta apoio para atividades produtivas. Ele também é uma das instituições financeiras gerenciadoras dos recursos do Plano Safra, do Governo Federal, que apoia a agricultura e pecuária no país, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o qual possui linhas de crédito que são especialmente direcionadas a culturas como o açaí. A linha PRONAF Floresta, por exemplo, oferece crédito para investir em sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, incluindo os custos relativos à implantação



e manutenção do empreendimento, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal. O Plano Nacional da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2010), sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente, do então Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, foi lançado em julho de 2009, e também é uma política nacional importante para a cadeia de valor do açaí. Seu objetivo principal é desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. No escopo das ações do plano, o açaí foi incluído na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, um instrumento de sustentação de preço sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também são importantes políticas para a cadeia de valor do açaí, uma vez que se trata de um dos produtos incluídos nas listas de compra institucional pelo governo federal, fazendo parte das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio dessa iniciativa, agricultores, extrativistas, cooperativas e associações podem vender seus produtos para órgãos públicos. A nível estadual, no Pará, temos o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí - PRÓ-AÇAÍ, que é protagonizado pelo Governo do Estado do Pará através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Agropecuário e da Pesca – SEDAP, e visa contribuir efetivamente com o aumento da produção do açaí, através da melhoria do manejo e enriquecimento dos açaizais situados nas regiões de integração produtoras do Marajó e Baixo Tocantins, além da massificação da implantação e manejo de açaizeiros irrigados em áreas de terra firme, dando ênfase, principalmente, ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, e assegurando também, a conservação ambiental.

O Centro de Referência em Manejo de Açaizais no Marajó – MANEJAÍ, possui a missão de contribuir para o manejo sustentável da biodiversidade, assegurando os modos de vida das comunidades tradicionais, gerando renda e melhorando a qualidade de vida. Sua visão é ser referência na geração e socialização de informações, contribuindo para inovação e sustentabilidade da produção de açaí no Marajó. Essa iniciativa nasceu da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por meio do Projeto Bem Diverso, que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável em Territórios da Cidadania pelo uso sustentável da biodiversidade.

Já foram capacitados mais de 600 agentes multiplicadores em manejo de mínimo impacto de açaizais nativos, a maioria são técnicos de instituições de assistência técnica e extensão rural, líderes comunitários e professores que moram nas comunidades, mas não estão no mercado de trabalho.

TECNOLOGIAS EMPREGADAS

O principal desafio para alavancar a produção de açaí na região amazônica consiste em desenvolver tecnologias aplicáveis em diferentes contextos ambientais e sociais. Assim, apresentamos iniciativas em diferentes fases da cadeia que possuem um único objetivo: melhorar a qualidade desde o ambiente onde é produzido, até o produto final consumido. Para o manejo sustentável do açaí, entendendo que a maior parte de sua produção está localizada em áreas de vegetação nativa com ocorrência natural da espécie e condições climáticas favoráveis, a EMBRAPA Amapá desenvolveu um Guia Prático para Manejo de Açaizais (2001) para produção de frutos, que está com 2ª edição revisada e ampliada, em vistas de publicar uma 3ª edição mais atualizada. A proposta é divulgar técnicas de manejo de mínimo impacto, promovendo o aumento da produção de frutos de açaí, a manutenção da diversidade da floresta e a redução entre os períodos de safra e entressafra.

Já para aumentar a produção e produtividade do açaí, a EMBRAPA Amazônia Oriental desenvolveu o BRS Pará, o açaí de terra firme (plantado), que se trata de espécies selecionadas que atingiram um refinamento de características positivas e vantagens, quando comparadas com açaís nativos, gerando frutos com maior rendimento de polpa e palmeiras que estão aptas a produção a partir dos três anos e meio de idade. Produzindo em entressafras e se

apresentando como possível solução para o desafio da sazonalidade típica do açaí. Mais recentemente, em novembro de 2019, foi lançada uma nova variedade de açaí recomendado para cultivo em terra firme com irrigação, o BRS Pai D'Égua.

Para a colheita, estão sendo desenvolvidos maquinários que evitam a subida de pessoas para retirada dos cachos. O que feito de forma insegura, pode ocasionar acidentes no trabalho extrativo, assim, há a máquina colheitadeira ou “busca cacho”, que já está patenteada e pode ser adquirida em sites de compra on-line. Há também, para a debulha, duas possibilidades de diminuir o emprego de força física na retirada de frutos dos cachos, a “garra”, que consiste em uma peça metálica que passa pelos cachos, como um pente, retirando os frutos. Outra opção é a debulhadora automatizada, sustentável, que funciona movida a energia solar e pode ser desmontada, facilitando o transporte até áreas remotas de coleta do fruto. Esta última tecnologia, inclusive, foi premiada na primeira edição do Prêmio Elos da Amazônia, com o tema açaí.

No beneficiamento, podemos citar o Programa Estadual de Qualidade do Açaí – PEQA, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP do Governo do estado do Pará. Este programa envolve 14 instituições, de natureza pública e privada, tendo como objetivo a introdução de boas práticas em toda a extensão da cadeia produtiva (produção, transporte, comercialização, fabricação artesanal e industrial), de modo a garantir padrão de qualidade do produto.

Outra ação de destaque, de natureza tecnológica, refere-se ao desenvolvimento de um equipamento denominado “Tanque de Branqueamento”, esse equipamento, em aço inox, é uma inovação no processo feito de forma artesanal, o qual consiste no aquecimento do fruto do açaí a uma temperatura de 80º (oitenta graus centígrados). Este aquecimento tem como objetivo inativar enzimas, fixar cor, remover gases dos tecidos, além de diminuir a carga microbiana, eliminando a possibilidade de contaminação pelo *Trypanosoma cruzi*, transmissor da Doença de Chagas, sem que haja alteração das propriedades organolépticas do produto. Dentre as características do equipamento destacam-se as reduzidas dimensões, simplicidade de operação e baixo custo.

Evolução dos preços

Dos alimentos processados que contêm açaí e lançados no mercado mundial nos últimos 5 anos, 22% são representados por sucos, 12% bebidas energéticas e esportivas, 9% lanches, 7% sobremesas e sorvetes, 5% na categoria láctea e 3% em doces e balas (EMBRAPA, 2016).

Porém, o preço a ser pago no mercado local e regional pelo litro de polpa, como é tradicionalmente consumido, subiu exponencialmente nos últimos anos, sendo consequência da importação da fruta para fora da região. A maior flutuação de valores, dentro da cadeia do açaí, pode estar logo em seu início, ou seja, no preço que é pago ao produtor/extrativista na fruta in natura. Devido às limitações logísticas para

escoamento da produção, um ator muito conhecido nessa cadeia, o “atravessador” entra como a figura que facilita a chegada da produção de açaí aos grandes centros de consumo local e nos portões das indústrias de processamento.

A sazonalidade também é um fator fundamental para que os preços flutuem, a ponto de triplicar no período conhecido como entressafra. A safra de açaí, geralmente, está concentrada nos meses de setembro a dezembro e a entressafra de janeiro a agosto. Existem muitas variações locais, uma mesma comunidade ribeirinha pode ter açaí de um lado do rio, em determinada época do ano, e não ter do outro lado, onde a produção pode vir a ser coletada no período seguinte. Apesar dos avanços em tecnologias de melhoramento genético e boas práticas de manejo, a produção do açaí ainda não está distribuída de forma regular ao longo dos meses no ano.

De acordo com a pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese/PA, o preço do açaí em polpa, comercializado em feiras livres, supermercados e outros pontos de venda pela cidade de Belém/PA, apresentou reajuste nos primeiros meses do ano de 2020, em mais de 20%, contra uma inflação de 0,06% (INPC/IBGE), no mesmo período, ou seja, a alta acumulada no preço do produto foi bem superior à inflação. Isso reforça que o movimento entre oferta e demanda, proveniente da entrada do açaí nos mercados nacional e internacional, tem dificultado o acesso da população regional que historicamente produziu e consumiu a fruta desde sempre.

Como já citado, o preço do açaí, em sua grande parte, é determinado por períodos de safra e entressafra nos estados, contudo, existem eventos específicos que podem gerar significativa variação de preço entre cidades próximas do mesmo estado e mesmo em distintos locais de compra.

A seguir, apresentamos a tabela que mostra a variação do preço pago ao produtor entre julho de 2018 e 2019, e o preço entre junho e julho de 2019 para os seis estados onde a CONAB (2021) realizou a coleta de preços.

TABELA 5. PREÇO PAGO AO PRODUTOR/EXTRATIVISTA DE AÇAÍ (R\$/KG). FONTE: ANÁLISE MENSAL CONAB.

UF	Julho/18	Junho/19	Mês atual			
			Julho/19	%	%	Preço
Pará	2,55	4,32	3,83	-11,34	50,2	1,63
Amazonas	1,91	1,20	1,24	3,3	-35,1	1,63
Maranhão	2,83	3,57	3	-15,97	6	1,63
Amapá	0,94	1,68	1,56	-7,14	65,9	1,63
Rondônia	2,0	2,1	1,9	-9,5	-5	1,63
Acre	1,25	1,27	1,25	-1,5	0	1,63

Fonte: Conab (2021). Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-acai>

DIAGNÓSTICO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

O estado do Pará é apontado como responsável pelo fornecimento de 95% do fruto no país. Também produz mais de 1,2 milhão de toneladas do fruto por ano, o que representa US\$ 1,5 bilhão injetados na economia paraense, de acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Frutas e

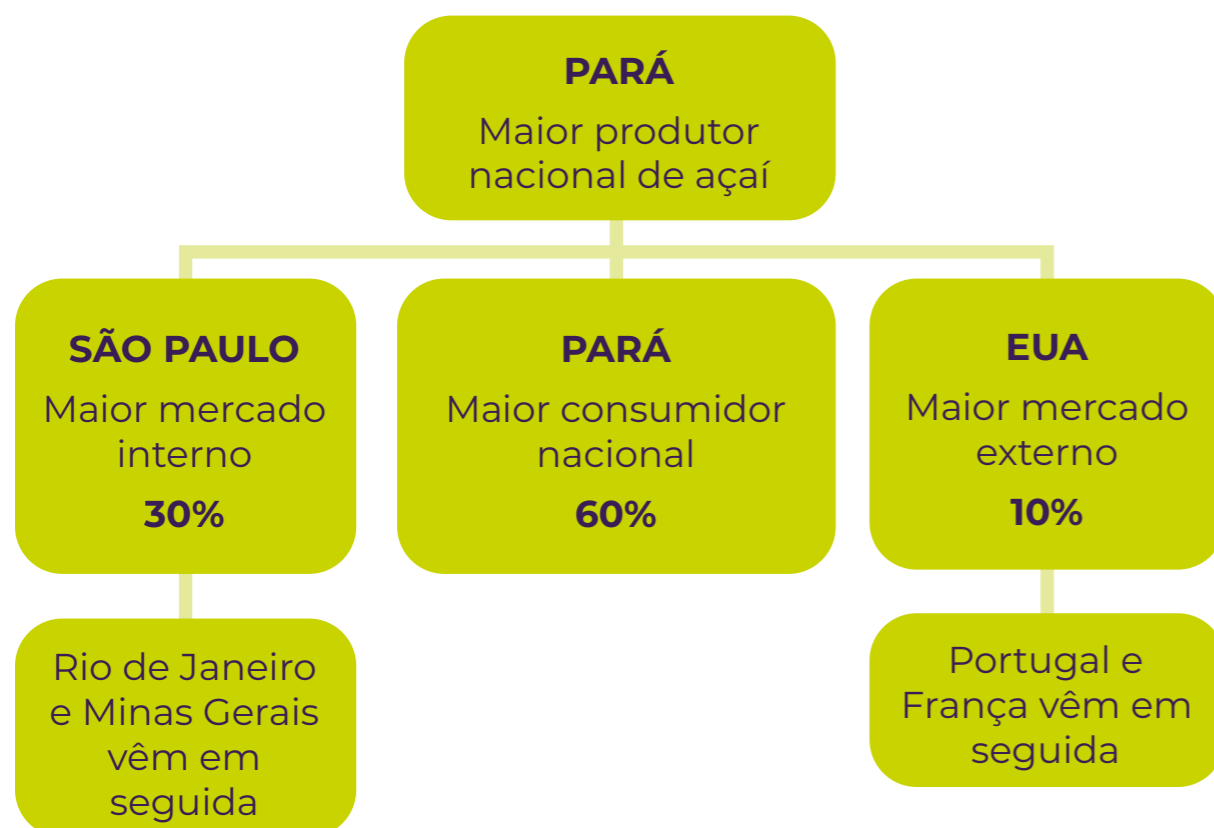
Derivados (Sindifrutas).

Trabalhando com uma média estimada na variação de valores apresentados pelos dados oficiais, apresentamos na Figura 4 um diagrama que mostra a distribuição da produção de açaí do estado do Pará para o mercado regional. Considerando o consumo da população local que abrange 60% do total produzido, para o mercado interno, os estados da região sudeste são

os maiores consumidores, depois do Pará, e representam 30% do total de produção. Já para o mercado externo, o EUA, mesmo tendo diminuído o volume total exportado, ainda continua sendo o maior mercado fora

do Brasil, seguido por Portugal e França, que hoje substituem o Japão e a Austrália, como os segundo e terceiro países, consecutivamente, com maior volume de exportação de açaí.

Figura 7. Distribuição da Produção de Açaí do estado do Pará para o Mercado Regional.



Fonte: Organograma elaborado pela autora com dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca (Sedap), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2019)

O Brasil é historicamente conhecido como fornecedor de matéria-prima para o restante do mundo, seja pela riqueza e abundância em recursos naturais, ou pelo baixo grau de industrialização e tecnologia que o país apresenta. Na cadeia de valor do açaí não é diferente, pois fornecemos basicamente a polpa do fruto, um produto semielaborado dentro da cadeia, e com isso, não apresentamos o valor agregado que poderíamos.

Por outro lado, existem iniciativas promissoras, como o rastreamento da produção do fruto desde o produtor até o consumidor final, por meio de QR Code, desenvolvido por Professor / Pesquisador da UFPA e neste momento em fase implementação num Projeto Piloto na Rota do Açaí

O Pará possui mais de cem empresas que

comercializam o fruto, o que representam mais de 1,2 milhão de toneladas do fruto. Esse montante chega a injetar na economia paraense algo em torno de US\$ 1,5 bilhão, porém, esse valor é equivalente a apenas 3% do Produto Interno Bruto - PIB do estado, segundo dados do Sindfrutas.

Ainda são necessárias ações do estado que promovam maior interesse e fixação das indústrias dentro do território amazônico. A exemplo do estado do Pará, que por meio do Decreto n.º 1.522 de 01/04/2016, concede uma série de incentivos às empresas que verticalizem e agreguem valor ao açaí, em território paraense (Brasil, 2016a). Também foram assinados protocolos de intenções pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia e quatro empresas que beneficiam o açaí, a fim de oficializar o compromisso de verticalizar a produção.

Segundo a Agência Pará do Governo do Estado, as empresas beneficiadas são: a Amazon Wonderfoods e a Argus, que estão se instalando em território paraense para beneficiar a polpa de açaí, produzindo sorvete, energético e até açaí em pó; e a Bela Iça Polpas de Frutas, Indústria e Comércio Ltda. e a Polpas São Pedro, que já atuam no Pará com produção de polpa e pretendem ampliar suas linhas de produção.

Com o potencial produtivo da região que detém a maior parte de produção dos frutos de açaí, aliado ao processo de verticalização da indústria, dificilmente haverá competição no mercado nacional e internacional para esses produtos. Além disso, a crescente demanda por açaí e seus derivados poderá ser equilibrada

com a oferta, a qualidade da produção e a movimentação econômica que pode ser gerada com essa consolidação de uma cadeia de valor forte, organizada e assistida. Esses são passos importantes para transformar a cadeia de valor do açaí na região.

Exportar a polpa, simplesmente, gera menos emprego do que beneficiar o açaí no próprio estado e então comercializar já produtos derivados do fruto, com possibilidade de agregação de valor e geração de renda, sendo importante manter estratégias de atração de negócios, mostrando que a concessão de incentivos pode parecer, de imediato, que o estado está renunciando recursos financeiros, mas que significa mais emprego, mais renda e mais impostos sendo gerados.

Os incentivos fiscais são somente para empresas que verticalizem de fato a produção do açaí, investindo na industrialização e ampliação da linha de produtos a partir da polpa do fruto. É preciso transformar a indústria da polpa do açaí, que se tem hoje no Pará, numa indústria verticalizada. O fruto que tem a identidade do Pará pode gerar emprego e renda para a região.

A maior flutuação de valores dentro da cadeia do açaí pode estar, logo em seu início, no preço que é pago ao produtor/extrativista na fruta *in natura*. Devido as limitações logísticas para escoamento da produção, um ator muito conhecido nessa cadeia, o “atravessador” entra como a figura que facilita a chegada da produção de açaí aos grandes centros de consumo local e nos portões das indústrias de processamento.

A sazonalidade também é um fator



fundamental para que os valores de preço flutuem a ponto de triplicar no período conhecido como entressafra. A safra de açaí, geralmente, está concentrada nos meses de setembro a dezembro e a entressafra de janeiro a agosto. Existem muitas variações locais, uma mesma comunidade ribeirinha pode ter açaí de um lado do rio, em determinada época do ano, e não ter do outro lado, onde a produção pode vir a ser coletada no período seguinte. Apesar dos avanços em tecnologias de melhoramento genético e boas práticas de manejo, a produção do açaí ainda não está distribuída de forma regular ao longo dos meses no ano.

De acordo com pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE/PA (2021), o preço do açaí em polpa, comercializado em feiras livres, supermercados e outros pontos de venda pela cidade de Belém/PA, apresentou reajuste nos primeiros meses do ano de 2020 em mais de 20%, contra uma inflação de 0,06% (INPC/IBGE) para o mesmo período, ou seja, a alta acumulada no preço do produto foi bem superior à inflação. Isso reforça que o movimento entre oferta e demanda proveniente da entrada do açaí nos mercados nacional e internacional, tem dificultado o acesso da população regional que historicamente produziu e consumiu a fruta desde sempre.

As variações do preço do açaí, em sua grande parte, são determinadas por períodos de safra e entressafra nos estados, contudo, existem eventos específicos que podem gerar significativa variação de preço

entre cidade próximas do mesmo estado e mesmo em distintos locais de compra.

Fazer uma análise precisa da situação do comércio exterior do açaí é uma tarefa difícil, pelo fato de que os registros das exportações de polpa até dezembro de 2016, contidos no banco de dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2016), maior fonte acessível para a pesquisa, foram feitos de forma conjunta com outras frutas e sucos de frutas, cujos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, são:

- 20098990 – Sucos (sumos) de outras frutas, não fermentados, sem adição de açúcar;
- 20089900 – Outras frutas, partes de plantas, preparadas/conservadas de outro modo até frutas não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, mesmo adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes;
- 20099000- Mistura de sucos (sumos), não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar ou outros edulcorantes; e
- 08119000 - Outras frutas não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, mesmo adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes.

Apenas com a publicação da Resolução n.º 4 da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), de 26 de janeiro de 2016, fica mais acessível os dados, haja vista que a polpa de açaí recebeu a NCM própria, 2007.99.21 – Purês de açaí (Brasil, 2016b). Ressalta-se que,

apesar dessa mudança, durante o ano de 2016, os registros continuaram sendo feitos usando as nomenclaturas aplicadas às frutas e aos sucos em geral.

Considerando esse conjunto de frutas e polpas e sucos de frutas, o estado do Pará, por exemplo, exportou, no período de 2010 a 2016, para 33 países, um total de 30.013,5 toneladas, no valor de US\$ 107.947.735 (MDIC, 2017).

O açaí é o produto de maior peso, haja vista que, confrontando-se o total da exportação de polpa de açaí (SEDAP, 2016) com o total das exportações de frutas e sucos de frutas do Estado do Pará (MDIC, 2017), referentes aos anos de 2013 e 2014, a participação média da polpa foi de 87%.

“Eu estava justamente esperando a Rota do Açaí, porque a maioria daqui quer investir no Açaí e no Cupuaçu. A gente tem a riqueza na mão, a terra é pra plantar, não é pra olhar.”

(Laura Maria Gomes Ferreira, produtora)

Mesmo diante desses dados que mostram como o Brasil é um grande produtor e exportador de açaí, existem fatores que tornam o açaí, produzido no Brasil, pouco competitivo no mercado internacional e que precisam urgentemente de apoio para modificar essa situação, aqui diagnosticamos alguns desses fatores, como:

I. Falta de certificação da origem do produto:

É importante pois os mercados consumidores, principalmente

internacionais, tendem a aumentar suas exigências quando se trata de produtos provenientes da floresta, onde a garantia de práticas sustentáveis na extração, beneficiamento e comercialização desses produtos seja transparente. A consciência ambiental vem se tornando um fator preponderante na escolha de produtos de consumidores do mundo todo e o apelo de ser um produto da Amazônia transforma o açaí em vitrine para outros produtos da floresta que começam a alcançar mercados internacionais.

II. Processo de beneficiamento que não possibilita a rastreabilidade ao consumidor final:

A rastreabilidade do produto é importante pois permite que o consumidor entenda e acompanhe o caminho que o fruto faz, desde quando é colhido em cachos por extrativistas nas margens de rios e igarapés, até chegar na prateleira do supermercado. Além disso, essa transparência gera maior segurança fitossanitária para a indústria meio e consumidores finais, já que estamos tratando de um alimento que necessita seguir regras sanitárias, cuja rastreabilidade, a partir de novas tecnologias, é capaz de permitir o monitoramento.

É o caso do projeto piloto baseado em nanotecnologia e QR CODE, que está em fase de implementação na Rota do Açaí – Polo Baixo Tocantins. Uma parceria entre MDR e a Universidade Federal do Pará – UFPA, que visa o desenvolvimento de um sistema que permite a rastreabilidade do fruto, desde sua extração, transporte e



beneficiamento. A proposta é imprimir na embalagem do produto final uma marca, em QR Code, que ao ser escaneada será possível identificar todos os caminhos do fruto.

III. Poucas políticas públicas para organizar, orientar e desenvolver de forma igualitária todos os elos da cadeia:

A existência de poucas políticas públicas que regulam a cadeia produtiva do açaí gera um ambiente fortemente informal nas relações comerciais, cuja predominância se faz de atores intermediários que afastam elos fundamentais como, produtores/extrativistas e indústria beneficiadora. Aqui se fazem necessárias ferramentas que proporcionem segurança técnica, jurídica e comercial para que esses elos possam estabelecer uma relação direta, o que proporcionará ganhos significativos em qualidade e quantidade para ambas as partes, gerando também melhoria nos preços praticados e na qualidade do produto final.

IV. Baixo investimento em ciência e tecnologia:

Este também é um fator importante a ser analisado, pois existem outras culturas de interesse nacional para as quais diversas instituições, públicas e privadas, desenvolveram programas e até autarquias específicas, no intuito de acelerar o desenvolvimento dessas cadeias.

No caso do açaí, produto ainda majoritariamente extrativo, é necessário desenvolver conhecimento técnico e

promover sua aplicabilidade para suprir dois grandes pontos, a saber: a garantia da sustentabilidade da atividade, onde a capacidade de exploração não seja ultrapassada, entendendo que o açaí é uma espécie que fornece alimento para outras espécies da fauna que compõem o ecossistema natural de várzea; e, a garantia da manutenção da biodiversidade, haja vista que a grande procura do mercado pelo açaí pode alterar a composição da paisagem ao eliminar outras espécies menos demandadas pelo mercado, mas que possuem sua função ecológica dentro do ecossistema para ampliar o campo das pesquisas relacionadas ao fruto, no intuito de dominar toda a cadeia. Ou seja, uma série de desafios que precisam ser melhor trabalhados para garantir um processo de verticalização da cadeia dentro da região produtora de matéria-prima.

Ampliar o campo das pesquisas relacionadas ao fruto, é fundamental para que a geração de conhecimento e tecnologia possam ser aplicados por meio de parcerias, com universidades e demais instituições, capazes de promover uma proposta de atividade extrativista e tecnológica. Além disso, que respeite conhecimentos de povos e populações tradicionais, sua relação com a floresta, o equilíbrio entre flora e fauna de espécies diversificadas e que promova a geração de renda com desenvolvimento.

A competitividade está atrelada, também, a capacidade de agregar valor ao produto ainda dentro de seu território, ampliando todos os benefícios que podem ser gerados a partir de uma cadeia produtiva organizada e fortalecida. A verticalização da produção dentro da Amazônia pode e deve ser um ponto amplamente incentivado

por políticas públicas e parceria público-privada, dando a chance de o açaí dar início a um novo ciclo de produtos amazônicos extrativos, que não entram em declínio por falta de renovação tecnológica, como foi o caso da borracha.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

A grande maioria de produtores/extrativistas estão abaixo da linha da pobreza, vivendo em situações extremas de miséria, sem acesso às estruturas básicas do Estado e possuem baixo nível de instrução e organização social. Por este motivo, políticas sociais de inclusão e garantias de direitos básicos devem ser premissa das ações a serem desenvolvidas.

Muitos produtores/extrativistas ainda não possuem sequer o direito possessório sobre a propriedade na qual trabalham, não porque a lei não os ampara, mas pela dificuldade de articulação entre os órgãos responsáveis pela regularização fundiária.

Poucos produtores/extrativistas possuem conhecimento e acesso às informações referentes a cadeia de valor do açaí em si, pois muitas vezes apenas entregam sua produção aos intermediários, que dominam

a cadeia devido à baixa organização social, a dificuldade logística de escoar a produção e a falta de assistência técnica e extensão rural que permitam o melhor posicionamento dentro da cadeia com valorização e agregação de valor ao seu produto.

Devido esse quadro de insuficiências e ao fato de o produto ser altamente perecível, sua qualidade vai sendo perdida ao longo da cadeia, incluindo-se grandes riscos sanitários. É necessária uma estrutura que permita que os frutos/polpa possam chegar aptos para o processo de beneficiamento nas indústrias.

A sazonalidade da oferta, por se tratar ainda de um produto da socio biodiversidade que depende de safra para ter um volume maior de produção disponível para indústria e mercado, também é um desafio que pode ser vencido com pesquisa, transferência de tecnologia e fomento para a atividade produtiva.

É necessário equilibrar o aumento da demanda com a oferta, lembrando que o açaí é um importante componente da alimentação da população local/regional, e que a base da segurança alimentar não deve se transformar em artigo “de luxo”, mas continuar a ser acessado pela população.



ROTA DO
AÇAÍ

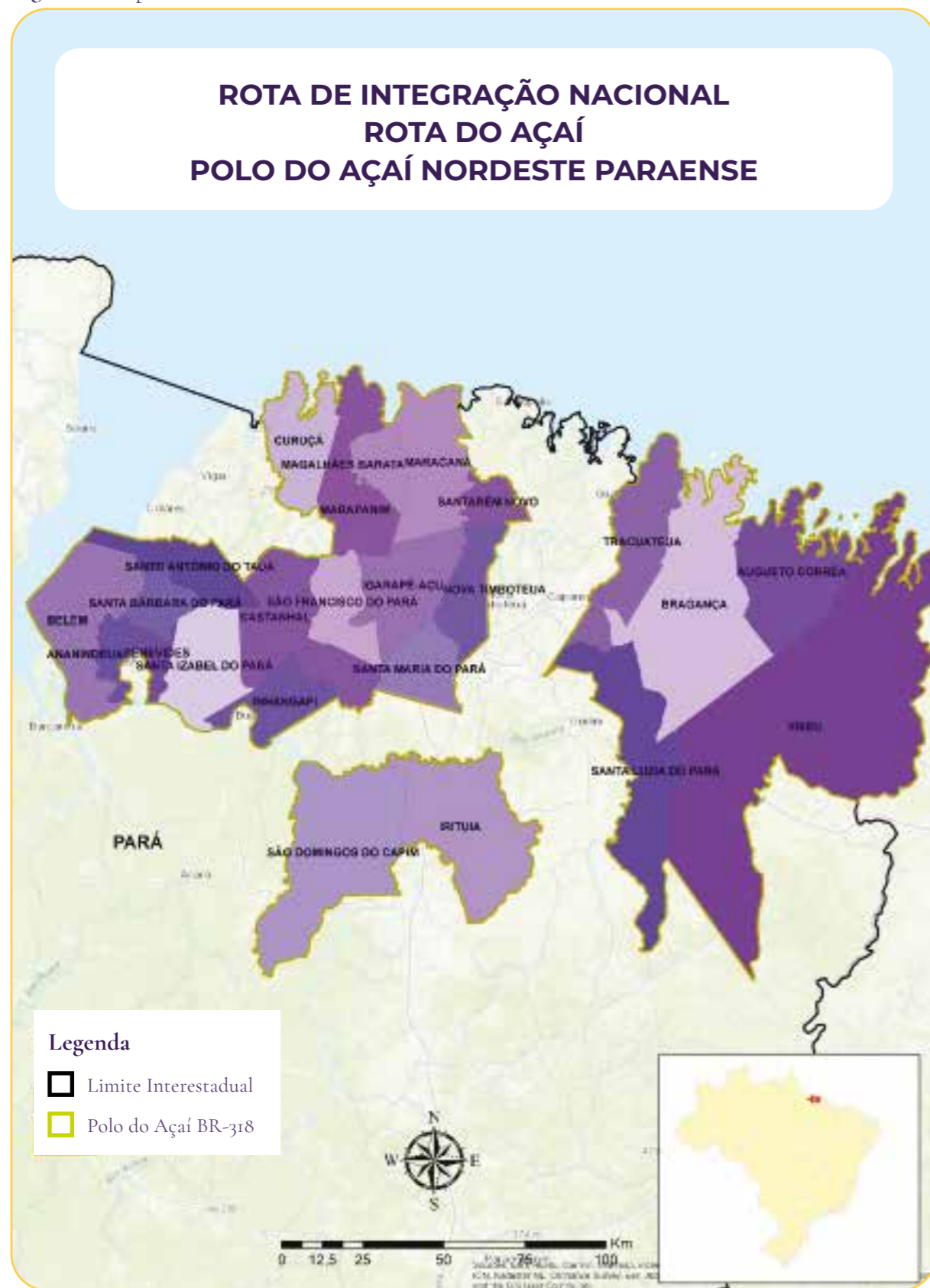
OFICINAS DE PLANEJAMENTO DOS POLOS DA ROTA DO AÇAÍ

**CADA POLO DA ROTA DO AÇAÍ REALIZOU SUA OFICINA
COM O SEGUINTE ROTEIRO:**

- Apresentação dos participantes;
- Revalidação do nome do Polo;
- Abrangência do Polo;
- Visão de futuro do Polo;
- Apresentação do diagnóstico da Cadeia Produtiva do Açaí;
- Matriz SWOT/FOFA;
- Carteira de Projetos; e
- Identificação da governança do Polo.

Polo Nordeste Paraense

Figura 8. Mapa do Polo Nordeste Paraense - PA.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

Apresentação

Denominado Polo Marajó, possui abrangência de 11 municípios, a saber: Ananindeua, Augusto Correa, Belém, Benevides, Bragança, Castanhal, Curuçá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Inhamituba, Irituia, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Nova Timboteua, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Tracuateua e Viseu.

O Polo Nordeste Paraense possui uma grande concentração de indústrias beneficiadoras de açaí com empresas que trabalham desde o despolpamento até a verticalização, comercializando produtos para consumo no mercado interno e externo.

Visão de futuro do polo

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do açaí, os participantes da oficina foram convidados a validar, de forma conjunta, a visão de futuro do Polo Nordeste Paraense. A visão de futuro chancelada e acordada pelas discussões da Oficina ficou definida como:

“Ser referência na produção sustentável do açaí e derivados, por meio do fortalecimento da cadeia produtiva e integração de ações públicas e privadas promovendo o desenvolvimento regional e a valorização socioeconômica e ambiental da agricultura familiar e agroindústria”.

Matriz Swot / Fofa

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no quadro 1, a matriz deste polo.

QUADRO 1. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO NORDESTE PARAENSE

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Casa do Açaí;</p> <p>A atividade de produção de açaí é tradicional e cultural;</p> <p>Parte dos ribeirinhos têm seus transportes (rabetá, etc.) para escoar sua produção;</p> <p>Grandes reservas de açaizais (possíveis de manejo) com produção orgânica e agroecológica;</p> <p>Áreas vocacionadas para o cultivo de forma produtiva em várzeas e terra firme;</p> <p>Mercado estabelecido e cativo;</p> <p>Adoção de boas práticas por parte de produtores e batedores artesanais;</p> <p>Existência de fornecedores de máquinas e equipamentos para beneficiamento do açaí artesanal;</p> <p>Produto atrativo e de qualidade por seu sabor, cor e valor nutricional;</p> <p>Valorização do batedor que realiza as boas práticas de processamento do produto;</p> <p>Preferências por novos sabores e misturas de sucos tropicais e outros usos (artesanato, biojóias, etc.).</p>	<p>Manejo inadequado dos açaizais;</p> <p>Mão de obra informal e sazonal;</p> <p>Uso de mão de obra infantil contratada no período da safra;</p> <p>Alta perecibilidade do fruto com perda de qualidade ao longo da cadeia produtiva e risco sanitário;</p> <p>Informalidade dos produtores que não emitem NF;</p> <p>Defasagem significativa para acompanhar o crescimento da demanda;</p> <p>A falta de manejo adequado leva a uma baixa produtividade do açaí de várzea;</p> <p>Falta de informação da quantidade real de batedores e atuação de muitos batedores sem licença;</p> <p>Possibilidade de contaminação de polpa pelo <i>Tripanossoma</i> <i>Cruzi</i>;</p> <p>Falta de controle na saída do açaí;</p> <p>Perda da qualidade do produto ao longo da cadeia produtiva;</p> <p>Não cumprimento das boas práticas por boa parte dos produtores e batedores artesanais e industriais;</p> <p>Falta de políticas públicas para recolhimento e destinação dos resíduos;</p> <p>Existência de poucas centrais de comercialização;</p> <p>Obstrução dos rios, furos e igarapés por troncos de galhos caídos de árvores, dificultando o acesso às áreas de plantio;</p> <p>Precariedade de portos e entrepostos e inexistência em alguns pontos;</p> <p>Pouca organização dos produtores, empresários e batedores para o fortalecimento da cadeia produtiva para ir a busca de mercado justo (com comercialização de forma isolada predominantemente), fazendo com que se percam mercados como o PNAE e PAA;</p> <p>Baixa regularização fundiária dificultando o acesso ao crédito rural e gerando conflitos sobre a propriedade da terra;</p> <p>Homogeneização das paisagens;</p> <p>Inadimplência dos produtores gerando dificuldades de obtenção de crédito rural.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento dos resíduos do açaí; • Possibilidade de implantação de sistemas agroflorestais – SAFs; • Reconhecida como uma atividade sustentável; • Áreas de plantação de terra firme em expansão; • Existência de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal para fomento das pesquisas e capacitações de técnicos e produtores; • Difusão de tecnologias de beneficiamento que lhe preservam a qualidade e facilitam o transporte e armazenagem – secagem e liofilização; • Marco regulatório criado para o processamento do açaí; • Existência de pesquisas e programas de melhoria em relação ao processamento e propriedades do produto; • Atende a necessidade da sustentabilidade socioambiental; • Apelo mundial da marca “produto da Amazônia”; • Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (merenda escolar) e PNAE; • Existência do programa Luz para Todos; • Convergência de esforços para o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí (governos federal, estadual e municipal); • Existência do programa PARÁ 2030; • Recursos institucionais (emendas parlamentares); • Existência de linhas de crédito para cadeia do açaí; • Existência de incentivos fiscais estaduais específicos para verticalização da cadeia do açaí. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de convênios para os serviços de ATER; • ATER sem padronização e desarticulada; • Insuficiência de pesquisa e pouca articulação entre fomento, pesquisa, tecnologia, capacitação, assistência técnica e produtor; • Pouca divulgação das pesquisas realizadas pela Embrapa; • Pouca pesquisa e tecnologia disponíveis para a cultura do açaí; • Pouca destinação de recursos específicos; • Pouca disponibilidade de mudas de boa qualidade próximas às áreas de produção; • Pouca abrangência e adoção do selo específico de qualidade; • Pouco incentivo na verticalização da cadeia produtiva do açaí para agricultura familiar; • Pouco apoio para atuação da vigilância sanitária (municípios) e fiscalização sanitária (MAPA e ADEPARÁ); • Pouca atuação institucional para a infraestrutura das feiras (higiene e limpeza); • Incidência de doenças de chagas e falta de conhecimento da população dos perigos de contaminação; • Poucos fornecedores de máquinas e equipamentos para indústria de beneficiamento de açaí; • Exigência de pasteurização para o PAA e PNAE inviabiliza o fornecimento de batedores artesanais para os programas. Não aceita açaí que passa pelo processo de branqueamento; • Pouca disponibilidade de água de boa qualidade; • Alto custo e baixa qualidade da energia elétrica para o setor industrial; • Pirataria nos rios; • Dificuldade de escoamento da produção em razão da infraestrutura precária da região; • Desarticulação dos órgãos responsáveis pela regularização fundiária; • Falta de Revitalização Ambiental; • Alta burocracia para o licenciamento ambiental, travando acesso ao crédito (documentação ex. outorga de uso da água, SICAR) e até mesmo para fazer o manejo florestal; • Desarticulação de políticas públicas atuantes na cadeia produtiva do açaí; • Insuficiência de orientação para utilização do crédito (Microcrédito Produtivo Orientado); • Problemas de acesso ao crédito, em função do município estar sempre em situação de inadimplência, para aquisição de insumos e irrigação • Alíquota do ICMS elevada.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

Carteira de projetos

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do polo, apresentada no quadro 2, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 2. CARTEIRA DE PROJETO DO POLO NORDESTE PARAENSE

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	1. Insumos (material genético, mudas, sementes, etc.)	Criação de um Banco de Sementes.	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
		Criação de um Viveiro de Mudas (contemplado no TED com IFPA Castanhal, porém, o volume não consegue atender a demanda de todo o território, pois faz parte de uma estratégia de laboratório pedagógico).	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
		Disponibilização de material botânico próximo ao produtor, por meio de Associações.	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
	2. Equipamentos (ferramentas para plantio, manejo e colheita)	Aquisição de Patrulhas Mecanizadas para os Municípios integrantes do Polo Açaí Nordeste Paraense.	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
		Aquisição e Desenvolvimento de novas Colheitadeiras de Açaí.	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
		Aquisição de veículos para o transporte da produção (um caminhão para cada município integrante do Polo Nordeste Paraense).	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
	3. Pesquisa e Desenvolvimento	Desenvolvimento de Pesquisas de adubação e irrigação na cultura do açaí.	Embrapa, Universidades.
		Desenvolvimento de Estudos Pedológicos.	Embrapa, Universidades.
		Desenvolvimento de Pesquisas nas áreas de Entomologia e fitopatologia.	Embrapa, Universidades.
		Definição da produção atual e potencial do Polo Nordeste Paraense para atendimento futuros de agroindústrias e políticas públicas.	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, IDEFLOR.
	4. Certificação do Regime de Produção - Protocolos de cultivo	Desenvolvimento de modelos / protocolos para certificação orgânica do açaí (possibilidade de vincular com outras frentes de trabalho).	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais de Agricultura, Senar e Emater (Convênio com Embrapa).
	5. Formação, capacitação e ATER	Capacitar Técnicos e Agricultores para manejo de açaí irrigado e não irrigado (Pró-Açaí).	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais De Agricultura, Senar - Emater (Convênio com Embrapa).

1 - A DAP foi prorrogada até 30/06/2022 e após essa data novos cadastros deverão ser realizados apenas pelo CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em Dezembro de 2021.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento. Fortalecimento de redes e canais de comercialização. Desenvolvimento de sinais distintivos.	1. Estruturas de Beneficiamento e Branqueamento	Instalação do Programa “Casas do Açaí” em municípios estratégicos dentro do Polo (Belém, Ananindeua e Castanhal já possuem Casa do Açaí).	SEDAP, Secretarias Municipais de Agricultura e Sesma.
	2. Boas práticas e capacitação	Capacitação e Boas Práticas em manejo de beneficiamento de açaí (PAS - Programa Alimento Seguro, Açaí).	Senar, Sebrae, Prefeituras Municipais e SESMA.
		Criação do selo de identificação e qualidade para os batedores artesanais do Polo.	Universidades, Prefeituras Municipais, Anvisa/Sesma, Sebrae, Senar, Senac, Senai (unidade móvel de branqueamento).
		Divulgação aos consumidores da importância da “Segurança Alimentar”.	SESMA
	3. Sinais distintivos (Indicação Geográfica)	Eixo comitê, indicação geográfica, meta criação do selo de denominação de origem (identificação de características e sinais do açaí nos municípios do polo), aplicativo.	Fórum de Identificação Geográfica (SEDAP, Embrapa e Outras 33 Instituições).
	4. Feiras e Mercados:	Definição de medidas de unidade padrão para comercialização de matéria-prima (Açaí). Aplicativo de comercialização do açaí, para comercialização e a conexão de produtores, insumos e clientes da cadeia produtiva do açaí.	Universidades, OCB, aplicativo da UFRA, e-commerce (açaí Pai D’Egua mapeavam os pontos de batedor que tinham branqueamento).
	5. Mercado Institucional (Compras públicas)	Ações para acesso a licitação de PNAE e PAA, incubação processo de gestão e assessoria contábil, banco de dados de acesso aos programas de compras.	Incubadoras (Ritu, Incubitec, Incubadora UFRA, OCB), Sebrae, Ater (Público e Privado).
	6. Centrais de comercialização:	Construção de portos e entreportos para escoamento da produção em municípios integrantes do Polo.	Ministérios.
		Desenvolvimento de Pesquisas nas áreas de Entomologia e fitopatologia.	Embrapa, Universidades.
		Definição da produção atual e potencial do Polo Nordeste Paraense, para atendimento futuros de agroindústrias e políticas públicas.	Embrapa, SEDAP, Universidades, Secretaria Municipais De Agricultura, IDEFLOR.
7. Certificação para comércio justo e solidário	Incentivar o processo de certificação a partir da metodologia participativa.	Redes de organizações da sociedade civil, Comitê Gestor.	



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	1. Associativismo e Cooperativismo	Treinamento para desenvolvimento de autogestão das organizações sociais, em parceria com as Incubadoras Sociais.	Embrapa, IFPA, Universidade (UFRA e UFPA), OCB, Emater.
		Projeto para fortalecimento das “Comunidades Tradicionais Quilombolas e Ribeirinhos, inserção indígena” por meio da inclusão produtiva da cultura do Açaí. (Buscar UFPA e UEPA que possuem mapeamento das populações tradicionais do território NP) PROEJA Quilombola Castanhal.	Embrapa, IFPA, Universidade (UFRA e UFPA), OCB, Emater.
		Projeto de inserção produtiva, através da cultura do açaí, das Associações das Mulheres na representatividade da Governança do Território. Inhangapi possui associações com alta representatividade de mulheres que já atuam com o açaí (festival do açaí). Santa Luzia do Pará, Capitão-Poço, Irituia possuem a Rede Bragantina como referência, Nazaré Reis.	Embrapa, IFPA, Universidade (UFRA e UFPA), OCB, Emater.
		Campanha de integração das organizações que já existem no território ao Sistema OCB e incentivo para a constituição de novas cooperativas.	Associações e Cooperativas, OCB, IFPA, UFRA, Emater, SEDEME.
	2. Governança do Polo e do Território	Promover a renovação do Comitê Gestor com maior representatividade de setores da cadeia como produtores extrativistas e de terra firme, batedores artesanais, indústrias de beneficiamento (Associação de produtores de açaí irrigado). Emater precisa se fazer presente na composição do CG. O CG necessita de uma vice coordenação e secretaria executiva do CG.	Emater, FAEPA, UEPA.
	3. Planos de Negócios e incubadoras (startups e Empresas Jr)	Ampliar a oferta via IFPA Castanhal possui a Incubitec e Empresas JR. (caso exista). UEPA Castanhal possui Empresa JR., que já está atuando junto a uma empresa de açaí.	IFPA, UEPA, Sebrae (Agência Guamá).



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA & FINANCIAMENTO Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial. Crédito assistido e programas de fomento	1. Energia Elétrica (convencional e energias renováveis)	Pesquisar fontes alternativas de energia (placas solares, resíduos sólidos e energia eólica).	Universidades, SEDEME (energia) e FAPESPA.
		Melhoria na qualidade dos serviços, instalação de cabos de fibra óptica, melhoria da qualidade e expansão do Programa Navega Pará (região das ilhas).	SECTET, SEDEME, Associação de Produtores de Açaí Irrigado (FAEPA).
		Fortalecimento do Programa "Luz para Todos".	Eletronorte, Equatorial.
		Fortalecimento da energia trifásica para os municípios integrantes do "Nordeste Paraense" (Identificar qual a localidade da demanda, seriam as regiões de ilhas).	Equatorial, Associação de Produtores de Açaí Irrigado (FAEPA).
	2. Água e Saneamento	Valer-se da nova linha de financiamento à infraestrutura: água (Captação, tratamento e distribuição), esgoto sanitário e gestão de RSU (lixo urbano) , através de linha do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, criada no exercício passado. Garrafão do Norte já possui iniciativa de dar início à proposta.	Prefeituras Municipais dos 27 municípios que compõe o Polo Nordeste Paraense, através de licitação da prestação de serviço à iniciativa privada, BASA e Associação de Produtores de Açaí Irrigado (FAEPA).
	3. Telecomunicações e Internet	Melhoria no serviço de telefonia móvel nos municípios integrantes do Polo Nordeste Paraense	SECTET, Operadoras de Telefonia privada, Associação de Produtores de Açaí Irrigado (FAEPA).
	4. Estradas, pavimentação, hidrovias e portos	Melhoria, estruturação e conservação das estradas já existentes e abertura de estradas vicinais.	Prefeituras Municipais, Governo Estadual, Governo Federal, Comitê Gestor, Associação de Produtores de Açaí Irrigado (FAEPA).
		Construção e estruturação de portos e entrepostos (São Domingos, Santa Izabel e Ananindeua)	Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Associação de Produtores/Batedores.
	5. Financiamento bancário e Créditos especiais	Financiamento para a instituições de ATER e Extensão Rural, com relação a recursos materiais / financeiros, para acesso a crédito & financiamento. (recurso macro para assistência técnica para qualquer operação bancária), com prioridade para os municípios que estejam localizados em regiões de baixo IDH (em andamento).	Banco da Amazônia, Sudam, CREA-PA, UFRA e OCB-PA.
		Solucionar a inadimplência existente no PRONAF nos municípios integrantes do Polo, no tocante ao gatilho do MDA, através da Resolução 13.340 até dezembro/2018, via STR, Associações, Cooperativas e Banco. A Lei 13.340 teve vigência até 31.12.2019, não sendo mais possível renegociar através dos parâmetros dela. Caminho é os STR e Associações, identificarem e procurarem as Agências de relacionamento para renegociá-las e tornando o volume até 5% novamente o município passa a ter financiamentos do PRONAF pelo Banco da Amazônia.	Banco da Amazônia, Sudam, STR, Associações de Financiados da Agricultura Familiar e MDR.
Buscar a integração no financiamento do PRONAF com produtores rurais ligados à Agroindústrias, Assistência Técnica e STRs, nos moldes do "Programa Eco dendê PRONAF", sob responsabilidade do Banco. (vincular a assistência técnica vinculada a empresa compradora do açaí). Mapeamento das partes interessadas nos contratos de integração vertical.		Banco da Amazônia, Sudam e MDR.	
6. Incentivos fiscais	Criação de um "Fundo do Açaí" nos moldes do FUNCACAU, cujos valores venham dos participantes e se destine a prestação de aval, realização de eventos, entre outros.	SEDAP (deliberação do governador), Polos (Baixo Tocantins, Marajó e Nordeste Paraense), Assembleia Legislativa do Estado, ALEPA (Deputado Estadual PSC Dr. Galileu - relator do projeto fundo açaí).	

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
MARCO LEGAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS Definição legal de áreas regularizadas para expansão da cadeia produtiva	1. Zoneamento Agrícola (Território)	Capacitar técnicos nos municípios integrantes do Polo, para capacitar em emissão do SICAR para leitura do Aplicativo TERRAS, através de eventos promovidos pelo Comitê Gestor.	Semas, ITERPA, Incra, Emater (CAF, SICAR, LAR), Empresas Privadas (para atender médio e grandes).
		Espaço cidadão para regularização fundiária e acesso a crédito, em municípios do Polo BR-316: Incra, ITERPA, SPU, Terra legal e Semas.	Secretarias Municipais.
	2. Regularização e Licenciamento Ambiental (SICAR - Propriedade)*	Criação de banco de projetos: meta capacitar técnicos, produtores ou representação de associações de classe em projetos. Assessoria técnica na execução do licenciamento ambiental	Semas e SEMMA, Emater (convênio com Embrapa) e CAF, SICAR, LAR.
		Banco de projetos: meta capacitar técnicos, produtores ou representação de associações de classe em projetos. Assessoria técnica na execução do georreferenciamento	ITERPA, Incra, SEDAP (CAF, SICAR, LAR).

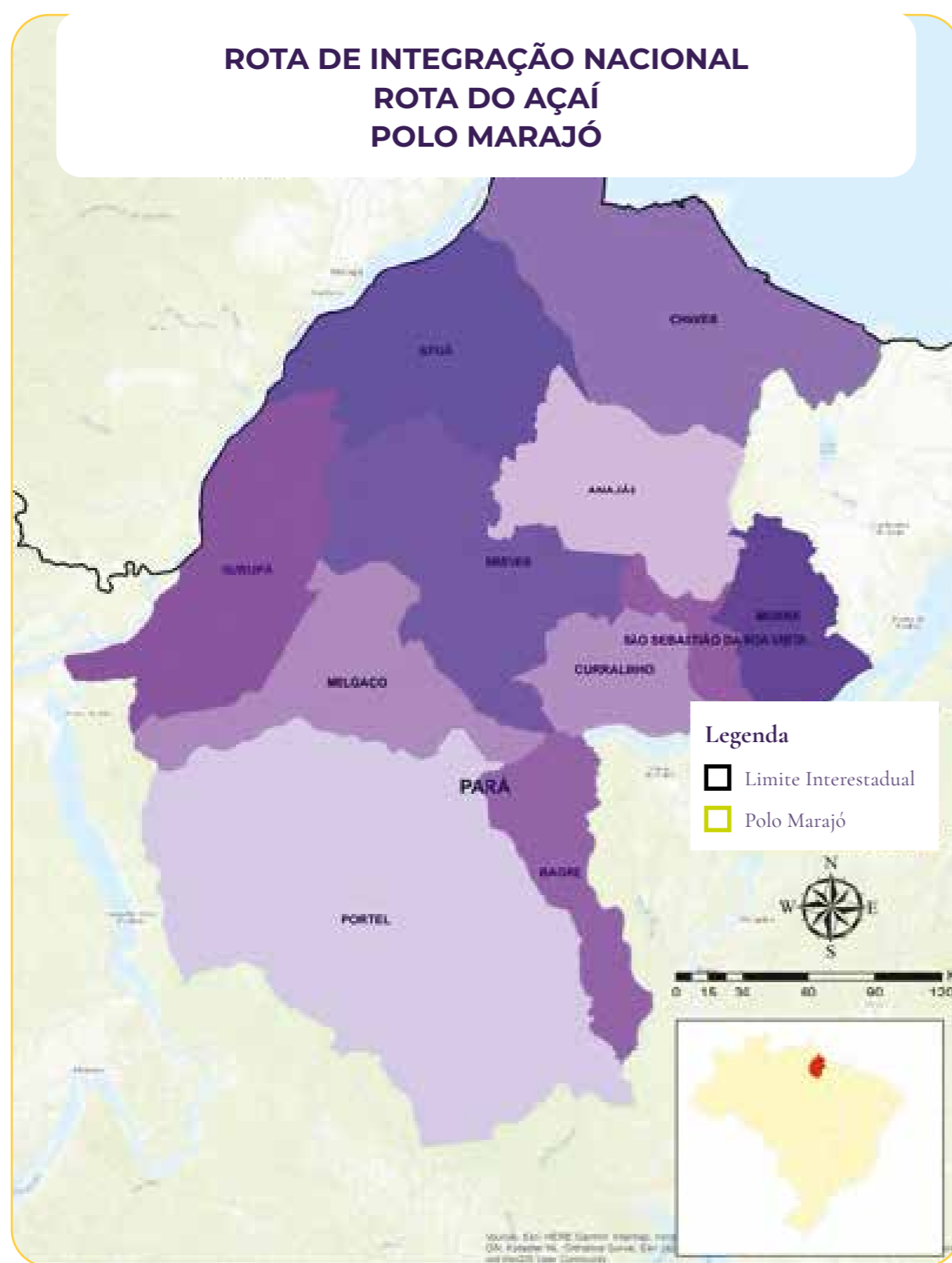
Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

1 - A DAP foi prorrogada até 30/06/2022 e após essa data novos cadastros deverão ser realizados apenas pelo CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em Dezembro de 2021.

2 - O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Polo Marajó

Figura 9. Mapa do Polo Marajó - PA.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

Anteriormente denominado polo Marajó, possui abrangência de 11 municípios, a saber Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Portel e São Sebastião da Boa Vista. Durante oficina de planejamento estratégico realizada em 2021, surgiram apontamentos para ampliação dessa abrangência até outros municípios da mesorregião do Marajó, o que será posteriormente debatido nas reuniões de trabalho do Comitê Gestor.

O Marajó é o maior arquipélago flúvio-marinho do mundo e possui uma produção de açaí extrativo característica da região, podendo ser considerada uma das principais atividades econômicas da população local, que também possui forte relação cultural com o fruto. Possui municípios listados entre os 10 maiores produtores do fruto no estado do Pará.

VISÃO DE FUTURO DO POLO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do açaí, os participantes da oficina foram convidados a validar, de forma conjunta, a visão de futuro do Polo Marajó. A visão de futuro foi revalidada e aprovada, ficando da seguinte forma:

“Ser reconhecido como melhor e maior produtor de açaí de várzea, com certificação orgânica e sanidade, processamento economicamente viável, socialmente justo e manejo ecologicamente sustentável com respeito à cultura marajoara”.

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no quadro 3, a matriz deste polo.

QUADRO 3. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO MARAJÓ

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Bioma Marajoara favorável à produção de açaí; • Elevada geração de renda dentro do território; • Atividade sustentável com potencial florestal (sequestro de Co2) e de consórcio com atividade de palmito; • Capital Social muito fortalecido: Cooperativas / Associações; • Facilidade em escoamento fluvial do produto final (corredor Manaus / Belém e Santarém / Macapá); • Elevado volume de produção e grande mercado consumidor; • Polo de produção Marajó inserido no nome mais famoso no mundo – “Marca Amazônia”; • Localização geográfica/Logística – Corredor Manaus-Belém; • Disponibilidade de portos alfandegados de grande calado; • Presença de grande empresa agroindustrial NORSUL em parceria com a FROOTY AÇAÍ; • Disponibilidade de mão-de-obra adaptada à atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de estatísticas confiáveis nos dados de produção de açaí, pela não aderência do acordo SEFA com os municípios; • Baixa capacidade de gestão dos dirigentes das cooperativas / associações; • Frequentes acidentes de trabalho na colheita de frutos • Inexistência de empresas instaladas dentro do município, o que gera baixa capacidade de absorção de frutos, provocando evasão de renda; • Informalidade dos produtores rurais, fragilidade nas relações de trabalho e baixa qualificação técnica no manejo dos frutos colhidos (baixos preços); • Condições inadequadas de transporte fluvial de frutos e grandes distâncias de transporte até os centros consumidores e/ou processadores; • Ineficiência da Assistência Técnica e baixo poder de convencimento às boas práticas de manejo; • Dependência do extrativismo, comprometendo o polo na entressafra; • Ausência de destinação dos resíduos (caroços de açaí); • Monocultura da atividade (açaí) e dependência do atravessador no canal de comercialização; • Baixa sanidade na produção e elevada incidências de problemas de saúde pública no consumo do açaí; • Infraestrutura precária de estradas vicinais para escoamento da produção.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Produção de energia renovável, a partir dos resíduos de caroço de açaí; • Certificação de produção orgânica, com vistas a busca de melhores mercados; • Diversificação de produção, com recuperação de áreas degradadas e SAF's (banana, cupuaçu, cacau e essências florestais); • Abertura e expansão de novos mercados internacionais para exportação de açaí; • Atração de empresas agroindustriais / comerciais, para absorver a produção de açaí, mediante contrato com produtores; • Regularização das inadimplências até 31.12.2019, através de renegociações com o BASA, pela Lei 13.340 (PRONAF), com descontos de até 90% das dívidas; • Disponibilidades de novos equipamentos de extração de cachos de açaí; • Aproveitamento dos resíduos ou subprodutos do manejo de açaí, para transformação em palmito, gerando renda; • Instalação e regularização de indústrias de conserva de palmito nos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualidade e oferta de energia elétrica e comunicação (internet); • Falta de regularização fundiária; • Elevada inadimplência nos municípios, o que aciona o gatilho do PRONAF impedindo novos financiamentos para manejo de açaí (PRONAF Floresta); • Possibilidades de prejuízo na produção, em razão de mudanças climáticas; • Concorrência de outros Estados na produção de açaí (Bahia / Mato Grosso do Sul).

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem aproveitar as oportunidades que surgem ou

nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do polo, apresentada no quadro 4, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.

**QUADRO 4. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO MARAJÓ**

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMO E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	1. Insumos (material genético, mudas, sementes, fertilizantes, etc.)	Instalação de viveiro de mudas comunitário em cada município do polo.	Sudam, MDR, Embrapa, IDEFLOR, Imbico, Senar, SEDAP e Secretárias Locais de Agricultura.
	2. Equipamentos (sistemas de irrigação, ferramentas para plantio, manejo e colheita)	Aquisição de equipamentos de manejo para municípios do polo (roçadeira 220, motosserra 170, EPT's, kits de ferramentas, colheitadeira, etc.).	Sudam, MDR, Banco de Amazônia, SEDAP e associações de produtores e cooperativas locais.
		Aquisição de implementos agrícolas para áreas de terra firma (tratos, roçadeira mecanizada, arado, etc.).	Sudam, MDR, Banco de Amazônia, SEDAP, associações e cooperativas de locais - Melhoria da qualidade e produtividade para produtores.
	3. Pesquisa, Desenvolvimento e aplicação de tecnologia4. Certificação do Regime de Produção	Difusão intensiva da tecnologia de baixo impacto pelos municípios do polo.	Embrapa, Emater e Instituto Piabiru.
		Pesquisa de equipamentos para coleta do açaí.	Embrapa, Emater, Funda Centro e Comitê gestor.
	4. Certificação do Regime de Produção	Banco de sementes para abastecimento do viveiro de mudas.	Embrapa e Secretarias Locais de Agricultura.
Iniciar processo de certificação (talvez como orgânicos ou de ide notificação geográfica).		MAPA, MDR, Emater, Senar, Comitê Gestor e Secretarias Locais de Agricultura.	
5. Formação, capacitação e ATER	Programa de capacitação permanente de produtores em práticas de manejo sustentável de baixo impacto.	Emater, Senar, Emater, cooperativas, associações de produtores locais.	



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento. Fortalecimento de redes e canais de comercialização. Desenvolvimento de sinais distintos.	1. Estrutura de Beneficiamento certificadas (Casas do Açaí, agroindústrias, unidades de beneficiamento)	Criação de unidades municipais do beneficiamento do fruto do açaí, potencializar as unidades de beneficiamento já existentes. Priorizar implantação de Casas do Açaí nos municípios de Portel, Anajás, Curralinho, Muaná e Cachoeira do Arari.	Sebrae, Prefeituras, Emater, SEDAP, Associações e Cooperativas.
		Incluir as estruturas de beneficiamento no polo industrial do Marajó.	Prefeituras, Secretarias de Desenvolvimento Municipais e Estaduais, Associações e Cooperativas.
	2. Novos produtos e reaproveitamento de resíduos	Implantação de unidade de beneficiamento a partir da biomassa do açaí, resíduos como o caroço do açaí, ter espaços de cozinhas experimentais e fazer o envasamento do palmito (projetar estruturas específicas dentro do projeto das Casas do Açaí).	Prefeituras, Governo do Estado, Empresas privadas, Associações e Cooperativas.
		Geração de energia a partir da queima do caroço e produção de vapor.	Empresas privadas, Prefeituras, Universidades e IF's em parceria com cooperativas e Associações.
	3. Design e Conceito, Sinais Distintos de Identificação Geográficas (IG)	Construir uma marca coletiva exclusiva do Marajó (açaí de várzea do Marajó 100% orgânico); Turismo gastronômico do açaí.	ADEPARÁ, SEDAP.
		Incentivar a construção de protocolos comunitários, não só para a escuta sobre a IG, mas sobre todas as pautas de interesses dos povos e populações da floresta.	Comitê Gestor.
	4. Feiras, Mercados e Centrais de comercialização	Implementar terminais estratégicos de comercialização, ampliação e adequação da feira municipal do produto de açaí, priorizando os extrativistas e agricultores familiares ao invés do intermediário (atravessador).	Cooperativas, Prefeituras e governo estadual.
		Pesquisa para buscar metodologia de controle estatístico de produção e comercialização do açaí.	Produtores, cooperativas, associações Diálogo pró-açaí e articulações, Instituições de pesquisa e ensino.
	5. Compras governamentais	Buscar dados mais atuais com os órgãos de assistência técnica e secretarias municipais de agricultura e de educação para atender os editais de chamadas públicas de forma transparente de ampla.	Prefeituras e Secretarias de Agricultura e Educação, Conselhos Municipais, EMATER.
		Manifestação do Comitê Gestor sobre a importância da compra do açaí e outros produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.	Comitê Gestor, Prefeituras municipais.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	1. Associativismo e Cooperativismo	Elaborar um diagnóstico sobre as cooperativas e associações do Marajó.	SEDAP, OCB Pará, Sebrae, Sudam.
		Curso de capacitação em gestão, empreendedorismo e regularização jurídica, fiscal e administrativa. Além de formação de lideranças.	Sebrae, Sudam, OCB, Cooperativas e associações.
	2. Planos de Negócios e Incubadoras (startups)	Tecnologias aplicadas a criação de novos produtos a partir de resíduo do açaí (incorporado no componente “Casa do Açaí” no eixo beneficiamento, agregação de valor e comercialização).	Comitê gestor, Embrapa, UFPA, IFPA E UFRA.
		Curso de capacitação em informatização dos processos da produção a comercialização (estruturar e capacitar territórios e comunitários com infraestrutura de computadores e acesso à internet).	PRODEPA, Senac, Senar, Sebrae e Cooperativas.
	3. Governança territorial e gestão do APL	Cooperativas e Associações com o apoio da OCB Pará e Sebrae.	OCB Pará, Secretarias de Produção dos Municípios e salas do empreendedor locais.
		Constituir e consolidar o Comitê Gestor com representações do território.	OCB, Comitê gestor, cooperativas, associações.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA E FINANCIAMENTO Capital fixo e Crédito necessários ao desenvolvimento regional	1. Energia Elétrica (fontes, convencionais e renováveis).	Eletrificação rural e expansão do linhão.	Equatorial, Eletronorte, Cooperativas e associações, Comitê gestor.
		Desenvolvimento de projetos de energias renováveis para comunidades isoladas.	BASA, Cooperativas e associações, Empresas fornecedoras, Empresas de elaboração de projetos, comitê gestor (identificar municípios com necessidade).
	2. Telecomunicações e internet	Expansão da rede de telefonia celular e internet.	Juventude do Marajó, Grandes operadoras, Cooperativas e associações e Comitê gestor.
	3. Estradas vicinais, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos.	Melhoria em todos os portos na Ilha do Marajó.	Prefeituras municipais, SEOP, Comitê gestor, cooperativas e associações de produtores.
	4. Água e Saneamento	Projeto que oportunize a melhoria da qualidade de água disponível na região.	Secretarias de agricultura ou meio ambiente nas Prefeituras municipais, cooperativas,
		Outorga de água para agroindústrias paralisadas.	COOPAVEM, São Sebastião da Boa Vista-FBB, COOPMAR, Muaná, Pará Rural, Secretarias municipais ou estaduais de saúde.
	5. Financiamento bancário e Créditos especiais	Financiamento de agroindústrias - Pronaf Agroindústrias.	Comitê gestor, cooperativas interessadas.
		Financiamento de Embarcação com Câmara Fria.	Cooperativas e/ou associações e/ou produtores independentes interessados.
		100 Pronaf Florest (manejo de açaí) para municípios aptos.	Entre 10 e 12 cooperativas e associações interessadas - Pronaf B com envolvimento de OCB e SEBRAE.
	MARCO LEGAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E POLÍTICAS AMBIENTAIS Definição legal de áreas regularizadas para expansão da cadeia	1. Zoneamento Agrícola (território)	Mapeamento da produção de açaí nas áreas de várzeas.
2. Regularização Fundiária e Licenciamento Ambiental (SICAR - propriedade)		Ampliar emissão de Termos de Autorização de Uso de títulos definitivos.	SPU, Incra, ITERPA, Emater, Associações e comitê gestor, sindicatos e Prefeituras.
		Aperfeiçoar a emissão de SICAR	Semas, Emater, Sindicatos, Prefeituras, Associações, Cooperativas.
3. Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas (gestão de sistemas agroflorestais)		Políticas de crédito para Sistemas Agroflorestais (SAF).	BASA, BANPARÁ, Emater, Embrapa, Senar, CODEVASF, Pronaf - Floresta, associações e grupos informais de produtores e MANEJAI.
4. Marco Legal (Legislação de interesse do setor)	Proteção da cadeia produtiva do açaí (uma lei, um registro, algo que comprove a procedência).	ALEPA, SEDAP, Municípios, AMAM, Associações, Sindicatos, Cooperativas e MANEJAI.	

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

1 - o CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.

Polo Baixo Tocantins

Figura 10. Mapa do Polo Baixo Tocantins - PA.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O polo Baixo Tocantins reúne 11 municípios, a saber, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará e Tailândia. O município de Igarapé-Miri é o maior produtor mundial de açaí sendo conhecido inclusive como a “capital do açaí”.

Assim como o Marajó, possui uma extensão territorial considerável de áreas inundáveis, o que o caracteriza como forte produtor de açaí extrativo de várzea, porém, as plantações de açaí irrigado em terra firme vêm crescendo também, assim como a implantação de indústrias beneficiadoras do fruto.

VISÃO DE FUTURO DO POLO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do açaí, os participantes da oficina foram convidados a validar, de forma conjunta, a visão de futuro do Polo Baixo Tocantins. A visão de futuro chancelada e acordada pelas discussões da Oficina ficou definida como:

“Ser reconhecido como excelência em produção de frutos do açaí de forma agroecológica, sustentável e ambiental, preservando a biodiversidade local, melhorar a qualidade de vida, oferecendo condições de sustentabilidade da produção do açaí e fixar o homem e as gerações futuras no campo com qualidade de vida, educação e cidadania”.

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no quadro 5, a matriz deste polo.

QUADRO 5. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO BAIXO TOCANTINS

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Atividade sustentável; • Atende a necessidade sustentabilidade socioambiental; • Apelo mundial da marca “Produto da Amazônia”; • Grandes reservas de açaizal; • Existência de produtores organizados; • Possibilidade de abertura de novos mercados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manejo inadequado dos açaizais leva a uma baixa produtividade; • Sazonalidade da oferta e escassez do produto; • Ausência de boas práticas por parte dos produtores; • Ausência do selo específico de qualidade na maioria dos municípios; • Falta cadastro dos produtores pelas prefeituras; • Inexistência de portos estruturados e adequados para escoamento da produção; • Desarticulação de políticas públicas na cadeia do açaí; • Burocracia no licenciamento ambiental e no acesso ao crédito rural.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Consórcio de açaí e cacau para diversificar a produção; • Unificar os produtores; • Realizar diagnóstico da cadeia produtiva custos da produção, quantidade de produtores etc.; • Contratos de fornecimento entre produtores e indústrias com preço pré-fixado; • Assistência técnica continuada e não pontual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa extensão de assistência técnica aos produtores; • Dificuldade de acesso as linhas de crédito em geral; • Baixo nível de associativismo entre produtores; • Acordo de preço entre indústrias; • Competição que podemos enfrentar nos próximos anos devido a expansão do plantio em outros estados, regiões e países.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem

aproveitar as oportunidades que surgem ou nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do polo, apresentada no quadro 6, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.



QUADRO 6. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO BAIXO TOCANTINS

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMO E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	1. Insumos e equipamentos (material genético, mudas, sementes, água, fertilizantes, ferramentas para plantio, manejo e colheita, etc.)	Construção de um viveiro de mudas em cada município do polo.	IDEFLOR, Prefeituras Municipais, Emater, Embrapa, ADEPARÁ, SEDAP.
		Criação de parceria entre Estado/Município e cooperativas/associações de produtores para produção de mudas (idéia de que o Estado (SEDAP) forneça sementes certificadas e sacolas e os produtores produzam as mudas com ATER da Emater e IDEFLORBIO).	IDEFLORBIO, Prefeituras Municipais, Emater, Embrapa, ADEPARÁ, SEDAP, Associações, Cooperativas.
		Capacitação em Boas Práticas de Produção, Colheita e Manipulação (Programa do SEBRAE - PAS Açaí).	Sebrae, SESP, Vigilância Sanitária, Anvisa, SEDAP, ADEPARÁ.
		Promover a interlocução dos produtores rurais com a política de assistência social dos municípios via associação dos produtores e escolas rurais para sensibilização e conscientização das famílias quanto à necessidade de os filhos estarem na escola, com acompanhamento familiar, como forma de combate ao trabalho infantil.	Semas, Sebrae, Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer, Conselhos Tutelares, Juizados da Infância, Defensorias, Associações e Conselhos Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, Escolas rurais e Universidades.
	2. Pesquisa, Desenvolvimento e aplicação de tecnologia	Implantar oficinas profissionalizantes e prática de modalidades esportivas culturais e de lazer.	Semas, Sebrae, Senar, Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer, Conselhos Tutelares, Juizados da Infância, Defensorias, Associações e Conselhos Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, Escolas rurais e Universidades.
		Expansão do Programa Saberes da Terra em todo o polo do Baixo Tocantins, para o fortalecimento das escolas familiares agrícolas e das casas familiares rurais (educação e capacitação de jovens).	IFPA, Secretaria de Educação, Fórum Regional de Educação do Campo, Conselho Municipal de Educação, SINTEP.
		Implantar a educação do campo para elevação da escolarização integrada ao ensino médio - técnico e fundamental maior.	SEDUC, IFPA, Conselho Municipal de Educação, SINTEP.
		Implementar no currículo da educação do campo de disciplinas voltadas para as práticas agrícolas (agricultura, pesca, etc.) - Ensino Fundamental e Médio.	SEDUC, IFPA, Conselho Municipal de Educação, SINTEP, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa do Pará.
		Demandar da EMBRAPA e Instituições de Ensino a realização de cursos de capacitação, pesquisa e extensão de novas tecnologias de produção de açaí.	Embrapa, UFPA, IFPA, STTR.
		Consolidar e expandir o Programa PROAÇAÍ para todo o polo.	SEDAP, Secretaria Municipal de Agricultura.
		Implantar uma capacitação continuada de manejo do açaí, fruteiras tropicais (EMBRAPA) e de sistemas agroflorestais (IDEFLOR) em todo o polo, destinado a técnicos e produtores.	Embrapa, IDEFLOR, Secretaria Agricultura, Senar, Emater.
		Demandar a implantação de áreas demonstrativas de pesquisa no polo Baixo Tocantins.	Embrapa, UFPA, IFPA, Superintendência de Agricultura (MAPA).
		Demandar que a SEFA emita NFs do produtor rural em todos os municípios do polo. Demandar equipamentos para Secretaria de Agricultura Municipais para emissão das NFs.	SEFA, Secretaria de Agriculturas Municipais.
		Criação do SELO de Inspeção Municipal.	Secretaria de Agricultura, Turismo, Desenvolvimento Econômico dos municípios, Associações, Cooperativas, MAPA ou Visa dos Estados.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO Estruturação de unidades de beneficiamento. Desenvolvimento de sinais distintivos e Fortalecimento de redes e canais de comercialização.	1. Viabilização e Certificação de Estruturas de Beneficiamento	Reestruturação das agroindústrias existentes, principalmente as ligadas às cooperativas.	Associação dos produtores; Cooperativas; poder público dos municípios.
		Desenvolvimento de pesquisas e estudos para equipamentos mais eficientes para o beneficiamento do açaí.	UEPA, UFPA, IFTA, UFRA, Embrapa e Associação dos produtores.
		Fomentar e Fortalecer a vigilância sanitária dos municípios.	Sector Privado, Poder Público Municipal.
		Implementação de selos de boas práticas de fabricação;	Vigilância Sanitária Municipal, SESPA, ADEPARÁ.
		Aquisição de máquinas e equipamentos para os batedores artesanais.	Batedores artesanais, associações e cooperativas de batedores, Sebrae, Secretaria de Ação Social ou do Trabalho dos municípios envolvidos.
		Fomentar a educação para gestão.	Associações e cooperativas do setor, Sebrae, Senar, Secretaria do Trabalho ou do desenvolvimento Económico dos respectivos municípios.
	2. Sinais distintivos e Identificação Geográfica	criação de um espaço de capacitação dos produtores em cooperativismo e em boas práticas de produção (Casa do açaí).	Vigilância Sanitária Municipal, SESPA, ADEPARÁ, Associações de produtores de açaí.
		Estabelecer parcerias com universidades federais para identificação dos potenciais diferenças do açaí da região e uma proposta de selo para o APL (marca coletiva)	Sebrae, MAPA, ADEPARÁ, SEAPA, Associações de produtores; Cooperativas, UEPA, UFPA, UFRA outros parceiros.
	4. Centrais de comercialização:	Estruturar e fortalecer as feiras de comercialização de açaí.	Prefeituras, Associações de Produtores, Agroindústria.
		Fortalecer os festivais municipais do açaí.	Prefeituras, Associações de Produtores, Agroindústria.
		Capacitar as associações quanto às documentações necessárias para fazer vendas para os entes federados.	Associações de Produtores e Prefeituras.
		Criação e Capacitação de cooperativas adequadas para fornecer açaí para escolas - PNAE.	Associações de Produtores, Prefeituras.
		Incentivar o poder público municipal a realizar a compra direta dos batedores ou pequenas cooperativas.	Associações de Produtores, Prefeituras.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	1. Associativismo, Cooperativismo e desenvolvimento de Planos de Negócios	Fomentar ações de capacitação, formação e gestão de Empreendimentos ligados a cadeia do açaí e ao Uso Coletivo e Cooperativo dos Territórios nessa cadeia.	Sebrae, FETAGRI, Senar, Banco Da Amazonia, SEDAP, Sindicato, Prefeituras, OCB, SMC, MAPA.
	2. Formação, capacitação e ATER	Capacitar os produtores rurais, batedores artesanais para adequação as normas e adequação a legislação sanitária.	Mapa, Senar, Sebrae, FAEPA, FETAGRI, Embrapa, UFPA, UFRA, UEPA, Prefeituras
		Articulação e Intensificação de Políticas e Programas, como o Pró açaí, Pará 2030 e as ações e projetos da rota do açaí com melhoria da ação de ATER.	SEDAP, Emater, Mi, Embrapa, IDEFLOR, FETAGRI, Banco Da Amazonia, Senar, Mapa
		Criação dos selos municipais de açaí (Identificação geográfica, orgânico, qualidade, marca coletiva, artesanal).	Prefeituras, ADEPARÁ, Mapa, Emater, SESP, Sebrae, FAEPA, MI, Embrapa, SECTET,
		Formação profissional rural, Assistência técnica e gerencial das propriedades rurais da cadeia do açaí do SENAR.	Senar, FAEPA.
		Fortalecimento dos conselhos municipais e articulação com as instituições financeiras e órgãos de ATER para acompanhamento e gestão do crédito.	Senar, FAEPA, Emater.
INFRAESTRUTURA E FINANCIAMENTO Capital fixo necessário ao desenvolvimento territorial e Crédito assistido e programas de fomento	1. Energia Elétrica:	Incentivo por meio de isenção de impostos à adoção de fontes de energia alternativa (placas solares).	Eletronorte, UFPA, UEPA, Equatorial, MDR, Sudam, Prefeituras.
		Solicitar mais torres e repetidoras de celular e internet com fibra ótica de qualidade.	SEFA, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, CEF, BANPARÁ, Prefeitura.
	2. Telecomunicações:	Adequar, recuperar e implantar os portos, entrepostos, píer, área de estacionamento para veículos pesados todos cobertos, píer para pequenos barcos.	Eletronorte, Embratel, UFPA, UEPA, Prefeitura.
		3. Estradas, pavimentação, hidrovias e portos:	Pavimentação dos principais acessos e vicinais dos municípios produtores.
	Aprovação do Fundo Açaí na Assembleia Legislativa.		M. Transportes, MDR, MCID., Sudam, Prefeituras.
	4. Financiamento	Ampla divulgação de oportunidades de renegociação por parte dos Bancos.	Produtores, Sindicatos, Cooperativas, Federações.
		Fortalecimento da ATER - Logística - via Emendas.	Produtores, Sindicatos, Cooperativas, Federações, Câmara dos Vereadores do Baixo Tocantins.
	5. Diferimento tributário e Incentivos fiscais.	Buscar junto às instituições financeiras a inclusão do Açaí no PROAGRO.	Produtores, Sindicatos, Cooperativas, Federações.
		Fortalecimento dos conselhos municipais e articulação com as instituições financeiras e órgãos de ATER para acompanhamento e gestão do crédito.	Cooperativas, associações do setor, produtores, sindicatos, Secretaria da Fazenda (cidade, estado).





EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
MEIO AMBIENTE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e MARCO LEGAL Formalização e expansão de áreas de produção e incentivos ambientais	1. Zoneamento Agrícola e Regularização Fundiária	Atuação do Comitê Gestor para elaboração de Termo de Cooperação entre ITERPA, INCRA e SPU - Mutirão fundiário - Início de Articulação através de reuniões com órgãos competentes, inicialmente com INCRA.	Produtores, cooperativas.
		Obtenção de um mapa/documento com a definição da jurisdição de cada órgão competente responsável pela regularização das terras no Baixo Tocantins - planejamento de ações.	Emater, FETAGRI, Instituições Financeiras. Câmara de Vereadores, Produtores.
		Implantação de polo da SEMAS do baixo Tocantins para emissão da outorga do uso da água. Há a possibilidade de tramitação virtual.	Produtores, cooperativas, Industriais, Semas, SEDAP.
		Há a possibilidade da descentralização da gestão de recursos hídricos aos municípios (considerar).	Inera, SEDAP, Emater, BASA, BANPARÁ, Prefeitura Igarapé Mirim, FETAGRI/PA.
		Implantação de polo da SEMAS do baixo Tocantins para emissão da outorga do uso da água. Há a possibilidade de tramitação virtual.	Emater Pará, Associações e cooperativas do setor.
		Ampliar acesso ao serviço de cadastro ambiental rural (SICAR) - Atual Exigência para Crédito do BASA, poderia ser a LAR outro Licenciamento ou mesmo a Dispensa que já pode ser feita via sistema no site da SEMAS-PA. Promover Audiência Pública.	Inera, SEDAP, Emater, BASA, BANPARÁ, Prefeitura Igarapé Mirim, FETAGRI/PA.
		Ampliar acesso ao serviço à declaração de aptidão ao PRONAF - (futura CAF- Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), (PJ e "PF de Beneficiários da Reforma Agrária").	Emater, FETAGRI, Instituições Financeiras, Câmara de Vereadores, Produtores.
		Esclarecimento sobre a Guia De Trânsito Vegetal – GTV.	

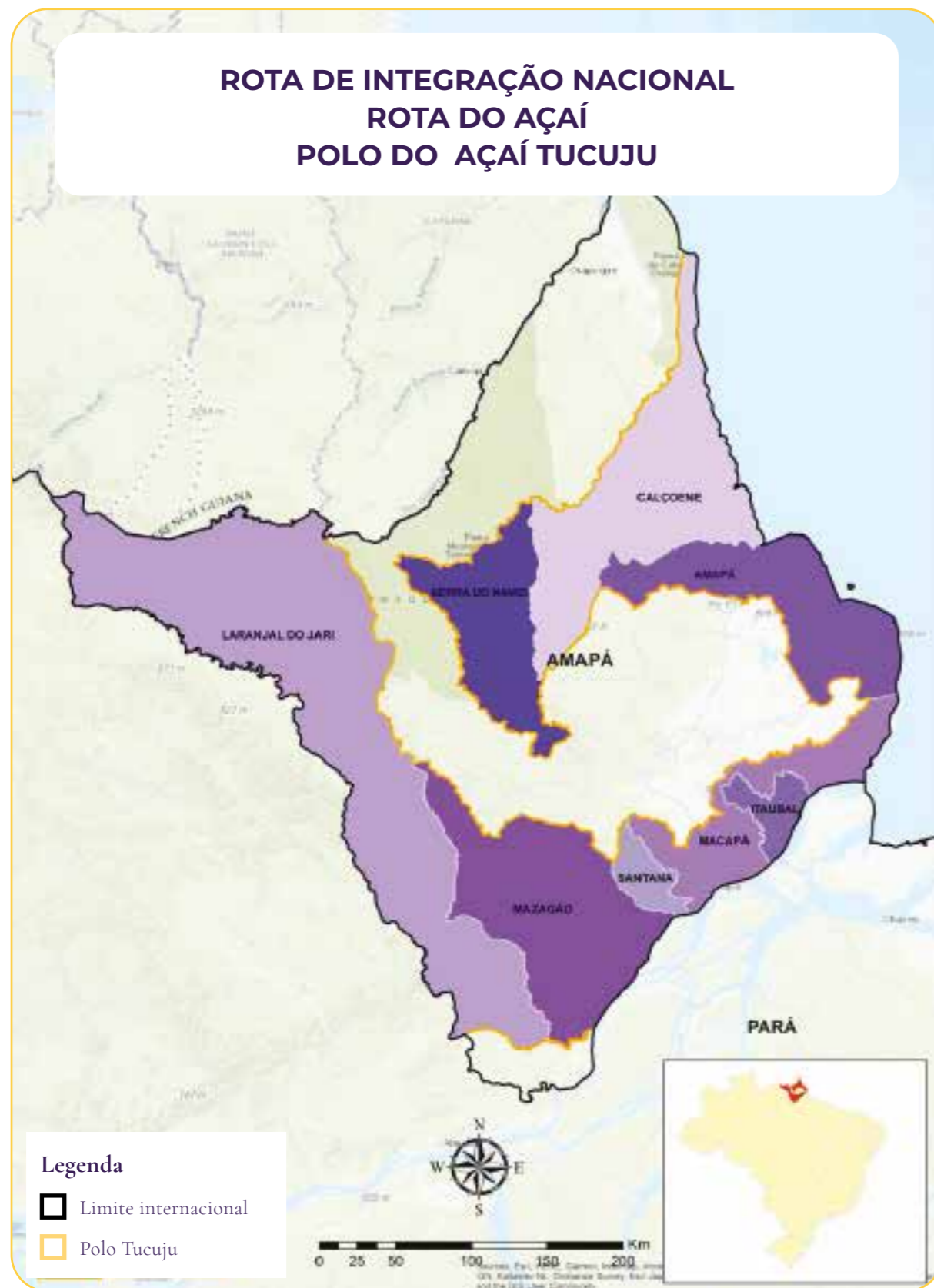
Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

1 - O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.



Polo Tucuju

Figura 11. Mapa do Polo Tucuju - Amapá.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)

APRESENTAÇÃO

O Polo Tucuju é o primeiro polo da Rota do Açaí, situado no estado do Amapá. Com abrangência de oito municípios e três distritos municipais, a saber, Macapá, Bailique (distrito municipal de Macapá), Santana, Mazagão, Mazagão Velho (distrito municipal de Mazagão), Laranjal do Jari, Calçoene, Cunani (distrito municipal de Calçoene), Itaubal, Serra do Navio e Oiapoque.

O Polo Tucuju recebeu este nome para representar a população amapaense, sendo também uma homenagem aos primeiros habitantes do estado que possuem forte relação cultural com o território. Assim como o estado do Pará, no Amapá temos o açaí como parte enraizada da cultura e economia da população, com áreas de produção de açaí extrativo, já que a região do estuário do rio Amazonas, maior rio de água doce do mundo, é considerada o centro de surgimento e distribuição da espécie, lembrando que já existem também áreas em expansão do plantio de açaí irrigado em terra firme.

VISÃO DE FUTURO DO POLO

Após a apresentação do diagnóstico nacional da cadeia produtiva do açaí, os

participantes da oficina foram convidados a validar, de forma conjunta, a visão de futuro do Polo Tucuju. Os atores da cadeia produtiva do açaí definiram sua visão de futuro como sendo:

“Contribuir para mudanças significativa nas vidas dos produtores, valorizando os produtores e as cadeias produtivas locais, agregando valor a partir do beneficiamento do açaí na implementação da agroindústria e uma distribuição justa da comercialização”.

MATRIZ SWOT / FOFA

Após a visão delineada, partimos para um diagnóstico local do polo. Neste diagnóstico participativo listamos, discutimos e priorizamos internamente quais os nossos pontos fortes e nossas fragilidades e na outra ponta, listamos externamente as oportunidades e ameaças. Assim podemos olhar para dentro do polo (quais nossas características e como influem nos resultados) e olhar para fora do polo (o que está acontecendo na região, no país, no mundo que pode nos beneficiar ou prejudicar). Este diagnóstico em formato de matriz é fundamental para indicar os projetos que serão discutidos na carteira de projetos, conforme detalhado a seguir, no quadro 7, a matriz deste polo.

QUADRO 7. MATRIZ SWOT/FOFA DO POLO TUCUJU

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • ACTB conquistou a certificação de manejo florestal não madeireiro FSC®; • A cooperativa conta com 132 produtores cooperados, somando 3464,58 hectares com certificação FSC® (Manejo florestal, cadeia de custódia e procedimento de serviços ecossistêmicos), certificação vegana e o selo Amapá; • Obtiveram subsídios na compra de equipamentos para a agroindústria; • Comunidade organizada num arranjo estruturado; • Maior índice de preservação ambiental do Brasil; • Envolvimento da diretoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência total do Estado na promoção de políticas públicas de infraestrutura básica; • Pouca ou inexistência de assistência técnica para o desenvolvimento das cadeias produtivas; • Longas distâncias das capitais deixando a logística para acesso ao mercado complexa; • Produtores dependentes de atravessadores; • Lucratividade do açaí fica nas mãos dos atravessadores; • Produtores explorados pelos atravessadores usam o meio ambiente para compensar; • Baixos valores pagos aos produtores.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Nossa região (Amapá) sendo denominada como Nova Fronteira do Desenvolvimento; • Consumo crescente de açaí no mundo inteiro e no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Outras localidades (inclusive fora do Brasil) começam a produzir açaí para comercialização.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

CARTEIRA DE PROJETOS

Com base no diagnóstico validado pelos participantes da oficina de planejamento, iniciamos a etapa “mais operacional da oficina”, pois discutimos os projetos de interesse do polo. Este é o momento de listar quais projetos serão indicados para potencializar nossos pontos fortes, ou minimizar nossas fragilidades. Da mesma forma quando pensamos no ambiente externo, quais projetos nos fazem

aproveitar as oportunidades que surgem ou nos protegem das ameaças observadas.

A carteira de projetos do polo, apresentada no quadro 8, é uma planilha estruturada com duas entradas. No cabeçalho superior temos os elementos: eixo temático, componente, projeto e partes interessadas. No cabeçalho lateral temos: insumos e produção; infraestrutura e financiamento; capital social e governança; beneficiamento e agregação de valor; e, meio ambiente, regularização fundiária e marco legal.

QUADRO 8. CARTEIRA DE PROJETOS DO POLO TUCUJU

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INSUMOS E PRODUÇÃO Melhoria nas técnicas de produção das unidades familiares	1. Insumos para produção (material genético, mudas e sementes)	Adquirir matéria prima para produção.	Cooperativa, cooperados, Banco da Amazônia, CEF, BB, Agência de Fomento e Interelos.
		Implantação de viveiros para produção de mudas a partir de material genético nativo.	Cooperativa, cooperados, Sudam, Embrapa, RURAP, Banco da Amazônia, CEF, BB.
	2. Equipamentos (ferramentas para plantio, manejo e colheita)	Aquisição de equipamentos de proteção individual e implantar novas tecnologias adaptadas ao processo de colheita e manejo.	Cooperativa, cooperados, fornecedores privados.
		Criar a olimpíada do açaí (criar tecnologias ou formas diferentes de aumentar produtividade, qualidade, ou reduzir acidentes de trabalhos).	Banco da Amazônia, UEAP, Cooperativa, MDR, Instituto Federal do Pará, Sudam.
	3. Certificação	Finalizar a certificação orgânica (a depender da inauguração da agroindústria). Estudar e Implantar processo de rastreabilidade.	MDR, IF-Pará, Cooperativa e agroindústria.





EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR Estruturação de unidades coletivas de beneficiamento	1. Estruturas de beneficiamento e branqueamento	Implementar a própria agroindústria.	Cooperativa, Sudam, Sema, Embrapa, MAPA, VISA do Estado, Diagro, IEPA, UEAP, Sefaz, Rural, SDR - Municipal e Meio Ambiente, Sebrae e OCB-AP, AFAP e BASA.
	2. Centrais de comercialização	Adquirir matéria prima para beneficiamento (açai, embalagens, por exemplo).	Cooperativa, Sudam, UEAP, Instituto Interelos, SDR - PPI, AFAP, BB, BASA, Sicredi, Sicoob, OCB-AP e CEF.
		Contratar equipe de vendas em outros Estados (ênfase SP). Segundo momento Exportações.	Cooperativa, Instituto Interelos e APEX Brasil com TNC.
		Estruturar área comercial da AmazonBai.	Cooperativa, Instituto Interelos, Sebrae, OCB-AP e RURAP.
	3. Feiras e mercados	Colaborar com o Interelos para elaboração da estratégia de marketing, arquitetura da marca e na comunicação da AmazonBai (ativação das redes sociais, desenvolvimento de site e impressão de materiais para venda).	Cooperativa, FSC-Brasil, Imaflora, ECOCERT, Instituto Interelos, SEBRAE, SENAR e OCB-AP.
	4. Sinais distintivos (indicação geográfica)	Trabalhar a agregação de valor do açai (formar grupo de trabalho com diferentes esferas do poder público e sociedade civil para criar e regulamentar uma marca).	Cooperativa, UEAP, FSC-Brasil, Imaflora, ECOCERT, Instituto Interelos, Sebrae, Senar e OCB-AP.
	5. Certificação, comércio justo e solidário	Implementar processo de gestão da qualidade.	Cooperativa, UEAP, FSC-Brasil, Imaflora, ECOCERT, Instituto Interelos, Instituto Terroa e Sebrae.
	6. Desenvolvimento de novos produtos	Diversificar produção para além do açai (novos produtos e subprodutos do próprio açai, como óleo, reaproveitamento dos resíduos, etc.).	Cooperativa, SUDAM, UEAP, FSC-Brasil, Imaflora, ECOCERT, Instituto Interelos, Instituto Terroa e Sebrae.
		Aquisição de embalagens para comercialização de polpa e sorvete.	Cooperativa, Instituto Interelos, Rurap, Sebrae.
		Articular em parceria com a Interelos o desenvolvimento de novos produtos.	Cooperativa, Instituto Interelos, Rurap, Sebrae.

EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
INFRAESTRUTURA E FINANCIAMENTO Bens públicos necessários ao desenvolvimento territorial e Crédito assistido e programas de fomento	1. Hidrovias e Portos	Desenvolver pontos de entrepostos (Beira Amazonas e Bailique) que atendam às necessidades de transporte do campo para a agroindústria. (mapear os pontos estratégicos para construção de entrepostos).	Cooperativa, RURAP, SETRAP (secretaria de transporte terrestre, pode atuar na parte hidroviária?), AFAP, SEBRAE, OCB-AP, agente financeiro
	2. Armazenagem	Criar sistema de câmara fria para aglutinar o açaí para o transporte. Desenvolver pontos de container para agrupar a produção de açaí. Construção de galpões cobertos para receber a produção in natura, realizar a pesagem e classificação, e armazenar.	Cooperativa, RURAP, AFAP, Sebrae, OCB-AP, agente financeiro, EMBRAPA, SDR.
		Melhorar o sistema de telefonia, conexão e acesso à internet, disponível na comunidade. Não existe operadoras de telefonia móvel no Arquipélago de Bailique.	Cooperativa, MDR, Ministério das Comunicações, Telebrás (Programa WI-FI Brasil).
	3. Sistema de telefonia e internet	Disponibilizar água potável, de fácil acesso, na região com alguns pontos de tratamento de água salgada/salobra para portabilizar e distribuir, construção de cisternas.	Cooperativa, ACTB, UEAP, gestão municipal e estadual, MDR* (vai consultar secretaria de programa água doce), Embrapa, AFAP, marinha.
	4. Água potável	Existe uma rede de distribuição "linhão" ligada ao sistema nacional, mas que não tem estabilidade de abastecimento, necessidade de desenvolver sistemas alternativos de geração de energia, que substitua o motor a diesel usado individualmente (28 comunidades não estão ligadas ao sistema e tem parte do combustível financiado pela gestão municipal).	Cooperativa, ACTB, gestão municipal e estadual, RURAP, AFAP, agentes financeiros.
	5. Energia Elétrica	Gerar caixa para fortalecer o capital de giro da agroindústria.	Cooperativa, AFAP, agentes financeiros, OCB, Sicoob (buscar outras parcerias).
	6. Financiamento bancário e/ou caixa	Fortalecer caixa da agroindústria para viabilizar investimentos.	Cooperativa, AFAP, agentes financeiros, OCB, Sicoob (buscar outras parcerias).
		Criar um sistema de recolhimento comunitário do açaí movimentado pela cooperativa para investir em contrapartidas sociais para as comunidades do território, por exemplo, fundo solidário do açaí, moeda do açaí.	Cooperativa, OCB, SEBRAE, UEAP.
		Articular acesso ao crédito rural (linhas do PRONAF). Ampliar acesso a CAF, SICAR e outros documentos necessários.	Cooperativa, OCB, SEBRAE, INCRA, agentes financeiros, Conexsus.
		Viabilizar cursos sobre o tema educação financeira para a comunidade.	Cooperativa, ACTB, OCB, SEBRAE, Rurap, IEB, Interelos, EMBRAPA (calendário do açaí com adaptações, por exemplo, custo de produção).
	Viabilizar linhas de crédito para as batedoras artesanais de açaí. Rodadas de negócios aproximando batedeiras artesanais dos produtores/extratvistas.	RURAP, SEBRAE (levantamento local em Mazagão), AFAP, agentes financeiros, cooperativa, Sicoob, gestão municipal e estadual de agricultura.	

1 - A DAP foi prorrogada até 30/06/2022 e após essa data novos cadastros deverão ser realizados apenas pelo CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. O governo Federal já publicou portaria com as novas condições para implementação do CAF; incluindo os procedimentos e requisitos para inscrição que iniciou seu funcionamento em Dezembro de 2021.



EIXO	COMPONENTE	ESCOPO DO PROJETO	PARTES INTERESSADAS
CAPITAL SOCIAL E GOVERNANÇA Fortalecimento de redes e capacitação de equipes locais de apoio técnico	1. Governança do polo	Capacitar os dirigentes da AmazonBai nos temas Gestão Financeira, Contábil e no tema captação de recursos para conselho fiscal.	Cooperativa, OCB-AP, SESCOOP, Sebrae, UNIFAP, UEAP, Rurap e Senar.
	2. Sucessão familiar na propriedade	Fortalecimento da educação no campo.	Cooperativa, Escolas Família, IFAP, Instituto Terroa, Instituto Interelos, UEAP, Secretarias da Educação AP, OCB-AP, SESCOOP e IEB.
	3. Governança do polo	Fortalecer o processo de engajamento das comunidades dos dois territórios, que iniciaram a partir do Protocolo comunitário.	Cooperativa, RURAP, UEAP, Instituto Interelos, ACTB, OCB-AP e SESCOOP.
	4. Plano de negócios e incubadoras	Elaborar o plano estratégico.	Cooperativa, RURAP e Instituto Interelos.
	5. Associativismo e cooperativismo	Reformular o estatuto e o regimento interno.	OCB-AP, Junta Comercial, Cooperativa.
	6. Governança do polo	Desenvolver estratégias para ampliar participação dos cooperados na entidade.	Cooperativa, RURAP, UEAP, Instituto Interelos, ACTB, OCB-AP e SESCOOP.
	7. Sucessão familiar na propriedade	Estimular inserção das mulheres e da juventude em todas as etapas da Amazonbai (do manejo, gestão, beneficiamento até a comercialização dos produtos).	Cooperativa, RURAP, IEB, Escolas Família, UEAP, Instituto Interelos, ACTB, OCB-AP e SESCOOP.
MEIO AMBIENTE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS Atendimento ao marco legal. Regularização fundiária. Formalização e expansão de áreas de produção e política de incentivos ambientais	1. Regularização e licenciamento ambiental	Viabilizar a certificação florestal. (Existe segurança jurídica para as famílias do território? É um território demarcado, destinado ou não? As famílias possuem documentos de posse?).	Cooperativa, RURAP, Instituto Terroa, Imafloa e Ecocert.
	2. Reflorestamento e recuperação ambiental	Incentivar o manejo sustentável do açaí, que se tornou a principal estratégia para o desenvolvimento local.	Cooperativa, Embrapa, RURAP, Instituto Terroa.
	3. Reflorestamento e recuperação ambiental	Implementar boas práticas no manejo dos açaiçais. (Cursos de manejo de baixo impacto e diversificação / cursos de boas práticas na colheita, pós-colheita, transporte e beneficiamento artesanal para consumo local).	Cooperativa, Embrapa, RURAP, Instituto Terroa.

Fonte: Elaborado pela ER Consult, em oficina de planejamento tele presencial, junto a integrantes do Polo (2021)

1 - O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.





INTEGRAÇÃO VERTICAL

Uma Estratégia para a Comercialização

A integração vertical envolve a ligação através de contrato ou compra dos diferentes níveis do processo de comercialização, sendo geralmente usada para corrigir certas ineficiências existentes no processo de comercialização de algum produto. Neste contexto ela substitui o sistema de preços como o mecanismo

A integração vertical envolve a ligação através de contrato ou compra dos diferentes níveis do processo de comercialização, sendo geralmente usada para corrigir certas ineficiências existentes no processo de comercialização de algum produto. Neste contexto ela substitui o sistema de preços como o mecanismo “coordenador interfirmas” (Mendes, 2006). No Brasil, a Lei 13.288/2016 trata sobre a

regulação da integração vertical e de seus institutos.

Segundo o art. 2º, I, da Lei 13.288/2016, conceitua-se a integração vertical da seguinte forma:

Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
I - integração vertical ou integração: *relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração.*

Segundo a Lei 13.288/2016 (Brasil, 2016c), a integração vertical é caracterizada por quatro elementos: a) planejar; b) realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final; c) responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração; d) esteja presente a figura do integrado e da integradora (Carvalho, 2020).

Segundo Carvalho (2020, p.26), o planejamento “está relacionado com determinação dos seus padrões técnicos relevantes para os bens que devem ser produzidos e definir as atividades para que estes padrões selecionados sejam atendidos”. Segundo o autor (2020, p.27) “o planejamento é uma atividade exclusiva da integradora (agroindústria), realizada observando o “core” (o cerne) dos seus objetivos econômicos”.

O segundo elemento, a realização de produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, trata da materialização, da operacionalização deste planejamento com o intuito de produzir um bem, momento em que o integrado exerce a sua atividade (Carvalho, 2020, p.27).

Já o terceiro item trata das responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração, no caso, segundo a Lei 13.288/2016 (Brasil, 2016c), “firmado entre o produtor

integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato”. Entre estes deveres está o de obrigação recíproca entre as partes de troca de bens e/ou serviços (por exemplo, a integradora fornece bens, insumos/serviços e recebendo do integrado matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial) para a produção agrossilvipastoril, conforme incisos II e III do artigo 2º da Lei.

No quarto elemento, a Lei trata dos agentes de direitos e deveres, ou seja, as partes que irão fazer parte da operacionalização da relação de integração, no caso, a integradora (geralmente, agroindústria) e o integrado (o produtor rural).

Referente aos benefícios da integração vertical, sob um prisma econômico, as para agroindústria são: a) Controle na qualidade dos bens produzidos; b) Controle na quantidade dos bens produzidos; c) Organização da cadeia produtiva; d) Planejamento estratégico perante o mercado e concorrentes; e) Aumento do poder de negociação entre os fornecedores e os clientes; f) Afastamento do reconhecimento da relação empregatícia; g) Diminuição de custos de transação; h) Maior eficiência na produção dos bens; i) Ganhos em escala de produção; j) A não necessidade de investimentos em estrutura

de produção; k) Garantias e obtenção de financiamento por parte do integrado; l) Obrigações ambientais do integrado; m) Obrigações trabalhistas do integrado; e n) Custo de produção otimizado, e com total ciência da integradora (no spot o comprador não sabe a margem de lucro).

Para o produtor rural, a integração permite que haja: a) Profissionalização e sistematização da atividade agropecuária; b) Delimitação dos custos de produção e transação; c) Segurança de venda dos produtos; d) Menor dificuldade na obtenção de financiamentos; e) Assistência técnica garantida, quando prevista no contrato de integração; f) Possibilidade de especialização; g) Utilização de mão de obra familiar, elevando a renda da família; h) Outro fator que deve ser levado em conta, os mecanismos mais eficientes de barganha (p. ex.: CadeC), possibilitando estipular melhores preços e condições das atividades; e i) Capital de giro reduzido.

Já para o Estado brasileiro e as demais Unidades da Federação (estados e municípios) as vantagens da relação de integração vertical em uma localidade são: a) Promoção de desenvolvimento social e econômico em uma localidade/região; b) Aumento da qualidade da mão de obra local; c) Possibilidade de maior volume de arrecadação; d) Possibilidade de criação de empregos diretos e indiretos na atividade desenvolvida; e) Estabelecimento de entidades representativas dos produtores rurais e da integradora, facilitando a comunicação entre as categorias e o poder

público; e f) Organização das cadeias produtivas.

Referente aos institutos previstos em Lei necessários para a organização e o devido arranjo são: Contrato de Integração; Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC); Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI); Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO); e Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC).

O contrato de integração é o documento que vincula o produtor rural em uma relação de integração com uma agroindústria (integradora), devendo produzir, segundo determinação, quantidade, qualidade, firmado em contrato e troca de bens e serviços (por exemplo, a integradora fornece bens, insumos/serviços e recebendo do integrado matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial).

A Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC) é uma espécie de comitê gestor que visa gerir a relação de integração por meio de representantes dos produtores integrados e da integradora. Entre as suas atribuições está a fiscalização dos acordos realizados e a solução dos conflitos existentes. O Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) é um documento que visa apresentar ao produtor interessado em ingressar na

relação de integração as condições, riscos e obrigações existentes na relação de integração de uma determinada unidade produtiva. O Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI) é o documento entregue ao produtor rural dispondo sobre a eficiência de sua atuação, remuneração e descontos que devem ocorrer. Em algumas localidades é chamado de borderô, relatório, demonstrativo ou resultado. Já o Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO) é uma espécie de “comissão nacional” em que cada setor produtivo ou cadeia produtiva regido por esta Lei deverão constituir, de composição paritária, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores, sem personalidade jurídica, com a atribuição de definir diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e de promover o fortalecimento das relações entre o produtor integrado e o integrador, conforme o artigo 5º da Lei 13.288/2016 (Brasil, 2016c).

Para devida implementação da integração vertical, foi necessário fazer um levantamentos dos gargalos existentes,

sendo identificados os seguintes problemas:

i) ausência de arranjos formais entre comprador e vendedor; ii) ausência de logística de armazenamento apropriada; iii) ausência de transporte adequado; iv) ausência de financiamento bancário específico e adequado; v) ausência de planejamento por meio de projetos técnicos; vi) pobreza; vii) ausência de conhecimentos de manejos e de equipamentos de EPIs mais modernos. Estes aspectos impactam na necessidade da implementação da integração vertical, sendo um mecanismo de organização da cadeia e de planejamento para produção em escala.

Após entrevista com os atores da região (indústria, banco e cooperativa de produtores), a integração vertical possibilitaria: a) certificação de seus produtos; b) organização da cadeia produtiva; c) permitiria o acesso ao financiamento bancário; d) maior oferta de açai no mercado e; e) melhor organização do escoamento de produção; f) discussão mais eficiente do valor da rasa do açai.

Estes aspectos impactam na expectativa de resultados na implementação da integração vertical no açai.

Um ponto interessante apresentado nas falas dos produtores de açai foi a contrapartida social da indústria, como: a) Instrução sobre manejos de outras culturas, como cacau, banana, laranja, andiroba e cupuaçu; b) Auxiliar na organização do Festival do Açai Orgânico; c) Promoção de curso de piscicultura, avicultura, agroecologia e sistemas agroflorestais para fortalecimento da segurança alimentar da comunidade; d) Promoção de cursos de gestão e rotinas administrativas; e) Promoção de curso de agroindustrialização e beneficiamento de produtos da agricultura familiar; f) Promoção de curso de beneficiamento do cacau; e g) Articulação junto com instituições financeiras para auxiliar na facilitação de acesso ao crédito rural.

No caso, a agroindústria integradora planejou e consolidou as relações de compra e venda com os produtores de açai, buscando certificações internacionais. Desta forma, seu objetivo é implementar a integração vertical para estabilizar o fornecimento de açai, criar mecanismo de eficientes de precificação da rasa e de manejos e práticas sustentáveis, via CADEC. Sobre a

realização da comercialização de matéria-prima, seria o açai paraense (Euterpe oleracea), tipo A (Açai Tuíra) ou tipo B (Açai Preto). Não havendo interesse o açai Vetrim e no açai Verde (Tipo C e D). Já as responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração, são a compra e venda do açai cumulado com contraprestações sociais, conforme informado anteriormente, havendo assessoria técnica própria. Sobre a figura do integrado, é a cooperativa. A integração vertical permite com que se dê estabilidade nas relações entre as partes, principalmente na continuidade nos arranjos verticais, estabilização do preço da rasa e busca de uma qualidade maior do açai, além do desenvolvimento local desejado pelas partes.

Por fim, a integração vertical fora implementada na região de Igarapé-Miri e Santo Antônio do Capim, ambos no Estado do Pará, tendo em vista o interesse da agroindústria em garantir produtos (açai) de qualidades e quantidades pré-determinadas e o seu intuito de atingir mercados internacionais.



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA ROTA DO AÇAÍ

Nos dias 25 e 26 de agosto de 2021, foi realizada, no turno vespertino e em formato virtual, a I Conferência Nacional da Rota do Açaí, que contou com mais de 500 pessoas inscritas no evento.

Para participação pela plataforma Zoom, os inscritos receberam por e-mail o link de acesso, mas também contou com a transmissão pelo Youtube no canal do Ministério do Desenvolvimento Regional durante os dois dias do evento.

Além disso, contou com 10 salas físicas distribuídas em diversos municípios que compõem os 4 polos da Rota do Açaí, através de parceiros que buscaram disponibilizar esses espaços para garantir que pequenos produtores e extrativistas pudessem participar presencialmente e ativamente da conferência, seguindo todos os protocolos para evitar a disseminação de Covid-19.

A I Conferência Nacional da Rota do Açaí foi promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Coordenação Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Esta

conferência teve como objetivo promover o intercâmbio de experiências, agregação de conhecimentos e a formulação de estratégias com vistas a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Açaí.

A abertura do evento foi realizada com a colaboração e falas do Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e Pesca do Estado do Pará, Lucas Vieira, seguido do Coordenador de Inteligência do Agronegócio do Banco da Amazônia, Benito Calzavara, seguido da Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Louise Caroline Campos, seguida do Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá, Hugo Tibiriçá Paranhos Cunha, seguido do vice presidente da cooperativa AmazonBai, Geova Alves, seguido da Diretora Geral do AgroNordeste do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Adriana Melo Alves, seguida do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, Francisco Soares de Lima Jr.

O Coordenador Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores do Ministério do Desenvolvimento Regional, Thiago Zanini, realizou uma apresentação do Programa Rotas de Integração como Instrumento do Desenvolvimento Regional onde foi colocada a agenda estratégica do MDR para o desenvolvimento regional e urbano, destacando o desenvolvimento das capacidades produtivas. Em 2019, o Decreto nº 9.810 institui a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR com a finalidade de reduzir desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais com abordagem territorial, destacando estratégias como sistema de governança do desenvolvimento regional, núcleo de inteligência regional, aderência dos instrumentos financeiros, sistemas produtivos e inovativos locais, integração produtiva e outras. As Rotas foram apresentadas como ação prioritária dentro da PNDR voltadas ao desenvolvimento de cadeias produtivas estratégicas e da estruturação de redes de pólos (APL's) setorial e territorialmente interligados, de modo a contribuir para o desenvolvimento regional brasileiro.

Dando continuidade à programação, foi apresentado o Diagnóstico da Cadeia de Valor do Açaí, disponível no anexo I, pela consultora Amanda Paiva Quaresma, destacando-se a cultura *Euterpe oleracea* (Mart.), popularmente conhecido como açaí de touceira que representa o maior volume do fruto produzido e comercializado no Brasil. No qual foram pontuados elementos

como a situação fundiária da atividade, perfil dos produtores/extrativistas, tecnologias empregadas na cadeia e principais mercados consumidores.

Também foram apresentados desafios e oportunidades para a cadeia do açaí, com o objetivo de refletir sobre ações públicas e privadas que possam contribuir para o desenvolvimento da atividade. Algumas das informações apresentadas são destacadas a seguir:

- O Brasil é o maior produtor mundial do fruto açaí com uma produção de 1,5 milhão de toneladas por ano, que beneficia aproximadamente 120 mil famílias e 200 empreendimentos – cooperativas, associações, agroindústrias – da agricultura familiar da Amazônia;
- A cadeia movimenta mais de US\$ 720 milhões anuais no mundo, e esse mercado crescerá a uma taxa média anual de 12% para os próximos anos;
- A cadeia como um todo envolve mais de 300 mil pessoas, entre produtores, batedeiras, indústrias, varejo e serviços em geral; da produção total brasileira, estima-se que 60% sejam consumidas na própria Amazônia;
- 90% do total do volume do açaí produzido no Brasil é proveniente do estado do Pará; onde as maiores regiões produtoras são o Baixo Tocantins e arquipélago do Marajó;
- O maior produtor é o município de Igarapé-Miri;

- Existem aproximadamente 50 indústrias beneficiadoras de açaí no estado do Pará;
- Os maiores estados consumidores de açaí são: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- Os maiores países consumidores são EUA, EU (Alemanha, Portugal, França), Austrália e Japão;
- Sobre os desafios e oportunidades foram pontuados a necessidade de incentivar a organização social e profissionalização de produtores/extrativistas;
- A garantia de melhor acesso às estruturas básicas do estado;
- Avançar no processo de regularização fundiária;
- Aumentar o acesso à informação, assistência técnica e extensão rural, crédito/fomento;
- Integrar o produtor/extrativista à indústria;
- Distribuir a produção ao longo do ano empregando tecnologia e incentivo;
- Equilibrar oferta e demanda regulando a produção para que o mercado local não sofra com flutuações de preço afetando o consumo das famílias;
- Destacando-se ainda o potencial de inclusão produtiva que o açaí possui com a certificação orgânica, emprego da rastreabilidade, integração vertical e cumprimento da legislação ambiental vigente.

Dando continuidade à programação, foi realizada uma mesa redonda virtual mediada por Ederaldo Ribeiro da ER Consult, onde os coordenadores dos polos puderam apresentar suas respectivas regiões.

Encerrando o primeiro dia, foi transmitido um vídeo produzido em um dos polos da Rota do Açaí, no qual foi possível apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido nos polos e territórios priorizados dentro da Rota do Açaí que está disponível no link: <https://youtu.be/-MzorxzWQ-M>.

No segundo dia da conferência, a programação iniciou com nossos parceiros estratégicos apresentando iniciativas direcionadas à cadeia produtiva do açaí.

O primeiro a apresentar foi Sr. José Claudio Bandeira, apresentando o Portal Rotas, iniciativa do MDR com objetivo de promover a inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável nas regiões do Brasil. A plataforma visa promover o Programa Rotas e auxiliar pequenos e médios produtores a divulgarem seus produtos. Foram apresentadas as ferramentas para produtores, comitê gestor, em diversos módulos dentro de uma mesma base de dados.

Em seguida, Carlos Gabriel Koury, diretor técnico do IDESAM e coordenador do PPBIO, falou sobre o Prêmio Elos da Amazônia 2021, criado para dar visibilidade e reconhecimento às iniciativas com

potencial de melhorar a cadeia do açaí. O trabalho visa criar conexões entre quem está no campo e quem está desenvolvendo tecnologias capazes de oferecer soluções para os gargalos da cadeia, oferecendo possibilidade de financiamento para escalar comercialmente essas soluções tecnológicas.

Também foram convidados Alexandre Galvão e Geraldo Tavares, técnicos da Coordenadoria de Fruticultura da SEDAP, que apresentaram o programa Pró-Açaí. O qual tem como objetivo a contribuição efetiva para o aumento da produção de açaí no estado do Pará, através da melhoria do manejo e enriquecimento de açaizais localizados nas regiões do Baixo Tocantins e Marajó. Massificando também a implantação e manejo de açaizais irrigados em terra firme.

As principais ações são: apoio financeiro para pesquisa de novas cultivares de açaí e cupuaçu; fomento de sementes selecionadas, ambas em parceria com a EMBRAPA; e capacitação de técnicos e produtores no manejo sustentável de açaizais.

Também foi apresentado o Programa Estadual de Qualidade do Açaí – PEQA, que possui várias instituições públicas envolvidas. Como principais ações já realizadas apresentaram a elaboração de marcos regulatórios sobre legislação sanitária e de processamento do açaí com decretos, por exemplo, 326/2012, que estabelecem normas para batedores artesanais e padrões para instalações e

processamento do açaí e bacaba.

Também promoveu a capacitação de produtores e batedores artesanais em boas práticas agrícolas e de processamento. Está em construção o diagnóstico socioeconômico dos batedores artesanais da região metropolitana de Belém.

Na sequência, ocorreu uma palestra intitulada “O Futuro do Açaí” com a pesquisadora da Embrapa Amapá, Ana Margarida Castro Euler, Eng. Florestal e PhD em Ciências Florestais e Ambientais. Após parabenizar a iniciativa do MDR, os atores envolvidos com a Rota do Açaí, a conferência e as mulheres protagonistas nesse contexto, trouxe a importância de consultar as diversas organizações e pesquisadores/as que vem trabalhando e construindo o debate sobre a cadeia.

O futuro do açaí é garantir a segurança e soberania alimentar da população amazônica. O açaí tem grande papel de reposicionar a floresta no contexto da bioeconomia, mostrando o potencial econômico com manutenção da floresta em pé em contraste com outras atividades que necessitam a conversão da floresta e transformação da paisagem, como a soja. Então o açaí é uma grande oportunidade, gerando muitos empregos formais e informais, na zona rural e urbana.

Um fator importante sobre a cadeia do açaí é o manejo florestal voltado também para o melhoramento genético, com objetivo de garantir o crescimento da produção, com ganho de produtividade, redução de

sazonalidade, maior rendimento em polpa e produção precoce de frutos.

Temos a possibilidade também da manutenção da floresta em pé com oferta de serviços ambientais e ecossistêmicos, o que abre caminho também para a diversificação da produção com tantos outros produtos atualmente bem aceitos nos mercados, como: andiroba, pracaxi, murumuru, patauá, cacau, pupunha, pau mulato, pracuúba e tantos outros. O açaí abre espaço para muitos outros serviços e produtos da floresta.

Existem muitos elementos importantes que poderiam ser citados também como: aproveitamento de resíduos, rastreabilidade, prospecção de bioativos, segurança do trabalho, zoneamento climático e socioeconômico dessa cadeia, o transporte e as bactérias probióticas.

Por fim, a pesquisadora destacou o papel central que a juventude rural possui dentro do contexto da bioeconomia, para aceleração do desenvolvimento da Amazônia. Além de destacar as mulheres com seu trabalho invisível, não só dentro da cadeia do açaí, mas também de todas as cadeias de produtos da socio biodiversidade, enfatizando a necessidade de incentivar sua participação em temas como gestão de empreendimentos comunitários ligados às cadeias produtivas e empreendedorismo.

Após esse momento foram realizadas 5 palestras simultâneas junto a especialistas de suas respectivas áreas, os quais cada

participante conectado, através da plataforma Zoom, pôde escolher o tema de acordo com seu interesse. Todas as palestras (incluindo a inicial) encontram-se no link <http://bit.ly/3t9nAOu>. As palestras foram:

1. Integração Vertical: O Dr. Thiago Carvalho, consultor Jurídico especialista em implementação de Integração Vertical, Prof.º FAV / UnB e escritor do livro “Contrato de Integração Agroindustrial: Comentários sobre a Lei 13.288/2016”, aborda em sua palestra os benefícios do contrato de Integração para a cadeia produtiva do Açaí.
2. Financiamento e Linhas de Crédito: Merisson Rezende de Moraes, engenheiro agrônomo no Banco da Amazônia, explica sobre o Plano Safra 2021-2022 do Banco da Amazônia, e como conseguir linhas de crédito no Pronaf - Programa do governo federal destinado ao financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos por agricultores familiares.
3. Meio Ambiente e Regularização Fundiária: Nesta palestra, Carlos Augusto Ramos - Diretor Estatutário no Serviços de Consultoria Socioambientais LTDA, detalha sobre o uso dos recursos naturais no estuário amazônico e o avanço fundiário nas regiões do Marajó e Baixo Tocantins.
4. Mercado do Açaí: Fernanda Stefani, empreendedora e Diretora da

100% Amazônia, compartilha suas experiências e as oportunidades para o mercado interno e externo na cadeia produtiva do Açaí.

5. Tecnologia e Rastreabilidade: Nesta palestra, a engenheira agrônoma e Prof.^a ME no IFPA, Tatiana Pará, e o Prof.^o Dr. Marcos Alan dos Reis, associado da UFPA, abordam sobre tecnologias para a cadeia produtiva do Açaí e o Sistema de Rastreabilidade, baseado em QRCode e dispositivos eletrônicos remotos para a Cadeia do Açaí.

Após as palestras paralelas, os participantes foram conduzidos a sala principal do Zoom onde foram orientados sobre os próximos passos da programação que foi discutir e formular uma carta com as Demandas do

Setor ligados à cadeia do açaí, considerando Insumos e Produção; Meio Ambiente, Regularização Fundiária e Marco Legal; Beneficiamento e Agregação de Valor; Infraestrutura e Financiamento e Capital Social e Governança.

Após esta discussão, as principais conclusões foram apresentadas em plenária para entendimento e posterior validação no grande grupo. Ao final dos trabalhos apresentamos o primeiro esboço da Carta do Açaí que deverá ser encaminhada a autoridades seja em âmbito federal, estadual e até mesmo municipal. Também foi sugerido que a CARTA DAS ROTAS DO AÇAÍ, seja apresentada nas respectivas reuniões dos comitês gestores locais para assim dar transparência ao processo desenvolvido.





CARTA DA CONFERÊNCIA NACIONAL - PROGRAMA ROTAS DO AÇAÍ

Dentre os aspectos centrais no processo de fortalecimento das Rotas do Açaí encontra-se a permanente necessidade de investimentos no setor. Entendemos como natural o fato de que vários destes investimentos não serão realizados por entes locais, seja pelo volume de recursos necessários, ou mesmo pela amplitude da iniciativa, que para se viabilizar necessita de várias regiões sendo atendidas. Considerando dessa realidade, precisamos listar e priorizar com as comunidades envolvidas (empresários, técnicos, criadores e outros), quais os investimentos chaves necessários ao desenvolvimento da cadeia produtiva.

Assim sendo, para termos claro onde investir desenvolvemos a seguinte estratégia;

Inicialmente compilamos as carteiras de projetos elaboradas nas 04 Oficinas Regionais de Planejamento e as consolidamos num documento único. De posse desta listagem selecionamos quais destes projetos eram comuns a mais do que um polo regional e poderiam requerer uma atuação estadual ou nacional. Num segundo momento, realizamos uma reunião

com os coordenadores dos comitês gestores e disponibilizamos a listagem aos mesmos para que, se necessário, agregassem ou excluíssem itens em reuniões com seus pares dos comitês gestores.

Por fim, durante a 1. Conferência Nacional disponibilizamos o documento já desmembrado por eixo temático, para que todos os participantes pudessem discuti-lo em grupos de trabalho. Cada grupo, separado por afinidade, discutiu um dos eixos temáticos e ao final apresentou em plenária suas conclusões. Nesta etapa do trabalho foi novamente franqueada a possibilidade de excluir ou incluir temas, conforme o interesse do grande grupo. Assim esta Carta do Setor foi elaborada, tendo a finalidade de orientar instituições público e privadas sobre quais investimentos são efetivamente necessários a partir das discussões realizadas com as pessoas que de fato integram a cadeia produtiva e suas rotas.



CARTA DA CONFERÊNCIA NACIONAL - PROGRAMA ROTAS DO AÇAÍ

BRASÍLIA, 26 DE AGOSTO DE 2021.

O açaí tem recebido cada vez mais atenção no Brasil e no mundo, sendo considerado uma superfruta. Devido aos seus componentes químicos, pode ser considerado como o Ouro Negro da Amazônia. Do ponto de vista socioambiental, as razões são simples:

- É um produto que tem se valorizado ano após ano;
- Possui um caráter social, pois é matriz alimentar de grande parcela da população local;
- O manejo adequado contribui para a manutenção da floresta em pé conservando a biodiversidade; e
- Auxilia a distribuição de renda junto a grande parte da cadeia produtiva, envolvendo desde comunidades ribeirinhas a grandes empresas e até mesmo multinacionais.

Quando falamos especificadamente dos aspectos socioeconômicos: temos mais de 300 mil pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a produção, colheita, beneficiamento e comercialização do açaí em todo o país. O açaí movimentou na última safra algo em torno de US\$ 1 bilhão e possui crescimento projetado de 12% ao ano para os próximos anos.

Acreditamos que o açaí possui grande papel

de reposicionar a floresta no contexto da bioeconomia, mostrando o potencial econômico com manutenção da floresta em pé em contraste com outras atividades que necessitam a conversão da floresta e transformação da paisagem. Porém, existem muitos gargalos que enfraquecem diferentes elos da cadeia produtiva prejudicando a produção, o beneficiamento e a comercialização, por isso todos os setores ligados ao açaí apontam questões em comum que devem ser melhor trabalhadas através de políticas públicas para alavancar a atividade.

Dentre os problemas mais comuns que comprometem o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí, podemos citar:

- Manejo inadequado que interfere na qualidade e produtividade;
- Falta de qualificação profissional dos atores envolvidos nos elos iniciais da cadeia produtiva;
- Baixos preços pagos ao produtor/ extrativista;
- Perda de qualidade do produto ao longo da cadeia produtiva;
- Excessivo poder de agentes intermediários na cadeia produtiva;
- Infraestrutura limitada para transporte e armazenamento do fruto “in natura” diminuindo sua perecibilidade;

- Necessidade de ampliar os campos de pesquisa e divulgação de resultados já existentes direcionando para aplicação prática;
- Ausência de um banco de sementes e mudas nativas;
- Inclusão digital de produtores e extrativistas presentes na ponta da cadeia.

Entendemos como improvável que todos os problemas sejam solucionados de uma única vez, porém precisamos ter um norte, um caminho a percorrer no sentido de obter dias melhores para o segmento. Os projetos listados a seguir passaram por várias etapas, levantamento em reuniões participativas e discussão na conferência nacional do setor. Ressaltamos que todos os projetos possuem solução, influência ou interferência de órgãos governamentais, e são distribuídos por eixos temáticos, como seguem:

INSUMOS E PRODUÇÃO

- Investir na formação continuada dos produtores com vistas a melhoria do manejo e gestão das propriedades/ empreendimentos comunitários.
- Implantar de viveiros para produção de mudas.
- Pesquisar, implantar e difundir novas tecnologias de manejo e colheita.
- Estimular a transformação de resíduos do açaí em produtos (dos mais diversos) de fato.

COMERCIALIZAÇÃO, BENEFICIAMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR

- Investir em portos e entrepostos da zona rural até as agroindústrias para melhorar o fluxo e qualidade da produção do fruto entre quem produz e quem compra.
- Definição de preços mínimos pela CONAB compatíveis com série histórica e que sejam respeitados pelos vários atores do mercado.
- Estímulo aos contratos de integração vertical para dar mais segurança aos produtores, extrativistas e indústria, contribuindo inclusive na regulação de preços.
- Valorização da biodiversidade.
- Incentivo a certificação orgânica e rastreabilidade da cadeia produtiva.

INFRAESTRUTURA E FINANCIAMENTO

- Viabilizar o acesso à internet para atores que estão na ponta da cadeia produtiva, investindo numa infraestrutura digital com inclusão.
- Mapear as localidades para disponibilizar energia em quantidade e qualidade ao menos nas comunidades com maior volume de produção, usando de estratégias como sistemas fotovoltaicos, baterias ou painéis solares.
- Aprimorar mecanismos que facilitem o acesso a crédito rural e educação financeira para produtores e extrativistas.



- Investir na infraestrutura portuária e de armazenagem adequada para possibilitar economia de escala no beneficiamento e comercialização, bem como, melhores condições propiciando maior qualidade do produto entregue.

GOVERNANÇA E CAPITAL SOCIAL

- Reconhecimento da indicação geográfica para as regiões produtoras.
- Incentivar a organização, formação e capacitação de produtores e extrativistas em empreendimentos de base comunitária trabalhando associativismo e cooperativismo para fortalecer a organização social.
- Promover a capacitação dos empreendimentos de base comunitária em gestão interna para diminuir a dependência de agentes externos em seus processos de organização.
- Viabilizar apoio técnico as associações e cooperativas para que se regularizem, organizem e possuam autonomia.
- Proporcionar acesso a financiamento para que os empreendimentos de base comunitária tenham capital de giro para desenvolver seus negócios.

MEIO AMBIENTE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MARCO LEGAL

Ampliar e melhorar a interlocução entre os vários órgãos que tratam da regularização fundiária e ambiental.

Ampliação do SICAR como instrumento para incentivar a regularização ambiental nos territórios e aprimorar o sistema de dados agregados para evitar sobreposição de dados.

Ampliação da presença de órgãos (ambientais, fundiários...), nos territórios de maior volume de produção (interiorização do atendimento e das decisões).

Ampliar a destinação dos territórios de várzea que por serem de dominialidade da união geram insegurança jurídica para produtores e extrativistas.

Viabilizar a transparência das informações e o processo de pagamento pelos serviços ambientais.

Ampliar o acesso a informações de qualidade tanto fundiárias quanto ambientais.

Por fim, entendemos que a implementação de ações desta envergadura, irão gerar resultados positivos para todos os atores da cadeia produtiva, sejam eles empresários, cooperativas, associações, profissionais da área, ribeirinhos e extrativistas que poderão gerar riqueza de forma sustentável, ou seja, com a floresta em pé.

1 - O CAR - Cadastro Ambiental Rural recebeu atualização e em 21/12/2021 passou a se denominar SICAR. Este sistema já encontra-se disponível a fim de que os proprietários que já tiveram seus cadastros ambientais rurais analisados pelos órgãos estaduais competentes, possam realizar suas propostas de regularização ambiental.





REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 1.522, de 01 de abril de 2016. Dispõe sobre a concessão de incentivos para a indústria do Açaí e dá outras providências. Governador do Estado do Pará, 2016a.

BRASIL. Resolução n.º 4, de 26 de janeiro de 2016. Incorpora as Resoluções n.º 52/15, 53/15, 54/15 e 55/15 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico brasileiro. Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, 2016b. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/1599-resolucao-n-4-de-26-de-janeiro-de-2016>.

BRASIL. Lei n.º 13.288, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Brasília, 2016c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13288.htm.

BANCO DO BRASIL (BB). Fruticultura – Açaí. v. 2. Desenvolvimento Regional Sustentável. Série cadernos de propostas para a atuação em cadeias produtivas. Fundação Banco do Brasil. Brasília. Set. 2010.

BENTES, E. S. et al 2017. EXPORTAÇÕES DE POLPA DE AÇAÍ DO ESTADO DO PARÁ: situação atual e perspectivas. 55º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Santa Maria - RS, 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

CALZAVARA, B.B.G. Açaizeiro. Belém: Embrapa-CPATU, 1987. 6p. (Embrapa-CPATU. Recomendações Básicas, 3).

----- . As possibilidades do açaizeiro no estuário amazônico. Belém: FCAP. 103p. 1972. (Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 5).

----- . Utilização de algumas fruteiras da região Norte. In: SIMPÓSIO SOBRE PRODUTIVIDADE AGROFLORESTAL DA AMAZÔNIA: problemas e perspectivas, 1: Belém, PA, 1988. Programa e resumos. Belém: FCAP, 1988. P. 113-124.

Cartilha sobre Produtos Orgânicos -

Sistemas Participativos de Garantia. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2008.

CARVALHO, T. M.. Contrato de Integração Agroindustrial -Comentários sobre a Lei 13.288/2016. 1. ed. São Paulo: Fontenele Publicações, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/estudos.html>. Acesso em: 29/09/2021.

HENDERSON, A.; GALEANO, G. Euterpe, Prestoea, and Neonicholsonia (Palmae: Euterpeinae). New York: New York Botanical Garden, 1996. 90p. (Flora Neotropica, 72).

HODGE, W.H. Palm cabbage. Principes, v.9, p. 124-131, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/am.pdf. Acesso em: 08 de out. de 2020.

MACHADO, F. S. Manejo de Produtos

Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Ilustrações de José Francisco Gama da Silva. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Consultas. Disponível em: www.aliceweb2.mdic.gov.br. Acesso em: 20 de out. de 2020.

NETO, J. T. de F. BRS Pai d'Égua cultivar de açaí para terra firme com suplementação hídrica. Comunicado Técnico EMBRAPA 317, Belém – PA, Novembro, 2019.

NOGUEIRA, O. L.; CARVALHO, C. J. R. de; MULLER, C. H.; GALVÃO, E. U. P.; SILVA, H. M. e; RODRIGUES, J. E. L. F.; OLIVEIRA, M. do S.P. de; CARVALHO, J.E.U. de. ROCHA NETO, O.G. da. A cultura do açaí. Brasília: Embrapa-SPI, 1995.

OLIVEIRA, M. do S.P. Avaliação do modo de reprodução e de caracteres quantitativos em 20 acessos de açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart. – *Arecaceae*) em Belém-PA. Recife: UFRPE, 1995. 145p. (Tese de Mestrado).

OLIVEIRA, M. S. P.; CARVALHO, J. E. U.; NASCIMENTO, W. M. O.; MULLER, C. H. Cultivo do Açaizeiro para Produção

de Frutos. Belém, PA: Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Circular Técnica 26, jun. 2002.

OLIVEIRA, L. P. de., et al. 2016. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará - PROAÇAÍ – PA. Belém, SEDAP.

POTIGUAR, M.; OLIVEIRA, H. J. S.; Planejamento estratégico para o fortalecimento do arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó: uma construção coletiva e territorial; Belém; Instituto Peabiru; 2016.

RESCHKE, A. et al. Experiência: Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade

na Amazônia brasileira. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.

SEBRAE. Boletim: Produtos à base de açaí brasileiro já agregam versões em diferentes setores. 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9f56e28eb-2f2bb90496ara44becc47ad/\\$File/5829.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9f56e28eb-2f2bb90496ara44becc47ad/$File/5829.pdf). Acesso em: 03 de nov. de 2020.

TAVARES, G. S.; HOMMA, A. K. O. Comercialização do Açaí no Estado do Pará: Alguns Comentários. Pará. 2015.

VEDOVETO, M. Caracterização do Mercado de Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) em Belém entre 2006 e 2008. Belém. 2018.

BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO AÇAÍ



Execução

ER | CONSULT
consultoria empresarial

Realização



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO MEL

Resultado do Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Setor, das Oficinas de Planejamento Realizadas nos Polos Regionais e da 1. Conferência Nacional das Rotas do Mel

